

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIANA BRUCE GANEM BAPTISTA

**O Estado Plurinacional e Comunitário na Bolívia:  
As Lutas Populares e o Bem Viver a partir de El Alto**

NITERÓI,  
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B222e Baptista, Mariana Bruce Ganem  
O Estado Plurinacional e Comunitário na Bolívia : As Lutas Populares e o Bem Viver a partir de El Alto / Mariana Bruce Ganem Baptista ; Norberto O. Ferreras, orientador. Niterói, 2019.  
223 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.11514963752>

1. Bolívia. 2. Movimentos indígenas. 3. Bem viver. 4. América latina. 5. Produção intelectual. I. Ferreras, Norberto O., orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

MARIANA BRUCE GANEM BAPTISTA

O ESTADO PLURINACIONAL E COMUNITÁRIO NA BOLÍVIA:  
AS LUTAS POPULARES E O BEM VIVER A PARTIR DE EL ALTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Grauação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como exigência para obtenção do Grau de Doutora em História. Área de concentração: Democracia e América Latina.

Orientador: Prof. Dr. NORBERTO O. FERRERAS

NITERÓI,

2019

iii

MARIANA BRUCE GANEM BAPTISTA

O ESTADO PLURINACIONAL E COMUNITÁRIO NA BOLÍVIA:  
AS LUTAS POPULARES E O BEM VIVER A PARTIR DE EL ALTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Grauação em  
História Social da Universidade Federal Fluminense,  
como exigência parcial para obtenção do Grau de  
Doutora em História. Área de concentração:  
Democracia e América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Norberto O. Ferreras – Orientador  
UFF

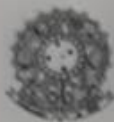
Prof. Dra. Maria Verónica Secreto Ferreras  
UFF

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis  
UFF

Prof. Dra. Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto  
UFRJ

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade  
USP

Niterói,  
2019



## Ata de Tese de Doutorado

Ao(s) vinte e um dia(s) do mês de março de 2019 às 15:00 horas, no(a) Instituto de História - Sala 424 - Bloco O reuniu-se a Banca Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado do aluno(a) Mariana Bruce Ganem Baptista sob o título *O Estado Plurinacional e Comunitário na Bolívia: as lutas populares e o Bem Viver a partir de El Alto*. A banca constituída pelos professores: Norberto Osvaldo Ferreras (Orientador), Everaldo De Oliveira Andrade - Universidade de São Paulo (Arguidor), Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto - Universidade Federal do Rio de Janeiro (Arguidor), Daniel Aarão Reis Filho - Universidade Federal Fluminense (Arguidor), Maria Verónica Secreto Ferreras - Universidade Federal Fluminense (Arguidor), deliberou pela aprovação do discente de acordo com o seguinte parecer:

A banca destaca a fluência da escrita, a pesquisa bibliográfica e de campo, a relevância do tema, assim como a contribuição para a historiografia brasileira.  
A banca recomenda a publicação da tese desde que incorporadas as sugestões realizadas.

Niterói, 21 de março de 2019

Orientador

Arguidor

Arguidor

Arguidor

Arguidor

“A banca destaca a fluência da escrita, a pesquisa bibliográfica e de campo, a relevância do tema, assim como a contribuição para a historiografia brasileira. A banca recomenda a publicação da tese desde que incorporadas as sugestões realizadas”

*Dedico este trabalho a todas aquelas e todos aqueles que  
insistem em sonhar com um outro mundo possível*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à família que construí e cujo amor infinito atua como uma força pulsante que me faz caminhar e me tornar um ser humano cada vez melhor. Hugo Silva, Maria Eduarda e, agora a mais nova integrante, Maria Flor, que ainda se encontra no quentinho do meu ventre (além dos nossos mascotes caninos e felinos que também são parte dessa família, Rosa, Frida, Dedé e Penélope), minha mais profunda gratidão por existirem e me permitirem ser tão feliz e realizada. Jamais esquecerei os dias intensos de trabalho de campo na Bolívia, com minha primogênita com pouco mais de um aninho, meu querido companheiro firme e presente e, depois também, minha querida irmã que logo se constituíram numa verdadeira tribo para garantir todas as condições materiais e subjetivas necessárias para que eu conseguisse realizar aquele objetivo. Foi um trabalho de campo feito em meio a mamadas sem fim, suor, leite, cansaço extremo, subidas e descidas daquelas ladeiras inacreditáveis de San Pedro/La Paz, muitas caminhadas por El Alto com sua vista incrível para La Paz, entrevistas e mais entrevistas, além de colo, saudades, rituais, suco de laranja e tudo o mais que está registrado nos anais da nossa memória afetiva. Todos esses foram ingredientes que definiram o teor dessa tese, em que pese a forte presença da maternidade que, em minha trajetória, esteve ali atuando desde o meu ingresso no Doutorado, quando ainda carregava a Duda no ventre, e segue até hoje, quando me despeço do Programa, com minha pequena já com quase 4 anos e uma caçulinha a caminho. Preciso dizer que ter uma tese de doutorado concluída por uma mãe-pesquisadora é uma vitória indescritível. Foram muitos os desafios superados. Agradeço demais às minhas filhas por terem provocado uma reviravolta em mim que renovou minha percepção sobre o mundo e determinou os rumos dessa escrita e ao meu companheiro que nunca deixou eu me esquecer que por mais maravilhosa que eu pudesse ser como mãe, jamais deveria abandonar minha existência para além da maternidade. Sem sua dedicação constante e participação ativa teria sido muito mais difícil conciliar o estudo, a pesquisa, o magistério, a maternidade, o ativismo, além, é claro, o trabalho doméstico que compartilhamos.

Agradeço também à família que me trouxe ao mundo, responsável por lançar as bases sobre as quais me formei enquanto mulher, dona do meu destino e soberana sobre as minhas escolhas. Minha querida mãe, Regina, meu pai, Felipe, e minha irmã mais velha e comadre da minha primogênita, Marcela, obrigada por tudo. Obrigada pelo apoio quando precisei, pelos empurrões, pela segurança emocional que vocês me proporcionam para enfrentar os desafios da vida. Saber que eu tenho um porto seguro com o qual contar faz toda a diferença para que eu tenha a coragem de arriscar quando necessário, ousar e alçar meus vôos. Saber que minhas filhas também poderão contar com esse ninho é outro alento na minha alma. Minha querida mãe, um agradecimento especial a você cujo otimismo para com a vida transborda e invade os corações de quem a rodeia. Com você por perto, dificilmente perdemos a esperança de que as coisas seguirão seu fluxo, seu rumo e que, de um jeito ou de outro, tudo vai dar certo no final. Gratidão por ter lido essa tese com tanto cuidado e afinho. Gratidão pelas revisões, comentários e elogios mais que generosos sobre esse trabalho. Gratidão, família, pela dedicação à minha pequena e por todo o suporte oferecido para que eu pudesse me afirmar como pesquisadora e professora, sem naufragar nos imperativos que a maternidade impôs e segue impondo sobre mim. Estendo esse agradecimento a minha tia e dinda, Angela Ganem, a quem nutro uma profunda admiração tanto pelo ser humano que é, comprometida com o combate às desigualdades, violências e opressões, quanto por sua

dedicação à carreira acadêmica e ao magistério no ensino superior. Gratidão por todo o apoio de sempre e por ser uma das maiores entusiastas da minha trajetória. Espelho-me muito em você!

Agradeço à Família Pereira, em especial à minha sogra, Leila, e às minhas cunhadas, Ingrid e Ursula, por toda a dedicação, amor e cuidado que sempre depositaram em mim e na minha família. Obrigada por me torná-la uma de vocês.

Agradeço também a todos os amigos e as amigas trazidos pela maternidade, aos de mais longa data, às minhas queridas amiga de infância e adolescência, aos de trabalho e pesquisa, a todas e todos que ainda que não tenham colaborado mais diretamente com o conteúdo dessa tese são parte integrante da minha vida, da minha formação enquanto ser humano e, portanto, enriqueceram esse trabalho dando o suporte em outras dimensões da minha vida.

Já que estamos falando de bases, gostaria de agradecer ao meu grande mestre, Daniel Aarão Reis. Apesar de nosso reencontro se dar basicamente na banca de defesa, não posso deixar de mencionar a importância de ter tido você como orientador durante a Graduação e Mestrado, quando me constitui como pesquisadora no campo de América Latina e de História do Tempo Presente. Obrigada pela parceria de sempre. Muito do que veio depois do Mestrado é resultado dos vários anos de trabalho ao seu lado, quando ganhei autoconfiança na minha capacidade de interpretar o mundo, ainda que seguindo por caminhos e sustentando ideias não tão comuns dentro do nosso campo. Agradeço também a Carlos Walter Porto-Gonçalves, por ter me aberto as portas para a América Latina e para a mirada decolonial do pensamento crítico desse continente. Obrigada pelos contatos na Bolívia e pela pronta-acolhida logo nos primeiros passos de elaboração dessa tese. Seus questionamentos e provocações reverberam até hoje e também foram de fundamental importância para as escolhas e os caminhos que se seguiram para que esse trabalho se realizasse dessa forma.

Agradeço ao meu orientador do Doutorado, Noberto O. Ferreras, por todo o apoio, compreensão e cuidado com a minha condição de mãe-pesquisadora. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos de maior crise dentro do programa e por aturar minha ansiedade, sobretudo no apagar das luzes da conclusão dessa última etapa. Obrigada pelas críticas e sugestões feitas a esse trabalho que foram muito importantes para que eu revisse questões da maior importância que tinham passado despercebidas por mim.

Agradeço à Banca de Qualificação composta por Maria Veronica Secreto Ferreras e Monica Bruckmann que me nutriram de um olhar comprometido e profundo sobre o universo trabalhado apontando caminhos que foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Espero que a conclusão desse trabalho esteja à altura de suas expectativas. Agradeço também ao Prof. Everaldo de Oliveira Andrade por sua disposição de vir de São Paulo para o Rio de Janeiro para a participação na banca de defesa e compartilhó com o mesmo a angústia de sermos poucas vozes ainda que trabalham e pesquisam com maior profundidade a Nossa América andina e caribenha contemporâneas dentro do campo da História.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense que me acolheu também como mãe-pesquisadora em um momento em que quase perdi a bolsa de doutorado. Apesar de, durante três anos e meio, não cair nas



estatísticas que recaem sobre nós, mães-pesquisadoras, no momento em que tropecei, fui imediatamente acolhida pelo colegiado que permitiu que eu concluísse essa etapa com louvor. Reconhecer as mães-pesquisadoras e garantir condições para que elas sigam acreditando em si e não abandonem suas carreiras deveria ser uma causa de todos os programas desse país. Não podemos esquecer que o Brasil é um país no qual, pelo menos, 60% das mulheres que se tornam mães têm sua carreira afetada pelo nascimento de suas crias. Aliás, agradeço às redes de mulheres e de mulheres-mães as quais faço parte que me empoderaram durante esse período e me auxiliaram para que eu não abrisse mão dos meus direitos e lutasse por esse reconhecimento.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq por ter me agraciado com uma bolsa de pesquisa durante todo o período do Doutorado e que me garantiu a segurança financeira para a realização dessa tese, conciliando-a com todo o restante da minha vida.

Agradeço ao meu querido povo agricultor e quilombola das Vargens e, em especial, às mulheres de luta da Zona Oeste do Rio de Janeiro por todas as lições aprendidas nesse processo de re-existência a um projeto civilizacional que nos silencia e nos extermina. A luta pela agroecologia atrelada à luta antirracista e antimachista a partir do feminismo periférico revigora todos os dias as minhas esperanças na construção de um outro mundo possível em meio a barbárie na qual estamos metidos.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos queridos amigos e queridas amigas feitos na Bolívia, em especial a Efrain Oruños, Irene Mamani, Fanny Nina e Gonzalo Choquehuanca Quispe por terem compartilhado comigo suas visões de mundo sobre seu país de maneira mais íntima e aprofundada, tendo se destacado como incríveis interlocutores, o que me permitiu alcançar dimensões intrigantes dessa cidade insurgente. Agradeço também a Carlos Revilla, antropólogo com um denso trabalho sobre as lideranças de El Alto e que compartilhou comigo uma lista considerável de contatos que foram fundamentais para a realização desse trabalho. A todas as minhas entrevistadas e meus entrevistados que de forma muito solícita não hesitaram em compartilhar suas visões de mundo, trajetórias, histórias com uma desconhecida pesquisadora brasileira. A Silvia Rivera Cusicanqui por ter me recebido em seu Taller de Verano do Colectivo Che’eye, Sociologia de la Imagen, o que foi de fundamental importância para o aprofundamento do processo de descolonização do olhar sobre a Bolívia e para ampliar meus horizontes para toda a potência existente na “política bajo el radar”.

A todas e todos que compartilham comigo as angústias de vivermos em um mundo desigual e injusto e que lutam todos os dias por sua transformação, a minha mais sincera gratidão. Essa tese é mais uma contribuição para essa caminhada. Estamos juntos!

## **EPIGRAFE**

*Os incas diziam que a cada mil anos se dá o **Pachakuti**, quando o mundo se desfaz e volta a renascer. A terra e o tempo se transformam, tudo muda, tudo perece e tudo volta a se organizar. É catástrofe e ressurreição. Isso porque as eras do mundo se contam por sois e cada ciclo solar é composto por mil anos. Um milenio, um sol, uma revolução da natureza que afeta o desenvolvimento da sociedade humana.*

**Francisco Diez de Medina**

*El Pachakuti ha llegado y nosotros somos los guerreros del Arco Iris, somos los guerreros del Vivir Bien, Somos los insurgentes del mundo*  
**Evo Morales Ayma, Isla del Sol (Copacabana), 2012**

## RESUMO

A eleição do primeiro presidente indígena da América Latina e a assinatura de uma nova Constituição que tornou a Bolívia um Estado Plurinacional e Comunitário trouxeram a tona um novo arsenal ideológico e epistêmico. Na interseção entre a modernidade ocidental e as culturas milenares originárias de nosso continente, encontra-se um fértil caminho para se vislumbrar alternativas antissistêmicas tendo como ponto de partida o protagonismo indígena.

A proposta desta pesquisa é analisar a cultura política que desencadeou esse processo de transformação do Estado a partir de um duplo movimento: *desde arriba*, isto é, compreender quais as condições que propiciaram a eleição de Evo Morales e de que maneira o governo se apropria e faz uso das tradições originárias, especialmente no que tange à temática do Bem Viver como uma proposta de transformação radical da realidade (também definida como “*Proceso de Cambio*” ou “*Revolución Democrática y Cultural*”); e *desde abajo*, do ponto de vista das bases sociais, isto é, como o povo, e em especial as classes populares e indígenas, comporta-se em seu cotidiano diante das contradições e conflitos que permeiam o princípio normativo anunciado pelo governo e a sua prática social.

Em relação ao último aspecto, utilizaremos como estudo de caso, a experiência da cidade de El Alto. Localizada a cerca de 10km de La Paz, também considerada uma cidade insurgente, possui um histórico de lutas que remonta à resistência ao Império Espanhol. Nos dias atuais, teve um papel protagônico na Guerra do Gás de 2003 e foi determinante na derrubada de dois presidentes antes de contribuir na eleição de Evo Morales em 2005. Sob o atual governo, é objeto de grandes disputas, pois é uma cidade-chave para a manutenção da estabilidade política no país. As *juntas vecinales* consistem em umas das principais formas de organização coletiva e popular e combinam elementos modernos (pois se assemelham às associações de moradores) e tradicionais (pois trazem aspectos constitutivos do poder da comunidade indígena oriunda dos *ayllus*).

Acredito que a análise mais aprofundada sobre a experiência de El Alto, tendo como base a perspectiva de algumas de suas lideranças locais, permitirá também uma reflexão mais substancial sobre os dilemas e possibilidades que surgem com a apresentação do Bem Viver (*Buen Vivir*, *Vivir Bien*, *Suma Kamaña*, *Suma Kawsay*, *TeKo Kevi*, *Ñandareko* etc) enquanto alternativa pós-capitalista, bem como os desdobramentos referentes à reflexão da possível articulação entre Estado, Democracia e Comunidade.

**Palavras-chave:** Bolívia, Bem Viver, movimentos indígenas, juntas vecinales.

## ABSTRACT

The election of the first indigenous president of Latin America and the signing of a new constitution that made Bolivia a Plurinational and Community State brought to the fore a new ideological and epistemic arsenal. At the intersection between Western modernity and the millennial cultures that originated in our continent, there is a fertile way to glimpse antisystemic alternatives having as its starting point the indigenous protagonism.

The proposal of this research is to analyze the political culture that triggered this process of transformation of the State from a double movement: from above, that is, to understand the conditions that propitiated the election of Evo Morales and how the government appropriates and makes use of the original traditions, especially with regard to the theme of Well-Living as a proposal for radical transformation of reality (also defined as "Process of Change" or "Cultural and Democratic Revolution"); and from below, from the point of view of social bases, that is, how the people, and especially the indigenous and popular classes, behave in their everyday life in the face of the contradictions and conflicts that permeate the normative principle announced by the government and its social practice.

Regarding the last aspect, we will use as a case study the experience of the city of El Alto. Located about 10km from La Paz, also considered an insurgent city, it has a history of fighting that goes back to resistance to the Spanish Empire. Nowadays, he played a leading role in the 2003 Gas War and was instrumental in overthrowing two presidents before contributing to Evo Morales' 2005 election. Under the current administration he is the subject of major disputes as he is a key city to maintain political stability in the country. The neighborhood councils consist of one of the main forms of collective and popular organization and combine modern elements (because they resemble residents' associations) and traditional elements (because they bring constitutive aspects of the power of the indigenous community originated by the ayllus).

I believe that a more in-depth analysis of El Alto's experience, based on the perspective of some of its local leaders, will also allow a more substantial reflection on the dilemmas and possibilities that arise with the presentation of Bem Viver (Buen Vivir, Vivir Bien , Suma Kamaña, Suma Kawsay, TeKo Kevi, Ñandareko etc.) as a post-capitalist alternative, as well as the developments regarding the reflection of the possible articulation between State, Democracy and Community.

**Keywords:** Bolivia, Well Living, indigenous movement, juntas vecinales

## SUMÁRIO

<b>Ñaupax Manpuni [Olhar o Passado Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia.....</b>	<b>p. 1</b>
<b>1. Do Tempo Longo ao Tempo de Curta Duração: Uma Outra História Política da Bolívia.....</b>	<b>p. 21</b>
1.1. A Re-Existência da Comunidade Indígena a partir da Mirada Decolonial.....	p. 21
1.2. A Revolução de 1952: Um Divisor de Águas.....	p. 31
1.3. A Etnização da Política: Indígenas Rumo ao Estado.....	p. 41
1.4. Novos Tempos: a Ascensão do Estado Plurinacional e Comunitário.....	p. 47
1.5. E as Terras Baixas?.....	p. 52
<b>2. <i>El Alto de Pié, Nunca de Rodillas</i>: História das Lutas Populares de uma Cidade Insurgente.....</b>	<b>p. 56</b>
2.1. Uma cidade insurgente.....	p. 56
2.2. As organizações populares de El Alto: as <i>juntas vecinales</i> .....	p. 66
2.3. A Guerra do Gás de 2003.....	p. 82
2.4. Governo Evo Morales: uma cidade em disputa.....	p. 88
2.5. O Gasolinazo de 2010.....	p. 108
2.6. Governo indígena?.....	p. 116
<b>3. O Bem Viver como Alternativa Antissistêmica.....</b>	<b>p. 122</b>
3.1. Outras racionalidades: uma contribuição da filosofia andina de Josef Estermann.....	p. 132
3.2. O Poder da Comunidade.....	p. 134
3.3. O Bem Viver Decolonial .....	p. 140
3.4. O Bem Viver <i>Desde Arriba</i> .....	p. 151
3.5. Desafios e Possibilidades para o Bem Viver na Bolívia .....	p. 159
<b>Estado, Democracia e Comunidade em Multisociedades: Uma Combinação Possível? .....</b>	<b>p. 168</b>

<b>Fontes.....</b>	<b>p. 182</b>
<i>Desde Abajo.....</i>	<i>p. 182</i>
<i>Desde Arriba.....</i>	<i>p. 184</i>
Periódicos.....	p. 190
<b>Bibliografía.....</b>	<b>p. 192</b>
<b>ANEXO I [Proyecto de Declaración de Derechos de la Madre Tierra].....</b>	<b>p. 204</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Mapa da construção da estrada em TIPNIS, 2009, p. 53
- Figura 2 - Florentino Olivares, *El cerco de La Paz* 1781, p. 58
- Figura 3 e 4 – Feira 16 de Julio, p. 62
- Figura 5 - Mapa dos Distritos Municipais de El Alto, p. 64
- Figura 6 – Tabela de Representatividade de Gênero no Parlamento, p. 79
- Figura 7 - *EL ALTEÑO*, “En Pié de Guerra: Alteños Exigen Audiencia con Evo” [capa], 30/09/2010, p. 104
- Figura 8 - *EL ALTEÑO*, “Golpe” en FEJUVE [capa], 22/10/2017, p. 107
- Figura 9 - Material de campanha de Fanny Nina (SOL.BO), p. 117
- Figura 10 – Referendos democráticos realizados, p. 160
- Gráfico 1 – Participação de parlamentares indígenas por sexo (1979-2014), p. 161
- Gráfico 2 – Orçamento do setor de saúde, p. 163

## LISTA DE SIGLAS

ANC – Asamblea Nacional Constituyente.  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAOI - Coordinadora Andina de Organizaciones Indigenas  
CIDOB – Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia  
CENDES/UMSA - Postgrado en Ciencias del Desarrollo de la Universidad Mayor de San Andrés  
CESU-UMSS - Centro de Estudios Universitarios de Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba  
COB – Central Obrera de Bolívia  
COMIBOL – Corporación Minera de Bolivia  
CONALJUVE - Confederación Nacional de Juntas Vecinales  
CONAMAQ – Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu  
CONDEPA – Conciencia de Patria  
CSTUTCB - Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia  
EGTK - Ejército Guerrillero Tupac Katari  
FEJUVE - Federación de Juntas Vecinales  
IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana  
KIPUS - Kollasuyo Indio Poder Único Socialista  
LPP – Ley Orgánica de Participación Popular  
MAS - Movimiento al Socialismo  
MINKA – Movimiento Indio Katari  
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionario  
MITK - Movimiento Indio Tupaj Katari  
MNR – Movimiento Nacionalista Revolucionario  
MRTK - Movimiento Revolucionario Túpac Katari  
NCPE – Nueva Constitución Política del Estado  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
PIB – Partido Indio de Bolivia  
PND - Plan Nacional de Desenvolvimento  
POR - Partido Obrero Revolucionario  
SOL.BO – Partido Soberanía y Libertad  
TCOs - Terras Comunitárias de Origem  
TIPNIS - Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré  
UN - Unidad Nacional



## **Ñaupax Manpuni [Olhar o Passado Mirando o Futuro]: O Protagonismo Indígena nas Lutas Populares da Bolívia**

Desde fins do século XX, a América Latina se tornou palco privilegiado de construção de modelos alternativos ao neoliberalismo. A despeito da nova onda conservadora que avança sobre os países nos últimos anos, vivemos em um passado recente um período histórico extremamente fértil de diferentes buscas por um *otro mundo posible* – sejam elas mais, sejam menos radicais. Do México, com os zapatistas, passando pela Venezuela e a construção de um *Estado Comunal*, ao Equador e à experiência de governos participativos liderados pelo movimento indígena Pachakutik, até a Bolívia com a proposta plurinacional e comunitária para a reconstrução do Estado. Todos de alguma forma apontam caminhos inusitados para refletirmos sobre o futuro. Um olhar mais atento à experiência boliviana pode ser uma significativa contribuição para o estabelecimento de novos paradigmas de uma história que sempre se refaz.

A Bolívia, com seu protagonismo indígena, inova ao incorporar o princípio da plurinacionalidade e do comunitarismo em sua Constituição, dando outro contorno para a concepção moderna do Estado-Nação. Esta última é herdeira de um modelo eurocêntrico que se fundamenta no colonialismo monolítico de uma etnia que se sobrepõe às demais e que suprime a pluralidade interna de um território definido, apropriando-se do Estado como uma ferramenta de poder e conquista. Contudo, conforme aponta Anthony Smith (1992), podem haver outros caminhos para a construção do Estado que não seja o de reconhecer apenas uma única nação em seu interior, mas sim várias. São experiências nas quais o componente étnico, em sua pluralidade, se faz central para a viabilização de um projeto em comum.

A importância de um estudo aprofundado da experiência da Bolívia reside não apenas no fato de ser este país um laboratório no qual podemos observar os desafios colocados de se levar à prática um projeto que redefine o debate sobre o Estado-Nação, mas também por ter se tornado uma referência para dezenas de organizações indígenas na América Latina que lutam pelo reconhecimento de novos paradigmas que não silenciem as cosmovisões dos diferentes povos originários espalhados por todo o continente<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em 2008, no Encontro Internacional “Povos Indígenas, Constituições e Estado Plurinacionais”, realizado pela Coordendora Andina de Organizações Indígenas/CAOI, ocorrido em La Paz, os povos

Desta forma, o debate sobre a plurinacionalidade está articulado também a um olhar mais atento sobre a questão indígena que tem assumido um novo patamar na agenda política nas últimas décadas. Segundo João Pacheco de Oliveira (2010), a presença da modernidade no cotidiano das sociedades indígenas transforma as suas lutas. Não há antagonismo entre modernidades e tradições, mas sim o que Johannes Fabian (2010) chama de “coetaneidade”, isto é, diferentes temporalidades compartilhadas. A modernidade assume diferentes sentidos nas práticas sociais e é apropriada dentro de um princípio dialético com a práxis cultural de cada povo.

Neste trabalho, vamos tratar da Modernidade Ocidental em seu viés hegemônico que tem uma matriz eurocêntrica, liberal e colonial. Com isso, não pretendo afirmar que não existam pensamentos alternativos e críticos a essa modernidade. Entre 2004 e 2008, participei de um projeto de pesquisa sob a orientação de Daniel Aarão Reis no qual fizemos um rico levantamento das chamadas “modernidades alternativas ao liberalismo” com grupos de trabalho atuando em todas as partes do mundo, inclusive na própria Europa. O resultado foi uma coletânea intitulada “Outras Modernidades” que rompe com o monopólio liberal sobre o tema. O volume 1 publicado pela FGV (2010) trata dos EUA e América Latina e teriam ainda mais três volumes a serem publicados abrangendo o mundo muçulmano e a África Subsaariana, a Europa e Rússia/URSS e, por último, a Índia e China. Ou seja, como afirmei, a Modernidade é apropriada e resignificada em múltiplos sentidos, porém, tive que me ater ao modelo liberal porque expressa a versão colonial imposta sobre nosso continente e, mais particularmente, tratarei de sua faceta mais silenciadora e epistemicida contra a qual o pensamento e as tradições indígenas aqui tratadas resistiram. Estas últimas, também múltiplas e complexas foram, igualmente, selecionadas, predominando em nossa análise as de viés mais crítico que se relaciona ao processo que desencadeou a eleição de Evo Morales e a construção do Estado Plurinacional e Comunitário.

Em relação à questão indígena propriamente dita, durante muito tempo esta foi reduzida ao âmbito da etnicidade e/ou da reparação moral. Se é certo que já nos anos 1920, José Carlos Mariátegui sinalizava que o problema do índio também era um problema da terra – unindo, assim, classe e identidade - e que o poder da comunidade era de extrema relevância para se refletir sobre o passado e o futuro, o reconhecimento

---

indígenas do continente reconheceram a Bolívia como um exemplo e lançaram um manifesto em defesa dos Estados Plurinacionais e das Sociedades Interculturais (Igor Ojeda, 2008).

do indígena como um sujeito histórico capaz de protagonizar transformações sociais ainda é bastante tímido e oscilante.

A eleição de Evo Morales em 2005 abriu um novo horizonte de sentido para refletir sobre esta temática, pois, pela primeira vez, foram rompidas as barreiras de um Estado colonial, racista, patriarcal e clientelista em favor do movimento indígena auto-representado que, por conseguinte, redefiniu o Pacto Social vigente tornando a Bolívia o primeiro Estado Plurinacional e Comunitário da América. Trata-se de um processo que não se esgota na figura do próprio Morales, mas remete a uma história que articula um tempo de longa e de curta duração de reestruturação das lutas populares e indígenas nesse país. Na cidade de El Alto, em particular, pude observar a partir de um trabalho de campo realizado em 2017 com várias lideranças e ex lideranças de *juntas vecinales*, organizações territoriais de base, como se dá esse processo de constituição do indígena como um sujeito político que intervém nos rumos do Estado boliviano. A cidade, localizada a 10km de La Paz, no Altiplano Andino, foi palco de históricas lutas de resistências desde o Império Espanhol até os dias atuais. A Guerra do Gás em 2003 foi determinante na derrubada de dois presidentes antes de contribuir na eleição de Evo Morales e é, portanto, um palco fértil para refletir sobre essas questões. Sob o atual governo, El Alto segue sendo objeto de grandes disputas, pois é uma cidade-chave para a manutenção da estabilidade política no país.

Compreender as condições dessa “re-existência” indígena – e o uso da expressão de Carlos Walter Porto Gonçalves não é ingênuo, pois tem por objetivo enfatizar como a resistência à modernidade colonial também significa um processo permanente de redefinição das próprias condições de existência de cada povo sem, contudo, abrir mão de sua condição de sujeito autônomo diante desses processos (Cf PORTO-GONÇALVES, 2002) –, auxilia a nos aproximarmos daquilo que Silvia Rivera Cusicanqui (2010, p. 11-12) chama de “otredades indígenas” que residem subjacentes à República *criolla*, esta última constituída em oposição ao indígena. Trata-se de outras formas de viver que não foram derrotadas nos mais de 500 anos de colonialismo e que são marcadamente influenciadas pela força e potência da comunidade indígena que insiste em sobreviver.

Na Bolívia, as elites constituíram-se como uma “casta encomendera”, para utilizar a expressão cunhada por René Zavaleta Mercado que reúne, principalmente, o setor mineiro, latifundiário e de grandes comerciantes e que expressam o mais elementar arcaísmo colonial (ou a mais dura face da modernidade ocidental), ainda que muitas

vezes maquiado por uma retórica liberal. Ainda que a Modernidade Liberal tenha por ímpeto afirmar-se sobre a ideia do Novo que nega o Velho, este novo - relacionado ao mundo parido pela Revolução Industrial, de consolidação do capitalismo, da tecnologia e das repúblicas liberais - que se dá em oposição ao velho - do Antigo Regime, absolutista, escravocrata, colonial-, consolida-se no mundo a partir de uma mesma base colonial. Afinal, de onde vinha a matéria-prima que abastecia a indústria nascente? Negada em princípio na Europa, o colonialismo é o que estrutura a modernidade, o que garante sua condição de nascimento e permanência. Até hoje, mesmo tendo—se abolido a escravidão formalmente, o peso dessa Modernidade Colonial continua recaindo sobre os ombros das mesmas classes indígenas e afro-descendentes que, apesar dos sucessivos esforços em neutralizá-los, esvaziá-los, genocidá-los e aos seus saberes tradicionais (e por tradicional, não considere algo estático que remete a um passado imemorial, mas a algo que é reinventado no tempo e no espaço a partir das lutas travadas no presente), são eles que seguem gestando em suas re-existências as possibilidades de se vislumbrar um outro mundo possível para a humanidade. Portanto, seria o moderno tão moderno assim? Seria o arcaísmo colonial a contra-face da modernidade em si? Modernidade e arcaísmo, um paradoxo de difícil resolução, sobretudo para os povos da América. Para maiores reflexões sobre a relação entre modernidade e coloniadade, vale considerar a coletânea “A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latinoamericanas”, organizada por Edgard Lander (2005).

Voltando à Bolívia mais especificamente, suas elites creem-se donas do país devido a essa herança colonial, e, ao mesmo tempo, desprezam-no; constroem uma relação de subserviência histórica às organizações internacionais no âmbito de um modelo econômico que reafirma a dependência em relação às potências imperialistas e subimperialistas dentro de um viés extrativista de alto potencial destrutivo; e, por último, estabelecem uma relação com o povo fundamentada no racismo estrutural que não reconhece o indígena como sujeito e, sim, como obstáculo para a viabilização de seu projeto de nação.

A dicotomia operada por essas elites em torno da qual se opõe a "civilização" e a "barbárie" resulta em esforços constantes de silenciar, negar ou até mesmo extinguir a presença indígena do país. Por essa razão, a rebelião constituiu-se também como a linguagem fundamental através da qual o indígena se impôs diante de uma sociedade excludente e racista que não admite sua existência (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 74-75). Para Álvaro García Linera, a rebelião é o locus de onde é possível extrair uma

compreensão profunda dos sentidos e significados do movimento indígena, haja vista sua natureza predominantemente ágrafa. Mais além, o autor afirma que a “comunidade e suas rebeliões” são o “fundamento esclarecedor do chamado indígena” (LINERA, 2010, p. 162). Na rebelião, são reabilitados os parâmetros comunitários da vida cotidiana, que servem como ponto de partida para a defesa de uma nova ordem socioeconômica, na medida em que são colocados em prática mecanismos de democracia direta e representativa que desafiam o Estado *criollo* (*Idem*, p. 165-166).

Diante desse cenário, a experiência democrática na Bolívia foi reduzida a um jogo de relações clientelistas nas quais os direitos foram sistematicamente transformados em dádivas. Isso significa que, para as classes populares e indígenas principalmente, há pouca ou quase nula expectativa de um Estado que cumpra suas funções sociais, econômicas e políticas em razão de uma banalização dessas estruturas devido à longa permanência dessa “casta” em seu interior que se apropria da “coisa pública” em benefício próprio no mais típico patrimonialismo latinoamericano. Mesmo governos mais sensíveis às demandas populares que chegaram ao poder não foram capazes de romper com a matriz colonial do Estado e essa forma *criolla* de fazer política que anula a pessoa indígena e mantém firmes as estruturas coloniais. No plano econômico, o modelo extrativista até hoje é hegemônico. Ou seja, mesmo sob o governo indígena de Morales, muitas questões oriundas dessas estruturas ainda são desafios a serem superados.

Às tentativas das classes populares e indígenas de se apresentarem como sujeitos capazes de formular suas próprias demandas e anseios, a “casta encomendera” respondeu com repressão e massacres. E, no entanto, são essas classes populares e indígenas, os sujeitos que melhor têm apontado os limites reais da democracia no país, pautando temas centrais e estratégicos, não apenas do ponto de vista da realidade concreta boliviana, mas de pertinência global, tais como: a questão da soberania, da autodeterminação dos povos, da propriedade sobre os recursos naturais, sobre os direitos da natureza, direitos trabalhistas, direitos sobre a propriedade coletiva, direitos políticos, sociais e culturais de forma geral, a noção do bem viver, ente outros.

Como mencionei, Rivera Cusicanqui (2010, p. 68) sustenta que subjacente ao Estado Colonial residem as tais “otredades indígenas” que também podem ser consideradas como uma espécie de “nación de los de abajo”. É esta nação, muito mais capaz que a “nação dos de cima”, aquela que pode de fato contribuir para avançarmos enquanto humanidade na construção de pactos sociais mais inclusivos, na reestruturação

da democracia, na busca por saídas produtivas que não nos levem a um colapso civilizacional e climático e na articulação da diversidade de um modo inédito e descolonizado.

Há, portanto, uma riqueza que pulsa da re-existência indígena, resultado de um protagonismo que insiste em sobreviver e se impor e, com isso, insiste em redefinir os rumos do país, a despeito de todas as estratégias utilizadas para destruí-lo. A experiência da cidade de El Alto é só um exemplo das milhares de ações que articulam de maneira muito rica um tempo de longa duração, milenar, que remonta à estruturação da comunidade indígena e todo seu processo de re-existência na história da Bolívia, e o tempo curto, conjuntural, no qual houve um processo crescente de etnização da política e de protagonismo indígena que terminou por agudizar as profundas contradições com o modelo hegemônico vigente, que levou à eleição do primeiro presidente indígena do continente e que segue apontando as contradições permanentes que todo e qualquer processo histórico deve enfrentar.

Portanto, a questão indígena vai muito além da questão identitária. Nesse sentido, a obra de Mariátegui tornou-se um referencial teórico-prático fundamental para o desenvolvimento dessa tese, pois é um convite para pensar o passado, presente e futuro a partir de uma mirada decolonial que tem como ponto de partida a materialidade histórica das tradições milenares de nossas civilizações ameríndias. Apesar de seus escritos e reflexões partirem da realidade peruana, a forma como constrói seu olhar sobre as lutas populares pode ser aplicado a outras regiões, como a cidade de El Alto, objeto central de minha análise sobre a Bolívia. Esta “mirada decolonial” diz respeito a uma forma de olhar para história que rompe com uma tradição eurocêntrica - que, no âmbito do pensamento indigenista sempre tratou a “questão indígena” como algo relacionado à reparação histórica ou centrada em aspectos morais, identitários e religiosos. Ao contrário, Mariátegui inaugurou um novo campo de análise ao reconhecer o indígena como um sujeito histórico atrelado a problemáticas materiais e históricas, dando ao tema uma conotação de classe, com implicações profundas sobre a visão que se tem sobre o passado e as expectativas que se constroem sobre o futuro (Cf. MARIÁTEGUI, 2008).

Para Mariátegui, os indígenas não podem ser reduzidos nem ao seu viés culturalista, nem tampouco compreendidos como uma classe camponesa, em seu sentido puramente econômico. A relação que os indígenas estabelecem com a terra parte de um conjunto de tradições milenares sobre as quais se edificam outros regimes de

propriedade e que repercutem no estabelecimento de outros modos de viver. Estes últimos, como afirmei, subjazem ao Estado a despeito dos esforços coloniais de exterminá-los. Tal condição de re-existência é justamente o que o autor peruano considera de mais valioso para desencadear um processo revolucionário nos Andes e é uma das dimensões tratadas nessa tese.

No capítulo 3, irei me ater com maior profundidade ao significado do que Mariátegui chama de “poder da comunidade indígena”. Por ora, gostaria de chamar atenção mais especificamente à pertinência de como o autor constrói essa mirada decolonial, haja vista que, insisto, apesar de elaborada nos idos dos anos 20 do século passado, continua sendo da maior relevância para se compreender o cenário atual de lutas populares e indígenas na Bolívia e que consolida a visão do indígena como um sujeito capaz de ser protagonista das transformações sociais e, de suas tradições, como um conteúdo que não se restringe a um passado imemorial.

Com a mirada decolonial, Mariátegui rompeu também com o colonialismo mental que só faz reproduzir teorias estrangeiras de pretensão universal. Conforme demonstra Monica Bruckmann em sua análise sobre a “prensa revolucionária” do autor peruano, suas reflexões sobre a realidade têm como aspectos centrais o fato de estarem ancoradas em uma base dialética e serem orientadas pela práxis (BRUCKMANN, 2009, p. 114). Isso só foi possível porque, desde jovem, Mariátegui esteve próximo de movimentos contestatórios. Primeiro, foi simpático do movimento modernista que rejeitava os padrões estéticos da herança colonial, depois, aproximou-se das lutas operárias que questionavam os padrões de exploração vigentes. Ao passo em que se consolidava como um jornalista autodidata na cidade de Lima, a eclosão da Revolução Russa em 1917, lançou-o nos estudos sobre o socialismo e inspirou-lhe o desejo de também revolucionar seu país. Ainda segundo Bruckmann, seu diferencial estava justamente na habilidade em atrelar a reflexão teórica sobre o tema à realidade concreta que testemunhava e vivenciava no Peru, no auge das greves operárias e estudantis em um contexto de profunda efervescência social<sup>2</sup>: de um lado, utilizava o jornal como um instrumento pedagógico de formação, reflexão e difusão de ideologias e, de outro, colocava-se a serviço da organização popular, fomentando a criação do Partido Socialista do Peru

---

<sup>2</sup> As primeiras décadas do século XX, no Peru, são conhecidas como da República Aristocrática, dado seu caráter elitista e excludente. Foi, por isso, um contexto marcado também por várias insurreições populares, com destaque para o movimento estudantil nos anos 1918 e 1919 e a Greve Geral de 1919, ápice das tensões com o governo, quando os trabalhadores lutaram pela regulamentação da jornada de trabalho em 08h e o barateamento do preço dos alimentos.

junto aos setores operários, sindicais e estudantis e colaborando na criação da Central Geral de Trabalhadores do Peru/CGTP.

la experiencia a través del diario La Razón y su aproximación a la dinámica de las luchas obreras, sindicales y estudiantiles constituyen un elemento fundamental de su formación teórica y ideológica en la medida en que le permite introducirse al pensamiento socialista no como un cuerpo teórico abstracto, alejado de la realidad concreta, sino como herramienta metodológica de análisis de la realidad (*Idem*, p. 45)

Seja na Europa, seja de volta ao país, Mariátegui tornou-se um hábil produtor de conhecimento local e original porque sempre ancorou a teoria nas lutas populares de seu tempo - sem, com isso, tornar a realidade refém de um arcabouço teórico rígido, mas utilizando-a apenas como fonte dialética de reflexão (compreendendo que a teoria ajuda a entender a realidade, mas a realidade também enriquece a teoria). Assim, foi desse enraizamento que percebeu como os indígenas não poderiam ser considerados como objetos estéreis remanescentes do passado, como não podiam ser considerados apenas camponeses, como não eram apenas uma massa urbana desarticulada, como que o proletariado peruano não poderia ser reconhecido apenas pela opressão de classe, mas, sim, como que tais indígenas eram, de fato, um tipo de proletariado cuja especificidade cultural e étnica cumpria um importante papel na definição de quem eram, do que buscavam e para onde deveriam seguir.

El socialismo no se presenta entonces como construcción universal y única, sino como un 'ideario' y una 'praxis' que deben articularse a las raíces históricas sociales y culturales de una sociedad determinada. El proletariado peruano no puede reconocerse solo en su función dentro del modo de producción capitalista, sino también en su especificidad cultural y étnica. Por eso, su consciencia socialista no será solo proletaria, sino también indígena (BRUCKMANN, 2009, p. 157).

Ainda que tenha vivido no auge da hegemonia do Comintern e da III Internacional<sup>3</sup>, Mariátegui jamais nutriu esperanças de uma etapa capitalista apoiada em uma burguesia nacional, pois seu olhar atento para as condições materiais e históricas do Peru apontava para a formação de uma classe dominante que se alimentava do

---

<sup>3</sup> Para a III Internacional Comunista, a América Latina vivia ainda em condições de feudalidade, o que colocava como imperativa a necessidade de apostar em uma etapa democrático-burguesa, baseada em uma aliança com as burguesias nacionais para que fossem criadas as condições materiais que viabilizariam a revolução socialista.



imperialismo, que era agente do colonialismo interno e principal inimiga da revolução social – a tal “casta encomendera” de Zavaleta. O racismo e as condições de profunda exploração do indígena – as quais Mariátegui remetia a uma “feudalidade ainda existente” – impunham como tarefa prioritária a luta contra o latifúndio e a servidão no campo e o avanço da revolução socialista de forma imediata.

Seguindo os passos de Mariátegui, de um lado, temos Silvia Rivera Cusicanqui; de outro, Álvaro García Linera. Ambos podem ser considerados intelectuais que também se nutriram de uma mirada decolonial para produzir um conhecimento local original a respeito da “questão indígena” e partiram de um lugar demarcado nas lutas populares de seus tempos. Rivera Cusicanqui e Linera, assim como Mariátegui, são referências-chave para a reflexão que realizei sobre o protagonismo indígena na cidade de El Alto e, deste lugar, contribuíram de maneira significativa no resgate desse outro olhar sobre as lutas do passado.

Rivera Cusicanqui com seu livro, *Oprimidos pero no Vencidos: Luchas del Campesinato Aymara y Qhechwa 1900-1980* (2010; 1ª edição 1984), tornou-se uma das grandes expoentes da sociologia crítica latinoamericana. Nos anos 1980, sua atuação no sindicalismo indígena, colaborando no processo de rearticulação dos sindicatos depois dos massacres impetrados pela ditadura militar, foi a fonte de inspiração para refletir sobre o passado das organizações populares e indígenas. Ao mesmo tempo, a busca por sua própria identidade, o desejo de resgatar sua ancestralidade que havia sido negada e silenciada pelos pais, levou-a também a se debruçar sobre a história indígena de seu país, cumprindo um importante papel no processo de apontar os limites do saber acadêmico tradicional e da importância de se utilizar outras ferramentas e narrativas para alcançar as memórias subterrâneas dos indígenas, dando liga às lutas políticas do presente. Primeiro, criou o Taller de História Oral Andina (THOA) que reuniu um material riquíssimo. Atualmente, voltou-se para a "Sociología de la Imagen", como um recurso que contribui para pensar e problematizar todo o processo de encobrimento do índio na história e de trazer à tona uma memória omitida, silenciada, excluída, segregada, restituindo-lhe o protagonismo. O livro “*Oprimidos...*” propriamente dito percorre 80 anos de história do movimento camponês katarista indianista, a partir de sua própria experiência de campo. Inspirada por Rivera Cusicanqui, para a análise da cidade de El Alto, apoiei-me fundamentalmente na história oral de dirigentes e ex dirigentes das *juntas vecinales*, tal como explicarei mais adiante.

Já Álvaro García Linera é um dos principais ideólogos do governo Evo Morales e do *Movimiento Al Socialismo/MAS* através do grupo Comuna. Um dos seus últimos livros publicados no Brasil, *A Potência Plebeia: Ação Coletiva e Identidades Indígenas, Operárias e Populares na Bolívia* (BOITEMPO/CLACSO, 2010), reúne um conjunto de textos que vão desde os tempos nos quais sua produção era orientada “pelas necessidades luta política (como intelectual militante)” (STEFANONI in LINERA, 2010, p. 23), quando participou da luta armada, tendo como horizonte político um socialismo baseado nos *ayllus* e sob o protagonismo indígena, nos idos dos anos 1980 e 1990; passando por um período no qual “se inseriu mais firme no campo acadêmico” (*Idem*, p. 23) e privilegiou uma articulação teórica entre o marxismo e o indianismo inspirado em Mariátegui; até o período em que enveredou na “política institucional” junto a Evo Morales, “numa nova e tensa articulação entre práxis política e intelectual” (*Idem*, p. 23-24).

Mariátegui, Rivera Cusicanqui e Linera acabam transitando entre os dois mundos, o *criollo* e o subalterno ameríndio, e, a partir desse lugar de fala, lançam este outro olhar sobre o passado, tendo em vista as batalhas vividas no presente. A partir das provocações e possibilidades de análise histórica abertas por essa tríade, desenvolvi essa tese, compreendendo que esta mirada decolonial reconhece o protagonismo indígena em seus processos de re-existência. Como o próprio título do livro de Rivera Cusicanqui sugere, embora os indígenas tenham sido “oprimidos” em face às várias estratégias da “casta encomendera” de extingui-los, eles não foram, de fato, “vencidos”. Ao contrário, reinventaram-se, transformaram-se e transformaram o mundo a sua volta sem, contudo, perder o vínculo com suas raízes ancestrais e milenares<sup>4</sup>.

\*\*\*

---

<sup>4</sup> Conforme vimos, a escolha de Alvaro García Linera se deu por sua relevância como intelectual orgânico do MAS e pela larga bibliografia produzida pelo mesmo, na qual analisa com maiores detalhes o processo histórico-social da Bolívia em suas mais diversas dimensões, ressaltando-se sempre o protagonismo indígena. Porém, é preciso ressaltar que Linera é um homem branco, vice de um presidente indígena que fala, que discursa, que é protagonista em si na produção de conteúdo e na determinação dos rumos da história. Por essa razão, houve um trabalho de trazer esta voz também para a pesquisa ainda que não tenha encontrado referências bibliográficas com um conteúdo mais sistemático de suas contribuições. Deste modo, utilizei-me de alguns dos discursos disponíveis *online*, conferindo ênfase principalmente nas discussões a respeito do Bem Viver, tal como exposto no capítulo 3.

A minha relação com este estudo vem de uma primeira viagem à Bolívia que realizei em 2012. Terra da inesquecível e inspiradora Domitila Barrios de Chungara, ex líder do Comitê de Donas de Casa que atuava conjuntamente com o sindicalismo mineiro, cujo livro biográfico me apresentou uma perspectiva desse país muito instigadora (Cf. VIEZZER, 1982). Findo o Mestrado, tinha interesse em mergulhar mais fundo na história dos povos indígenas de nosso continente e, mais particularmente, na proposta de construção de um Estado Plurinacional e Comunitário que despontava com o Governo Evo Morales. A proposta da viagem era fazer uma primeira aproximação com essa realidade e percorrer a região andina: Sucre, Potosí, Oruru, Cochabamba, Copacabana (Lago Titicaca) e La Paz. Junto com meu companheiro, percorri vales vulcânicos, cidades mineiras, entramos em contato com poderosas tradições que remetiam a uma ancestralidade milenar que passava pela comida, pela música, pelos rituais, pelas línguas originárias, pelos outros modos de viver. No final, foi uma viagem sem grandes planejamentos, mais turística do que de pesquisa propriamente dita, mas, ainda assim, pude conhecer muita gente e perceber como que o processo personificado na figura de seu presidente, Evo Morales Ayma, era bem mais complexo do que se poderia imaginar. Trouxe muitos livros, referências, contatos e a proposta de escrever um projeto de pesquisa para o doutorado que me permitisse compreender melhor tudo aquilo que havia testemunhado.

Só entrei para o doutorado dois anos depois, em 2014, iniciando oficialmente meus estudos no ano seguinte. Desde a primeira viagem em 2012 até 2015, casei, pari uma filha, trabalhei como professora, atuei em vários movimentos sociais e finquei minhas raízes em Vargem Grande, na Zona Oeste do Rio Janeiro – terra com uma forte tradição quilombola e caiçara e com um grande potencial agroecológico que redefine os modos de viver na cidade a partir de uma outra concepção de relação com a natureza e uns com os outros. Atropelada por essa realidade, inserida nesse lugar social, percebi que quanto mais me propunha a estudar e a entender a história da Bolívia, sobretudo a partir da perspectiva dos povos originários, mais elementos eu tinha para compreender e alimentar a realidade em que vivia aqui no Brasil.

Voltei para a Bolívia em janeiro de 2017 com a família toda, com um projeto mais bem definido (mas que é sempre transformado ao entrar em contato com a realidade) e a proposta de estudar a fundo as organizações territoriais de base da cidade de El Alto, sobre as quais tratarei mais adiante. Bem diferente, portanto, da minha primeira incursão quando cheguei a Santa Cruz ainda sem um rumo bem definido, apenas com o

desejo de conhecer os Andes. Nesse segundo momento, a ideia era ampliar o diálogo com as experiências vizinhas de transformação social, buscando ouvir e aprender com outras tradições epistêmicas que pudessem contribuir no exercício de pensar um *otro mundo posible*. Ao que tudo indicava, a realidade de El Alto me parecia ser emblemática da potência de um diálogo intercultural entre as tradições indígeno-comunitárias e moderno-ocidentais: elementos estes que sobreviviam timidamente na cotidianidade (nos sistemas de ayni/ajuda mútua, nas outras economias, nos mandatos imperativos nas juntas, na ocupação das praças etc) e que, numa conjuntura de crise, despontavam como faíscas que rapidamente incendiavam todo um país<sup>5</sup>.

Assim, por um lado, dei continuidade aos estudos desenvolvidos no Mestrado, quando, voltada a questões similares, mais especificamente sobre o tema da democracia, desenvolvi uma dissertação que refletia sobre a experiência venezuelana recente em sua construção de uma “Democracia Participativa e Protagônica” ou “Estado Comunal” durante o Governo Chávez, tendo como objeto de pesquisa uma favela localizada na Zona Oeste de Caracas, a *Parroquia 23 de Enero* (BRUCE, 2011). Em 2013, a dissertação conquistou o 1º lugar no Prêmio PRONEX – Cultura Histórica e Usos do Passado (Teses & Dissertações) e foi publicada em 2016 pela Fundação Getúlio Vargas/FGV com o título “Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2013)”. Ao debruçar-me agora sobre a Bolívia, complexifico o quadro dos movimentos nacionalistas no continente que buscam novas soluções para a problemática do Estado-Nação, da democracia e, especialmente, das alternativas para o desenvolvimento capitalista na região. Tudo isso sem perder de vista a ênfase que confiro na perspectiva da história social ou da história vista pelos debaixo.

Por outro, abriu-se também um novo campo de reflexões ao deparar-me com o conceito do Bem Viver. É irônico o fato de que na medida em que eu descobria o conceito de Bem Viver pela bibliografia da Bolívia e na experiência de campo, ele começou a aparecer nos meus espaços de militância e de vida. Aqui em Vargens, junto a Coletiva Hortelã, uma coletiva de mulheres agricultoras e consumidoras que apostam na agroecologia urbana, no (re)contato com a terra como força potencializadora de transformações, na resignificação da luta pela moradia a partir do direito de plantar, na organização das mulheres, na cozinha como um lugar de fazer política, na crença de que nosso território tem vida pulsante, o Bem Viver passou a ser utilizado como um

---

<sup>5</sup> Tal premissa será demonstrada em maiores detalhes no Capítulo 2 desta tese.

horizonte de sentido a partir do qual é feito o enfrentamento ao Plano de Estruturação Urbana/PEU previsto pela Prefeitura que não reconhece tais especificidades do território e deseja transformá-lo a partir dos interesses das empreiteiras e especulação imobiliária. Percebi, então, que dos aymaras, tão distantes, lá de El Alto, ao movimento nacional de agroecologia aqui no Brasil, às mulheres negras, aos quilombolas de Vargens e às agricultoras dos rincões desse Brasil, o Bem Viver tem se tornado um referencial comum. Reservadas as especificidades e significados atribuídos a cada realidade temporal-territorial, o fato é que essa convergência demonstra como que, por fim, trata-se de um campo que resulta dos esforços de sobrevivência ou de re-existência daqueles mais oprimidos por esse sistema: povos originários, quilombolas, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres agricultoras. E, por isso, constitui-se de uma riqueza considerável para refletirmos sobre os processos históricos recentes e as expectativas que são construídas sobre o futuro. Com isso, contudo, não quero dizer que se trata de um campo consensual. Foi bem significativo, por exemplo, quando em campo, ao interpelar Silvia Rivera Cusicanqui<sup>6</sup> sobre o conceito de Bem Viver na Bolívia, ela ter sido categórica ao afirmar que isso era uma falácia do governo, uma grande mentira e que não existia. Fiquei perplexa na época, questionei meu objeto de pesquisa, o sentido de tudo aquilo que havia me proposto de fazer ali em campo, mas aos poucos, fui compreendendo as dissonâncias desse discurso, aquilo que é implícito ao conceito e prático na vida de muitas pessoas, aquilo que é apropriado e esvaziado pelo governo, aquilo que não é alcançado pelas narrativas oficiais e aquilo que expressa uma vivência real no âmbito das organizações sociais de El Alto<sup>7</sup>.

Tal digressão autobiográfica tem por objetivo também localizar-me enquanto pesquisadora no âmbito das lutas do tempo presente e de como a pesquisa desenvolvida dialoga com todas essas angustias, buscas e questionamentos sobre a realidade. Apesar do Governo Evo Morales ter se apropriado do conceito do Bem Viver e utilizá-lo como referência para suas políticas públicas, há muitas contradições no caminho. Refleti muito sobre essa questão da relação entre Líder e Povo na minha dissertação de Mestrado e, não tenho dúvidas, que é algo que também aparece aqui na Bolívia. Não me estenderei nesse tópico no momento, mas queria apenas ressaltar que, com essa tese,

---

<sup>6</sup> Na ocasião da viagem de campo, aproveitei para fazer o *Taller de Verano* da Colectiva Ch'uje, *Sociologia de la Imagen*, com Silvia Rivera Cusicanqui para aproximar-me da mirada decolonial e de um outro olhar sobre os indígenas na Bolívia, além, é claro, de ter o privilégio de um contato mais sistemático com uma das mais importantes sociólogas aymaras do continente.

<sup>7</sup> Tratarei de toda essa complexidade que diz respeito ao Bem Viver como um horizonte de sentido (ou não) no Capítulo 3 da tese.

procuro demonstrar como é tudo mais complexo do que um leitor desavisado pode presumir (no sentido de reduzir todo um processo plural de profundas transformações na Bolívia e de contradições a uma dependência única e exclusiva na figura de Evo Morales). Essa relação envolve muitas interdependências, margens de autonomia e de dialética, que afetam os rumos do processo. O protagonismo indígena das bases precisa ser considerado nessa equação e o demonstrarei nos capítulos seguintes.

É por isso que minha análise sobre a cultura política na Bolívia também parte dessa mirada decolonial acima referida, que passa pela reconstituição do processo de reexistência da comunidade indígena durante o tempo sem perder o protagonismo que lhe é inerente. Além desse aspecto, considerarei também um duplo movimento que dialoga com as dimensões que abrangem a relação entre o Líder e o Povo: aquilo que considero como um movimento *desde arriba*, isto é, que visa compreender as condições que propiciaram a eleição de Evo Morales e de que maneira o governo se apropriou e fez uso dessas tradições originárias, especialmente no que tange à temática do Bem Viver como uma proposta de transformação radical da realidade; e *desde abajo*, do ponto de vista das bases sociais, isto é, como o povo, e em especial as classes indígenas e populares, se comportam em seu cotidiano diante das contradições e conflitos que permeiam o princípio normativo anunciado pelo governo e a sua prática social.

Com relação ao processo mais amplo de compreensão da reestruturação da comunidade indígena ao longo do tempo, apoiei-me, principalmente, nos escritos de Rivera Cusicanqui e Álvaro García Linera para reconstituir uma outra histórica política da Bolívia ancorada no protagonismo indígena. É verdade que precisa ser relevado que a construção da identidade indígena e dos movimentos indígenas enquanto tais é algo relativamente recente e não corresponde necessariamente a forma como os movimentos se auto-identificavam no início da República, por exemplo. Tratam-se das novas subjetividades que surgem a partir dos anos 1970 e 1980 reflexo de mudanças globais e não específicas da Bolívia, mas que acabam por redefinir a leitura que se tem do passado. A tese caminha então na difícil reconstrução dessa história com a preocupação de conferir protagonismo a esse sujeito indígena na longa duração, buscando desviar de possíveis projeções anacrônicas sobre esse passado. Ressaltar esses cuidados é me colocar como sujeito que também é afetado pelas circunstâncias vividas pelo presente, sem qualquer pretensão de alcançar uma neutralidade diante das batalhas atuais, mas ciente dos cuidados que precisam ser tomados para que a história não se torne refém dessas mesmas batalhas.

Em relação aos movimentos *desde arriba*, já no cenário do Governo Evo Morales, trabalhei com a Nova Constituição Política do Estado, aprovada em referendo em 2009 que, com sua concepção de construção de um Estado Plurinacional e Comunitário representa a construção de uma nova concepção de poder fundamentada no reconhecimento das autonomias, da plurinacionalidade, do comunitarismo, da complementaridade em relação à *Pachamama* em oposição ao modelo do Estado-Nação Moderno-Colonial desenvolvimentista. Deste modo, a análise considerou em que termos foi regulamentada esta nova perspectiva, de que forma estas dimensões encontraram ecos no novo Pacto Social e quais foram os desafios de se levar esses princípios à prática. As leis subsequentes de fomento e normatização desses princípios também foram objeto de análise. Ainda sob o ponto de vista das políticas *desde arriba*, analisamos as propostas e programas do *Movimiento Al Socialismo/MAS*, os balanços anuais emitidos pelo governo e alguns dos discursos proferidos pelo Presidente Evo Morales. Por fim, as obras de intelectuais orgânicos do *masismo* também foram consideradas, em particular a extensa produção bibliográfica do Vice-Presidente, Álvaro García Linea, no âmbito de suas publicações institucionais que versam mais especificamente sobre o Bem Viver e o processo de transformação em curso.

Já em relação ao movimento *desde abajo*, conforme mencionado, utilizei como estudo de caso, a experiência das *juntas vecinales* da cidade de El Alto. Localizada a cerca de 10km de La Paz, é considerada uma cidade insurgente, possui um histórico de lutas que remonta à resistência ao Império Espanhol e que re-existe até os dias atuais. Nos últimos anos, teve um papel protagônico na Guerra do Gás de 2003 e na Guerra da Água de 2005, foi determinante na derrubada de dois presidentes, contribuiu de forma significativa na eleição de Evo Morales em 2005 e protagonizou o Gasolinazo de 2010. Assim que sob o atual governo, El Alto segue como um objeto de grandes disputas, devido ao seu papel chave para a manutenção da estabilidade política no país.

As *juntas vecinales* consistem em umas das principais formas de organização coletiva e popular na região. Constituem-se como um sujeito político através do qual se expressam as demandas populares e, ao mesmo tempo, articulam visões de mundo e outros modos de viver que podem desafiar as estruturas capitalistas e liberais vigentes uma vez que combinam elementos modernos (pois se assemelham às associações de moradores) e tradicionais (pois trazem aspectos constitutivos do poder da comunidade indígena oriunda dos *ayllus*). Elas existem em todo o país e “suas origens coincidem com o próprio processo de urbanização do país ao longo do século XX, no qual muitos

dos bairros nas principais cidades foram erguidos em processos autogestionados nos quais a solidariedade e o esforço coletivo foram essenciais” (CÂMARA, 2011, p.64). No caso da cidade de El Alto, à época do *levantamento* de 2003, mais de 520 *juntas vecinales* ganharam visibilidade e tornaram-se expressão emblemática do poder conferido a essas organizações de base. Para o último congresso da *Federación de Juntas Vecinales/FEJUVE* ocorrido em 2016 registraram-se 1200 *juntas*.

A *Federación de Juntas Vecinales/FEJUVE* reúne o total de *juntas vecinales* existentes em El Alto, abrangendo os dez distritos urbanos da cidade. É a partir dessas organizações coletivas, de caráter territorial, que busco compreender de que maneira são estruturadas as bases sociais do Governo Evo Morales e como são enfrentadas as contradições decorrentes entre os princípios normativos que orientam a constituição de um Estado Plurinacional e Comunitário e sua respectiva prática social.

Nesse sentido, a análise voltou-se, principalmente, para o entendimento das tradições dessa organização popular, à forma pela qual essas organizações pressionam o governo e, ao mesmo tempo, como se apropriam dos discursos e medidas vindas de cima, com vistas a seus objetivos e a suas concepções de autonomismo, plurinacionalidade, poder popular, organização horizontal, democracia participativa, Bem Viver, entre outros.

Na viagem de campo, utilizei como base a metodologia da história oral<sup>8</sup>. Foram realizadas várias entrevistas com pessoas de diferentes perfis da cidade de El Alto: ex-dirigentes de outubro de 2003, como **Irene Mamani Ojeda**, comerciante, ex-dirigente da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 1 [Santa Clara], ex-dirigente e fundadora da *Federación de Mujeres de El Alto* e dirigente do Comité Cívico de El Alto em 2017, **Luis Flores Mendonza** e **Angel Quispe**, ex-dirigentes da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 4 e atualmente assessores do vereador de El Alto, Francisco Javier Tarque (SOL.BO); **Rolando Espejo**, militante socialista, ex-dirigente vecinal e da FEJUVE pelo Distrito 2 [Nuevos Horizontes]; **Fanny Nina**, primeira e

---

<sup>8</sup> A história oral é um campo da historiografia que vem conquistando maior espaço nas pesquisas na esteira do reconhecimento do campo da História do Tempo Presente. A metodologia utilizada se pautou pelo princípio de nos afastar de qualquer modelo *survey* ou questionário. As perguntas eram abrangentes, tocavam na história de vida dos atores e, a partir daí, eram levantadas algumas questões fundamentais, como “qual a sua visão sobre El Alto?”, “o que são as *juntas vecinales*?”, “como é sua participação?”, “o que ocorreu em 2003 [Guerra do Gás]?”, “o que é o Bem Viver?”, entre outras. As entrevistas se desenrolaram como se fossem conversas e na maior parte das vezes duraram mais de 1h, pois havia uma preocupação em deixar os interlocutores à vontade para falarem o que considerassem importante, já que os processos de seleção – tanto o que se fala, tanto o que se silencia – são indicativos da visão de mundo construída (POLLAK, 1992)



única mulher presidenta da FEJUVE no ano de 2010 [GASOLINAZO] e ex dirigente vecinal pelo Distrito 5 [Mercurio]; dirigentes atuais, como **Felix Mamani**, do Distrito 8 e secretário de transportes da FEJUVE; **Juan Adolfo Paty**, também pelo Distrito 8 e secretário de assuntos internacionais da FEJUVE, **Marlene Zapata Segales** dirigente vecinal pelo Distrito 2 [Nuevos Horizontes] e dirigente da junta escolar da zona; vizinhos de base e ativistas sociais, como **Gonzalo Choquehuanca Quispe**, que atua na ONG Wayna Tambo, adstrita a Red de la Diversidad, coletivo que busca desenvolver uma intervenção cultural, educativa e comunicativa nos barrios populares abordando a singularidade das raízes indígenas locais nos espaços urbanos e que trabalha com o conceito do Bem Viver como um referencial possível; **Marina Vargas Sandoval**, ativista de Direitos Humanos, ex dirigente vecinal do Distrito 1 e atual assessora do vereador Tarquia; **Maria Luisa Vargas**, vizinha de base e dirigente da junta escolar pelo Distrito 1, **Kelly Marquez Villarroel**, estudante e vizinha de base do Distrito 4 [Villa Dolores]. Também entrevistei o vereador Francisco Javier Tarque (SOL.BO) que reuniu em sua gestão vários ex dirigentes de 2003; pesquisadores *alteños* que têm trabalhos sobre a organização popular na região, como **Carlos Revilla**, antropólogo vinculado a ONG Unitas que atua com educação popular e formação de lideranças locais em El Alto; pesquisadores de referência da cidade de El Alto, como **Juan Manuel Arbona**, estudioso de espaços públicos locais na cidade de El Alto e, por fim, com pesquisadores importantes e renomados da Bolívia, como o filósofo **Luis Tapias** do CIDES/UMSA e a socióloga aymara **Silvia Rivera Cusicanqui** (UMSA e Colectiva Ch'eje) que têm trabalhado com a complexidade da questão indígena na contemporaneidade.

Utilizei também os documentos oficiais dessas organizações, como o Estatuto Orgânico da FEJUVE EL ALTO, os Informes de Gestão da FEJUVE na ocasião da Guerra do Gás em 2003 e no Gasolinazo em 2010, bem como as resoluções aprovadas nos respectivos congressos que envolvem uma participação representativa da população de El Alto para eleição de seus dirigentes para um mandato de dois anos e que estabelecem as diretrizes de ação.

Por último, debrucei-me sobre as páginas de periódicos com intuito de analisar as repercussões de alguns dos principais eventos tratados nessa tese, com especial atenção à rápida trajetória de Fanny Nina a frente da FEJUVE e a cobertura do Gasolinazo em 2010. No caso, utilizei-me vastamente do jornal *El Alteño* que circula há 15 anos pelos distritos de El Alto, sendo o principal meio de comunicação da cidade, com uma equipe

de redação formada por Martín Balcázar Martínez (diretor), Cecilia Ramos Borda (chefe de redação), Edwin Mamani, Roberto Charca, Freddy Grover Choque, Arturo Arias y Víctor Quispe Perca (redatores) e Antonio Huanca y Juan Apaza (artistas gráficos). Também me utilizei do periódico *Jornada*, de La Paz, editado pelo Editorial Aurios e que possui um dos melhores acervos digitais. Fiz referência a outros periódicos de maneira pontual, como o *Pagina Siete*, *La Razon* e *Cambio* que são outros de importante circulação e referência nacional e internacional para notícias sobre o país.

Outro aspecto que considero importante destacar é que para esta tese tive que fazer algumas seleções para que se tornasse possível a viabilização do projeto: uma das mais delicadas foi o fato de termos concentrado nossa pesquisa entre personagens nos quais predomina uma visão mais crítica sobre o governo atual. Assim, a voz de uma base social mais vinculada ao MAS e ao Governo foi comprometida. Isso se deu tanto por conta das condições do trabalho de campo que envolve uma maior ou menor abertura dos entrevistados com os quais me foi possível o acesso, quanto pelo contexto no qual estava inserida no qual a base do governo *masista* transitava por espaços que não tive abertura e não consegui alcançar em minha breve estadia na Bolívia. Assim, acabei construindo uma relação de maior confiança, mais profunda e rica com pessoas desse perfil mais crítico, enquanto os entrevistados da base *masista* se apresentaram de forma mais burocrática e superficial.

Se a princípio este pode ser um fator que relativize a pertinência da pesquisa, por outro lado, se partirmos do pressuposto que nossa proposta é a de estudar criticamente o conjunto de representações construídas no âmbito desse processo e compreender de que maneira estas bases se relacionam com o Estado, sua compreensão segue sendo significativa para observar as margens de autonomia e de dependência existentes, ainda que com esse trabalho não se esgote todas as perspectivas.

O fundamental é considerar que a combinação de todos esses fatores foi feita com a premissa fundamental de recuperar a vivência história dos protagonistas, sua experiência e cultura política. Portanto, não se trata de partir dos conceitos para analisar a realidade, mas sair em busca desta última com vistas a comprovar ou não tais conceitos, ou mesmo, talvez, a partir deles, construir novos ângulos, inovadores.

Desta forma, considerando todos os elementos citados, a tese se estrutura da seguinte maneira:

O capítulo 1, **Do Tempo Longo ao Tempo de Curta Duração: Uma Outra História Política da Bolívia**, tem por objetivo apresentar a perspectiva histórica

decolonial do processo de reestruturação da comunidade indígena e contextualizar as condições que permitiram a ascensão de Evo Morales à presidência, conferindo ênfase ao protagonismo indígena e compreendendo os indígenas como sujeitos responsáveis pelas transformações sociais. Também tratei dos sentidos das mudanças propostas durante o Governo Evo, já que o Estado Plurinacional e Comunitário nasceu da crítica ao Estado Colonial, consequente de um gradativo movimento de etnização da política no qual, a partir das tradições originárias, seu usos e costumes, foi possível construir um bloco histórico popular e indígena que redefiniu as bases do Estado Bolivino. Por último, também considero como que a eleição de um presidente indígena não encerra as contradições inerentes à estrutura colonial que perdura e o demonstro a partir do embate ocorrido com as terras baixas e o povo guarani por ocasião da proposta do governo de construir uma estrada sobre o *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure/TIPNIS*.

O capítulo 2, ***El Alto de Pié, Nunca de Rodillas: História das Lutas Populares de uma Cidade Insurgente***, contextualiza em um aspecto local o protagonismo indígena em seu processo de desenvolvimento das lutas sociais e da organização popular na cidade de *El Alto*. Tais elementos foram centrais para que se gerassem as condições para que esta cidade se tornasse chave para a manutenção da estabilidade política no país. Conferi ênfase na análise das *juntas vecinales* e da FEJUVE pelos seus lugares de relevância nos processos insurrecionais desencadeados na cidade, a partir dos relatos de história oral de lideranças históricas, atuais e moradores ativistas coletados em viagem de campo realizada em janeiro de 2017

O capítulo 3, ***Rumo ao Bem Viver?***, analisa o que seria essa proposta de futuro pós-extrativista, quiçá pós capitalista, compreendendo as tradições milenares sobre as quais se apoia, o poder da comunidade, bem como os usos e apropriações feitos pelo governo e as contradições que engendra. No final, faço um balanço dos 11 anos do *Proceso de Cambio* e lanço algumas hipóteses interpretativas que buscam responder a algumas das perguntas levantadas nesta tese, retomando as potencialidades abertas por essa experiência e levantando alguns dos principais dilemas e desafios para o futuro.

No Capítulo 4, ***Estado, Democracia e Comunidade em Multisociedades: Uma Combinação Possível?*** à guisa de uma conclusão, analiso a possibilidade de combinar Estado, Democracia e Comunidade no âmbito de uma realidade multisocietal. Para tanto, reflito mais uma vez sobre os desafios a serem superados nessa caminhada retomando muitos dos aspectos levantados durante a tese e chamo atenção para outras

questões referentes mais especificamente à vida cotidiana, na qual constato a potência transformadora existente no âmbito do que seria uma política “bajo el radar”.

## 1. Do Tempo Longo ao Tempo de Curta Duração: Uma Outra História Política da Bolívia

### 1.1. A Re-Existência da Comunidade Indígena a partir da Mirada Decolonial

A história da Bolívia não começa com a chegada dos espanhóis e o processo de colonização. Ao contrário, há uma história milenar que remete ao processo de conformação da comunidade indígena a partir de diferentes tradições étnico-culturais. Pouco antes da chegada dos espanhóis, o *Kollasuyu* do Império Inca (isto é, o território correspondente à província do sul que englobava o Lago Titicaca e ia da Bolívia até o Chile setentrional) constituía-se como um de seus quadrantes mais rebeldes<sup>9</sup> e, como os demais, estruturavam-se tendo como base uma federação de *ayllus*. Segundo Jofe Estermann, os *ayllus* referem-se às comunidades aldeãs que reúnem várias famílias vinculadas por algum grau de parentesco, onde são estabelecidos laços de reciprocidade e são conformadas as identidades (Cf. ESTERMAN, 2005)<sup>10</sup>

Como o Império Inca, o Estado colonial espanhol também se apoiou nas estruturas dos *ayllus* para governar sobre os povos originários, de maneira que, da época pré-incaica até os dias atuais, apesar das muitas transformações pelas quais passou, o *ayllu*, sobretudo no campo, permanece como unidade básica de organização socioeconômica e cultural. Contudo, o fato de se apoiarem na estrutura dos *ayllus* para governar não significa que os espanhóis reconheçam a condição milenar de existência dos povos originários. Ao longo da história, a despeito da composição multiétnica existente, suas línguas, costumes, valores, culturas foram ignorados e invisibilizados.

Segundo René Zavaleta Mercado, o viés etnocentrado assumido pelo Estado Colonial contribuiu na constituição de uma “sociedade abigarrada”. Trata-se de uma concepção que pressupõe que entre os povos originários ocorreu um processo de dialética sem síntese entre as distintas culturas, como se essas identidades se relacionassem através de uma justaposição na qual se considera o fato de que os povos originários tiveram que assimilar uma identidade mestiça para serem inseridos perante o Estado e os direitos fundamentais, porém, sem que isso significasse substituir suas

---

<sup>9</sup> O Império Inca também pode ser denominado como *Tawantinsuyu*, o Império dos Quatro Quadrantes do Sol. Um império composto por mais de 10 milhões de habitantes e que se estendia de Cali, na Colômbia, até Valdivia, no sul do Chile, e que abrangia desde o Oceano Pacífico à selva amazônica.

<sup>10</sup> Falarei com maior profundidade sobre a comunidade indígena, seus sentidos e significados, na seção *O Poder da Comunidade*, no capítulo 3 desta tese.

identidades tradicionais. Em outras palavras, é como se a tensão ou as contradições entre diferentes complexos culturais (com assimétricas relações de poder) coexistissem sem necessariamente criar uma terceira coisa nova. Essa noção ajuda a compreender a condição de existência dos indígenas sob certas circunstâncias de dominação, nas quais foram criadas brechas para a reprodução de suas estruturas milenares, sem, contudo, haver um reconhecimento do Estado de sua existência de fato. Vale notar que o fato de não haver a síntese dessas diferenças, não significa dizer que não haja intercâmbios, comunicação e articulações possíveis. Essas pontes nem sempre são verbalizadas, mas existem (Cf. CUSICANQUI & SANTOS, 2013).

Desse modo, tais estruturas sociais correspondentes às comunidades ou às zonas autônomas de existência passaram a coexistir com a realidade moderna-ocidental. Naquelas, a despeito de toda a missão civilizatória do homem branco, foram mantidas a reprodução de valores e racionalidades próprios e uma comunicação própria que se dá a partir de diferentes formas – sobretudo pela força das tradições orais e dos rituais. São nessas realidades e intercâmbios que acabam sendo produzidas alternativas antissistêmicas de forma permanente, algumas das quais tratarei nos próximos capítulos.

Segundo relatório da CEPAL (2015), a Bolívia é um dos países com maior proporção de população indígena das Américas (62,2%), seguido por Guatemala (41%) e México (15,1%) de um total de 45 milhões de indígenas existentes no continente. Apesar desta ser apresentada muitas vezes como uma minoria exótica remanescente de um passado imemorial, a existência coetânea dos povos originários é uma evidência empírica. O problema é que há claramente um esforço de “convertir las mayorías demográficas y políticas que se alzarán en los bloqueos de 1979 y que vuelven a alzarse en 2000 y 2003, en minorías sociales dependientes de la filantropía del Occidente” (*Idem*, p. 64-65), mas a questão indígena é, sim, uma questão das maiorias (e não de minorias). Apesar desse desejo das elites de reconhecer o mundo índio como uma “minoría inofensiva y ornamental” encerrada em “museos y reservas ecológicas” sem capacidade de incidir sobre o delineamento das políticas públicas (*Idem*, p. 66), o fato é que os indígenas se recusam a assumir esse lugar e impulsionados pela potência da comunidade intervêm politicamente sobre a realidade, apontando as contradições estruturais da Modernidade Colonial e indicando outros caminhos possíveis para a humanidade.

Las movilizaciones del presente nos muestran que el intento de convertir a las masas campesinas y urbano-populares en minoría política y en cifra electoral está siendo abiertamente resistido, y surge de nuevo a la palestra la cuestión de los derechos indígenas como derecho de mayorías, y la articulación de las dimensiones de clase, étnicas y nacionales en un abanico inclusivo, en una suerte de nación de los de abajo, que quiere sacudirse la camisa de fuerza de estas élites parásitas y autoritarias (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 67).

A luta simbólica e a violência brutal com a qual o Estado responde aos intentos dos movimentos populares e indígenas de lutarem por seus direitos, demonstra como de fato a Bolívia se divide em dois mundos que, ao fim e ao cabo, literalmente não falam a mesma língua. Vale notar que mesmo nas metrópoles, é alto o índice daqueles que falam as línguas nativas. No último censo realizado, em 2012, dos aproximadamente 850 mil habitantes de El Alto identificados, 80% consideravam-se indígenas e 74% autodenominam-se aymara (INE, 2012). Como em El Alto, as regiões mais pobres do país, são as que mais falam as línguas nativas – o que é mais uma evidência de como a conformação das classes sociais se relaciona diretamente com o fator raça, para resgatar Mariátegui.

Durante décadas, a ambição do Estado *criollo* boliviano foi castelhanizar a população de forma geral e extinguir a herança indígena. Álvaro García Linera define como “cidadania de casta”, o período inicial da República Boliviana, marcado justamente por essa negação radical da condição indígena. Segundo Linera (2010, p. 102), no âmbito do Estado, seja sob orientação liberal ou conservadora, os indígenas constituíam sua externalidade. Inclusive, o ódio em relação aos indígenas e suas tradições comunitárias foi muitas vezes o que unificou as frações das classes dominantes em vários momentos de crise. O Estado republicano é um Estado de exclusão, no qual o indígena não é considerado um cidadão, a despeito daquele ter se edificado sobre os ombros desse indígena, de sua “extorsão histórica”, de sua “alienação fundadora”, convertendo suas “potências vitais” em “forças separadas e depois alheias que se voltam contra ele para domesticá-lo e submetê-lo” (LINERA, 2010, p. 151).

O cidadão é o sujeito que se constrói como o antípoda da indianidade: propriedade privada contra propriedade comum, cultura letrada contra cultura oral, soberania individual contra servidão coletiva; eis aí os fundamentos da civilidade legítima. O cidadão é, pois, o não indígena, isto é, aquele capaz de dar fé pública de ser irreconciliável com as estruturas comunais. Não há dúvidas de que a cidadania daquela época se construiu às custas da feroz negação do mundo indígena (LINERA, 2010, p. 102).

Em seu discurso de posse como Presidente Constitucional da Bolívia em 2006, Evo Morales ressaltou o silenciamento histórico dos povos originários como algo que estruturou a conformação da República boliviana, o que urgia retratação.

“Los pueblos indígenas – que son mayoría de la población boliviana–, para la prensa internacional, para que los invitados sepan: de acuerdo al último censo del 2001, el 62,2% de aymaras, de quechuas, de mojeños, de chipayas, de muratos, de guaraníes. Estos pueblos, históricamente hemos sido marginados, humillados, odiados, despreciados, condenados a la extinción. Esa es nuestra historia; a estos pueblos jamás los reconocieron como seres humanos, siendo que estos pueblos son dueños absolutos de esta noble tierra, de sus recursos naturales.[...] Hace 40, 50 años no tenían nuestros antepasados el derecho de caminar en las aceras, a entrar en la Plaza San Francisco, a la Plaza Murillo. Esa es nuestra historia, esa nuestra vivencia [...] Tenemos que acabar con el Estado colonial” (MORALES AYMA, 2006b).

Desde fins do século XIX, quando a Bolívia consolidou sua economia extrativista, houve uma ofensiva feroz contra a comunidade indígena em particular. Com o **Decreto 20 de Marzo de 1866**, o então ditador conservador Mariano Melgarejo (1864-1871) levou as terras das comunidades e *ayllus* a leilão público, o que gerou também massiva resistência. Mesmo com sua queda, os esforços em extinguir a comunidade indígena continuaram sob um discurso liberal e modernizante através da defesa do parcelamento individualizado da terra transformando os indígenas em pequenos proprietários. A **Ley de Exvinculación de 1874**, já no Governo de Tomás Frias Ametler (1872-1873 e 1874-1876), declarou a extinção da comunidade – ao menos do ponto de vista jurídico.

Na Guerra Civil de 1899 que opôs conservadores do sul e os liberais do norte, Zárate Wilka, o malku<sup>11</sup> aymara do altiplano, também participou da guerra expressando em grande medida as tensões vividas principalmente no campo diante do avanço da economia extrativista e latifundiária e sua política de extinguir a comunidade. Segundo Rivera Cusicanqui (2010, p. 85), “los territorios comunales de los ayllus veían progresivamente constreñido su espacio de reproducción y desmantelado su universo ideológico”. O monopólio da terra, do mercado e do poder político pelas elites deixou os indígenas encurralados. O projeto liberal modernizador não os contemplava, pois partia de uma natureza excludente e colonial. Wilka colocou essas contradições em

---

<sup>11</sup> *Malkus* são as autoridades comunais.



evidência e, apesar de ter iniciado a guerra ao lado dos liberais, depois desenvolveu objetivos autônomos, tais como: a restituição das terras comunais usurpadas; a luta contra a ofensiva latifundista; a defesa de um governo índio; o não reconhecimento das autoridades liberais e conservadoras (*Idem*, p. 85-86).

Ainda segundo Rivera Cusicanqui, “la rebelion de Wilka fue quizás la ultima rebelion india autonoma del periodo republicano” (*Idem*, p. 86). Ao fim, os indígenas foram derrotados e dizimados demarcando o fim de uma época. A nova República que se instaurou com a vitória liberal assentou-se sobre uma Bolívia mineradora e imbuída pelo darwinismo social. Os indígenas tornaram-se alvos de nova missão civilizatória, fadados a desaparecer. O progresso *criollo* representava o seu extermínio. Para tanto, não por acaso, nesse período, houve significativos investimentos na centralização e profissionalização do Exército Nacional, implementou-se o serviço militar obrigatório; foi criada a polícia rural (que acabou subordinada ao coronelismo local); e incrementou-se as expropriações de terras comunais tendo por base a **Ley de Exvinculación de 1874** que citei anteriormente e que aboliu a comunidade indígena. No esteio dessas ações, a classe latifundiária pôde se apropriar de tais terras e os indígenas tiveram que ou migrar para as cidades ou se submeter às péssimas condições de trabalho no campo. Quando migravam para as cidades, eram proibidos de expressar sua identidade cultural ou reproduzir seus costumes e valores. A eles era negada a condição mais elementar de cidadania, pois sequer eram reconhecidos como sujeitos.

Entre os anos 1910 e 1930 ocorreram várias rebeliões no altiplano em resposta ao governo liberal. Rivera Cusicanqui as denomina como o movimento dos “caciques-apoderados” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 95). Depois de um período de silenciamento e atomização da resistência indígena por conta do massacre operado para destruir a rebelião de Wilka no final do século XIX, a partir dos anos 1910, pode-se observar um lento processo de reestruturação das lutas indígenas com a explosão de algumas rebeliões, ainda que parcamente documentadas. As tentativas de abolir a comunidade indígena acabou gerando, como mecanismo de defesa, a “revitalización de los sistemas de autoridad comunal tradicional” que tem como base estrutural o ayllu andino (*Idem*, p. 94-950). Os “caciques-apoderados” eram os malkus e jilaqatas<sup>12</sup> dos ayllus do Altiplano que passaram a assumir funções não mais restritas aos aspectos comunais, mas atuavam como intermediários entre a comunidade e o Estado, resgatando

---

<sup>12</sup> Assim como os malkus, os jilaqatas também são autoridades comunais.

um lugar assumido por seus antepassados no período colonial. Como mencionei, uma das estratégias assumidas pelo Império Espanhol à época da colonização foi justamente o reconhecimento da comunidade indígena, optando por uma forma de domínio que se dava através da tributação sobre a mesma e não em sua eliminação. Na época foram concedidos inclusive títulos de propriedade às propriedades comunais e que deram base para as batalhas vividas no início do século.

Los elementos de un pasado remoto, que yacían en papeles antiguos y se reproducían a través de la tradición oral, de los mitos y cuentos populares fueron así puestos al servicio de una serie de demandas concretas de reforma social propuestas por los rebeldes a la cerrada sociedad oligárquica que les negaba el derecho a la existencia (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 102).

Segundo Rivera Cusicanqui (2010, p. 100), no altiplano, “o proceso de resistencia implicaba la activación de horizontes cada vez más profundos de la memoria colectiva, que permitían a los comunarios superar el presente de atomización de sus ayllus y recuperar un grado de organicidad perdido mucho tiempo atrás”. Tais comunidades agrárias ou *ayllus* não podem ser confundidas com um agregado de possessões familiares justapostas, pois a comunidade pode perfeitamente transcender o ayllu propriamente dito. Não se trata também de um sistema fechado, pois tiveram momentos nos quais os ayllus comercializaram intensamente com outras regiões (no altiplano, destacou-se, por exemplo, o comércio da quinoa) até que a concorrência trazida pelo avanço das ferrovias dificultou profundamente sua sobrevivência. Isso também se deu no início do século e tal perda de mercado também alimentou as rebeliões lideradas pelos caciques-apoderados (*Idem*, p. 95-98).

Os sucessos obtidos pelos caciques nas batalhas jurídicas e a recusa expressa das oligarquias de reconhecê-los como sujeitos de ação desencadearam uma onda de ações repressivas locais que, por outro lado, “no dejó a los comunarios otro camino que la movilizacion violenta” (*Idem*, p. 101) - porém, não sem antes criar uma ampla base de circulação de suas ideias conjugando mitos<sup>13</sup> e valores éticos. Internamente, a

---

<sup>13</sup> O Mito do Inkarrí, por exemplo, diz respeito à história do Rei Inca (Inkarí = Inca + Rei) que foi martirizado e decapitado pelos espanhóis, os quais enterraram sua cabeça em Cuzco. Porém, acredita-se que cabeça do Rei Inca continua viva, a partir da qual cresce todo um novo corpo embaixo da terra. Quando o corpo do Inca Rei estivesse completo, ele voltaria à vida para libertar seu povo do jugo colonizador. Ao longo do tempo, diversas lideranças indígenas foram interpretadas como Inkarrí ressurreto, como Tupac Amaru I, também decapitado pelo governo do Vice Rei Francisco de Toledo em 1570, ou Jose Gabriel Condorcanqui, também conhecido como Tupac Amaru II, entre outros.

construção do diálogo com as bases se dava sob a episteme aymara, já externamente, os caciques recorriam às categorias jurídicas *criollas*, o que demonstra como os comuneiros foram hábeis na apropriação das estruturas de poder e nas suas traduções possíveis. Sob cada explosão comunitária reverberava-se formulações, reflexões e demandas por direitos. O programa de reformas cacical pode ser sintetizado da seguinte maneira: restituição das terras comunais, abolição do serviço militar obrigatório, supressão dos tributos coloniais ainda existentes, representação indígena no Congresso e em instâncias de poder local, estabelecimento de escolas comunitárias e acesso livre ao mercado.

Durante décadas, a Bolívia foi conduzida por uma elite oligárquica interessada basicamente no extrativismo mineral (estanho) e na exploração do campo, entregue aos latifundiários que, por sua vez, estabeleciam relações servis de produção com os camponeses<sup>14</sup>. Desta forma, havia uma profunda dependência em relação ao mercado internacional, particularmente, com os EUA. O projeto dependentista das elites se consolidou numa lógica extremamente onerosa para o Estado, pois toda a extração estava delegada às empresas estrangeiras e o país era extremamente vulnerável à cotação dos preços no mercado internacional.

Segundo Everaldo de Oliveira Andrade (2007, p. 27), o Estado nacional era um mero instrumento nas mãos das três famílias que estavam por trás da exploração do estanho: “Simon I. Patiño, em 1931, detinha 62% do volume de exportações do estanho; Mauricio Hothschild, 26% do controle das exportações em 1938 e Carlos Aramayo, 10% em 1934”. Conseqüentemente, eram essas mesmas famílias que também controlavam a exploração do petróleo e as ferrovias, além de outros serviços de significativa importância.

Para Andrade, a Guerra do Chaco que estourou entre 1932 e 1935 é central para compreender as raízes da Revolução de 1952, pois alçou o movimento operário como uma resposta ao recrudescimento das contradições raciais, sociais e econômicas existentes no país nos tempos difíceis da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)<sup>15</sup>. O fim

---

<sup>14</sup> O imposto *ponguaje*, por exemplo, funcionava como uma escravidão por dívida.

<sup>15</sup> A Guerra do Chaco ocorreu entre a Bolívia e o Paraguai, entre 1932 e 1935, como consequência da disputa territorial do Chaco Boreal, devido à descoberta de petróleo naquela região do sopé dos Andes. O que era para ser uma guerra rápida acabou se tornando uma das maiores guerras da América do Sul no século XX, com 60 mil bolivianos mortos de um lado, e 30 mil paraguaios do outro. A Bolívia acabou perdendo o território que foi anexado pelo Paraguai. Para Zavatela (apud RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 111), a guerra teve um efeito nacionalizador, com o fomento de uma consciência “boliviana” devido à necessidade de convocar toda a população – indígenas e mestiços - para o esforço de guerra. Muitos

da Guerra do Chaco se caracteriza como um período de profunda crise econômica e crescente mobilização popular, tendo como destaque a organização sindical.

Desde os anos 1920 já havia um início de auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo do setor mineiro. No governo de Juan Bautista Saavedra (1921-1925) foram promulgadas as primeiras leis sociais do país, como consequência de uma intensificação do processo de sindicalização e organização da classe trabalhadora – ainda que nos moldes do corporativismo. Instituiu-se, assim, a jornada de trabalho de 8h, a indenização por acidentes de trabalho, o direito à greve, entre outros. Porém, do ponto de vista político, o sistema de relações clientelistas que estruturava a democracia oligárquica permanecia intacto. Justamente por ter sido incapaz de atender plenamente as demandas populares, ainda que se tenha concedido alguns direitos, nesse período, foram comandados massacres para manter o povo sob controle. Por fim, acabou ocorrendo o colapso da legitimidade do governo, repercutindo em amplos setores. A penetração de capital estrangeiro na economia se intensificou e, nos anos seguintes, cresceu também a demanda pelo resgate da soberania nacional.

Se até os anos 1950, a base dos movimentos sociais reivindicatórios ainda era fundamentalmente comunitária, a partir de então, um novo sujeito assumiu o protagonismo: os sindicalistas mineiros. Durante as décadas de 1930 e 1940 multiplicaram-se os núcleos de discussão política que, por sua vez, foram se aglutinando e convergindo para um novo formato de partidos políticos. Nas cidades, surgiram o *Partido Obrero Revolucionario*/POR, de orientação trotskista; o *Partido de Izquierda Revolucionario*/PIR, de orientação stalinista; e o *Movimiento Nacionalista Revolucionario*/MNR, de orientação nacionalista e antioligárquico, para citarmos os mais importantes.

Os pequenos grupos marxistas e socialistas da década de 20 desenvolveram-se e ganharam crescente audiência política no pós-guerra, entre os quais se destacou o Partido Obrero Revolucionario [...]. O Congresso que deu origem ao POR, realizado em junho de 1935 na cidade de Córdoba, Argentina, representou uma primeira síntese do movimento das esquerdas bolivianas, tratando-se do primeiro partido político que surge diretamente influenciado pela crise política gerada pela Guerra do Chaco. (ANDRADE, 2007, p. 34).

---

indígenas que foram para a guerra devido ao recrutamento obrigatório, acabaram utilizando o argumento de participação na guerra “em nome da Bolívia” para obter direitos.

No campo, houve uma rearticulação das lutas com a tática da “huelga de brazos caídos” nas *haciendas* elaborada a partir de uma articulação entre colonos e setores urbanos radicalizados. O governo de Gualberto Villarroel López (1943-1946) foi o clímax do movimento popular grevista e foi quando ocorreu também o *Primer Congreso Indígena* (1945) de nível nacional reunindo centenas de *malkus, jilaqatas* e *alcaldes* índios com um efeito simbólico bem representativo. Villarroel havia participado da Guerra do Chaco e representava uma geração de jovens oficiais imbuídos pelo nacionalismo que tinha como propósito reformar a estrutura política oligárquica boliviana. Ascendeu ao poder através de um golpe de Estado e governou em coalizão com o *Movimiento Nacionalista Revolucionario/MNR*.

Com tom paternalista e escuta às demandas indígenas, atendeu a algumas determinações do *Primer Congreso Indígena*, acabando com o *pongueaje* e procurou manter um canal aberto de diálogo entre o Estado e as comunidades indígenas retomando, assim, uma velha tradição existente de relações estatais-comunitárias nos moldes corporativistas. Não à toa, o presidente era chamado de “Tata” (pai, em aymara). Deste modo, o governo apoiado pelo MNR representava uma ruptura com a concepção oligárquica de que os indígenas deveriam ser extintos e passou a reconhecê-los como sujeitos com demandas que precisavam ser atendidas.

Por outro lado, tal aproximação com o campesinato indígena favoreceu em grande medida para o linchamento e enforcamento de “Tata” em 1946, após a invasão do Palacio Queimado, por uma multidão formada pela plebe urbana, insatisfeitos com a condução do governo. Para Rivera Cusicanqui, a fúria popular que matou Villarroel expressa a “paranoia colectiva del asedio índio”, “de la memoria de los ciclos rebeldes de Túpac Katari y Zárate Willka”. Sua morte foi celebrada como a “muerte del padre de los índios”. E, com isso, inaugurou-se uma nova onda de perseguições e busca pelo extermínio da “indianada” e centenas de focos rebeldes (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 123).

Do ponto de vista das resistências, as diferentes ações que se seguiram no final da década de 40, não tinham exatamente uma coordenação. Eram levadas a cabo pelo campesinato indígena a partir de diferentes lideranças e que apontavam para diferentes táticas: ações sindicais, greves de braços caídos, ocupações de *haciendas*, entre outros. Vale notar que muitos ex-sindicalistas que haviam atuado no setor mineiro, diante da crise econômica que acometia o país, haviam voltado para suas comunidades de origem, levando consigo toda a experiência acumulada na participação sindical. Com isso, são

fundadas também algumas organizações, como a *Federación Obrera Local/FOL* que era uma espécie de expressão urbana do movimento dos caciques apoderados, agregando várias categorias de base oriundas dos estratos indígenas. Tais organizações consolidaram uma agenda em torno da reivindicação da “abolición del servicio militar obligatorio, de la prestación vial y otros impuestos, restitución de las tierras de comunidades usurpadas por los hacendados y creación de escuelas em las comunidades y haciendas” e também da “abolición definitiva del pongueaje, reconocimiento legal a los sindicatos agrarios surgidos en el Congreso Indio de 1945” e também criticavam a perda do acesso ao mercado por parte de várias comunidades devido à expansão das ferrovias (*Idem*, p. 127).

A resposta do Estado a tais focos de insurgência foi a repressão violenta cuja maior expressão foi o *Massacre de Catavi*, em 1942, que ficou gravado na memória do movimento operário boliviano, quando os trabalhadores, junto com suas mulheres e filhos, foram massacrados indiscriminadamente depois de uma passeata que contava com mais de oito mil pessoas.

O Massacre serviu para impulsionar definitivamente, sob a liderança do POR, o movimento mineiro. Em 1946, depois de um grande Congresso, foi lançado um conjunto de teses que marcava uma posição bem definida do movimento operário boliviano fortemente inclinado à Revolução Socialista.

A repressão acabou por atingir também setores mais privilegiados e contribuiu para uma convergência entre os movimentos indígenas comunitários e o MNR com a criação das primeiras células indígenas camponesas na órbita nacionalista. A partir daí, a influência do MNR foi crescendo sobre as lideranças indígenas e os movimentos camponeses. Tal aproximação colaborou também para um afastamento do movimento camponês de pautas que diziam respeito mais especificamente aos interesses comunitários (como a restituição das terras comunitárias, por exemplo) em prol de uma agenda mais voltada para a “modernização” do país, com a criação de um mercado mais inclusivo, a ampliação do sistema educacional, a reforma agrária, entre outros. O movimento operário urbano foi assumindo o protagonismo e, apesar de uma anunciada aliança operário-camponesa, perdurava a visão civilizatória sobre o campo. Concretamente, o projeto de mestiçagem do MNR era a adoção unilateral dos valores, da língua, dos modos de pensamento tipicamente urbanos, excluindo qualquer forma de multiculturalismo ou multilinguismo. Nessa lógica, era preciso transformar os indígenas em camponeses e manter suas lideranças sob controle, de modo que todo o conteúdo

étnico-comunitário fosse gradativamente colonizado pelo discurso da “igualdade cidadã”. Por isso, para Rivera Cusicanqui, “el triunfo de 1952 sorprenderá al campesinato índio con el fin, momentáneo, de su utopia comunitária” (*Idem*, p. 129).

## 1.2. A Revolução Nacionalista de 1952: Um Divisor de Águas

A Revolução Nacionalista de 1952 é resultado do colapso da República Oligárquica provocado pelo insustentável paradoxo de um governo que pretensamente deveria expressar a vontade geral, mas que seguia silenciando e exterminando a voz indígena. Como aponta Linera (2010, p. 105), em 1952, as classes populares e indígenas, armadas, foram à luta conquistar aquilo que consideravam ser seu de direito. A despeito de todos os esforços de cooptação, a cidadania emergente desse processo teve como ponto de partida a “ação autônoma da plebe” e o “sindicato” como principal sujeito político de organização popular.

Nesse cenário, a cidadania de castas cedeu lugar a uma cidadania corporativa, na qual o grau de democratização do Estado passou a estar relacionado a sua permeabilidade à intrusão sindical e não necessariamente a quantidade de votos. É o sindicato que viabiliza a cidadania. Ainda que não diretamente, esta perspectiva de uma estrutura corporativista mediada pelo sindicato é também herdeira das tradições comunais-agrárias, haja vista que a partir destas, compreende-se uma concepção de cidadania não individualizada, na qual se fundem direitos políticos e direitos sociais.

As *Tesis de Pulacayo* escritas pelo sindicalismo mineiro podem ser consideradas um dos documentos de maior relevância dos movimentos sociais da América Latina. Nelas pode-se observar que, apesar de indígenas, o discurso se pautava principalmente em um arsenal marxista-trotskista utilizado para interpretar as contradições nas quais estavam imersos e os caminhos para sua libertação. Eram antes de tudo mineiros, operários, sindicalistas, proletários.

1.- El proletariado, aún en Bolivia, constituye la clase social revolucionaria por excelencia. Los trabajadores de las minas, el sector más avanzado y combativo del proletariado nacional [...] 2.- Bolivia es un país capitalista atrasado. Dentro de la amalgama de los más diversos estadios de evolución económica, predomina cualitativamente la explotación capitalista, y las otras formaciones económico-sociales constituyen herencia de nuestro pasado histórico. De esta evidencia arranca el predominio del proletariado en la política nacional.[...] 6.- Los países atrasados se mueven bajo el signo de la

presión imperialista, su desarrollo tiene un carácter combinado [...]. El proletariado de los países atrasados está obligado a combinar la lucha por las tareas demo-burguesas con la lucha por las reivindicaciones socialistas. Ambas etapas -la democrática y la socialista- “no están separadas en la lucha por etapas históricas sino que surgen inmediatamente las unas de las otras” (FSTMB, 1946).

Foi com esse arcabouço teórico e epistêmico que, em meio a uma conjuntura que beirava a guerra civil, que Victor Paz Estenssoro, líder do *Movimiento Nacionalista Revolucionario/MNR*, chegou ao poder, em 1952, visando um governo de coalisão entre setores reformistas e as classes populares organizadas. Na ocasião, havia-se formado a *Central Obrera de Bolívia/COB* com ampla representatividade e houve esforços no sentido de se criar um co-governo entre movimentos sociais e o Estado recém conquistado.

Os dias de insurreição revolucionária que abalaram a Bolívia entre 09 e 11 de abril representavam o ápice de um longo processo em que as massas populares tomaram em suas próprias mãos a história do país. Suplantando os planos, os preparativos e as conspirações cotidianas da maioria dos grupos e dos partidos políticos, a massa revolucionária tornara-se personagem central. É esse personagem, de mil faces e mil braços, de ações sincronizadas e espontânea, que agiu e realizou, sem deixar muitos registros de suas pequenas ações, a grande insurreição de abril de 1952. Por esse motivo, 1952 não foi apenas um momento político de profundidade e dimensões revolucionárias, mas representou uma mudança de grau e de métodos da luta política na Bolívia (ANDRADE, 2007, p. 74)

Porém, nessa dimensão de participação cidadã via sindicatos, não havia ainda uma demanda consolidada pela democratização do executivo propriamente dito. Ao contrario, a compreensão do poder político estatal como atribuição personalizada de uma liderança reafirmava ainda a estrutura política nacional-colonialista. Nos anos 1950, as classes populares e indígenas não se veem governando de fato: “a democratização do espaço político é meramente interpeladora, não executiva; isto é, a plebe se sente com o novo direito de falar, de resistir, de aceitar, de pressionar, de exigir, de impor um rosário de demandas aos governantes, mas *jamais poderá ver a si mesma no ato de governar*” (LINERA, 2010, p. 106).

Domitila Barrios de Chungara<sup>16</sup> corrobora tal hipótese ao afirmar em seu depoimento autobiográfico à Moema Viezzer nos anos 1970 que o ano de 1952 havia

---

<sup>16</sup> Domitila foi líder do Comitê de Donas de Casa, do centro mineiro Siglo XX, que atuava de maneira complementar ao sindicalismo mineiro de um dos maiores centros de exploração de estanho da Bolívia.



sido realmente uma “conquista popular”, mas que, no entanto, “nós, o povo, a classe operária, os camponeses, não estávamos preparados para tomar o poder”. Segundo a liderança do Comitê de Donas de Casa, na época, “como não entendíamos nada de leis, como não sabíamos como se governava um país, entregamos o poder à pequena burguesia que dizia ser nossa amiga, que dizia estar de acordo com nossas ideias”. Isso se deu porque “nós sempre fomos educados com a ideia de que somente aqueles que têm estudos, que vivem bem e que foram a universidade é que podem governar um país”. Obviamente que as classes populares e indígenas não estariam aptas segundo tais critérios a governar ainda que tenham sido as protagonistas do processo revolucionário. O resultado é que foram nacionalizadas as minas, foi feita a reforma agrária, porém, tudo acabou sendo “traído” (CHUNGARA in VIEZZER, 1982, p. 44).

A nacionalização das minas serviu apenas para que elas passassem a outros donos e outros se enriquecessem. Ou seja, não mudou nada. Em 42 e em 49, o governo massacrou o povo da Siglo XX em apoio aos “barões do estanho”, que eram os donos da mina. Depois de haver custado tanto ao povo a revolução de 52, da mesma maneira, ou talvez mais cruel, o governo procedeu novamente a dois massacres na Siglo XX, em 65 e 67. Além do mais, quando nacionalizaram as minas, as máquinas já estavam velhas, o governo não tinha acessórios e então, tudo vai de mal a pior. E são sempre os mineiros, os que pagam (*Idem*, p. 46)

Assim, o Estado havia admitido compartilhar o processo deliberativo com os sindicatos na medida em que se tratou de uma concessão necessária diante de uma realidade na qual as classes populares e indígenas encontravam-se armadas e determinadas a participar desses espaços, mas, no momento em que se estabiliza a nova ordem e o Estado decide retirar a legitimidade dos sindicatos e, com estes, desmorona todo esse processo de cidadanização, bem como sua forma de nacionalização subjacente.

Apesar de alguns avanços no âmbito de um diálogo mais aberto com o Estado, a Revolução Nacionalista de 1952 ainda se deu sob bases coloniais na medida em que a premissa básica da nacionalização da população consistia em uma “taylorização do espírito social” por intermédio da “igualação compulsiva por meio da propriedade privada, da lei, da escolarização universal, do serviço militar e demais tecnologias de cidadanização estatizada que começam a funcionar tão logo dispersou-se a fumaça da

---

Ao falar sobre sua vida, suas lutas, suas conquistas e suas dores, Domitila Barrios de Chungara também expressa uma boa parte da história de seu país a partir de uma perspectiva dos “de abajo”.

insurreição popular de abril” (LINERA, 2010, p. 154). Com isso, ratifica-se a máxima do “cidadão civilizado” e o indígena é, mais uma vez, silenciado em sua existência. Tem prosseguimento a descomunitarização da vida em nome de uma pretensa – e até mesmo falsa - igualdade entre indivíduos profundamente diferentes. Trata-se de uma “decapitação das realidades sociais com distinto conteúdo étnico-cultural e produtivo-organizativo” (*Idem*, p. 156).

A essa altura, a COB havia se constituído como um novo poder emanado diretamente dos movimentos operários com uma orientação revolucionária, sem interferência do Estado e que levantava as seguintes bandeiras: “revogação das leis antioperárias, nacionalização das minas e ferrovias, realização de uma reforma agrária, diversificação da economia e melhoria dos salários” (ANDRADE, 2017, p. 88). Nos primeiros meses, o governo do MNR era extremamente dependente da instituição. Mesmo nos primeiros anos após a Revolução, os sindicatos ainda conseguiam expressar várias demandas vindas de suas bases sociais como a exigência da redistribuição das terras aos camponeses e a organização das milícias armadas. Nesse período, houve inclusive uma maior entrada das comunidades camponesas nos mercados, observando-se um claro aumento das feiras e povoados, bem como uma maior visibilidade desses sujeitos que, atendendo aos convites pela cidadanização, retiraram-se de seu “exílio” e passaram a ocupar as zonas urbanas e promoveram algumas ações de “*asedio*”<sup>17</sup> em alguns locais. Há, assim, uma mistura de práticas tradicionais de luta e um novo contexto de restabelecimento de relações entre camponeses-indígenas e a população urbano-criolla das cidades. Para Rivera Cusicanqui (2010, p. 164), esse período pode ser conceituado como de uma fase de “*subordinación activa*” dos sindicatos, sobretudo no âmbito rural que é seu objeto de análise. Isso significa que, embora os sindicatos reconhecessem a soberania do Estado – já que através do mesmo obtiveram ingresso nos mercados e nas estruturas de poder-, ainda mantinham algumas margens de autonomia em suas ações.

Contudo, na medida em que a COB decidiu compor com o governo, teve início também um gradual processo de burocratização, corrupção e clientelismo que acabou neutralizando o ímpeto revolucionário presente nas propostas. Se o MNR conseguiu, por fim, esvaziar o conteúdo revolucionário presente na COB, por outro lado, é provável

---

<sup>17</sup> Um *asedio* ou sitio é uma tática militar secular dos indígenas na qual se realiza um bloqueio prolongado de uma dada região, acompanhado de expropriações de vários tipos.

que sequer tivesse entrado em pauta o tema da reforma agrária ou tivesse se efetivado a nacionalização do estanho se eles não estivessem presentes.

Em 2 de outubro de 1952 foi construída a *Corporación Minera de Bolívia/COMIBOL* e, em 2 de agosto de 1953, foi assinado o decreto-lei da Reforma Agrária. Esta última, contudo, não reconheceu as tradições indígenas, sacramentando um modelo capitalista de desenvolvimento agrário, incentivando a grande empresa agrícola e indenizando os proprietários. Santa Cruz ficou ainda mais poderosa, pois era a região onde se concentravam as grandes propriedades agrícolas empresariais.

A dependência da Bolívia em relação aos EUA se manteve durante a Revolução de 1952 e a subserviência com a qual o MNR se relacionou com a potência imperialista, permitiu que esta última interferisse de maneira definitiva nos rumos do processo, contribuindo para o seu esfacelamento.

Pouco a pouco, na medida em que a COB ruía com divisões internas, a ala moderada do MNR assumiu as rédeas do Estado e, com esta, uma série de medidas foi retrocedendo alguns avanços trazidos pela Revolução, como a assinatura do Código do Petróleo de 1956 que, na prática, permitia que as empresas multinacionais controlassem a extração do petróleo, depois de 15 anos de controle estatal.

Como afirmei, nesse contexto, os indígenas tiveram que aprender o espanhol e se submeterem ao paradigma liberal, a despeito de suas crenças, valores e mecanismos próprios de organização política. Linera chama de “aniquilamento linguístico e organizativo”, os esforços de converter os indígenas em cidadãos individualizados, em camponeses (LINERA, 2010).

Em suma, o processo insurrecional que levou à Revolução de 1952 envolveu uma ampla mobilização operário-camponesa que foi determinante para impor a capitulação da ordem oligárquica anterior. Porém, tão logo estabelecida a *Pax Revolucionaria*, as tentativas de controle das forças sindicais populares também se efetivaram. Como vimos, houve, em um primeiro momento, um incentivo à sindicalização massiva das milícias operárias e camponesas, mas, em seguida, foram implementadas medidas com intuito de cercear sua autonomia, dentre as quais Rivera Cusicanqui cita ainda o incentivo às disputas faccionais, o *prebendalismo*<sup>18</sup>, o clientelismo, o caudilhismo e a corrupção (*Idem*, p.143). Em suas palavras, “todo el intento de autonomía ideológica es sistemáticamente marginalizado, y se subordina a los sectores potencialmente

---

<sup>18</sup> *Prebendalismo* é expressão do patrimonialismo, no qual os bens públicos são utilizados como moeda de troca para o atendimento a interesses privados.

conflictivos en un proceso de degradación que termina borrando los contornos democráticos iniciales de la incorporación campesina al proyecto movimientista” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 143).

Após 1958, tem início um período de maior polarização ideológica e fragmentação do movimento, com o aumento das tensões entre setores mais burocratizados já flutuando na órbita mais direta do MNR e setores mais radicalizados aproximando-se da COB. É nesse contexto em que se arma a guerrilha liderada por Che Guevara.

Nos anos 1960, consumou-se a crise e foi aberto um caminho para que a direita, apoiada em um bloco empresarial-militar, derrubasse o governo nacionalista do MNR e, com General Barrientos (1966-1969), rumasse em direção ao endurecimento do regime, à abertura ao capital estrangeiro e ao controle definitivo sobre o campo com a assinatura do Pacto Militar-Camponês. Este último tinha por objetivo substituir a articulação sindicato-partido-Estado estabelecido durante a Revolução Nacionalista por uma relação direta com os camponeses, ancorada no Exército e no personalismo carismático do próprio Barrientos, configurando-se, assim, um Estado Paternalista. Porém, mesmo com tais esforços, já em seu governo, muitas dissidências se acumularam denunciando as medidas implementadas, como a brutal repressão ao movimento mineiro – vide os massacres no complexo Catavi-Siglo XX - e algumas medidas de ajustes fiscais. O Massacre de São João em 1967 pode ser considerado um dos maiores da história da Bolívia. Ocorrido na mina Siglo XX, o Exército dizimou a população mineira que comemorava os festejos de São João.

Foi no amanhecer de 24 de Junho de 1967 que aconteceu a grande matança que nós chamamos de Massacre de São João. Foi uma coisa terrível, pois tudo aconteceu de surpresa.

No acampamento se ouviam os rojões e as bombinhas que costumamos soltar nessa festa e que é uma maneira de manifestar nossa alegria. E veio o exército e começou a disparar. Isto confundiu muito as pessoas, já que, a princípio, pensava-se que aquele barulho era de fogos.

O exército planificou tudo. Alguns chegaram como civis. Em vagões, vieram pela estação de Cancañiri. Desceram e passaram bala em todos que encontravam pelo caminho. Foi algo terrível, terrível!... (CHUNGARA in VIEZZER, 1982, p. 106).

O cineasta Jorge Sanjinés immortalizou o episódio com o filme *El Coraje del Pueblo* (1971). No filme de viés antropológico, no qual os atores eram os próprios

sobreviventes do massacre e que, por sua vez, colaboraram na construção do roteiro<sup>19</sup>, foi denunciado tanto massacres anteriores, quanto a forma através da qual os mineiros foram pegos de surpresa, retirados de suas casas pelas tropas do exército e massacrados.

A morte prematura do General Barrientos em 1969 permitiu que o cenário se radicalizasse ainda mais: de um lado, a COB começou a se reestruturar e recuperou força e popularidade entre os movimentos sociais; de outro, a posição das direitas se endurecia com seus objetivos de retornar à ordem pré-52. A situação ficou bastante tensa. Os enfrentamentos tornaram-se cada vez mais frequentes. A COB convocou uma greve geral e a ditadura foi obrigada a convocar eleições.

Com o General Juan José Torres do MNR no poder foi proposto novamente um co-governo com os operários. Porém, a postura do novo governo era ambígua, pois ainda que se tratasse de um governo disposto a compor uma frente antifascista contra o eixo empresarial e da agroindústria apoiado por parte do aparato militar e das classes médias altas, o nacionalismo de Torres também era uma forma de frear os movimentos sociais impedindo uma possível radicalização socialista.

Não à toa, muitas polêmicas se seguiram aos esforços de compor esse co-governo, já que para amplos setores da COB era fundamental não cometer os mesmos erros do passado e, se, por um lado, acabaram aceitando alguns ministérios oferecidos pelo governo, por outro, tentaram se afastar de um lugar de linha auxiliar articulando um poder paralelo que deveria responder pela condução das políticas nacionais: a formação de um “parlamento operário-popular”, a Assembléia do Povo, espaço deliberativo e executivo através do qual se exerceria a democracia direta e o poder popular.

As tentativas do governo de trazer o movimento independente da COB para dentro do Estado foram infrutíferas. Ainda que o nacionalismo de Torres incorporasse muitas pautas importantes das classes populares e indígenas, tais como a estatização dos ramos principais da economia, o enfrentamento ao imperialismo e o compromisso com

---

<sup>19</sup> Sanjinés participou do movimento do *Tercer Cine* que era uma proposta de cinema de *liberación*, subversivo, militante, revolucionário. Dentre suas principais características, destacam-se: a recusa do cinema comercial e custoso; a valorização da perspectiva autoral (cinema de autores, porém autores coletivos); a denúncia dos monopólios das grandes empresas cinematográficas e distribuidoras; a busca dos temas nacionais, regionais, autênticos e politicamente eficazes; o desenvolvimento de uma estética própria; um explícito caráter de denúncia; a filiação política de boa parte dos cineastas; o aproveitamento de circuitos alternativos para difusão; a proposta de unir teoria e prática em prol da transformação da realidade (VILLAÇA, Mariana. *Cinema Cubano: Revolução e Política Cultural*. São Paulo, Alameda, 2010, p. 166). No âmbito da Bolívia, mais particularmente, Sanjinés protagonizou uma proposta de um *cine junto al pueblo*, no qual o objetivo era evidenciar, desmascarar os verdadeiros culpados das tragédias dos povos e fazer cinema para o povo índio que teia uma outra forma de pensar e captar as mensagens, o que impunha a necessidade de mergulhar nessa realidade e compreender como se forja esse pensamento e cosmovisão para que o filme pudesse chegar e fazer sentido a esses povos.

políticas sociais, a idéia da Assembléia do Povo se tornou cada vez mais forte a ponto em que, em maio de 1971, foi realizada a Assembleia Nacional do Povo em uma realidade na qual estava colocada uma dualidade de poderes. A experiência da Comuna de La Paz, como assim também foi chamada, foi objeto da tese de Everaldo Andrade que foi publicada com o título *Bolívia: Democracia e Revolução: A Comuna de 1971*, no qual o autor analisa com maior profundidade o que muitos chamaram de o “primeiro soviete da América Latina” (COGGIOLA in ANDRADE, 2011, p. 10). Andrade chama atenção para um aspecto que também é evidente na análise das *juntas vecinales* de El Alto que é a convergência de dois mundos da resistência, de um lado, o indígena com suas raízes milenares de luta contra o colonialismo, e o operário que esteve no âmago dos enfrentamentos de classe no século XX. Em outras palavras, o autor considera a Assembleia de 1971 como uma “síntese das tradições internacionais da democracia, dos Conselhos Operários com as práticas e tradições locais de democracia direta e formas de autogoverno” (ANDRADE, 2011, p. 12). Conforme mencionei, o movimento operário da Bolívia, especialmente o mineiro, vinha de uma trajetória de organização popular bastante significativa desde os anos 1940 que reunia um referencial teórico marxista-trotskista, mas o combinava também com práticas herdeiras do comunitarismo indígena-originário.

Nesse contexto, houve algumas tentativas de golpe por parte das direitas, insatisfeitas com o Governo Torres e temerosas das movimentações populares para a constituição de um novo poder. Foram impedidas por ampla mobilização popular que, por sinal, acabou servindo para impulsionar de fato a constituição da Assembleia. Nas ruas, nas manifestações, era possível observar referências ao “socialismo”, à necessidade de se distribuir “armas para o povo”, à necessidade de “nacionalização de minas”, ao enfrentamento ao “imperialismo estadunidense” e ao “fascismo”, entre outros (*Idem*, p. 85-86). Tais premissas, na sequência, seriam incorporadas e regulamentadas pela Assembleia Popular.

Torres tentou contrapor a esse processo que corria paralelamente ao Estado com uma proposta de Assembleia Constituinte que fracassou. No projeto da Assembleia havia “uma tentativa consciente de impulsionar a auto-organização e a constituição de um poder operário e popular a partir das mobilizações antigolpistas” (*Idem*, p. 91). Havia critérios muito bem definidos para a eleição das representações políticas e

sindicais que poderiam participar com vistas a ampliar a soberania popular em uma escala nacional<sup>20</sup>.

A Assembleia Popular foi aberta num ambiente de grande euforia revolucionária. Sua mobilização relembrou os momentos de grande participação após a revolução de abril de 1952, quando os acontecimentos históricos mais importantes eram protagonizados por milhares de homens e mulheres mobilizados. Os delegados presentes representavam diversas organizações políticas, sindicais e populares do país (*Idem*, p. 108).

Seu formato assemelhava-se muito ao de um Conselho Operário trazido, em grande medida, pela liderança mineira do seu Comando Político. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas para viabilizar tal projeto, a Assembleia contou com a participação de um conjunto amplo de forças políticas e ganhou expressiva popularidade nacional e interanacional. Naquele momento, foi negada a participação da *Federación Nacional de Juntas Vecinales* por não atender aos critérios enunciados

Dentre as resoluções e encaminhamentos discutidos pela Assembleia, destacam-se: a aposta na greve insurrecional e violência revolucionária para enfrentar os golpistas; a criação dos tribunais populares com um sistema popular de justiça; o controle operário sobre a mineração estatal (gestão majoritária); a defesa de milícias armadas e populares (armamento da classe operária e camponesa); um projeto de reforma universitária inspirada na tradição autonomista de Córdoba, com intuito de estabelecer uma Universidade Única, operária e comprometida com a causa revolucionária; o incentivo, a proteção e a preservação das obras dos artistas revolucionários marcando uma posição a favor da cultura e da arte politicamente engajadas; entre outros. Alguns desses temas não chegaram ao plenário final, mas são emblemáticos para refletir sobre a dimensão das discussões que atravessaram esse espaço de poder.

Se examinarmos o conjunto de temas que a sessão nacional da Assembleia Nacional ousou debater e elaborar, vemos não apenas uma

---

<sup>20</sup> “Entre as exigências para a eleição dos delegados estava o reconhecimento dos documentos básicos da Assembleia: a tese política do 4º Congresso da COB e as Bases Constitutivas da Assembleia de Fevereiro de 1971. [...] o direito de voto não era universal [...] as classes proprietárias não tinham direitos políticos. [...] a classe operária deveria ter obrigatoriamente pelo menos 60% dos delegados presentes em todas as reuniões e em todos os níveis [...] Os delegados deveriam ser sustentados pelas suas entidades e manter absoluta independência financeira em relação ao governo” (ANDRADE, 2011, p. 126-131). Além disso, os mandatos deveriam ser imperativos e revogáveis, o que colocava o representante eleito como “porta-voz de políticas previamente discutidas, não podendo se posicionar sobre novas questões sem antes consultar suas bases (*Idem*, p. 151).

simples arena de discussões artificiais - como seus adversários buscaram fixar - mas um autêntico impulso de constituição de um novo poder político. A Assembleia estava localizada neste momento no centro de luta política do país e era levada, apesar de todas as suas limitações e conflitos internos, a deliberar sobre um conjunto de questões mais amplas da vida nacional. Reivindicações concretas do povo boliviano começaram a ser discutidas e deliberadas. São essas características que lhes dão autoridade crescente e os traços gerais de um Conselho Operário em desenvolvimento (*Idem*, p. 227).

Com o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional, na sequência teria início as Assembleias Regionais cuja função seria dar continuidade ao processo, enraizando e capilarizando essa nova estrutura de poder. Contudo, seu funcionamento dependeu da capacidade de ação dos partidos, sindicatos e movimentos sociais de cada região. Apesar de terem um teor mais pragmático, ancorado nas demandas das realidades mais concretas e objetivas, a exceção de uma ou outra região com uma característica de maior mobilização popular e operária, tratava-se ainda de um processo precário e frágil no âmbito nacional.

Por outro lado, as direitas também organizavam um golpe que pudesse frear o processo desencadeado acima. Tendo como base social a pequena burguesia, a agroindústria cruceña e boa parte do comando militar e contando com o apoio dos EUA e das ditaduras do Cone Sul, engendrou-se uma guerra civil que derrubou Torres e impediu o reinício dos trabalhos da Assembleia Nacional previsto para ocorrer ainda naquele ano<sup>21</sup>. A prisão de Hugo Banzer, umas das principais lideranças desse movimento, foi o estopim para o início da ação militar que, em poucos dias, mesmo com a resistência armada dos trabalhadores em muitas cidades, instituiu uma nova ordem política ditatorial com o fechamento das universidades, o estabelecimento da censura, a perseguição e morte das lideranças operárias e populares (contando, inclusive, com o apoio da Operação Condor das ditaduras do Cone Sul) e um novo tempo para a história desse país.

Foi assim que um país miserável economicamente, excludente, refém dos interesses de uma elite oligárquica, atravessado por profundas desigualdades sociais e estrutural discriminação racial, tornou-se terreno fértil para a redefinição de estratégias

---

<sup>21</sup> A Assembleia Nacional teve o seu ato inaugural no dia 1o de maio de 1971 com o desfile de delegações vindas de várias partes do país (eram 221 delegados) e estabelecendo como sede o parlamento boliviano. Os trabalhos foram iniciados efetivamente em junho e foram encerrados em julho. Entre julho e agosto deveriam ocorrer as Assembleias Regionais para, em seguida, reabrir a segunda sessão da Assembleia Nacional, no dia 7 de setembro daquele mesmo ano. Porém, o golpe foi deflagrado em agosto impedindo que esse objetivo fosse alcançado.



de re-existência e de formulação de horizontes emancipatórios possíveis. Apesar de ter sido uma experiência significativa que remete às tradições revolucionárias desse país, tanto a Assembléia Nacional, quando as Assembléias Regionais, não foram capazes de impedir o golpe de Estado de Hugo Banzer. Com este, restabeleceu-se o projeto neo-oligárquico, antinacional, repressivo e que provocou uma crise estatal generalizada. Houve a suspensão dos partidos políticos e sindicatos. O ditador só foi derrubado em 1976 devido às pressões *desde abajo*, seguindo-se um período de profunda instabilidade política e de crise estrutural de representatividade do regime republicano. Diante de tal crise, os movimentos populares e indígenas reorganizam-se e, desta vez, pautaram um novo horizonte político: rumo ao Estado com o propósito de transformá-lo radicalmente sob seu protagonismo.

Por isso, eu penso que, se nós vamos fazer uma revolução no futuro, nosso governo terá que ser de nossa origem, terá que ser operário, terá que ser camponês. Só assim teremos a garantia de que nós estaremos no poder. Porque só aqueles que sabem perfurar uma rocha, só aqueles que sabem o que é trabalhar e ganhar o pão de cada dia com o suor de seu rosto, é que poderão fazer leis para controlar e proteger a felicidade da grande maioria que é explorada (CHUNGARA in VIEZZER, 1982, p. 45).

### 1.3. A Etnização da Política: Indígenas Rumo à Conquista do Estado

Anos 1970. Uma conjuntura global marcada pela ascensão de novas subjetividades pós-estruturalistas, como os movimentos ecologistas, feministas, antirracistas, étnicos, em defesa dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, pós-coloniais. Na Bolívia, no cenário de rearticulação dos movimentos sociais, uma das mais significativas organizações que surgiram foi a Federação Camponesa Tupac Katari<sup>22</sup>. Tratava-se de um movimento que procurava representar o campesinato indígena boliviano e que tinha duras críticas aos tradicionais movimentos de esquerda que jamais contemplaram a questão étnica em suas plataformas de luta. O sindicalismo katarista denunciava “a exploração econômica e política dos povos indígenas, o

---

<sup>22</sup> No século XVIII, junto a uma grande quantidade de comunidades e ayllus, Bartolina Sisa e Tupac Katari lideraram uma insurgência contra a administração colonial espanhola. A revolta articulou-se com outros movimentos no país vizinho, o Peru, e tinha como projeto construir um governo indígena com base nos *ayllus*. Apesar de derrotados militarmente, Sisa e Katari tornaram-se referência histórica para as lutas populares.

genocídio cultural e a discriminação que os privava de toda a vida pública” (ANDRADE, 2007, p. 167).

Inspirado nas ideias de Fausto Reinaga, é considerado o primeiro movimento indianista contemporâneo da Bolívia. Os kataristas introduziram a leitura da história da Bolívia como a passagem da dominação colonial ao colonialismo interno mantido pelas elites republicanas e contribuíram para a construção de uma identidade “indígena” aimará-*quéchu*a (STEFANONI in LINERA, 2010, p. 12 [nota 3]).

No mesmo esteio, em La Paz e El Alto, várias organizações aymaras, como *Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink’a*, *Centro Campesino Túpac Katari*, *Asociación de Estudiantes Campesinos de Bolivia*, *Asociación nacional de Profesores Campesinos*, assinaram um documento de grande repercussão intitulado “Primer Manifiesto de Tiahuanaco<sup>23</sup>” (1973) no qual se sintetizam algumas das principais propostas oriundas dessa crescente “indianização da política”, reivindicando valores ancestrais dos povos originários e empreendendo a partir daí um processo de descolonização política, econômica e cultural.

‘Un pueblo que oprime a otro pueblo no puede ser libre’ dijo el Inca Yupanqui a los españoles. Nosotros, los campesinos quechuas y aymaras lo mismo que los de otras culturas autóctonas del país, decimos lo mismo. Nos sentimos económicamente explotados y cultural y políticamente oprimidos. En Bolivia no ha habido una integración de culturas sino una superposición y dominación habiendo permanecido nosotros, en el estrato más bajo y explotado de esa pirámide [...] Los campesinos queremos el desarrollo económico pero partiendo de nuestros propios valores [...] Somos extranjeros en nuestro propio país. No se han respetado nuestras virtudes ni nuestra visión propia del mundo y de la vida [...] Para que exista un equilibrio de intereses y de representación los campesinos deben tener su propio partido que represente sus intereses sociales, culturales y económicos. Este será el único medio para que pueda existir una participación política real y positiva, y la única manera de hacer posible un desarrollo autentico e integral (PRIMER MANIFIESTO..., 1973)

O Manifesto foi expressão de um primeiro momento de uma nova geração de movimentos populares e indígenas que reconheciam a potência inscrita em seu mundo decolonial e como, a partir dele, era possível de fato postular outros rumos possíveis

---

<sup>23</sup> A civilização Tiahuanaco é uma das principais precursoras do Império Inca, constituiu-se como um poder regional no território que hoje corresponde à Bolívia por mais de cinco séculos e cujo apogeu se deu entre os anos 300 e 1000. Seu principal sítio arqueológico localiza-se próximo a cidade de La Paz onde até hoje se realizam cerimônias religiosas e políticas.

para a Bolívia. Os kataristas e indianistas foram aqueles que deram voz ao ressentimento índio e *cholo* diante da discriminação racial e cultural e do rebaixamento de sua cidadania. Os massacres protagonizados pelo Estado, como o de Tolata, de Todos os Santos, de Colquiri, também evidenciavam o quão distante o regime vigente se encontrava dos reais interesses dessa população. Por outro lado, os bloqueios, a tática do cerco e a resistência a tais ações arbitrárias sinalizavam, de igual maneira, a força ainda presente de tradições milenares que se reiventavam nas lutas do presente. A comunidade indígena segue constituindo-se como um dos eixos estruturadores dessa reexistência que potencializa as lutas populares e alimenta as outras possibilidades de ver o mundo. Ao mesmo tempo, ocorre o esvaziamento dos movimentos de esquerda tradicionais, como o dos mineiros, devido à repressão, ao aprofundamento das desigualdades no país e ao esgotamento das minas que fez com que muitos trabalhadores tivessem que ir para outras regiões no campo ou nas cidades em busca de emprego, para fugir da fome.

O processo de etnização da política deve ser compreendido de maneira ampla e complexa, pois há uma diversidade étnica e ideológica que abarca diversas perspectivas sobre o passado, as formas através das quais as lutas que deveriam se travadas no presente e os horizontes futuros. Enquanto alguns movimentos caminharam para uma perspectiva neoliberal do multiculturalismo como veremos adiante, outras gradativamente foram assumindo um viés de maior ruptura com o governo colonial e postularam alternativas antissistêmicas. Para este trabalho conferi ênfase nas perspectivas que se desdobraram no segundo caso, sem deixar de fazer referência a outras possibilidades e sem ter qualquer pretensão de esgotar as múltiplas visões existentes (inclusive das que negam o Estado em um sentido mais amplo e irrestrito).

Deste modo, ao passo em que se agudizava a crise generalizada nas instituições formais, sejam elas públicas ou privadas, crescia também o desejo de alguns desses movimentos populares e indígenas de participar de forma mais categórica nas esferas de decisão, podendo, assim, operar algumas mudanças de caráter mais ou menos radical. Com uma tentativa de responder a tais pressões, a partir dos anos 1980 e 1990, aumentou o apelo retórico em favor da igualdade, liberdade e soberania, bem como do multiculturalismo e pluralismo por parte das elites *criollas*. Porém, essas últimas tinham como objetivo neutralizar e fragmentar as demandas e aspirações populares e indígenas que, naquele momento, iam num sentido de exigir com maior contundência o reconhecimento de sua cidadania plena e de uma outra lógica de mercado que de fato os

incluísse. Ao invés do reconhecimento dessa condição de sujeito político que pleiteia direitos e propõe outras formas de conceber o mundo, houve ainda uma tentativa de adotar medidas culturalistas e assistencialistas sem maior impacto sobre essas populações. Com uma retórica pós-moderna e com uma base social indígena mais conversadora, foi possível resumir as demandas indígenas a um discurso em prol da etnicidade, esvaziando o reconhecimento do outro enquanto sujeito e essencializando ou ornamento sua condição em um sentido puramente estético. Desta forma, foi possível, mais uma vez, reduzir a maioria da população em uma minoria estereotipada que não corresponde à realidade.

Em 1979, foi fundado o *Movimiento Indio Tupaj Katari* (MITK), partido político que buscava condensar as ideias indigenistas em uma plataforma eleitoral, através do qual foi possível eleger alguns representantes para o Parlamento, o que provocou reações da direita e da esquerda tradicional. No mesmo ano, foi fundada também a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia/CSUTCB* como parte dos esforços da reminiscente COB de se somar junto aos karatistas em um objetivo comum pela descolonização da Bolívia e em favor dos povos indígenas. A partir dos povos amazônicos do Oriente, foi formada a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia/CIDOB* em 1982. Várias outras pequenas organizações de conteúdo indigenista também começaram a surgir<sup>24</sup> e, já nos anos 1990, muitas destas, sobretudo as andinas, desembocaram no *Ejército Guerrillero Tupac Katari/EGTK* com o objetivo de, através da luta armada, implementar na Bolívia um socialismo baseado nos *ayllus*. Diferentemente do foquismo clássico, o EGTK chegou a distribuir armas para as comunidades indígenas conferindo-lhes um papel revolucionário, porém, não lograram alcançar seus objetivos e foram desarticulados pela repressão.

Como parte desse contexto e, mais particularmente, como reflexo da política de repressão do Estado à produção da coca<sup>25</sup> surgiu também o movimento cocaleiro de El

---

<sup>24</sup> Partido Indio de Bolivia/PIB; MINKA/Movimiento Indio Katari; KIPUS/Kollasuyo Indio Poder Único Socialista; MRTK/Movimiento Revolucionario Túpac Katari; Federación de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa; Federación Sindical de Trabajadores Campesinos de La Paz Túpac Katari; Federación de Estudiantes Secundarios de la ciudad de La Paz; Federación de Estudiantes de la Universidad Popular Túpac Katari, entre outros.

<sup>25</sup> A coca é uma planta sagrada milenar utilizada por povos indígenas nos Andes. Estudos comprovaram que sua utilização data de 3.000 a.C. Durante o período Inca, nos séculos XV e XVI, a folha era adorada como filha da Pachamama, através da qual os povos indígenas entravam em contato com os deuses. Ainda no Império, e mesmo antes dos Incas, as propriedades da planta foram descobertas e era utilizada como analgésicos para fazer cirurgias de grande agressão. Com a chegada dos espanhóis, o uso da folha era tão disseminado, que foi impossível proibi-la, apesar dos esforços de certos setores da Igreja. Sobretudo depois com a exploração das minas de prata e de ouro, a coca se tornou ainda mais

Chapare, no Departamento de Cochabamba. Defendida como planta sagrada e milenar, a coca tornou-se símbolo da resistência indígena diante dos interesses imperialistas e dos governos neoliberais. A luta em defesa da coca se converteu em luta em favor da soberania nacional, estruturada a partir de uma forma de sindicalismo que miscigenava tradições mineiras e indígenas (dos *ayllus*).

Também nos Andes, a partir de 1993, autoridades originárias de vários *ayllus* das “terras altas” iniciaram a formação de um Conselho que se consolidou como *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*/CONAMQ em 1997, a partir da defesa de um Estado Plurinacional regido por valores e princípios ancestrais.

Enquanto isso, desde as “terras baixas” amazônicas, ainda em 1990, ocorreu a *Marcha Por La Vida Dignidad y Territorio* protagonizada por guaranis de diferentes grupos em repúdio às ações de madeireiras e de pecuaristas em suas terras de origem, exigindo a demarcação das mesmas, a soberania sobre o território e o autogoverno segundo princípios e normas tradicionais. Partindo de Trinidad, no Beni, rumo à La Paz, a marcha reuniu milhares de pessoas em luta não apenas pela terra, mas pelo *território*, o que pressupõe toda uma concepção do espaço visando uma “reapropriação social da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Como consequência da ascensão desses movimentos e também de uma política global que caminhava no sentido de reconhecer as “minorias” excluídas de representação liberal, houve na Bolívia alguns avanços significativos referentes à questão indígena do ponto de vista do reconhecimento de direitos fundamentais. Em 1989, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho/OIT assinou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes que se tornou importante ferramenta de pressão sobre os governos locais. A Bolívia ratificou a convenção em 1991, teve seu primeiro vice-presidente aymara, Victor Hugo Cárdenas, durante o primeiro mandato de Gonzalo “Goni” Sánchez de Losada (1993-1997), promoveu uma reforma constitucional em 1994 que acabou por reconhecer, pela primeira vez, o caráter multiétnico e pluricultural da Nação, bem como o direito à posse da terra aos territórios ocupados pelas comunidades originárias – até então, os indígenas só tinham o direito ao usufruto do território- e promulgou a Lei de Participação Popular

---

fundamental para a sobrevivência dos indígenas naquelas condições totalmente inóspitas de trabalho e exploração. A coca é, deste modo, um elemento cultural que media as relações sociais. Foi somente em 1858 que o alemão Albert Neimann, produziu pela primeira vez a cocaína, a partir da folha de coca.

que abriu espaço para a municipalização do poder, favorecendo às organizações indígenas.

Contudo, apesar de avanços significativos na legislação, houve um esforço por parte dos governos instituídos em esvaziar o conteúdo revolucionário de algumas organizações indígenas em favor de uma concepção que assimilasse esse componente multicultural, sem, contudo, alterar de fato as estruturas que contribuíam para reproduzir o colonialismo interno. Nesse sentido, o Governo Goni foi simbólico de uma agenda neoliberal acomodada em setores mais conservadores do indigenismo e que resultou em um processo de desresponsabilização do Estado da resolução das problemáticas sociais. Nos anos 1990 e 2000 ocorre o auge das reformas desse tipo e que resultou em um recrudescimento das desigualdades sociais, afetando diretamente as classes populares e indígenas.

Os limites evidentes desses governos no sentido de atender às demandas crescentes, somado ao impacto econômico-social do neoliberalismo, levaram a um período de *levantamientos* populares, no qual as classes populares e indígenas foram às ruas reivindicar suas bandeiras, constituindo-se enquanto poderes paralelos que não mais respondiam ao Estado. Os dois principais episódios foram a Guerra da Água, em 2000, em Cochabamba, em resposta à tentativa do governo de privatizar a água, e a Guerra do Gás, em 2003, em La Paz/El Alto em resposta ao aumento dos impostos e ao projeto do governo de exportar o gás e outras fontes naturais através do Chile – inimigos eternos dos bolivianos por ter-lhes anexado sua única saída para o mar. Ambas as insurreições foram vitoriosas politicamente, porém, deram-se às custas de muitas vidas devido à repressão do Estado.

Na esteira dessa efervescência social, coube ao *Movimiento al Socialismo/MAS*, que havia sido criado em 1995 como Instrumento Político para Soberania dos Povos, sob o protagonismo dos cocaleiros de El Chapare, o papel de constituir um bloco histórico capaz de agregar diversos setores populares e indígenas descontentes em prol de uma candidatura comum que representasse o protagonismo indígena na tomada de decisões, explicitando a necessidade de modificar as estruturas que regiam o país, a começar pela própria Constituição. Evo Morales Ayma que já havia se destacado como sindicalista, presidente de seis federações cocaleiras desde 1996, eleito senador pelo MAS em 1997, que participou ativamente das manifestações de rua durante os anos 1990 e 2000, foi escolhido como candidato à presidência. Perdeu por 1,6% as eleições

de 2002 e, em 2005, foi eleito com 53,74% dos votos (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2002 e 2005).

#### 1.4. Novos Tempos: A Ascensão do Estado Plurinacional e Comunitário

*Hoy día empieza un nuevo año para los pueblos originarios del mundo,  
una nueva vida en que buscamos igualdad y justicia,  
una nueva era, un nuevo milênio para todos los pueblos del mundo,  
desde acá Tiahuanacu, desde acá La Paz, Bolivia.*  
**Evo Morales Ayma, 2006**

Com a eleição de Evo Morales, o MAS já reunia um conjunto muito mais amplo de movimentos sociais que os que deram impulso a sua formação, incorporando as classes médias urbanas e até mesmo o pequeno e médio empresariado. A fórmula do *poncho* e da *gravata* representado pelo presidente indígena e o vice-presidente, Álvaro García Linera, respectivamente, expressa um esforço em agregar diferentes setores da sociedade boliviana em prol de um projeto comum de transformações orientado a favorecer as classes populares e indígenas. Na prática, essa premissa tendeu a uma postura mais moderada e conciliatória do MAS, afastando-se em certa medida do radicalismo indígena que lhe deu origem. Havia, nesse sentido, um duplo papel a ser cumprido por este Instrumento Político: o de mobilizar e, ao mesmo tempo, moderar os movimentos sociais.

Tal como defendido na campanha, uma das primeiras medidas do governo foi convocar uma Assembleia Nacional Constituinte/ANC para que os povos originários, finalmente, pudessem participar de sua idealização. Segundo Evo Morales (2006a),

el año 1825 cuando se fundó Bolivia, después de que muchos, o miles o millones de aymaras, de quechuas, de guaraníes participaron en la lucha por la independencia, ellos no participaron en la fundación de Bolivia; se marginó la participación de los pueblos indígenas originarios en la fundación de Bolivia en el año 1825, por eso los pueblos indígenas originarios reclaman refundar Bolivia mediante la Asamblea Constituyente.

A ANC foi inaugurada em Sucre, capital jurídica da Bolívia<sup>26</sup>, em 06 de agosto de 2006, contando com a participação desses novos atores políticos, isto é, as classes

<sup>26</sup> A Bolívia possui duas capitais: Sucre e La Paz. Isso se deve à Guerra Federal (1898-1901), uma guerra civil que opôs os liberais de La Paz (norte) contra os conservadores de Sucre (sul) em disputa pela

populares e indígenas, devidamente caracterizadas segundo os seus respectivos costumes e que carregavam consigo contribuições inovadoras para redefinir o Estado e estabelecer, de fato, um novo Pacto Social.

Segundo Salvador Schavelzan (2010, p. 2), pela primeira vez na história da Bolívia, os constituintes tinham a “fisionomia das maiorias do povo”. Além destes, os representantes da Meia Lua boliviana, referentes aos Estados de Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija, regiões que concentram as principais riquezas naturais do país e com forte protagonismo de setores oligárquicos, também se fizeram presentes.

Depois de sete meses de discussões a respeito dos critérios de funcionamento da Constituinte, ficou estabelecida uma maioria de dois terços para aprovar os artigos individualmente e a Constituição como um todo, conforme defendido pelos representantes da Meia Lua. Esta decisão prejudicou o MAS, que havia conquistado a maioria simples de 50,7% (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2006) das cadeiras, mas não era suficiente para impedir os inúmeros atrasos dos encaminhamentos em função da dificuldade de se construir consensos naquela proporção. Aberta a nova Carta em 2006, só foi levada a referendo popular em 2009, após atravessar intensos conflitos.

Foram criadas 21 comissões responsáveis por realizar Encontros Territoriais Temáticos em várias partes do país, contando, assim, com ampla participação da sociedade civil e também se tornando alvo de pressões cada vez maiores de ambas as partes. Uma das principais dizia respeito à “capitalidade”, quer dizer, qual o local apropriado de fato para encaminhar a Constituinte: Sucre ou La Paz? Enquanto setores da Meia Lua defendiam a manutenção na sede jurídica, as classes populares e indígenas defendiam a transferência para La Paz, onde teriam maior influência. Outra tensão dizia respeito à defesa das autonomias, bandeira tradicional do movimento indígena, mas que naquela conjuntura havia sido apropriada pela minoria branca da Meia Lua opositora com contornos separatistas.

Desde a constituição do Pacto de Unidade, em 2002, entre diversos movimentos populares e indígenas em favor de um bloco histórico unificado na candidatura de Evo Morales, havia se elaborado uma proposta de Constituição que foi defendida pelo MAS tanto na “agenda de outubro”, na ocasião da Guerra do Gás de 2003 e que orientou as eleições de 2005, quanto nos trabalhos da Constituinte. Uma das principais metas dos

---

liderança da Bolívia. Resultou na derrota do sul e, com isso, na mudança da capital do país, ou pelo menos dos Poderes Executivos e Legislativos, para La Paz. Sucre permaneceria apenas como sede do Poder Judicial.



constituintes deste grupo era aprovar o caráter Plurinacional e Comunitário do Estado Boliviano.

A “plurinacionalidade” não era um conceito novo. Ao contrário, os limites do modelo monocultural do Estado-Nação já vinham sendo questionados em diversas partes do mundo e vimos como, na década de 1990, já se discutia com maior intensidade o caráter multiétnico da população boliviana e a necessidade de se criar mecanismos que garantissem maior visibilidade às diferenças existentes no interior do Estado. Porém, se, por um lado, a proposta era se afastar do “monoculturalismo da assimilação” que visava integrar o indígena à vida nacional de forma colonial e silenciadora, como foi na Revolução de 1952; por outro, também procurava se diferenciar de um multiculturalismo que reconhecia a diferença desde que “continue subordinada, restringida”, como foi na ocasião das reformas da década de 1990 (SCHAVELZON, 2010, p. 5).

Para os representantes do MAS e do Pacto de Unidade, reivindicar a plurinacionalidade e comunitarismo na Constituinte tinha profundas implicações, pois envolvia: denunciar o colonialismo interno e apontar para os mecanismos de descolonização e retratação histórica necessários; resgatar as tradições comunitaristas dos *ayllus* e organizações indígenas; defender a autodeterminação dos povos originários e a autogestão; incorporar a noção de direitos coletivos (e não apenas individuais) e de pluralismo jurídico; diversificar as práticas democráticas, incluindo procedimentos quantitativos e qualitativos de participação e de tomada de decisões; estabelecer novas territorialidades que pudessem reconhecer os diferentes tipo de autonomia; incluir novos sujeitos políticos no pacto social, como a natureza e os “seres da terra”; determinar o fim do latifúndio e garantir o controle dos recursos naturais pelo povo, entre outros.

Para Boaventura de Souza Santos (2010, p. 23), emergia dessas pautas um “novo constitucionalismo” que procurava dar respostas ao embate entre uma constitucionalidade invisível dos *ayllus*, povoados, *markas*<sup>27</sup> e territórios originários e a constitucionalidade moderno-liberal que até então havia orientado o Estado-Nação. Porém, foi um tortuoso caminho combinar ambas as tradições.

A paralisia da Assembleia Constituinte levou a um aumento das tensões entre a oposição e as classes populares e indígenas. O governo chegou a transferi-la do centro de Sucre para um quartel militar nos arredores da cidade para que pudesse ser aprovada,

---

<sup>27</sup> É um espaço local, transcomunitário, que abarca vários *ayllus*.

mesmo sem a participação da oposição, deixando os assuntos mais polêmicos (como os relativos ao tamanho da propriedade agrária e a questão das autonomias) para serem decididos em referendo dirimitório posteriormente. Contudo, a estratégia não deu certo.

Setores da oposição partiram para radicalização: greves de fome, hostilização do presidente, impedindo sua presença nos departamentos opositoristas, tomada de prédios públicos e instalações de produção e distribuição de hidrocarbonetos (gerando graves prejuízos), chegando até mesmo a reivindicarem a independência da Meia Lua do território nacional boliviano. No Departamento de Pando, violentos confrontos levaram à morte de 18 pessoas favoráveis ao governo e mais de 40 feridas, no episódio conhecido como Masacre del Porvernir.

Já desgastado inclusive com suas bases sociais, Evo Morales e o MAS decidiram propor um referendo revogatório presidencial e do governo dos departamentos. Ao mesmo tempo, a oposição puxou um “referendo autonômico” para aprovar o Estatuto da Autonomia sobre as regiões da Meia Lua. Era uma demonstração de força. Tanto de um lado, quanto de outro. Com isso, esperava-se superar o imbróglio.

Realizados em 2008, no referendo revogatório presidencial, Morales saiu vitorioso com 67,43%, porcentagem maior da que tinha recebido quando eleito em 2005 (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2008). A maior parte dos *prefectos* (representantes dos departamentos) também foi ratificada, inclusive os da oposição. Já em relação ao referendo autonômico na Meia Lua, apesar dos resultados favoráveis ao Estatuto, houve altos índices de abstenção (em Santa Cruz e Beni, 35%, em Pando, 46%) que, quando somados aos votantes que não apoiaram o estatuto, resultava em uma vitória para oposição muito frágil (CHAVES; SÁ; ARAUJO, 2009, p. 153-154).

Sem apoio internacional para levar adiante o projeto de se tornar independente do território nacional boliviano<sup>28</sup> e com os resultados dos referendos, oposição e governo tiveram de voltar ao diálogo. Foi decidido que os assuntos mais polêmicos, como o das autonomias e do latifúndio, seriam, de fato, relegados para um segundo momento.

A Nova Constituição Política do Estado/NCPE foi, finalmente, encaminhada a referendo no dia 25 de janeiro de 2009. Foi aprovada com 61,43% dos votos, com uma participação de mais de 90% dos habilitados a votar (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2009a). Porém, perdeu em todos os departamentos da Meia Lua, o que gerou mais uma situação de tensão na região, pois a oposição, se valendo dos princípios de autonomia,

---

<sup>28</sup> Tanto a UNASUL, criada em 2008, quanto a OEA se posicionaram contrariamente às pretensões separatistas da Meia Lua, deixando-a isolada.

passou a reivindicar um estatuto diferenciado para aquela região uma vez que a Constituição não havia sido aprovada em seus Estados. Mais uma vez, estes setores não tiveram força para levar a cabo as ameaças e acabaram submetendo-se ao novo Pacto Social.

Em seu Preambulo, a NCPE ratificou a derrubada do Estado Colonial e a ascensão do Estado Plurinacional nos seguintes termos:

Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos (NCPE, 2009)

Ao lado dos cânones do constitucionalismo liberal, a Nova Constituição Política do Estado/NCPE inova no sentido de reconhecer efetivamente os povos originários e seu conjunto de valores e tradições, bem como a necessidade de se avançar na desconstrução do colonialismo interno. Foram reconhecidas as línguas indígenas como idiomas oficiais da nação (artigo 5); agregou aos símbolos oficiais, a whipalla, por exemplo (artigo 6); estabeleceu princípios ético-morais inspirados nas tradições andinas tais como a tríade incaica *ama qhilla* (não seja ocioso), *ama llulla* (não seja mentiroso) e *ama suwa* (não seja ladrão), além do *suma qamaña* (viver bem), *ñanderejo* (vida harmoniosa), *teko kavi* (vida boa), *ivi maraei* (terra sem mal) e *qhapaj ñan* (caminho ou vida nobre) (artigo 8); institucionalizou a interculturalidade (artigo 178), a pluralidade jurídica (reconhecendo o sujeito coletivo) e a proporcionalidade para ocupação de cargos; ampliou a democracia para formas diretas, participativas e comunitárias (artigo 11); estabeleceu critérios mais específicos para a defesa e preservação da *Pachamama* (artigos 380 a 392); entre outros aspectos.

A NCPE pode ser considerada uma das mais radicais da América Latina e única na história ocidental, no que diz respeito à regulamentação de um Estado multicultural, descentralizado, com autonomias e forte incremento à participação popular.

### 1.5. E as Terras Baixas?

*Compreender a Bolívia desde as terras baixas e da Amazônia, sobretudo através dos povos que habitam a região atual de TIPNIS, é compreender a Bolívia desde os mais subalternos entre os mais subalternos grupos sociais/etnias da Bolívia*  
**Carlos Walter Porto-Gonçalves, 2013**

A eleição de um presidente indígena em 2005 e a assinatura de uma nova Constituição representam uma nova etapa de lutas populares e indígenas na Bolívia. Se, por um lado, não podemos compreender a chegada de Evo Morales à presidência sem um quadro anterior de organização e movimentos populares e indígenas, por outro, o fato de ser indígena, não o torna imune às críticas e contradições inerentes a tomada do cargo mais importante da Nação.

A recente polêmica que se instaurou a partir do indicativo do governo de construir uma estrada que atravessaria o *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuire/TIPNIS* é emblemático de uma polarização entre os apoiadores de Evo Morales das “terras altas” (Andes, em sua maioria vinculados ao movimento cocaleiro) e a resistência guarani das “terras baixas” (florestas da região amazônica).

Em 2011, 500 mil chegaram a La Paz depois de marchar desde as “terras baixas” amazônicas contra este projeto. Localizado entre os departamentos de Cochabamba (ao sul) e Beni (ao norte), o TIPNIS tem pouco mais de um milhão de hectares e é propriedade coletiva de aproximadamente 15 mil pessoas de três povoados indígenas: moxeños, yurakarés e chimanes. O projeto de construção da estrada vinha sendo esboçado desde 2007 e previa um traçado de 306km, unindo Vila Tunari, no Departamento de Cochabamba (sul) a San Ignacio de Moxos, em Beni (norte).

Figura 1



### Mapa da construção da estrada em TIPNIS

Fonte: Pagina Siete (In: <http://eju.tv/2011/09/vicepresidente-habla-de-5-rutas-pero-todas-pasan-por-tipnis-ambientalistas-de-brasil-respaldan-a-indgenas-bolivianos/> - consulta em 18/05/2015)

Para o governo, o projeto está inscrito no Plano Nacional de Desenvolvimento/PND e no Plano de Governo 2010-2015 que prevê uma “revolução viária” no país com a construção de dezenas de estradas e pontes para promover a integração territorial e otimizar as políticas de escoamento de produtos. Por outro lado, o projeto também se inscreve no âmbito das iniciativas de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana/IIRSA que tem por objetivo promover a integração física do continente para atender às demandas crescentes do mercado asiático, com forte apoio de potências regionais, como o Brasil.

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves e Milson Betancourt (2013, p. 38-39),

la IIRSA no es solamente un conjunto de carreteras, puertos, aeropuertos, hidroeléctricas y redes de comunicación. Es todo un modelo societario, político, económico y cultural, que engendra conflictos de territorialidades que suelen ser violentos, y que se viene imponiendo desde arriba a partir de la reconfiguración espacial del subcontinente, a través de las infraestructuras como primer paso, pero que inexorablemente tiende a ser una política de transformación/eliminación de las territorialidades existentes. Hay un fuerte componente moderno-colonial subyacente a este proyecto, al

que se le suman las diferencias entre indígenas donde el prejuicio y la discriminación también se hacen presentes

Além disso, em TIPNIS, estão em choque vários interesses. Os geógrafos Porto-Gonçalves e Betancourt mapearam as tensões existentes nesse território e em suas fronteiras, que, por sua vez, apontam para um conflito epistêmico e político entre os povos amazônicos e as visões de desenvolvimento de matriz eurocêntrica, bem como os desafios de se levar a cabo uma soberania plurinacional e comunitária de forma ampla e irrestrita: em primeiro lugar, há os interesses dos indígenas que vivem nas Terras Comunitárias de Origem/TCOs, espalhados por dentro de TIPNIS, que não foram consultados sobre o projeto da estrada e baseiam sua vida numa economia étnica fundamentada nos ritmos biovegetativos dos ecossistemas que ali existem<sup>29</sup>, com um forte componente familiar, comunal e coletivo (*Idem*, p. 25-26); em segundo lugar, na região nordeste (Alto Securé), houve concessões do governo a empresas que exploram a extração de madeira e que, muitas vezes, leva a desocupação e expropriação de comunidades existentes (*Idem*, p. 26-27); no noroeste (Bajo Securé e Bajo Isiboro) predominam atividades de pecuária, onde ocorre muita concentração de terras e de poder nas mãos de algumas famílias que permanentemente tensionam com as fronteiras agrícolas do parque para expandir a criação do gado (*Idem*, p.27-28); ao sul, ocorreu a colonização da área por parte de agricultores andinos *quéchuas* e *aymaras* interessados em expandir a produção da coca, priorizando uma produção para o mercado a partir de propriedades individuais (*Idem*, p.28-32); por fim, há também uma zona petroleira, na serra, dentro do TIPNIS, cujas áreas de exploração vem sendo ampliadas através de concessões e contratos com empresas como a Petrobrás (Brasil) e Total (França) e que se constituem no mote principal para a construção da estrada (*Idem*, p. 33-34). Vale mencionar que na região de Santa Cruz, a leste, um pouco mais distante, mas que também avança em direção ao TIPNIS, criando mais tensões, estão grandes investimentos na área do agronegócio que demanda crescentes quantidades de terra e de água para atender ao mercado de commodities (produção de soja e cana, por exemplo) e que também se beneficiaria com este projeto de integração (*Idem*, p. 34).

Com aprovação do crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES do Brasil que financiaria 80% do empreendimento, e a chegada das primeiras máquinas, foi organizada a *VIII Marcha por la Vida Dignidad y Territorio*

---

<sup>29</sup> Trata-se de uma lógica submetida à produtividade biológica dos bosques tropicais que propicia a pesca, a caça, a coleta e uma agricultura itinerante.

rumo a La Paz com apoio de organizações importantes, como a CIDOB, a COB e a CONAMAQ, com ampla repercussão e apoio de setores urbanos do altiplano. O momento de maior tensão foi quando já nos arredores do Departamento de La Paz, em Yucumu, a polícia reprimiu 1.500 marchistas para impedir sua chegada à capital, argumentando que havia ameaça de confrontos com setores indígenas cocaleiros favoráveis à construção da estrada. Vídeos foram divulgados demonstrando a violência com a qual foram tratados os indígenas de TIPNIS e estima-se que até 600 pessoas foram detidas, ainda que liberadas depois (BREDA, 2011).

Diante do episódio, que remontava aos tempos sombrios das ditaduras e dos governos oligárquicos anteriores, foi convocada uma greve geral e o presidente se viu obrigado a dar explicações. Evo Morales alegou não ter dado a ordem para reprimir com violência os manifestantes, porém, três ministros pediram demissão e, em cadeia nacional, o presidente se comprometeu em suspender as obras. Com o Pacto de Unidade fragilizado, a chegada a La Paz de milhares de manifestantes e simpatizantes reivindicando o cumprimento dos princípios constitucionais do Estado Plurinacional e Comunitário constrangeu profundamente o governo que havia se tornado símbolo internacional do compromisso com a descolonização do Estado e o respeito à *Pachamama* e aos povos indígenas.

Em meio a interesses tão díspares, como articular demandas tão divergentes sob o signo da plurinacionalidade inscrita na Constituição? Diante da VIII Marcha, o governo recuou, mas o apoio que recebe, sobretudo dos cocaleiros que vivem ao sul do TIPNIS provoca oscilações na condução do caso que está longe de ser encerrado.

TIPNIS, portanto, não se deve ser resumido a um conflito local, mas é paradigmático dos rumos assumidos pelo governo e dos percalços da construção de um Estado Plurinacional e Comunitário na América Latina.

## 2. *¡El Alto de Pié, Nunca de Rodillas!:* História das Lutas Populares de uma Cidade Insurgente

### 2.1. Uma Cidade Insurgente

*Un fantasma parece estar recorriendo el continente:  
El fantasma de la capacidad humana de ponerse de pie*  
**Raquel Gutierrez Aguilar**

“*El Alto de Pie*” é o título da obra do jornalista Luis A. Gómez que, como muitas outras, conta a história da insurreição aymara nesta cidade na ocasião da Guerra do Gás (2003), durante o governo de Gonzalez Sanches de Losada (2002-2003). “*El Alto de Pie, Nunca de Rodillas*” expressa o simbolismo de uma cidade que é reconhecida pela histórica resistência aymara que remonta aos tempos do colonialismo espanhol e se desdobra até os dias atuais.

[...] al ponerse de pie, los pueblos producen mil historias que vale la pena que sean contadas. De eso trata este libro [El Alto de Pie]: de los cientos de miles de hombres y mujeres aymaras, qhiswas, cambas, bolivianos, que en septiembre y octubre pasados levantaron la voz y pusieron el cuerpo en caminos y barricadas (AGUILAR apud GÓMEZ, 2004, p. 7)

No contexto do Governo Evo Morales, a promulgação da Nova Constituição Política de Estado, em 2009, deu-se, não por acaso, na cidade El Alto com o intuito, justamente, de resgatar toda essa simbologia da cidade como expressão da “revolução democrática e cultural” em curso oriunda das inúmeras rebeliões e resistências de seus antepassados indígenas. De El Alto para a Bolívia, Morales conclamou todo o povo a jamais colocar-se de joelhos novamente, mas, sim, para que seguissem de pé lutando pela reconciliação desse passado milenar com o presente e ressaltado a soberania e a unidade na luta a partir daquele momento, tal como podemos observar no seguinte trecho de seu discurso

Hermanas y hermanos, es impresionante lo que estamos haciendo, de la rebelión de nuestros antepasados a la revolución democrática y cultural, de la revolución democrática cultural a la refundación de Bolivia. De la refundación, y es mi pedido, con respeto, de la refundación de Bolivia, a la reconciliación de los originarios



milenarios con los originarios contemporáneos, respetando la igualdad de todos los bolivianos, de todas las bolivianas. Necesitamos un poco de tiempo para esta reconciliación; trabajemos, como siempre, con todas nuestras fuerzas sociales, con nuestras instituciones del Estado, por eso hermanas y hermanos, hoy día, histórico, proclamamos el Estado plurinacional, desde la ciudad de El Alto, desde Bolivia para el mundo. Para terminar, quiero que me ayuden a decir, ¡El Alto de pie, nunca de rodillas! ¡Bolivia de pie, nunca de rodillas! ¡Patria o muerte! ¡Venceremos! ¡Qué viva Bolivia unida con autonomías! ¡Jallalla Bolivia soberana! ¡Kausachun Bolivia digna! ¡Kausachun! (MORALES AYMA, 2009a)

Das lutas que remetem a um passado mais distante, vale retomar a insurreição liderada por Bartolina Sisa e seu companheiro, Tupaj Katari, no século XVIII, que já havia me referido no capítulo anterior. Porém, um dado bastante significativo por ora é que, além do fato de ter reunido milhares de indígenas na luta contra o Império Espanhol, naquela ocasião, Sisa e Katari organizaram um sítio a La Paz desde a região de El Alto que durou de maio até junho de 1781 e que levou ao desespero seus residentes. O sítio ou o cerco a La Paz contribuiu para criar um perfil daquela região que seria sempre lembrada como um território caracterizado pela forte presença de *ayllus* indígenas (e tradições comunitaristas) e uma significativa resistência rebelde que perdura nos anos seguintes. A cena do cerco foi imortalizada no quadro de Florentino Olivares que está exposto hoje no Museu Casa Murillo, sob o resguardo da *alcaldía* de La Paz. Nele podemos observar como toda a região que vai de São Pedro e Sopocachi subindo as ladeiras sem fim até El Alto eram, de fato, *ayllus* indígenas (comunidades). La Paz correspondia à área que vem depois da Avenida 16 de Julio, que naquela época era um rio sobre o qual foram construídas algumas pontes de acesso. No quadro, os indígenas dominam toda a região das ladeiras (onde estavam localizados os *ayllus*) com alguns pontos de enfrentamento. O Estado Maior katarista reside soberano no topo da montanha, onde hoje é El Alto, enquanto a cidade de La Paz, esganada, padecia com a falta de acesso a alimentos.

Figura 2



**Florentino Olivares, *El cerco de La Paz* 1781. Elaborado en 1888. Óleo sobre tela, 142 x 186 cm, Museo Casa de Murillo de La Paz, Bolivia**

Fonte: JUÁREZ, Ivone. “El cuadro que revela cómo fue el cerco a La Paz en 1781. In: *Página Siete*, 28/07/2016 [ <http://paginasiete.bo/gente/2016/7/28/cuadro-revela-como-cerco-1781-104242.html> ] - consulta em 20/11/2017]

Em reportagem ao jornal *Página Siete*, o historiador Carlos Gerl afirma que o quadro foi pintado “al revés” desde o mirante de Killi Killi que teria sido o quartel general de Sisa e Katari de onde comandou o cerco durante os 11 meses de conflito:

El norte está abajo. Es un plano invertido de la ciudad y retrata la situación del cerco, muestra los muros y cómo los cinco puentes de la ciudad estaban tomados. El cuadro retrata la situación dramática en la que quedaron los españoles, que habitaban separados de los barrios de indios, dice el investigador (GERL apud JUÁREZ, 2016).

Quando Katari finalmente foi preso, amarraram seus quatro membros a quatro cavalos e o esquartejaram enviando cada parte de seu corpo para uma parte da Bolívia com o propósito de desarticular as resistências. Antes de morrer, Katari teria falado uma frase épica que ecoaria na memória popular até os dias de hoje: “Morro, mas voltarei como centenas de milhares de índios”. O sindicalismo katarista dos anos 1980 reivindica a memória dessa rebelião e resistência indígena apontando para outros caminhos possíveis para a história da Bolívia rompendo com uma pretensa linearidade

que coloca Katari como precursor da Independência. Vale dizer que movimento de Independência *criolla* não tem nada que ver com a revolta indígena. Inclusive, o próprio Murillo, cuja casa se tornou o museu que habita hoje o quadro de Olivares, e que também acabou enforcado por lutar pela independência, foi um dos algozes de Katari.

Como afirmei, a memória do cerco de La Paz continua viva na memória popular até hoje. Em outubro de 2003, quando houve a Guerra do Gás e a cidade de El Alto se insurgiu mantendo a capital boliviana sitiada durante uma semana, foi muito comum referências à “invasão indígena” e coisas desse gênero que apavoravam a população que residia abaixo das ladeiras. Com a população faminta, sem combustível, a cidade de La Paz agonizou diante da fúria popular alteña que terminou derrubando não apenas um presidente, mas dois.

Assim, a região de El Alto sempre teve uma marca de ingovernável e rebelde. Ainda em referencia à revolta liderada por Sisa e Katari, o sociólogo Pablo Mamani Ramirez ratifica: “la actual de ciudad de El Alto, los valles y el altiplano de La Paz, había se convertido en territorios ingobernables. El Alto es un lugar estratégico, centro organizativo político-militar de aquella insurrección indígena” (RAMIREZ, 2005, p. 25).

Em 1899, na também já mencionada Guerra Civil, El Alto, mais uma vez, converteu-se em um bastião de resistência. Desta vez, Zárate Willka foi quem liderou a insurreição. Os revoltosos derrotaram em várias oportunidades as forças do presidente Fernandez Alonso e chegaram a proclamar governos indígenas na região. El Alto mantinha-se como um lugar estratégico para o controle de La Paz e graças a Willka e aos revoltosos, foi possível vencer aquela guerra.

Na Revolução Nacionalista de 1952, a região se converteu em um “referente del triunfo legitimador de La Revolución Nacional” (RAMIREZ, 2005, p. 27). Para Ramirez, gradativamente El Alto foi se definindo a partir dessas insurreições e lutas, tornando-se “uno de los lugares en que mejor resume este largo recorrido de la lucha en la colonia y la república” (*Idem*, p. 27).

Além da forte presença indígena e comunitária, toda essa experiência rebelde de El Alto está relacionada fundamentalmente a sua situação geográfica estratégica. Posição esta que é transitória, mas que conjugada com o perfil de sua população, que por diversos fatores estruturou-se a partir de uma expressiva coesão social, resulta nessa capacidade peculiar de se insurgir de maneira coordenada e, com isso, afetando profundamente um dos principais centros de poder do país. Tais elementos que levaram a dita coesão social, veremos mais adiante.

Em relação a essa posição estratégica, trata-se do fato de, do ponto de vista militar e geopolítico, El Alto localiza-se, literalmente, no alto de La Paz, isto é, sendo a capital um vale, El Alto é sua principal porta de entrada, vindo do alto deste vale. Pela cidade, passam também as principais estradas que ligam a capital ao restante do país, além de abrigar o aeroporto internacional de La Paz. Por essa razão, a tática de obstrução de vias, conforme veremos mais adiante, é reiteradamente utilizada em momentos de crise uma vez que disso resulta o “estrangulamento de La Paz” (MACCHIAVELLO, 2008, p. 87).

El Alto conquistou sua autonomia de La Paz e recebeu o estatuto de cidade somente em 1988. A alta concentração populacional e a sistemática ausência do Estado no sentido de oferecer políticas públicas resultaram em profundos problemas sociais de infraestrutura que não acompanharam o seu crescimento: “es una ciudad con profundos problemas sociales. Las calles son polvorientas, existe pobreza, a los sectores marginales no llega luz, no hay fuentes de trabajo” (RAMIREZ, 2005: 29). É, portanto, uma cidade pobre, com uma infraestrutura precária e cujos habitantes sobrevivem com cerca de U\$2 por dia. Contudo, como afirma a antropóloga Sian Lazar (2013, p. 43), “la ciudad es más que la suma de sus problemas sociales”.

Da primeira grande onda migratória que ocorreu para a cidade nos idos de 1950, como resultado da Reforma Agrária de 1952<sup>30</sup> até a mais recente, nos anos 1980, devido às reformas neoliberais que levaram ao fechamento de várias minas e a “relocalização”<sup>31</sup> dos mineiros na região, El Alto saltou de uma região periférica de La Paz para uma cidade autônoma com centenas de milhares de habitantes. Por tornar-se destino de muitos migrantes, é considerada por alguns autores como a “babel das migrações” (GARCÍA apud CAMARA, 2011, p. 64). Porém, no último censo realizado, em 2012, dos aproximadamente 850 mil habitantes (INE, 2012) identificados, 80% consideravam-se indígenas e 74% autodenominam-se aymara. Para Raul Zibechi (2006 apud MACHIAVELLO, 2008: 95), El Alto é a “primeira grande cidade índia do continente”. É a quarta mais habitada da Bolívia.

Deste modo, El Alto em seu processo de formação, foi se tornando uma região com vida própria e autônoma, estruturando-se muito mais como reflexo das relações

---

<sup>30</sup> A Reforma Agrária não favoreceu aos camponeses de tradição comunitária, pois o parcelamento em cotas individuais inviabilizou as condições de produção da vida. Além disso, intempéries climáticas também criaram um período de profunda escassez e de fome no campo.

<sup>31</sup> A relocalização foi o reassentamento, com apoio do Estado, dos mineiros em função do fechamento de várias minas no contexto do neoliberalismo.

profundas que sempre estabeleceu com as províncias do interior e outras regiões da Bolívia do que como uma mera extensão periférica da capital. “En la actualidad el término ‘ciudad dormitorio’ solo es adecuado para algunos barrios (principalmente para Ciudad Satélite y Villa Adela)” (LAZAR, 2013, p. 41).

Apesar de toda a precariedade de condições, a solidariedade e a reciprocidade, pilares do mundo andino, estão na base do estabelecimento das relações sociais ali presentes, num misto de referências urbanas-moderno-ocidentais e indígena-comunitárias. Bairros inteiros espelham as comunidades do interior com as quais se mantém um rico intercâmbio que escapa à lógica comercial capitalista, mantendo um estreito diálogo entre o urbano e o rural. Estes elementos são fundamentais para se compreender a dimensão da revolta protagonizada pelos *alteños* na Guerra do Gás de 2003 e o protagonismo que esta cidade assume nos principais eventos políticos do país.

[...] lo más alucinante en El Alto [...] es la horizontalidad con la que tejen las relaciones entre los barrios. No importa sus niveles de ingreso, su economía, prevalecen más otro tipo de cosas, como los compadrazgos, el origen de los barrios. Siempre están en contacto unos con otros, ayudándose (FERNÁNDEZ apud GÓMEZ, 2013, p. 17)

Um exemplo é a Feira 16 de Julio, muito simbólica para demonstrar a força dessa cidade. Trata-se de uma das maiores feiras da América Latina e, realmente, você não consegue dar conta dela toda a pé em um dia. Ela ocorre nas quintas-feiras e domingos, das 07h às 20h. Começou como uma feira onde se vendiam produtos de subsistência vindos do interior e que se dirigiam para a capital, mas, atualmente, você encontra de tudo menos aquela feira tradicional de produtos frescos e secos vindos da agricultura das províncias. Vende-se principalmente produtos industrializados, novos ou seminovos, típicos de um mercado globalizado. Há muitas revendas de peças de reposição, roupas e calçados, lanches e sopas, móveis, brechós, sucatas, informática, músicas, vídeos e programas piratas baixados da Internet, brinquedos, produtos de higiene pessoal, livros e revistas. Nada é descartável e qualquer coisa pode virar mercadoria nas mãos das *cholas*. Há também vendedores de sorte, cursos de ervas medicinais e produtos naturais, *llamas* pastando no meio dos corredores, produtos militares e toda uma quantidade de coisas que é realmente difícil de descrever. Às vezes, surge no horizonte um amontoado de gente, na maioria homens, diante de uma televisão assistindo às cenas mais inusitadas.

Figuras 3 e 4



### Feira 16 de Julio

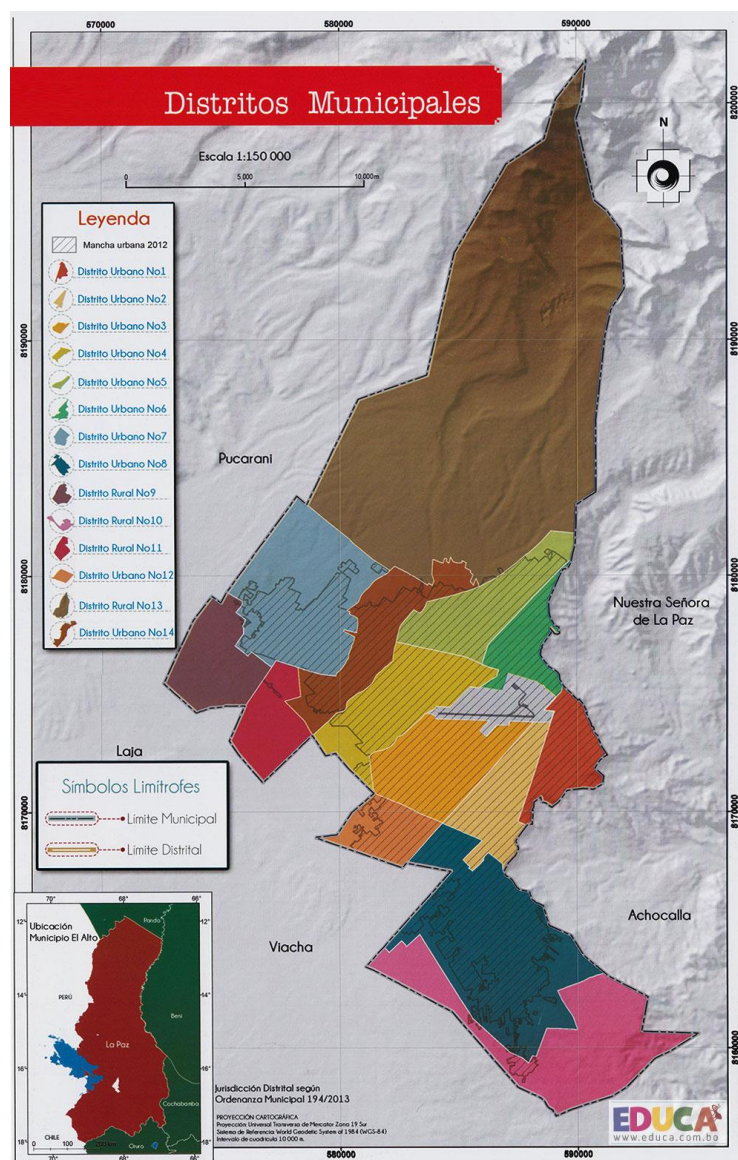
[arquivo pessoal da pesquisadora]

Cerca de 60 mil pessoas costumam passar pela Feira 16 de Julio no domingo movimentando mais de 2 milhões de dólares. De maneira superficial e aparente, a exceção da presença das *cholas*, poderíamos dizer que é uma feira como outra qualquer, ou até mesmo uma feira em que predomina uma problemática social, em um claro exemplo de desigualdade e limites estruturais de uma sociedade pobre e com extremas vulnerabilidades. Porém, subjacente a tais aspectos residem valores e práticas que transcendem a lógica puramente ocidental-capitalista-mercado. Por exemplo, há dois preços nos produtos, para os aymaras e para os gringos (mas só quem fala aymara alcança essa sutileza), há muitas relações de reciprocidade, ajuda mútua (*ayni*), trocas e associativismo, há as festas que são espaços de reafirmação de identidades e que servem para equilibrar entre aqueles que ganharam mais e os que ganharam menos (geralmente, os comerciantes mais bem sucedidos são responsáveis por financiar os festejos devolvendo um pouco de seus lucros para a “comunidade”), redistribuições, trabalho coletivo para montar, desmontar e organizar a feira (*mink’a* - trabalho em favor da comunidade). Quanto mais distante da estação do teleférico, mais simples vai ficando a feira. Aquele vucu-vucu de gente que você mal consegue andar diminui e vemos mais sucatas, revendas, brechós, produtos artesanais sendo vendidos em condições mais

precárias. Uma tenda na região mais central pode custar até 10 mil dólares. Muitos vendedores que atuam na 16 de Julio são itinerantes, quer dizer, rodam pelo país vendendo suas mercadorias. É toda essa dinâmica que reforça, portanto, a existência de uma lógica comunitária que coexiste ao modelo hegemônico e que, ao mesmo tempo, pode apontar para uma outra forma de estar no mundo.

Também podemos observar a influência dessas referências indígena-comunitárias e sindicalista-mineiras na própria conformação da cidade. El Alto possui 14 distritos. No Norte estão os distritos 4, 5, 6 e 7 e 14 e observa-se uma maior concentração de uma população aymara-camponesa proveniente das províncias do Altiplano Norte. Os distritos 9, 10, 11 e 13 são seus vizinhos geograficamente, mas são classificados como distritos rurais. Já os distritos 1, 2, 3, 8 e 12, correspondem ao Sul e são constituídos a partir de uma origem migratória mais diversa, mas com destaque para aqueles que vieram das regiões mineiras, como Oruro, no Altiplano Sul. Os distritos do Norte e do Sul são representados pela *Federación de Juntas Vecinales/FEJUVE* de El Alto, já os distritos rurais organizam-se através da *Federación Sindical Única de Comunidades Agrarias de la Radio Urbana o Suburbana de El Alto/FESUCARUSO*.

Figura 5



### Mapa dos Distritos Municipais de El Alto<sup>32</sup>

Fonte: Educa [In: <http://www.educa.com.bo/geografia-municipios/distritos-municipales-municipio-de-el-alto> - consulta em 20/11/2017]

<sup>32</sup> Em 1996, registra-se a primeira proposta de distritação municipal de El Alto conformado então por 7 distritos: dos quais 6 eram considerados urbanos (1, 2, 3, 4, 5, e 6) e um rural (7). Nessa primeira divisão, o aeroporto internacional de El Alto não correspondia a nenhum distrito. Em 2002, o distrito 6 unificou o espaço do aeroporto; os distritos 3 e 4 se estenderam até os limites do município (a oeste) e sobre o espaço do distrito 7. Na ocasião também foram criados dois novos distritos: 8 (urbano), ao sul do município limitando com os distritos 2 e 3, e o 9 (rural) ao norte que resultou da divisão do distrito 7 em duas frações. Em 2005, foi criado o distrito 10 com o objetivo de anexar as comunidades de Villa Exaltación de Amachuma, Parcopata e Chañuachua. Em 2007, foi criado o distrito 11 (rural), da divisão do Distrito 7. Em 2008, foi criado o distrito 12 (urbano), da divisão do distrito 3, e o distrito 13 (rural), da divisão do distrito 9 em duas frações. Em 2010, foi criado o distrito 14 (urbano), como produto da divisão do distrito 7 em duas partes.. Em 2012, o distrito 7 amplia até a costa do distrito 9. E, por fim, em 2013, se efetua nova modificação no distrito 7, diminuindo sua superfície e o distrito 13 teve um incremento. (Cf. Distritos Municipales – Município El Alto. In: : <http://www.educa.com.bo/geografia-municipios/distritos-municipales-municipio-de-el-alto> - consulta em 20/11/2017).



A divisão entre Norte e Sul se inscreve na cosmovisão indígena de matriz relacional e complementária, bem como se origina devido ao fato de que as zonas foram se constituindo a partir dos lugares de origem dos migrantes, os quais permanecem profundamente articulados. Deste modo, gradativamente foi se consolidando uma distinção entre os setores de origem “mineira” e os “de província” ou “camponesa”. Para Irene Mamani Ojeda, fundadora da *Federación de Mujeres* de El Alto e ex-dirigente da FEJUVE na ocasião da Guerra do Gás de 2003,

El Alto es como Sao Paulo, donde, por ejemplo, Sao Paulo tiene boliviano, peruano, brasileiro, chino, japonés, tanta cultura, ¿no? Aquí en El Alto tiene... hay provincianos, de todas las provincias. En la Paz son 20 provincias. Todos tienen sus provincias. Otros vienen de los centros mineros como yo, Colquiri, Catavi, Siglo XX, Matilde. [...] cada quien vive con lo que es y su costumbre. Los mineros son ordenados y revolucionarios; los de provincia, son pacíficos, pero rebeldes; los extranjeros también tienen otra cultura. [...] Y así se va construyendo la ciudad. Predomina, pero, esa cultura de las provincias y de los centros mineros. [...] El minero es más franco, le habla. Los de provincia, tienen miedo. No te confían fácilmente. Esa es la diferencia. Pero, las identidades se complementan. (OJEDA, Entrevista, 2017)

Da mesma forma, Fanny Nina, ex presidenta da FEJUVE na ocasião do Gasolinazo de 2010, também destaca essas duas origens fundamentais na constituição de El Alto: “en El Alto somos una población que viene del campo, con costumbres y cultura campesinos. Y también estamos nosotros los mineros, los mineros revolucionarios, muy aguerridos. Entonces, esa es la mezcla que tenemos en El Alto como esencia” (NINA, Entrevista, 2017).

Apesar das distinções que se faz entre mineiros e camponeses, vale notar que a distância é menor do que se pode imaginar haja vista que mesmo com toda experiência acumulada na luta sindical em moldes mais influenciados por uma matriz ocidental, os mineiros redefinem essas práticas a partir das tradições comunitárias que os próprios mantêm devido aos vínculos que não se rompem com o mundo rural.

El sindicato llega de otro país, llega con los grandes barones del estaño. Y por la pauperización, salario, vivienda... los mineros aprenden a organizarse. Pero nosotros como bolivianos, como naturales de aquí de estos terrenos, nuestros ancestros también se organizaban, pero en diferentes estructuras. Se organizaban por ayllus, donde trataban la siembra de parcelas, por decir de este año esta

parcela, otro ano, esta otra parcela. Ya ahí está el respeto a los abuelos, a los más mayores que manejaban estas organizaciones y nuestra identidad cultural. En el sindicalismo maneja el que más habla, el que más o menos está más preparado. En los pueblos son los mayores. En los pueblos se organizan por obligación. Pero en los centros mineros se eligen. Esa es la diferencia. Pero se complementan. (OJEDA, Entrevista, 2017)

A noção de respeito às lideranças e às determinações tiradas em assembleia, por exemplo, que foram centrais para o sucesso da Guerra do Gás de 2003, advém dessa interseção de mundos, conforme sugere Ojeda.

El minero ha sido campesino, entonces mantiene esas sus raíces, por eso lo respeta el dirigente que se elija. [...] En el sindicalismo cualquiera puede ser cabeza, joven, viejos. En la parte del campo, es porque tienes terreno. Es rotativo. Va a rotar. Primero vas tú, después el otro, y el otro y el otro, cada año va a rotar [...] Hasta las escuelas se manejan por cargo [...] En el sindicalismo también hay eso porque nuestros ancestros, a los mayores se les respetaban sí, no se podría pasar por su cabeza y lo que diga un mayor se le obedecía. En el sindicalismo sí se respeta, aunque sea joven, quien es cabeza, es cabeza (OJEDA, Entrevista, 2017)

As organizações coletivas existentes em El Alto e, por consequência, a própria dinâmica de gestão da cidade são influenciadas por essas tradições. A seguir vamos analisar com maior detalhe a experiência das *juntas vecinales* que atuam como micro-governos locais, responsáveis pela gestão territorial das diferentes zonas da cidade e que se articulam em várias escalas organizativas, desde uma abrangência mais imediata, com as *juntas* propriamente ditas, passando pela regional, com os *ampliados distritales*, municipal, com a *Federación de Juntas Vecinales/FEJUVE* e até nacional, com a *Confederación Nacional de Juntas Vecinales/CONALJUVE*.

## **2.2. As organizações populares de El Alto: o caso das *juntas vecinales***

As *juntas vecinales* são construídas a partir de uma zona localizada em cada distrito da cidade, podendo reunir, cada uma, cerca de 200 famílias e 400 lotes. São eleitos dirigentes a cada dois anos para atuarem como governos locais, muitas vezes paralelamente ao Estado, ora mediando a relação deste com a sociedade, ora substituindo o Estado, nos casos em que este não se faz presente. As *juntas* existem praticamente desde o início dos assentamentos e articulam-se em um nível regional,

através do ampliado distrital, no qual reúnem-se os presidentes de cada zona de um determinado distrito para tratar de temas de maior abrangência territorial. Articulam-se também a nível municipal, através da *Federación de Juntas Vecinales/FEJUVE* que se constitui a partir de um congresso bianual que reúne dirigentes dos dez distritos urbanos da cidade. E a nível nacional com a *Confederación de Juntas Vecinales/CONALJUVE*, fundada em 1984, considerada máxima instância de organização vecinal, cujo comitê executivo é eleito a cada quatro anos em congresso correspondente.

Segundo Fanny Nina, ex dirigente e primeira e única mulher presidenta da FEJUVE, este modo de organicidade representa um poder territorial baseado em uma capilaridade potente que viabiliza que decisões tomadas em instâncias maiores cheguem rapidamente a todas as zonas e, da mesma forma, que demandas mais específicas de uma determinada localidade, possam chegar com força em uma instância representativa mais ampla. No contexto de grandes mobilizações, como foi o caso da Guerra do Gás de 2003, essa estrutura política demonstrou-se muito eficaz.

Desde las bases tenemos las asambleas zonales, luego viene los ampliados distritales y luego viene los ampliados de la FEJUVE de El Alto. En este último es donde se sacan las decisiones mayores, por ejemplo, para una movilización. Decidimos arriba y luego bajan para los ampliados distritales y para las asambleas zonales donde está la máxima autoridad de los vecinos, después vuelve a subir a la Federación. Este es nuestro modo de organización. Es por eso que en las grandes movilizaciones que hemos hecho teníamos fuerza. Porque las decisiones llegan hasta los últimos rincones de El Alto. Por eso representa un poder territorial (NINA, Entrevista, 2017).

Deste modo, se, em tese, as *juntas* poderiam ser consideradas como o equivalente às associações de moradores, na prática, acabam atuando de maneira bem diferente, pois incorporam um conjunto de valores e princípios herdeiro das tradições comunitárias do campo que transcende o escopo mais pragmático que muitas vezes domina a prática das primeiras. Portanto, atua menos como associação e mais como um microgoverno local estruturado, por sua vez, por essas tradições e articulado em múltiplas escalas representativas e de poder. É uma outra lógica organizativa mais complexa que expressa maior coesão social.

así se empieza a estructurar un conjunto de actividades propias de una nueva ciudad bajo las lógicas de organización indígena y minera [...]. Unos y otros ponen en movimiento por ese hecho varios sistemas de ayuda mutua (ayni) y sistemas de vigilancia y control para el aporte de

mano de obra o de dinero orientados a la construcción de obras. Se empiezan a mover entonces varios mecanismos de acción colectiva que hace que todos se sientan como parte de la misma realidad social (RAMIREZ, 2005, p. 33)

Costuma-se associar à vida urbana um processo gradativo de fragmentação das identidades coletivas de base comunitária em prol de um individualismo exacerbado. Se, por um lado, esta é uma evidência em vários casos, em El Alto, ainda que se conviva com esse tensionamento, ao mesmo tempo, pode-se observar também que, paradoxalmente, há uma tendência à redefinição dos laços de lealdade e coletividade como condição que inclusive viabiliza a própria existência na cidade. Segundo Lazar, a partir de sua experiência antropológica na região de Rosas Pampa, Distrito 1.

El término vecino hace referencia a una relación persona a persona, pero además es una categoría que arraiga alguien en un espacio particular, implicando residencia o habitación. Las personas que se me describían frecuentemente como vecinos de su zona. [...] El término “zona” indica la territorialidad del sentido de lealtad a un lugar que tiene la gente y ante otra gente con similares lealtades (LAZAR, 2013, p. 71).

Tratam-se, assim, de noções de cooperativismo e coletivismo que são desdobramentos da racionalidade aymara que ultrapassam as fronteiras entre campo e cidade. Para Fiorella Macchiavello (2008), trata-se de um fio condutor emancipatório, na medida em que rompe com o paradigma individualista, herdeiro das tradições liberais.

As *juntas vecinales* estão regulamentadas pelo Estatuto Orgánico da FEJUVE El Alto, Título III, que se refere especificamente ao seu funcionamento, atribuições, direitos e deveres. De acordo com o estatuto, em seu artigo 67, define-se a *junta vecinal* como um “organismo natural y autoridad comunitária de carácter territorial, urbano o rural, y cuyo objetivo es promover el desarrollo, defender los intereses, velar por los derechos de los/as vecinos/as” (ESTATUTO ORGÁNICO FEJUVE EL ALTO, Título III, artigo 87, b). A base de constituição de uma *junta* são as assembleias locais. Estas últimas tem uma periodicidade que varia de acordo com a conjuntura e são os espaços por excelência de tomada de decisões coletivas: para temas de muita importância, costuma ser necessário o consenso; nos demais, pode haver regime de votação (MACCHIAVELLO, 2008, p. 141).

Para eleger um diretório da *junta vecinal* é necessário realizar uma assembleia para que se componha um comitê eleitoral (formado por un/a presidente/a, un/a secretario/a e três suplentes) que será o responsável por convocar, organizar e realizar as eleições correspondentes (ESTATUTO ORGÁNICO FEJUVE EL ALTO, Título III, art. 73). O estatuto prevê a realização de eleições por intermédio do sufrágio e do voto secreto (*Idem*, art. 75), porém, em muitos casos, é possível ocorrer a eleição direta de um diretório por aclamação (*Idem*, art. 76). Todos aqueles que vivem na circunscrição zonal da *junta* e são maiores de 18 de anos têm o direito de participar (*Idem*, art. 66, a.), mas só pode se postular a um cargo se residir na região há pelo menos cinco anos (*Idem*, art. 77, c.). Todo o processo deve ser acompanhado e validado pela FEJUVE, única instituição que confere legitimidade e que oficializa a existência de uma *junta* (*Idem*, p. 79).

Como governos locais, as *juntas* são as porta-vozes de sua comunidade (*Idem*, art. 69), mas devem respeitar as resoluções do Congresso Ordinario da FEJUVE (*Idem*, art. 70). Para tanto, são elaborados Planos de Desenvolvimento ou Planos Operativos Anuais/POA (de ordem local e distrital) que estabelecem as diretrizes de ação sobre os temas que possuem competências para atuar: infraestrutura, educação, saúde, economia popular, cultura, gênero, esportes e juventude. São constituídas no âmbito das *juntas vecinales* secretarias próprias para promover projetos e realizar ações em cada zona, tendo como base princípios de solidariedade, respeito e cooperação (art. 70, d). As *juntas* são obrigadas a participar dos ampliados distritais e da FEJUVE e, mensalmente, devem contribuir financeiramente com a Federação (*Idem*, art. 88).

A FEJUVE também é regulamentada por estatuto definida como uma “instituição cívica, corporativa, democrática, participativa y apartidista” e que atua segundo o princípio do “centralismo democrático” (*Idem*, art. 1), o que significa que as resoluções tiradas no Congresso Ordinario que ocorre a cada dois anos devem ser cumpridas pelo comitê executivo eleito na mesma ocasião.

Como instituição cívica, o estatuto é categórico ao afirmar que a entidade não pode possuir nenhum tipo de patrocínio político partidário em sua condução, lineamentos e ações, apesar de respeitar o pluralismo ideológico e democrático de seus afiliados (*Idem*, art. 5). Carlos Revilla (2007, p. 19), em trabalho antropológico sobre as organizações vecinais de El Alto, destaca como a reivindicação de uma postura cívica não apenas da FEJUVE, mas das *juntas* de forma geral é central para conferir legitimidade à dirigência. O cívico seria aquilo que está associado aos interesses das

bases, dos vizinhos; já o político, representaria o interesse de outros agentes, sejam eles partidos políticos, empresas, governo. Se, por um lado, é evidente que o contato com políticos pode ser o diferencial para um dirigente no sentido de conseguir algum benefício para sua zona, por outro lado, se tais ações de diálogo não estão bem amarradas e respaldadas por suas bases, o efeito pode ser o inverso, gerando descrebidilidade e descontentamento, pois o dirigente pode ser desmoralizado por supostamente atuar visando expectativas pessoais, tendo abandonado o horizonte de bem comum.

O contato com os políticos ou com os partidos políticos sempre pressupõe uma troca de favores. Os termos das concessões entre aquilo que se pleiteia e aquilo que deve ser dado em troca são arenas de difícil circulação e, na maior parte das vezes, é necessária uma exímia habilidade do dirigente para sair ileso, com resultados concretos para a zona e sem se ver desmoralizado por uma associação com o partido.

Así, el hecho de ser cívico no significa que no se vayan a establecer relaciones con algún representante partidario, empero, siempre que se establezcan, éstas deberán suponer resultados concretos en favor de la vecindad. Desde la perspectiva vecinal, apoyar a un partido o agente político externo debe ser producto de la decisión de las bases y la directiva vecinal; por ello, en ocasiones, son los vecinos quienes acceden en conjunto a colaborar con un partido cualquiera en busca de beneficios para su zona. Una acción o decisión que salga de los márgenes colectivistas - aunque ideológicamente sea más correcta para el dirigente - muy probablemente generará la desconfianza e incluso desaprobación hacia el dirigente (REVILLA, 2006, p. 95)

Não é sempre, contudo, que essas articulações são explícitas e muitas manobras podem ser feitas por dirigentes para viabilizar benefícios para a zona por intermédio dessas relações sem que a base tome conhecimento. Ainda assim, o fundamental aqui é chamar a atenção para a expectativa que se constrói em relação a uma dirigência vecinal como um todo que tem a ver com um “sentido práctico filosófico popular” (ARTEAGA apud REVILLA, 2007, p. 19), de conferir prioridade ao atendimento das demandas específicas dos territórios em um viés mais pragmático, deixando, em segundo plano, implicações ideológicas mais complexas.

Outro aspecto central que gira em torno das expectativas de gestão de uma dirigência é a realização de obras. A ideia de executar obras como sinônimo de boa gestão apareceu em várias entrevistas realizadas por mim. Se, por um lado, isso decorre do fato de El Alto ser uma cidade que realmente demanda muitas obras de

infraestrutura, por outro, há um viés autogestionário na expectativa de realização das mesmas que traz outras implicações. Como historicamente o Estado não se fez presente na região, a cidade praticamente foi edificada por seus moradores. Deste modo, banaliza-se uma compreensão de que realizar obras não é necessariamente uma responsabilidade do Estado e que o próprio cidadão é responsável por resolver as mazelas que lhe acometem. Nesse sentido, cada comunidade, cada zona, cada distrito, fica a cargo de seu “desenvolvimento” e, para tanto, buscam recursos tanto na esfera privada (com ONGs, empresas, créditos) como na pública. Porém, quando é o Estado quem realiza as obras, na maior parte das vezes, estas são apresentadas à população como dádivas que merecem um agradecimento e não como direitos conquistados ou mesmo mera obrigação do Estado<sup>33</sup>. Não por acaso, eventos de “entregas de obras” são superestimados e a participação nos mesmos constitui como uma das obrigações dos vizinhos de base de uma *junta vecinal* e, é claro, das instituições representativas respectivas.

Para Sian Lazar (2003, p. 78-79), esta perspectiva traz uma dimensão de cidadania com forte senso de autonomia em relação ao Estado, porém, essa suposta autonomia pode ser considerada como uma premissa neoliberal na medida em que não reconhece nesse Estado um agente que tem a responsabilidade de redistribuir as riquezas que, ao fim e ao cabo, são oriundas da própria população e que acaba por transferir competências que supostamente são dele para o mercado, para ONGs, para empresas privadas, igrejas e outras instituições para as quais as *juntas* e FEJUVE precisam recorrer em busca de recursos e apoio para realizar projetos. Com isso, as comunidades ficam reféns da disponibilidade da esfera privada de investir e oferecer serviços, deixando-as mais vulneráveis na medida em que os mecanismos de controle e fiscalização para cumprimento de contratos e acordos são bem mais fluidos. Desabonar o Estado desta responsabilidade pode ser perigoso, mas atende às determinações do Banco Mundial e FMI, quando incentivam a participação democrática no âmbito de tais transferências de competências com intuito de reduzir o papel do Estado perante a sociedade.

La manera en que el desarrollo es administrado en El Alto, ubica a los vecinos en la posición de suplicantes, consumidores de servicios de desarrollo en una relación de poder altamente desigual, donde se

---

<sup>33</sup> O caso do *alcalde* José Luis Paredes em El Alto é emblemático desse aspecto, assunto que aprofundarei mais adiante.

necesita apelar a una mixtura de cuerpos privados y estatales por asistencia, en vez de ciudadanos con alguna suerte de expectativa legítima con respecto al papel del Estado, y con la capacidad para pasarle la cuenta al mismo en caso de que su rol sea mal ejecutado (LAZAR, 2003, p. 80).

A Lei de Participação Popular de 1994 implementada no governo de Gonzalo Sanches de Lozada reforça essas diretrizes e institucionaliza tais princípios. É certo que a LPP foi muito importante no sentido de descentralizar o Estado e fortalecer espaços de participação popular mais próximos da realidade local do cidadão e da cidadã. Foi por intermédio da lei que foram criadas as condições para a municipalização dos poderes (que até então não havia, tudo era de responsabilidade do governo federal e seus indicados), para eleição das *alcaldías*, para transferência de recursos e competências de uma esfera longínqua para outra mais próxima territorialmente, para a inclusão de novos atores sociais na administração do Estado para viabilizar o reconhecimento das comunidades indígenas rurais, entre outros. Em relação às *juntas vecinales*, como organizações territoriais de base, a LPP conferiu personalidade jurídica às mesmas outorgando “capacidad legal a sus titulares para ser sujetos de los derechos y obligaciones emergentes de todos los actos civiles definidos por el ordenamiento jurídico” (LPP, 1994, art. 4). Isso significa que, com a lei, as *juntas* passaram a ter o direito oficial de

- a) proponer, pedir, controlar y supervisar la realización de obras y la prestación de servicios públicos de acuerdo a las necesidades comunitarias, en materias de educación, salud, deporte, saneamiento básico, micro-riego, caminos vecinales y desarrollo urbano y rural
- b) participar y promover acciones relacionadas a la gestión y preservación del medio ambiente, el equilibrio ecológico y el desarrollo sostenible.
- c) representar y obtener la modificación de acciones, decisiones, obras o servicios brindados por los órganos públicos, cuando sean contrarios al interés comunitario.
- d) proponer el cambio o la ratificación de autoridades educativas y de salud dentro de su territorio
- e) acceder a la información sobre los recursos destinados a la participación popular (LPP, 1994, art. 7)

Os deveres previstos no artigo 8 da mesma lei seguem a mesma linha de um caráter fundamentalmente colaborativo e consultivo (fiscalizar obras, cooperar com trabalho solidários na execução das obras, colaborar para a manutenção dos equipamentos públicos, informar a população etc) (LPP, 1994, art. 8). Deste modo, a



participação engendrada pela legislação e, em vários aspectos, reproduzida pelas *juntas* não prevê mecanismos deliberativos e executivos que incidam sobre a definição das políticas públicas, ou seja, não viabiliza que o cidadão por intermédio de suas organizações coletivas territoriais tenha um poder real sobre a estrutura estatal. Os partidos políticos seguem como as únicas entidades que podem concorrer às eleições e os espaços deliberativos da gestão pública continuam de exclusivo acesso aos representantes eleitos.

A reflexão sobre o sentido dessas e outras reformas democráticas no mundo contemporâneo está inserida em um cenário global marcado por uma demanda crescente por se ampliar as possibilidades de participação popular no âmbito do Estado, a partir da compreensão de que o modelo representativo liberal até então hegemônico não seria mais suficiente para arcar com demandas cada vez mais complexas. Assim, se em um primeiro momento de afirmação dos regimes democráticos, houve um movimento para consolidar essa forma de governo assumindo como premissa fundamental a necessidade de ampliar o número de cidadãos que poderiam interferir no Estado (e, nesse aspecto, a discussão girava em torno basicamente da luta pelo sufrágio universal e dos termos da representação), a partir dos anos 1980 e 1990, a discussão se volta cada vez mais para a qualidade dessa participação<sup>34</sup>, sobre a necessidade de que as pessoas que vivam as situações sejam ouvidas de fato, para que se ampliem os espaços de debate e reflexão coletiva e que sejam transferidas responsabilidades e competências para a sociedade civil organizada (vide o orçamento participativo, por exemplo) (Cf. ADDOR, 2016).

Porém, a defesa de uma maior participação na esfera democrática traz consigo uma ambiguidade na qual ao mesmo tempo em que pode potencializar um horizonte de transformações radicais com a chegada do povo organizado aos centros de poder decisório, por outro lado, seu uso desde um viés mais procedimental ou instrumental pode esvaziar esse conteúdo emancipatório, viabilizando uma participação que não compromete as estruturas de poder vigentes. Segundo Felipe Addor (2016, p. 88)

se esse ambiente de defesa da maior participação é, por um lado, propício para o surgimento de fenômenos inovadores e transformadores no seio do sistema democrático, por outro, abre espaço para uma utilização desvirtuada, descontextualizada e/ou

---

<sup>34</sup> Na América Latina, o legado das ditaduras civis-militares e das experiências do socialismo do século XX contribuiu também para que houvesse uma preocupação maior em garantir espaços de participação que fortalecessem o protagonismo cidadão contra regimes estadolátricos, autoritários e burocratizados. (Cf. BRUCE, 2016).

despolitizada do conceito de participação. A disseminação acrítica do conceito traz à tona, portanto, a necessidade de um aprofundamento do debate em torno do que pode ser reconhecido como efetiva participação<sup>35</sup>

No caso da participação prevista na LPP e, em várias dimensões, reproduzida nas *juntas vecinales* de El Alto, é uma participação que não alcança os processos decisórios mais estruturais, assumindo muitas vezes um viés mais instrumental de fiscalização, consulta e execução de políticas locais (muitas das quais de atribuição do Estado, mas que são transferidas para a competência de uma organização territorial de base sem prover necessariamente as condições ideais para a realização das mesmas<sup>36</sup>). José Nun, citado por Addor, afirma que o debate sobre ampliação democrática, a qual ele define como “democracia governante” deveria levar em consideração métodos que viabilizem a participação para a formulação de políticas e a tomada de decisões no âmbito estatal e não apenas da eleição de quem vai tomar essas decisões: “la democracia gobernante busca maximizar la participacion directa del pueblo en la formulacion de políticas y en la toma de decisiones y no exclusivamente en la eleccion de quienes van a tener a su cargo estas tareas” (NUN apud ADDOR, 2016, p. 93). Mais além disso, o autor menciona também o fato de que a efetiva democratização leva a reeducação de todo um modo de vida, de como nos relacionamos uns com os outros e com as tarefas necessárias para garantir o bem-estar coletivo e a dignidade humana (*Idem*, p. 92).

Ainda assim, por mais que muitas vezes sejam limitados os espaços de participação, a existência deles, isto é, desses lugares de encontro e de reconhecimento dos vizinhos de um mesmo território, do ato de estar a todo o momento pensando as demandas coletivas e as formas de superar os obstáculos sociais com os quais se deparam, potencializa a organização popular, politiza a vida cotidiana e, em

---

<sup>35</sup> Felipe Addor em seu livro *Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina* (2016) trata das reformas democráticas ocorridas no Equador e na Venezuela em anos recentes, no contexto do Movimento Político-Eleitoral Pachakutik e do Governo de Hugo Chávez respectivamente, no âmbito de uma reflexão teórico-prática sobre os rumos da democracia em nosso continente. Para tanto, além de um relato minucioso de como essas experiências se deram na prática nos municípios de Cotacachi e Torres, realiza uma revisão bibliográfica da teoria democrática aplicada às perspectivas que se apresentam no horizonte das reformas voltadas para a ampliação da participação política observando suas potencialidades emancipatórias de um lado, e as estratégias de esvaziamento e domesticação por parte das elites hegemônicas, por outro.

<sup>36</sup> Dentre as condições ideais, poderíamos citar a consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, a viabilização de uma formação técnica e um supervisionamento técnico eficazes e condições materiais de existência que garantam a dignidade humana. Addor cita Boaventura de Souza Santos para tratar dessas “pré-condições indispensáveis”, as quais são resumidas a uma “supervivencia garantizada, porque si estás muriendo de hambre no vas a participar; tienes que tener un minimo de libertad para que no haya amenaza cuando vas a votar; y finalmente tienes que tener acceso a la información” (SANTOS apud ADDOR, 2016, p. 89).

determinadas circunstâncias históricas, do pragmático pode-se saltar para questões políticas mais estruturais e impactando até mesmo as diretrizes nacionais, como foram os casos da Guerra do Gás de 2003 e do Gasolinazo de 2010 que veremos mais adiante. Em meu livro *Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2003)* (FGV, 2016), no qual analiso a experiência dos *consejos comunales* em uma favela de Caracas, na Venezuela, afirmo a mesma premissa que se desdobra da análise dessa prática social e que observo com algum paralelo em relação ao caso das *juntas vecinales* de El Alto:

se num primeiro momento, pode prevalecer o interesse em resolver uma mazela específica que aflige a comunidade, é possível também que essa mobilização inicial possa desencadear outro processo mais amplo e mais rico que o meramente local. Ao se criar um espaço de convivência entre os vizinhos, os assuntos discutidos ali caminham paralelamente à vida política: se houve uma decisão polêmica do governo, se há um período de eleições ou de referendos, se há problemas de caráter mais amplo que os que se relacionam à realidade local, as reuniões permitem que essas opiniões encontrem um espaço comum para serem colocadas, questionadas e debatidas. Portanto, se a priori a função de um CC é fundamentalmente atender às demandas locais, esses espaços podem ser potencializados para um sentido mais amplo que o original (BRUCE, 2016, p. 234).

Portanto, há um tensionamento permanente entre uma dimensão que atrai as *juntas* para uma ação mais pragmática de resolução dos problemas locais e outra que, a depender das circunstâncias políticas e econômicas, pode gerar uma reflexão política mais ampla e cujos desdobramentos são imprevisíveis.

Voltando às atribuições da FEJUVE previstas em seu estatuto orgânico, cabe ainda à instituição incentivar, arbitrar, mediar, fortalecer, orientar e apoiar as *juntas vecinales* e defender os interesses da cidade de El Alto em todas as suas dimensões políticas, econômicas, naturais, sociais e culturais (ESTATUTO ORGÁNICA FEJUVE EL ALTO, art. 6). Sua constituição interna é formada por um Comitê Executivo que coordena as ações competentes e suas secretarias cujas atribuições também são previamente determinadas (*Idem*, do art. 39 ao art. 66).

Assim, consta no estatuto as seguintes secretarias (cujas resoluções são tiradas no congresso, mas que devem se submeter às atribuições específicas): de **relações**, voltada para a manutenção da boa convivência com as demais organizações existentes na cidade; **assuntos internacionais**, que trata de financiamentos internacionais e de questões relacionadas à migração e residentes estrangeiros em El Alto; de **organização**, para orientar a organização das *juntas* para que cumpram com todos os trâmites

burocráticos; de **conflitos**, para solucionar conflitos que possam existir entre as *juntas* e que ocupa o cargo de presidente do Comitê de Greve e de Emergencia de *Paro*, quando se coloca em pauta os interesses e direitos da cidade de El Alto; de **atas**, responsável pelo livro de atas, por fazer o registro de todas as reuniões realizadas; de **fazenda**, para administrar os recursos econômicos; de **desenvolvimento econômico e produtivo**, para coordenar as ações voltadas para a promoção de oportunidades de trabalho (feiras, mercado) e capacitação de trabalhadores; de **esportes**, para organizar eventos que promovam o esporte e fiscalizar o equipamento público destinado a este fim; de **juventude**, para manter diálogo com as escolas e executar ações voltadas para o desenvolvimento físico, cultural e moral dos jovens; de **participação popular**, atuando como articulador entre a FEJUVE e o Comitê de Vigilância que exerce a controladoria social da instituição, participar dos eventos, realizar cursos, apresentar projetos, acompanhar planos de trabalho das *juntas vecinales*, prestar contas do que tem sido executado; de **educação e cultura**, para promover projetos que incrementem a formação dos jovens, cuidar das bibliotecas, fiscalizar as escolas, promover eventos culturais que reforcem os laços identitários e simbólicos de cada zona e da cidade como um todo; de **transportes e comunicação**, mediar as relações com o governo municipal, com as diretrizes de trânsito e mobilidade urbana, melhorar os serviços, promover cursos de capacitação para profissionais do trânsito; de **cooperativas e microempresas**, incentivar a produção local e articular com outras instituições competentes; de **defesa do consumidor**, fiscalizando os preços e a qualidade dos serviços oferecidos; de **habitação**, para garantir condições de moradia dignas para todos os habitantes de El Alto e cuidar das sedes sociais, centros infantis, bibliotecas e equipamentos públicos; de **Gênero**, para promover políticas que promovam a equidade de gênero, que articule instituições na defesa dos direitos das mulheres, que promova a capacitação de mulheres e defenda políticas voltadas para as mulheres e o combate à violência; **geracional**, para promover políticas que beneficiem as crianças e a terceira idade, garantindo assistência e o bem estar; de **defesa cívico-vecinal**, para tratar de denúncias de loteamentos ilegais, invasões e promover capacitação de dirigentes; de **segurança cidadã**, para coordenar ações junto aos órgãos competentes para acabar com a violência, denunciar irregularidades, promover capacitação; de **saúde**, para planificar ações que atuem em benefício da saúde, fiscalizar os serviços de saúde, promover campanhas; de **estatística**, para atualizar de forma permanente os dados demográficos da cidade; de **meio ambiente e recursos naturais**, para promover a defesa da natureza, capacitar e

conscientizar a população; de **imprensa e propaganda**, para divulgar comunicados, documentos oficiais e reunir as informações; de **Fiscalização**, para fiscalizar o cumprimento do estatuto, velar pelo bom manejo dos ingressos e encaminhar para o Tribunal de Honra casos suspeitos de corrupção, malversação dos recursos ou improbidade administrativa.

A despeito desses aspectos mais formais e de haver um compromisso estatutário com a equidade de gênero (art. 83), a maior parte dos corpos dirigentes são compostos por homens, do que resulta em um ambiente, muitas vezes, hostil à participação de mulheres. Estas últimas atuam de maneira mais protagônica nas *juntas escolares* ou de *salud*. Neste trabalho, houve uma preocupação em conferir ênfase à percepção das poucas dirigentes mulheres que atuaram no interior das *juntas* e da FEJUVE e suas histórias são marcadas por vários casos de violência derivadas do machismo estrutural. Uma das trajetórias mais emblemáticas nesse sentido é a de Fanny Nina, primeira e única mulher a assumir o cargo de Presidenta da FEJUVE na ocasião do XVI Congreso Ordinario desta instituição ocorrido no ano de 2010.

Tratarei da conjuntura de 2010 mais adiante, por ora vale registrar que até chegar ao cargo de presidenta, Nina foi submetida a várias situações de violência por ser mulher, mesmo na condição de Presidenta de sua zona. Em entrevista conta que, após eleita dirigente vecinal, dos 52 presidentes, das 52 zonas do Distrito 5, onde atuava, ela era a única mulher. Por várias vezes, foi impedida de participar dos ampliados distritais, sofreu boicotes, como quando congelaram seu Programa Operativo Anual impedindo-a de promover obras em sua região, ouviu diversas insinuações de que não deveria ter assumido tal cargo, de que não servia para dirigência, de que sua competência era outra, foi obrigada a gritar e a fazer escândalos em encontros com autoridades para que seu lugar de fala fosse reconhecido e respeitado, teve que estudar toda a legislação vigente para respaldar suas reivindicações para ter garantido o seu direito à palavra e, por outro lado, muitas vezes, viu-se diante também da necessidade de se silenciar para que não perdesse algum lugar de reconhecimento que tivesse conquistado ou de agir em conformidade com os “homens”, seguindo seus ritmos, para não ser tratada como uma “mulher delicada, uma flor delicada”<sup>37</sup> e fosse, por fim, respeitada.

---

<sup>37</sup> Aqui valeria toda uma reflexão sobre o que é ser homem, o que é ser mulher, o que define um ritmo masculino e feminino de trabalho ou de ativismo, o que é ser delicado e o que é ser duro. De fundo são elaborações repletas de convenções sociais construídas em um contexto caracterizado pelo patriarcado, no qual são atribuídos papéis sociais aos homens e às mulheres, conferindo a estas últimas um lugar inferiorizado em relação aos primeiros. Mulheres não seriam aptas ao trabalho político, à atuação nas ruas

en el Distrito 5 éramos 52 presidentes. De los 52, yo era la única mujer ahí. Entonces, sabemos que en diferentes contextos, el machismo esta tan arraigado, y en uno de ellos está precisamente allá en El Alto, en mi distrito también. Entonces, no permitían que yo ingresara a los ampliados, por ejemplo, del distrito, donde se reúnen todos los presidentes de las 52 zonas. Y ahí se podrían pues hablar de los proyectos de las zonas, de las infraestructuras, de seguridad ciudadana, de educación, de salud, entonces, todo se habla en un ampliado distrital. Y, bueno, pues a mí no me permitían que yo participe de aquello. Han congelado mi POA, mi programa operativo anual, de modo que por muchos meses, casi un año, no he podido hacer nada en mi zona, no podría hacer ninguna obra, no podría llevar una luminaria, no podría hacer nada... Mi zona es zona roja. Así se llama porque allá han alzado muchos muertos, muchas violaciones y por eso zona roja. Y a pesar de saber eso, estos dirigentes de esta rosca, manuda, perversa, egoísta que querían obras solo para sus zonas, entonces, no me permitían. Así que yo, agarrada en la ley, he hecho que se descongele ese POA y me puse a trabajar pero a la velocidad del rayo, empezaba a hacer complementar los servicios básicos, las luminarias, he removido rápido, porque el peligro era alto, nadie estaba seguro porque era una zona roja, reitero una vez más, una situación muy dura. (NINA, Entrevista, 2017)

un día había un ampliado de presidentes, estaba el Alcalde, comités de vigilancia, ejecutivos de la FEJUVE, así todas las máximas autoridades, más los presidentes. [...] Así que por eso era importante que yo entre en el ampliado. Como no me han dejado entrar, yo he forzado a ingresar ahí. Me recuerdo que a esa vez me han lesionado el brazo, querían hacerme cerrar la puerta en la mano, casi se han quebrado mis dedos, fue horrible. En ese momento es cuando me han dicho que “no nos interesa tu gente”, “tú eres una mujer”, “no sirves”. Me decían esas cosas y me enojó en ese momento, pero también me dio fuerza. Entonces, así que he metido mis pies, mis brazos, todavía me pujaban los de afuera, los de adentro me empujaban, pero fui entrando. Tuve un brazo lesionado pero ha logrado entrar al final porque yo gritaba al alcalde: “Señor alcalde, ¡Quiero entrar!”, “¡Yo soy representante de mi zona!”, “¡Si no me dejan entrar es que no dejan entrar a mis vecinos!”, “¡Tenemos derechos!”, yo gritaba, “¡ Señor, Alcalde!”. Esa vez el Alcalde era Fanor Nava. Hacía al comité de vigilancia: “Por favor, ¡Quiero entrar!, ¡Quiero entrar!”. ¡Un escándalo! Yo gritaba sola. Hasta que yo he entrado como he podido. Porque han tenido que abrir la puerta porque mis manos estaban ahí. Me han dicho que iban a borrar mis dedos, me amenazaban diciendo que iba a correr sangre, me mandaban a correr a mi marido. Malvados, ¿no? Pero con todo lo que me han dicho, con esa fuerza, he logrado a entrar al final, entro y todo el mundo me miraba, me han juzgado duramente, pero ya ha entrado por lo menos. Mejor caminar paso por paso. [...] Así que ahí fue mi primer incursión en el ampliado del distrito donde se discuten cosas importantes (NINA, Entrevista, 2017).

Vale registrar que a despeito dos inúmeros desafios que ainda perduram no sentido de se alcançar a equidade de gênero nos espaços de poder (e nas demais dimensões da vida), a Bolívia sob o Governo de Evo Morales tem se destacado de forma significativa na promulgação de leis que contribuam para esse avanço. No ranking da Inter-Parliamentary Union, com referência ao ano de 2018, a Bolívia, não por acaso, consta entre os 10 países do mundo que mais avançaram no âmbito da representatividade política com uma taxa de 53.1%, perdendo apenas para Ruanda (61.3%) e Cuba (53.2%). O Brasil, por exemplo, consta na 134ª posição com apenas 10.7% de representatividade de mulheres no parlamento, num total de 193 países.

**Figura 6**

WORLD CLASSIFICATION									
Rank	Country	Lower or single House				Upper House or Senate			
		Elections	Seats*	Women	% W	Elections	Seats*	Women	% W
1	Rwanda	03.09.2018	80	49	61.3%	26.09.2011	26	10	38.5%
2	Cuba	11.03.2018	605	322	53.2%	---	---	---	---
3	Bolivia	12.10.2014	130	69	53.1%	12.10.2014	36	17	47.2%
4	Mexico	01.07.2018	500	241	48.2%	01.07.2018	128	63	49.2%
5	Sweden	09.09.2018	349	165	47.3%	---	---	---	---
6	Grenada	13.03.2018	15	7	46.7%	27.04.2018	13	4	30.8%
7	Namibia	29.11.2014	104	48	46.2%	08.12.2015	42	10	23.8%
8	Costa Rica	04.02.2018	57	26	45.6%	---	---	---	---
9	Nicaragua	06.11.2016	92	41	44.6%	---	---	---	---
10	South Africa <sup>1</sup>	07.05.2014	393	168	42.7%	21.05.2014	54	19	35.2%

*Os dados na tabela foram compilados pela Inter-Parliamentary Union com base nas informações fornecidas pelos Parlamentos Nacionais até 1 de janeiro de 2019. 193 países são classificados por ordem decrescente da percentagem de mulheres na Câmara inferior ou única. (In: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm> - consulta em 22/04/2019)*

No que se refere à participação das bases nas *juntas*, nem sempre esta se dá de maneira espontânea, movida exclusivamente pelo caráter cívico. Em seu relato como dirigente, Fanny Nina fez questão de se diferenciar de outros dirigentes que tinham o costume de aplicar multas aos vizinhos que não participavam das assembleias, dos eventos comemorativos que mobilizam toda a zona (como os festejos de aniversário), que não iam às manifestações, às entregas de obras, entre outros. Em muitos casos, em represália aos que não compareciam, não se instalava o gás domiciliar, não eram concedidos ou eram confiscados documentos importantes ou, como disse, aplicavam-se multas. “Yo nunca ha sacado un centavo de mis vecinos. Nunca expedí multas, cotas, absolutamente, nunca, nada. Yo convocaba la asamblea e venían a los que se interesan por la zona. Con los que venían planificábamos, hacíamos el consenso y nos poníamos a

trabajar” (NINA, Entrevista, 2017). Portanto, apesar de ser notória uma tradição de organização territorial com a conformação de instituições representativas e de base por toda a cidade de El Alto, é importante considerar que o processo envolve uma dimensão voluntária e espontânea, mas também é combinado com ações de constrangimento e compulsoriedade.

Outro aspecto importante também que influencia na participação dessas instituições, que atua como um agente mobilizador e que se relaciona com o que refletimos anteriormente sobre as expectativas mais pragmáticas de resultados é o assistencialismo. Irene Mamani Ojeda cita, por exemplo, o caso do “Compadre Carlos”. Carlos Palenque, também conhecido como “El Compadre”, uma liderança carismática local que exerceu grande influência sobre os *alteños*, especialmente sobre o aspecto da participação cívica popular. Músico charanguista e empresário, atuou também como comunicador social em uma rádio e, depois, com uma emissora de televisão, o canal 4, RTP.

No começo dos anos 1980, Palenque começou um programa de rádio chamado *La Tribuna Libre del Pueblo*, no qual as pessoas comuns poderiam usar o microfone para pedir ajuda, publicar eventos, denunciar crimes. Em 1985, o programa começou a ser transmitido também pela televisão, pois Palenque havia comprado uma emissora. Devido a sua popularidade, fundou em 1988 o partido *Conciencia de Patria/CONDEPA* e foi candidato à presidência da Bolívia, mas não conseguiu se eleger apesar de se consolidar como liderança política de referência no Departamento de La Paz e, particularmente, em El Alto.

Na televisão, Palenque, através de uma retórica paternalista, convocava o povo a se organizar e atrelava assistencialismo social ao engajamento político. Segundo Ojeda,

Ha sido bien fundamental el apoyo de Compadre Carlos, Carlos Palenque. Él tenía su emisora, canal 4, RTP. Él trabajaba con médicos, abogados, con una óptica. Entonces, había una compañera que tenía problema en la vista, entonces, solicitábamos al Compadre Carlos, solicitábamos para la compañera unos lentes, ella iba en la óptica, medía y le daban sus lentes. Eso repercutía en otras mujeres. Entonces, nosotros, cuando llamábamos a la reunión, o sea por agradecimiento o porque tenía su inquietud de hacer algo por la gente, venían. Y nuestros ampliados eran llenos, nuestros congresos eran bien peleados porque veían que incluso cuando alguien moría y no tenía recursos para enterrar, sabíamos que íbamos de nuevo al Compadre Carlos. Él nos mandaba a las embajadas, a los ministerios... Él nos ha ayudado hartó. Ese sí ha hecho una formación político sindical al pueblo. [...]. Te regala una libra de azúcar, un



bañador, “recibiste, compadre, porque es tu plata, es de vos, pero vota con la conciencia de que tú quieras mejores días para su país”. Entonces, eso es una formación política y sindical. (OJEDA, Entrevista, 2017)

Palenque morreu em 1997 devido a um ataque cardíaco, deixando um legado político que foi imediatamente apropriado por sua viúva, Remedios Loza, mulher indígena, com quem compartilhava o programa e que havia sido construída como candidata para as eleições municipais. Apesar da vitória nas eleições municipais, o partido não conseguiu sustentar esse legado durante muito tempo e terminou desmoralizado por escândalos de corrupção e má administração do poder público.

Para Sian Lazar, essas relações clientelistas não podem ser reduzidas a um viés manipulador e unilateral. O caso de Palenque, em particular, expressa negociações de ambos os lados. Os clientes não são passivos, mas são sujeitos que se utilizam de uma relação pessoal e direta com o Patrão para obter benefícios para suas zonas e para instigar a participação política (LAZAR, 2013, p. 101-102).

La relación de compradrazgo es muy importante en las sociedades andinas, y los vínculos entre el padrino y los padres de su ahijado son a menudo más fuertes que los que se establecen entre el padrino y ahijado. [...] Palenque había puesto énfasis en el compadrazgo [...] era capaz de llamar a lealtad la gente a través del compadrazgo, pero también demostrar su voluntad de invertir en la comunidad. Esto último implicaba que, en un sentido de reciprocidad, la gente estaba preparada para votar por él debido a que al menos les había dado algo. [...] la gente sentía que el hecho de que hubiese puesto su propio dinero en obras implicaba que estaría preparado para poner el dinero de la municipalidad en obras aún mayores (LAZAR, 2013, p. 113-114)

Em períodos eleitorais tais cálculos se apresentam ainda mais estratégicos, pois são os momentos, por excelência, em que estão abertas as negociações, as quais poderão determinar a chegada ou não de recursos, obras e emprego à zona nos anos seguintes.

A partir dos anos 2000, com o incremento das políticas neoliberais, ocorreu uma ruptura nos espaços de negociação entre o Estado e os *alteños* e estes começaram a protagonizar grandes mobilizações e *paros* cívicos. Através destas formas de protesto, foram se consolidando métodos de luta eficazes para conquistar algumas demandas. A obstrução de avenidas com pedras, destruição dos espaços de representação política (*alcaldia*, câmaras municipais) e de empresas multinacionais avessas aos interesses populares (como a Aguas de Illimani e a Electropaz) foram emblemáticos desta fase. A

organização através das *juntas vecinales* conferiu uma capilaridade e uma capacidade de mobilização que tornou a cidade ingovernável.

Nesse período, tornaram-se símbolos do poder constituinte em curso, a *whípala* (bandeira multicolorida quadriculada que expressa outra significativa *chakana*, o arco-íris), o *poncho* e a *manta* (estes dois, vestimentas características dos indígenas). Da mesma forma, rituais fazendo alusão a *Pachamana*<sup>38</sup> e aos *Achachilas*<sup>39</sup> demonstram um resgate dessas divindades seculares e ilustram que o movimento se articula sob uma base étnica. Porém, o debate não se restringe ao indígena num viés etnicista, mas converte este componente em um viés político, como forma de articulação e luta por direitos. A articulação ganha adeptos também entre trabalhadores, estudantes universitários e secundaristas e extravasa as fronteiras da cidade. Trata-se, portanto, de uma luta popular. Uma luta para o atendimento de demandas sociais e econômicas.

Em El Alto, o descontentamento foi intensificado devido à gestão neoliberal de José Luis Paredes, também chamado de Pepelucho, que foi eleito para a *Alcaldía* da cidade em 1999 pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionario/MIR*, partido que derrubou a hegemonia do CONDEPA que não conseguiu manter a liderança após a morte de Carlos Palenque e se viu desmoralizado por vários escândalos de corrupção que se seguiram em suas gestões municipais. Foi durante a gestão de Pepelucho que ocorreu uma das maiores crises políticas da história da Bolívia: a Guerra do Gás de 2003.

### 2.3. A Guerra do Gás de 2003

Como Palenque, Pepelucho também possuía um canal de televisão, o canal 24, e se apropriou do legado do *Compadre* reivindicando sua memória e de muitos de seus símbolos. Apesar de não ser natural de El Alto, tornou-se conhecido pelas obras e investimentos que promoveu na região em um longo caminho até se tornar candidato máximo à prefeitura.

Durante años Jose Luis Paredes se ha manejado cuidadosamente hasta llegar a la posición de candidato máximo para la alcaldía de El Alto.

---

<sup>38</sup> Pacha Mama (do quíchua Pacha, "universo", "mundo", "tempo", "lugar", e Mama, "mãe", "Mãe Terra") é a deidade máxima dos Andes peruanos, bolivianos, do noroeste argentino e do extremo norte do Chile.

<sup>39</sup> Dentro do conceito dos seres sobrenaturais, os achachilas formam, junto com a Pachamama, a categoria mais importante dos deuses reverenciados pelos indígenas. São os grandes protetores da natureza.

Fue apoyado por la maquinaria partidaria del MIR y hasta cierto punto por su dinero, aunque él invirtió gran parte de sus recursos personales tanto durante la campaña como años antes de la elección ganándose el favor de los vecinos (LAZAR, 2013, p. 111)

Pepelucho apoiava o Governo de Gonzalo Sanches de Lozada (2002-2003) que foi responsável por propor um conjunto de reformas neoliberais de reestruturação econômica. Em fevereiro de 2003, o Governo Goni já havia acumulado muitas insatisfações quando comunicou em cadeia de televisão que iria confiscar parte dos salários e ingressos dos trabalhadores do setor público e privado devido à crise econômica que então vivia o país. Tal medida ficou conhecida como *impuestazo* e gerou represálias como a queima de várias instituições do Estado, sedes de partidos políticos e outros. Em El Alto, queimaram a sede da *alcaldía* que desde então passou a ser conhecida como a *Alcaldía Quemada*. Nos enfrentamentos, morreram 36 pessoas, entre policiais, militares, vizinhos e estudantes.

Em setembro de 2003, foi a vez da *alcaldia* de La Paz implementar os Formulários Maya e Paya (um e dois em aymara) que previam um aumento substancial sobre os impostos referentes a moradia. Os *alteños* recusaram-se a pagar e convocaram um *paro cívico*. Tratava-se de um aumento abusivo e as pessoas não condições de arcar com tal custo. Diante das pressões da prefeitura pela cobrança dos novos impostos, começaram a haver reuniões entre as *juntas* e outras organizações coletivas de onde tiraram o encaminhamento de parar a cidade. Segundo Ojeda (Entrevista, 2017),

[El Pepelucho] nos aplica un impuesto llamado el *maya y paya*. Este *maya y paya* es en aymara que les dice primero y segundo. Entonces, este *maya y paya*, un ejemplo, ¿no?, nosotros pagábamos 50 bolivianos de impuesto anual. En el *maya y paya* nos propone pagar 80 pesos, pero en dos partes, 40 después 40. Un robo disimulado, ¿no?, pero la gente para el entonces no había plata, no había donde ganar, un plato de comida, un almuerzo costaba 3 bolivianos. Un plato así sencillo para pasar el hambre, 50 centavos. Entonces, para nosotros, 40 pesos era mucho. Empezamos a tener reuniones ampliadas en donde se rechaza el pago de ese impuesto y Pepelucho nos culmina para que nosotros comencemos a las diferentes zonas y distritos a que paguen esos impuestos.

O movimento contestatório foi ganhando impulso na medida em que muitos estavam descontentes. Durante dois dias, a cidade parou: “barrio por barrio, zona por zona, distrito por distrito ha recorrido un sentimiento de autoafirmación propia sobre la construcción urbana indígena de esta ciudad (MAMANI apud RAMIREZ, 2005, p. 46).

No país, o Governo Goni, conforme mencionei, já enfrentava muitos descontentamentos devido a uma série de medidas, como a insistência nas reformas neoliberais; a possível assinatura da ALCA; a proposta de exportação do gás (uma das principais riquezas naturais do país), pelo porto de Arica, no norte do Chile – território que a Bolívia perdeu para os chilenos em uma guerra em 1879 e motivo de muitos ressentimentos por parte dos bolivianos -; a aprovação da Lei 2494 de “Protección y Seguridad Ciudadana” que, na prática, criminalizava os protestos, entre outros.

Para completar, no auge dessas insatisfações todas, Edwin Huampu, morador da comunidade de Cota Cota, localizada nos arredores de El Alto, acusado de ter assassinado dois ladrões de gado, foi preso. Contudo, a decisão pelo justicamento dos ladrões foi tomada em assembleia comunitária atendendo aos trâmites da justiça comunitária aymara. Ao individualizar em um dirigente uma ação que fora decidida coletivamente, o Estado ficou isolado.

A todas as insatisfações citadas, somaram-se também as dos universitários que reivindicavam a autonomia da Universidad Publica de El Alto em relação a Universidad Mayor de San Andreas.

Por fim, têm início as primeiras passeatas.

[...] el lunes 8 de septiembre, ya acumuladas fuerzas y los reclamos, los campesinos se unieron a los choferes del transporte interprovincial, a los vecinos de El Alto, a los alumnos de la UPEA [Universidad Publica de El Alto] y a otros sectores para comenzar una marcha desde la ciudad aymara hacia La Paz. Las reivindicaciones – que incluían el rechazo a la venta del gás por Chile, un no al ALCA, la liberación incondicional de Huampu y la autonomía para la universidad alteña – pasaban de ochenta (GÓMEZ, 2005, p. 23).

Sem atividades escolar, comercial, bancária ou de transportes, a população foi às ruas e tomou as avenidas, praças e ruas, construindo barricadas e expressando seu profundo desacordo. Em alguns setores, houve violência e quebra-quebra. As zonas assumiram o papel de controlar, cada uma, a sua jurisdição, como já haviam feito em outras ocasiões de revolta.

Los Cruce Villa Adela controlan su lugar para inmovilizar todo el sector. Los de Río Seco controlan también su lugar o su jurisdicción. De esta misma manera lo hacen los del sector Sur de la ciudad, Senkata y Ventilla. Si sumamos cada uno de estos lugares, fácilmente tenemos una gran extensión territorial con redes de acciones colectivas que tiene, como hecho importante, la capacidad de

articularem-se como um solo movimento social vecinal (RAMIREZ, 2005, p. 47).

Cerca de dez mil indígenas das vinte províncias do Altiplano se dirigiram para El Alto para somar-se aos demais movimentos e dar início a uma marcha até La Paz. No auditório da emissora de Rádio San Gabriel, em El Alto, dirigentes aymaras – dentre eles, Felipe Quispe<sup>40</sup> -, tentaram uma negociação com dois viceministros que não foi bem sucedida. Diante da irredutibilidade do governo em liberar Huampu, o diálogo foi suspenso e os dirigentes entraram greve de fome por tempo indefinido atrelando ao movimento todas as demais insatisfações que vinham se acumulando. Também foi decidido em assembleias o bloqueio de avenidas por toda El Alto.

[...] La táctica camponesa era simple: reunirse en un punto libre de la presencia militar para colocar en el camino cientos de piedras de gran tamaño e impedir con esto el tránsito. Minutos más tarde, los militares, al tomar conocimiento del “sembrado” pétreo, llegaban al lugar para limpiarlo. Pero en este instante, en otro lugar, ya los campesinos repetían sus acciones, por lo que durante varias horas, si bien hubo bloqueos defendidos por contingentes, fue imposible detener la protesta (GÓMEZ, 2004, p. 33)

Apesar de algumas vitórias parciais, como a revogação do Formulário *Maya e Paya*, a polêmica em torno da venda do gás ganhou uma dimensão nacional, tornada símbolo da luta pelos recursos naturais no país. Em outros departamentos, tiveram início marchas, protestos e bloqueios. Os dirigentes mantiveram a greve, assim como a obstrução de avenidas em El Alto. La Paz estava isolada. O cerco fez com que muitas pessoas relembassem o sítio indígena promovido por Katari e Bartolina Sisa em 1781. O governo intensificou as medidas de segurança e lançou operativos, como o envio de comboios militares, que pudessem garantir a chegada de alguns produtos, como a gasolina, na capital, bem como para resgatar turistas isolados em algumas regiões. Em Warisata, uma das províncias do Departamento de La Paz, houve enfrentamentos contra os militares. Às pedras atiradas pela população, os militares responderam com tiros,

---

<sup>40</sup> Felipe Quispe é executivo da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesino (CSUTCB)* e considerado um *Mallku*, isto é, uma autoridade originária aymara. Militou em vários movimentos sociais e organizações, tais como o Movimiento Indígena Túpac Katari (anos 1970); no Ejército GuerrilleroTúpac Katari/EGTK (anos 1990), no qual também participou o atual vice-presidente, Álvaro García Linera; foi secretário executivo da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia/CSUTCB; e candidato à presidência em 2002 pelo Movimiento Indígena Pachakutic/MIP, ficando atrás de Goni e Evo Morales, este último eleito presidente em 2005..

matando três pessoas. O “massacre de Warisata” intensificou ainda mais as animosidades com o governo, dificultando as negociações.

Assembleias aconteciam em diversas regiões de El Alto cujas resoluções eram transmitidas por rádios comunitárias para articular a resistência. Um poder paralelo se estruturou a partir das *juntas vecinales* e outras organizações tornando a cidade ingovernável. Irene Mamani Ojeda, uma das dirigentes da FEJUVE nessa época, lembra que

Nosotros nos declaramos en clandestinidad. Eran solos celulares: “en tal día en la marcha, esto vamos hacer”. Cada dirigente tenía su distrito, estaba bien conformado. Era como cuando el agua está en un bañador, pero en ese bañador hay altos, es que... altos... pienso que, a cualquier lado que se vuelva se va encharcar esa agua. Entonces, a una sola orden, se encharca esa agua toda en la ciudad de La Paz y toda la gente bajaba como ríos, ríos de gente, de personas (OJEDA, Entrevista, 2017)

Articulou-se nesse contexto o que os revoltosos chamaram de “llamamiento de sangre” para que os povos de todas as partes se sentissem como iguais nessa luta, sejam indígenas aymarás, sejam quechuas, sejam mestiços, seja no campo, seja na cidade. Todos unidos por uma causa comum: contra a discriminação, a carência de serviços e de infraestrutura e negligência do poder político. “El sentido de pertenencia a una misma realidad se hace mucho más poderoso muchas veces que la explícita conciencia étnica” (RAMIREZ, 2005, p. 52).

Assim, os bloqueios se estenderam não apenas por El Alto, mas pelos departamentos vizinhos e outras regiões do país, como Cochabamba. Foi decretado o “estado de sitio indígena” que, segundo Felipe Quispe, significa que “ni soldados, ni policías tenían garantías dentro de su territorio y que quedaba prohibido el patrullaje ‘en nuestras comunidades’” (GÓMEZ, 2004, p. 50).

[...] Todos los cruces, todas las avenidas y los puntos de encuentro estaban tomados con precisión; desdoblándose con el mismo sistema que las comunidades campesinas, los aymaras urbanos habían creado cuarteles generales en distintos barrios de El Alto, en puntos clave de la ciudad, desde donde era posible organizar las acciones. Pero los militares tenían orden de avanzar a cualquier costo, cubiertas las espaldas por la ley de “resarcimiento de daños”, dictada secretamente por el gobierno (GÓMEZ, 2013, p. 95).

Novos enfrentamentos ocorreram e mais mortes. Não era possível estabelecer qualquer diálogo com o governo, de sorte que começaram a exigir a renúncia do presidente e a convocação de uma Assembleia Constituinte para repactuar o país: “gas, constituyente, renuncia”, gritavam. É deste modo que se apresenta a **Agenda de Outubro**, construída no calor dos eventos, e que apontava de forma genérica, porém categórica, a necessidade de avançar na nacionalização dos recursos naturais, hidrocarbonetos e gás, com intuito de restabelecer a soberania do país sobre a gestão de suas riquezas, viabilizando uma reconfiguração da economia e, ao mesmo tempo, avançar na redação de um novo pacto político para o país com a convocação de uma Constituinte. Para Ojeda, Evo Morales é uma consequência dessa Agenda. Sem a Guerra do Gás de 2003 e sem a Agenda de Outubro dificilmente poderíamos falar hoje de algum *Proceso de Cambio*.

[...] en 2003, el pueblo ha hecho esta Agenda de Octubre, donde estaba la nacionalización de los hidrocarburos, la creación de fuentes de empleo, los más primordiales. [...] nos llega a una ira cuando escuchamos decir: “el Proceso de Cambio”. Cuando no saben esas personas donde ha nacido ese “Proceso de Cambio” y para que se ha hecho este Proceso de Cambio. Este Proceso de Cambio no ha sido hecho para hacer estructuras grandes no más, se ha hecho para mejorar la vida de la sociedad más que todo. ¿Para qué se ha dicho que se tenía que nacionalizar los hidrocarburos? Para que haya plata en el país, para que haya empresas, fabricas, para que se crean fuentes de empleo. Ese es el fondo del Proceso de Cambio [...] (OJEDA, Entrevista, 2017).

Tal perspectiva é corroborada por Fanny Nina ao afirmar que, em nome desse *Proceso de Cambio*, foi derramado muito sangue em El Alto. Por conseguinte, este não poderia ser apropriado por um partido ou um governo. O *Proceso de Cambio* é do povo. “Detrás de esos muertos, detrás de esos heridos, hay ese llamado Proceso de Cambio que no es de ninguno partido político, eso es del pueblo” (NINA, Entrevista, 2017).

Nas ruas de El Alto, o cenário era de guerra. O Exército respondeu ao aumento das tensões reprimindo duramente as manifestações. A população respondeu, por sua vez, montando barricadas e incentivando ainda mais marchas e greves. Contudo, há de se notar a assimetria entre ambos os lados, pois, enquanto o governo dispunha de um aparato militar, a população se utilizava dos recursos que tinham à mão.

nosotros solo nos defendíamos con palos y piedras, las botellas de pet cola, unas botellitas pequeñitas, sabíamos hacer bombas molotov, con

arena y gasolina, una mecha más, y lo tapábamos con poxipol, los secábamos. Y cuando teníamos que ir a una marcha, agarrábamos, prendíamos y empezábamos a jugar y “bum”. Uno aprende la necesidad que lo empuja, a crear sus propias armas. Pero a nosotros el gobierno nos ha enfrentado como unos asesinos sanguinarios, no nos han dando opción a nada. Han venido gente que no era de La Paz, eran cruceños o eran extranjeros francotiradores. Porque mataban a quema ropa, sin mirar si era niño, gente, mujer (OJEDA, Entrevista, 2017).

Para Ojeda, o apoio dos mineiros foi determinante para que o governo começasse a ceder, quase um mês depois do início dos conflitos. “Y ahí nos viene apoyar los mineros de Huanuni, Colquiri, luego llegan de Catavi, Siglo XX. Mueren también los compañeros mineros [...]. Entonces los mineros están agarrados de sus dinamitas y eso hace con que el gobierno retroceda y se escape” (OJEDA, Entrevista, 2017). O governo assina então o Decreto Supremo 27210 que estabelecia que não se exportaria mais o gás pelo Chile, a menos que se realizassem consultas e debates públicos sobre o assunto. Porém, era tarde demais. A população não deixou as ruas até que Goni renunciasse, o que acabou ocorrendo, depois de cerca de 70 pessoas perecerem somente na cidade de El Alto.

No lugar do ex-presidente, assumiu seu vice, Carlos Mesa, que tampouco conseguiu atender às demandas populares e também foi obrigado a renunciar em 09 de junho de 2005. O presidente da Corte Suprema assumiu até eleições seguintes, quando Evo Morales tornou-se o primeiro Presidente indígena da história. Era o início de um novo momento de lutas na Bolívia, no qual, pela primeira vez, depois de mais de 500 anos, os indígenas chegaram ao poder com um novo projeto de Estado

#### **2.4. Governo Evo Morales: uma cidade em disputa**

El Alto foi epicentro dos conflitos da Guerra do Gás de 2003, o que resultou não apenas em um derramamento de sangue como anteriormente mencionado, mas também em um alto custo social difícil de ser mensurado. Segundo Fanny Nina, muitas fábricas, por exemplo, fecharam após o evento, gerando mais desemprego na cidade (NINA, Entrevista, 2017).

Nas bases, a despeito da vitória política nacional, muitos dos dirigentes da FEJUVE que atuaram nas manifestações tornaram-se alvos de duras críticas e de perseguições. Após a queda de Goni, Pepelucho seguiu como *alcalde* de El Alto e havia o risco real de muitos serem processados e presos por conta das agitações políticas que



protagonizaram no episódio. Para Irene Mamani Ojeda faltou apoio e suporte por parte de muitos vizinhos que os acusaram de serem responsáveis pelas mortes durante o conflito. Ojeda acabou fugindo para o Brasil, enquanto outros foram para províncias como Los Yungas e outras regiões.

A reeleição de Pepelucho, mesmo após ter sido um dos responsáveis pelo desencadeamento da Guerra do Gás, merece uma reflexão mais aprofundada. O mesmo município que reeleger o autor dos Formularios Maya e Paya com 53% dos votos, concedeu uma votação histórica de 77% ao MAS de Evo Morales no ano seguinte nas eleições gerais (REVILLA, 2007, p. 5). Para Carlos Revilla, antropólogo que atuou através da Red Unitas<sup>41</sup> durante muitos anos na cidade de El Alto, a política de “visibilidade” e “obrismo” realizada pelo MIR-*Plan Progreso* de Pepelucho foi central para o sucesso de sua candidatura. Isso se relaciona com algo que tratei anteriormente e que vou retomar agora que diz respeito a uma cultura política presente na cidade de El Alto de legitimação de autoridades pela via da realização de obras.

Desde que começou a construir sua trajetória na cidade, em 1997, como deputado, José Luis Paredes tratou de se vincular através de relações clientelistas ou de *compradazgo* aos vários setores que apresentavam demandas: apadrinhava promoções em colégios, patrocinava eventos culturais, realizava obras e benfeitorias, fazia uso intenso de rádio e televisão para divulgar constantemente sua imagem vinculada ao cumprimento dessas demandas. Depois que foi eleito *alcalde* pela primeira vez apostou principalmente na execução de obras, associando às mesmas, elementos simbólicos que fizessem referência a sua autoria e disposição de levar o “progresso” à cidade de El Alto: pintava os equipamentos públicos com as cores de seu partido, procurava sempre indicar que a obra realizada era de sua gestão, apropriava-se muitas vezes de outras obras para chancelá-las com seu nome, colocava painéis, faixas e placas de agradecimento ao governo pelas obras realizadas. Tais estratégias de propaganda reforçam a perspectiva da gestão pública e da execução das obras como dádivas que

---

<sup>41</sup> A Red Unitas, uma ONG fundada em 1976, no contexto da ditadura de Hugo Banzer, com o objetivo de lutar pela democracia e pelos direitos humanos. Atualmente, é uma rede nacional que conta com mais de 22 instituições afiliadas. Seus projetos visam, por intermédio da educação popular, capacitar os setores mais pobres, para que a partir de seu próprio protagonismo possam desenvolver projetos que lhes garantam acesso à direitos fundamentais e avancem para uma sociedade mais justa e igualitária. A ONG acompanha esses projetos depois prestando assessoria necessária. Em períodos mais críticos, eles recebem mais recursos de outras organizações estrangeiras. Um dos principais parceiros deles por um tempo foi o governo holandês, por exemplo. Uma das áreas de atuação dessa ONG é a cidade de El Alto e Revilla, por muito tempo, atuou nessa frente com o Programa Poder Local, do que resultou sua dissertação de Mestrado em antropologia sobre a atuação das lideranças e autoridades nas Juntas Vecinales e sua tese de doutorado. Ele mesmo é alteño e trabalhou principalmente no Distrito 4.

merecem uma recompensa. Não são apresentadas como direitos conquistados, mas gestos de “boa vontade” que devem ser reconhecidos.

La estrategia de posesión de la imagen del Alcalde, por medio de la inscripción en el espacio urbano tanto de los colores de su agrupación como de las frases de agradecimiento, muestra cada proyecto ejecutado como un favor que debe ser agradecido y no así como una obligación de su gestión. Sus connotaciones caudillistas y paternalistas subyacen a la simulación de un diálogo en el espacio público, llevado a cabo entre gobernante y gobernados, una muestra de agradecimiento desde la humildad vecinal hacia al desprendimiento de la autoridad individual (REVILLA, 2007, p. 10).

Deste modo, tais ações repercurtem na população *alteña* de maneira a consolidar uma perspectiva do *alcalde* como alguém que faz, que executa e que, portanto, deve ser valorado pelos moradores, a despeito de quaisquer inclinações ideológicas. Aliás, o *alcalde* inclusive oscila por várias ideologias sem se preocupar com uma fundamentação mais consistente: em sua primeira eleição, por exemplo, havia sustentado um discurso antineoliberal, com referência à pluriculturalidade, a inclusão social e o progresso (REVILLA, 2007, p. 6) e, depois, apoiou o Governo Goni e o pacote de austeridade que desencadeou a Guerra do Gás; ao passo em que defende o *Plan Progreso* associado a uma expectativa de “modernização” da cidade de El Alto, voltada para o “desenvolvimento” e para o “progresso” que se traduz em obras viabilizadas em grande medida pelo apoio da iniciativa privada, também investe em uma representação da cidade comprometida com a luta e identidade aymara, com a resistência e até recorre à figura de Che Guevara como símbolo de uma cidade que não nunca se coloca de joelhos (“El Alto de Pie: Nunca de Rodillas”) (Cf. REVILLA, 2007, p. 12-13 e p. 23).

As expectativas que se constroem em torno de um ideal de “progresso” associado a “obras” evidenciam também, ainda de acordo com Revilla (2007, p. 15-16), um contexto marcado pela exclusão, precariedade e desatenção do Estado. Esse cenário também favorece a realização de obras de “maquiagem” que dão visibilidade a quem executa, mas não alteram as estruturas que permanecem precárias. Diante dessa realidade em que se impõe um pensar mais pragmático para a solução dos problemas cotidianos, será que há margens para se falar do Bem Viver, enquanto outro paradigma civilizacional, tal como é enunciado pelo Governo de Evo Morales, que parte das tradições indígena-comunitárias e que pode apontar para uma ruptura sistêmica com o

capitalismo<sup>42</sup>? Haveria base social em El Alto para dar sustentação a esse conceito ou a essa hipótese de transformação social?

Em relação à defesa ou sustentação do conceito em si, há poucas evidências nas fontes levantadas por mim, o que me levou até mesmo a questionar a validade de se refletir sobre o Bem Viver enquanto tal a luz da experiência de El Alto. Espontaneamente, foram poucos os entrevistados que fizeram referência ao conceito e, quando perguntados, a relação que se fazia geralmente era como se fosse algo relacionado ao governo, ou algo externo, ainda que bebesse de tradições populares e indígenas. A exceção de todos com quem trabalhei foi a ONG Wayna Tambo, vinculada a Red de la Diversidad, que atua no Distrito 1 de El Alto (Villa Dolores). A proposta da ONG é fortalecer o tecido comunitário em territórios de grande vulnerabilidade com intuito de se impulsionar a capacidade de gestão do público, dos bens comuns e os acordos de convivência equitativa em pluralidade, de forma corresponsável com o Estado e suas instituições, tendo como horizonte as possibilidades de transformação social orientadas ao Bem Viver (In: <http://reddeladiversidad.org/quienes-somos/> - consulta em 20/11/2017).

O Wayna Tambo funciona como um centro cultural e é o local onde se maneja uma das principais rádios comunitárias de El Alto que, inclusive, cumpriu um papel fundamental de comunicação e resistência no contexto da Guerra do Gás de 2003 e em vários outros conflitos. Por intermédio de uma de suas principais lideranças, Mário Ibañez, o Wayna Tambo e a Red de la Diversid têm pautado a disputa semântica do Bem Viver, em tempos nos quais o conceito foi apropriado pelo governo *masista*. Segundo Ibañez (2016), o Bem Viver vai muito além de um conceito bem definido, mas está relacionado a um modo de ser que há 500 anos “co-existe” com a civilização moderno-ocidental colonialista.

Muitos dos aspectos que citei aqui de como as organizações populares se redefinam a partir da influência de várias tradições, sejam elas de matriz europeia, seja de matriz comunitária, relacionam-se com o Bem Viver. Muitos elementos da vida cotidiana, da economia popular, dos sistemas de *ayni*/ajuda mútua, dos mandatos imperativos, da ocupação das praças, das insurreições populares, das formas de se praticar o comércio que testemunhamos no dia a dia dizem respeito aos valores e princípios existente em uma outra filosofia, em uma outra episteme, que sobrevive no

---

<sup>42</sup> Aprofundo a reflexão e o debate sobre o conceito do Bem Viver no capítulo 3 desta tese.

âmbito da sociedade abigarrada de Zavatela e que iremos aprofundar no próximo capítulo.

Segundo Ibañez, o autor demonstra como as cidades foram formadas de maneira colonial, racista e patriarcal em oposição ao campo, ao rural e ao indígena, na contemporaneidade, consolidaram-se como um modelo alienado da dimensão produtiva, voltado para o consumo desenfreado, alimentado pela cultura da obsolescência e produtor de toneladas de lixo às custas da exploração também desenfreada dos recursos naturais, necessária, por sua vez, para abastecer uma cidade que só cresce e demanda todos esses produtos. Porém, apesar desse cenário sombrio, o autor sustenta que, apesar desse modelo civilizatório dominante, a cidade é também palco de uma heterogeneidade sem fim de coexistências. No caso da Bolívia, e particularmente da cidade de El Alto, a enxurrada de indígenas que ao longo das décadas seguem ocupando esses espaços urbanos termina por ressignificá-los a partir de outras cosmovisões. E é dessa mistura que se redefinem as relações entre o rural e o urbano, que o lugar de consumo se transforma em lugar de encontro e de outras economias possíveis, que aquilo que se come deixa de ser o produto industrializado e insiste ser aquele que vem direto dos produtores, no tempo da Natureza, no ciclo da Natureza, e é assim que se redefinem práticas de gestão do território, de articulação da resistência e de outras possibilidades de se existir no mundo (IBAÑEZ, 2016).

O Bem Viver é, desta maneira, apresentado como um horizonte de sentido que nos aponta um caminho pós capitalista tendo como raiz tais elementos, tais valores, tais práticas oriundas do mundo indígena e que são redefinidas na cidade. Não é uma fórmula de bolo ou um projeto único antissistêmico bem definido, mas um caminho para onde convergem as alternativas que se estruturam a partir de algumas premissas fundamentais ancoradas no comunitarismo, numa outra ética, no princípio da relacionalidade, do equilíbrio, da complementaridade, numa outra relação com a Natureza e com os demais.

O Bem Viver é, sobretudo, um horizonte de sentido, um indicativo de que é possível transitar para outros modos de vida e formas civilizatórias que nos permitam sair da armadilha da modernidade e do desenvolvimento hegemônicos, expressados, em sua forma mais radical no capitalismo, embora não unicamente. Não se trata de um modelo ou de um projeto claro, e sim de um sentido que exige capacidade de construir, inventar, criar e permitir a germinação do existente, que reconfigura a dominação de outros horizontes. Não é possível sem diversidade e pluralidade (IBAÑEZ, 2016, p. 321).

Assim, esses sinais de re-existências urbanas podem ser fontes poderosas e potentes para um outro mundo que se almeja construir. No próximo capítulo irei aprofundar a reflexão sobre o Bem Viver propriamente dito, a partir de diferentes perspectivas, mas considero importante ressaltar no momento como que, ainda que não anunciado, o Bem Viver pode se manifestar em práticas que aparentemente não possuem um caráter transformador mais evidente, ou não são anunciadas como tais, mas nas quais subjazem potencialidades emancipatórias.

Voltando ao caso de Pepelucho em El Alto, se um passo foi dado em uma direção mais pragmática ao reeleger o *alcalde* nas municipais de 2004, por outro, a votação massiva em Evo em 2005 (assim como na reeleição de 2009<sup>43</sup>) também aponta para a existência, na cidade, de expectativas de transformações mais profundas do país. As coisas caminham, portanto, com profunda ambiguidade e tensionamentos: entre o pragmático, as tradições (que não são fixas no tempo) e os horizontes de transformação. Deste modo, as soluções estão longe de ser maniqueístas.

Após eleger Pepelucho, para citar outro exemplo, entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, a FEJUVE El Alto atuou de forma protagônica mais uma vez em uma nova Guerra da Água<sup>44</sup>. Primeiro convocando um *paro total* de 24h (antes do natal de 2004) e, depois, um *paro cívico indefinido* (antes do feriado das *Alasitas*<sup>45</sup> já em 2005) reunindo dezenas de entidades de dentro e de fora de El Alto que realizaram bloqueios em todas as ruas e passeatas contra a privatização dos recursos hídricos e em defesa de uma empresa pública da água, compreendendo que esta última deve ser garantida e considerada como um dos direitos humanos fundamentais.

---

<sup>43</sup> José Rafael Vilar em seu estudo sobre “encuestas” e “eleições” na Bolívia no ano de 2009, apoiando-se em vários estudos, inclusive nas pesquisas feitas pela empresa IPSOS APOYO (empresa de pesquisa eleitoral com sede em vários países da América Latina, parte do grupo francês IPSOS) que realizou vários estudos eleitorais e pré-eleitorais em El Alto, afirma que, considerando todos os resultados, a cidade, junto com La Paz, podem ser consideradas como “bationes de Morales”, com índices de intenção de votos e de votos, que, em vários momentos, superavam os 80%. (VILAR, 2009/2010, p. 27)

<sup>44</sup> A primeira Guerra da Água ocorreu em 2000, em Cochabamba, em reação à política de privatização da água.

<sup>45</sup> Trata-se de uma tradição da cidade de La Paz que já vem desde o século XVIII. O dia das *Alasitas* demarca o início da época de semear e que vai do dia 24 de janeiro e dura mais umas três semanas. Acredita-se que este seja um período no qual os canais com a *Pacha* estão abertos para que a abundância possa se abater sobre todos. São vendidas milhares de miniaturas de tudo o que se possa imaginar. Às 12h, cumpre-se um ritual de oferecer tais miniaturas para a deidade aymara Ekeko, junto com alcool, vinho, flores, adornos e orações. Desta maneira, você tem grandes chances de que essas coisas se convertam em realidade. Nesse dia, as principais ruas e avenidas são fechadas e espalham-se milhares de tendas com as pessoas vendendo e comprando miniaturas.

A insatisfação de El Alto com o regime de concessão através do qual era oferecido o serviço de água já vinha de muitos anos. Desde a primeira Guerra da Água que ocorreu em 2000, em Cochabamba, houve esforços no sentido de criar uma *Coordinadora del Agua* em El Alto e tanto em fevereiro, quanto em outubro de 2003, a empresa *Aguas del Illimani/AISA* vinculada à companhia francesa Suez<sup>46</sup>, havia sido alvo da fúria popular, com seus escritórios ocupados, expropriados e queimados. Para Carlos Crespo Flores, pesquisador do Observatorio Conflictos y Movimientos Sociales do Centro de Estudios Universitarios da Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba (CESU-UMSS), havia uma “conciencia colectiva” de que “AISA era parte de las empresas que habían llegado a Bolívia a ‘robar’” (FLORES, 2005).

Por isso, no XIII Congreso da FEJUVE ocorrido em 2004, uma das temáticas centrais era a água. Dentre as resoluções previstas para o novo Comitê Executivo estava a necessidade de pressionar o governo para expulsar a AISA de El Alto. Em 2004, a entidade lançou o documento *14 Razones Para Romper el Contrato con Aguas del Illimani* (2004), no qual denuncia que o processo de privatização da SAMAPA e sua adjudicação à AISA foi feito sem transparência e sem participação da sociedade civil e dos municípios (que na época se institucionalizavam como parte da política de descentralização)<sup>47</sup>. Além disso, aponta várias outras irregularidades.

Para Flores (2009), a política da água conduzida pela empresa pode ser considerada como uma forma de racismo ambiental, pois prejudica com maior intensidade a população pobre e indígena de El Alto, sobretudo de suas periferias. São vários os fatores que o levaram a essa definição e que foram denunciados pela FEJUVE no documento histórico, a iniciar por uma cláusula prevista no contrato de concessão que distinguia o que seriam as “áreas de concessão” e as “áreas servidas”: as primeiras dizem respeito a toda a municipalidade de El Alto e La Paz, abrangência que supostamente a empresa deveria assumir para prover o serviço; as segundas, já correspondem a um limite geográfico mais reduzido que se refere à área que a antiga SAMAPA atuava, tratando-se de uma área mais central. O resultado dessa distinção é que a empresa assumiu como sua responsabilidade apenas a área correspondente às

---

<sup>46</sup> Entre os acionistas da empresa constam também a BICSA (22%), grupo financeiro do Banco Mercantil da família do ex presidente Jorge “Tuto” Quiroga”; o Banco Mundial através de seu grupo financeiro IFC (8%); CONNAL (5%); Inversora de Servicios (9%); e os trabalhadores da empresa (1%) (FLORES, 2005).

<sup>47</sup> A privatização ocorreu durante o primeiro mandato de Gonzalo Sanches de Lozada (1993-1997) como condição para que o Banco Mundial, o BID e o FEMI renegociassem a dívida externa em 1996, com uma promessa de modernização do serviço de água e o aumento de sua abrangência.

“áreas servidas”, abonando-se da responsabilidade de prover o serviço às áreas periurbanas de El Alto, a menos que a população arcasse com todos os custos de um projeto financiado externamente, o que resultou em mais de 130 mil pessoas ou 16% da população alteña sem acesso à água.

Além disso, a empresa não se responsabilizava pela instalação das conexões domiciliares à tubulação central, ou seja, a população mais pobre e mais vulnerável não tinha recursos para arcar com esses custos, o que resultou em mais algumas milhares de pessoas sem acesso mesmo em áreas com uma rede de água potável implementada<sup>48</sup>; diferentemente dos salários, as tarifas estavam indexadas ao dólar estadunidense incluindo incrementos automáticos de acordo com os câmbios de paridade com a moeda boliviana e a inflação dos EUA e elas foram ajustadas antes da concessão a valores considerados excessivos (57,7% para uso doméstico, 17,88% para uso comercial e 21% para uso industrial); por não serem economicamente rentáveis as áreas mais pobres são preteridas para a instalação do sistema hídrico; houve sérios impactos ambientais no processo de instalação das tubulações e dos sistemas de tratamento, além de negligência com os passivos ambientais e falta endêmica de manutenção das estruturas com diversos focos de contaminação; a empresa tampouco se responsabilizou pela rede pluvial, exceto a manutenção da rede existente (e mesmo essa manutenção era deficiente), do que resulta em várias situações de risco na época das chuvas com inundações, desmoronamentos e perda das redes de distribuição (FLORES, 2009; FEJUVE, 2004; RAMÍREZ, LINERA, STEFANONI, 2006).

Foram três dias de mobilizações intensas entre bloqueios, passeatas e assembleias e a vitória foi alcançada sem mortos e sem que o Estado recorresse à violência. Com o Decreto 27973, Carlos Mesa encerrou, de forma imediata, o contrato com a AISA. A expectativa passou a ser, então, a de se criar uma empresa pública que contasse com

---

<sup>48</sup> Houve casos nos quais a empresa implementou políticas *pro-poor* nas quais se engenda um sistema dual: os ricos, localizados em áreas privilegiadas, acabam se beneficiando das instalações públicas, e os pobres, são instigados a trabalhar de forma “comunal” por intermédio de suas *juntas vecinales*, para construir instalações mais baratas e para responsabilizarem-se pela manutenção da rede. No caso, o modelo consiste em um sistema de água e esgoto que não se utiliza das matrizes tradicionais no meio das ruas secundárias; os tubos, no caso, que passam pela casa das pessoas ou na calçada, possuem um menor diâmetro e vão diretamente para o tubo principal na rua principal. Os vizinhos se encarregam de manter o sistema e o custo é 30% menor do que custo de instalação normal. Evidentemente, tal modelo é repleto de problemas. Pompeau em entrevista conta que como El Alto é relativamente plano e a profundidade das escavações onde foram colocadas as tubulações são superficiais e com pouca inclinação, somando isso ao baixo consumo de água da população *alteña* resulta no fato de ser comum o esgoto acabar voltando para a casa das pessoas. Vale notar que este é mais um exemplo daquilo que já falei anteriormente a respeito da prática comum de transferência de competências do Estado para as organizações civis, apropriando-se de um ideário comunitário e, ao mesmo tempo, esvaziando seu conteúdo para atender às diretrizes neoliberais.

uma participação da população na gestão da água e que reconhecesse esta última desde uma perspectiva de “valor de uso” e não tanto de “valor de troca”, já que se subentende a água como um “regalo de la Pachamama” ou mesmo de “Dios” que deve ser garantida a todos por intermédio de mecanismo que garantam a “deliberación, regulación y transparencia colectiva” (RAMÍREZ, LINERA, STEFANONI, 2006, p. 313). Por fim, acabou sendo criada a Empresa Pública Social de Agua e Abastecimiento/EPASA, tornando-se responsável por fazer a coleta, represamento e distribuição de água potável nas cidades de El Alto e La Paz<sup>49</sup>.

A Guerra da Água de El Alto teve um papel muito importante para pautar a questão da água na agenda nacional, com projeção, inclusive, na Assembleia Constituinte convocada em 2005, já no contexto do Governo Evo Morales.

A eleição de Morales, por sua vez, junto com a Constituinte, a reivindicação de um *Proceso de Cambio* e a construção de um Estado Plurinacional e Comunitário trouxe um horizonte de grandes transformações para a cidade considerada estratégica para a manutenção da estabilidade política do país. Porém, para muitos dirigentes entrevistados, tais expectativas de mudanças não se concretizaram de maneira satisfatória. Se é certo que foram construídas importantes brechas para que os movimentos indígenas pudessem encontrar maiores espaços para expor suas demandas e praticar o poder comunal, em muitos casos, houve também um processo de silenciamento, instrumentalização de entidades representativas e esvaziamento das lutas. Ojeda, por exemplo, que chegou a atuar no MAS, rompeu com o governo porque não se sentia contemplada com os rumos que as coisas haviam tomado.

Nas entrevistas realizadas por mim em 2017, muitos ex dirigentes reclamaram que na cidade de El Alto continuam muitas carências e a necessidade de uma maior atenção do Estado para a resolução das problemáticas urbanas e sociais. Ojeda falou sobre os investimentos em obras faraônicas em detrimento de um compromisso real com a Agenda de Outubro que significa nacionalização, industrialização e geração de empregos.

---

<sup>49</sup> Após 10 anos de gestão do MAS, a EPASA se tornou um “loteamento político”, pois foram nomeadas para a sua condução pessoas que não tinham condições ou disposição técnica para conduzir a gestão da água. Em 2016, desencadeou-se uma crise hídrica com desabastecimento em várias regiões de El Alto e La Paz, resultado da má gestão, alterações climáticas e uma “tardia reação governamental”. Assim como ocorreu com os hidrocarbonetos onde houve a nacionalização, ainda é necessário um investimento mais sério na gestão dos recursos, na transparência e nos mecanismos de participação real da população no âmbito dessas empresas (BENARIO, 2016).



En El Alto al menos no lo han hecho ninguna empresa, no han invertido, nada, solo han hecho algunas canchas de césped sintético, un coliseo y un hospital. Obras maravillas del gobierno. Entonces, dicen, tal vez esto empieza a apretar el zapato y va tener que haber otro 2003. Y yo les digo: “¿Les gustan la guerra ustedes? (OJEDA, Entrevista, 2017).

Fanny Nina também denunciou que em El Alto não houve o cumprimento da Agenda de Outubro. Houve um avanço na instalação do gás domiciliar, mas ainda havia muitas zonas que não contavam com os serviços básicos, onde vivem as pessoas mais pobres. Para a ex presidente da FEJVUE, não há um processo verdadeiro de industrialização no país, segue-se com uma economia extrativista, as multinacionais dominam o mercado de bens de consumo e o sonho de transformar El Alto em uma cidade industrial, não se concretizou. Mesmo sob o Governo Evo Morales, o desemprego continua em alta e só resta às pessoas vender produtos nas ruas (NINA, Entrevista, 2017).

As disputas internas decorrentes da necessidade de se garantir o apoio da cidade ao governo do MAS levaram também a um processo de partidarização das organizações coletivas que resultou na fragmentação das mesmas em oficialistas e de oposição e gerou uma crise de representatividade dessas instituições. Situação bem diferente de 2003 e 2005, quando havia uma maior unidade e predominava um caráter cívico em seu interior.

Antes el dirigente era... al dirigente no se le pagaba, no negociaba, cuando se declaraba un ampliado de la FEJUVE, de la COR, allá afuera podrías tener un partido político, un color político, pero cuando entrabas a la sala del ampliado tenías que olvidarte de que partido es. Allá adentro era cívico y tú que peleaba por la ciudad, por lo que te están exigiendo, por las necesidades. Hoy por hoy se hacen dos bandos: oposición y oficialismo. Ahora, ni el uno quiere perder, ni otro quiere perder. Lo parte y hay dos federaciones, dos COR, dos FEJVUE, dos todo hay. Entonces, la gente misma... ¿A quien lo vamos a creer? Se están practicando lo que se llama, ¿no?: “divides y reinarás” (OJEDA, Entrevista, 2017)

Em 2010 tinha início o segundo mandato de Evo Morales. Em Alto, ocorreu o XVI Congreso Ordinario da FEJUVE. Como mencionei, a cada dois anos é eleito o corpo de dirigentes que representará a cidade de El Alto e são aprovadas as diretrizes de ação que deverão orientar a gestão seguinte. Foi nessa ocasião que Fanny Nina foi eleita presidenta com uma expectativa de romper com uma postura da FEJUVE como

instituição auxiliar do governo, retomando seu caráter cívico. Para este ano, Nina sequer estava entre os candidatos para o pleito principal, concorria apenas a um cargo de secretaria. Participou do congresso como dirigente de sua zona, já em sua segunda gestão, junto a outros 2.500 delegados. O Congresso ocorreu no auditório da Radio San Gabriel, no Distrito 3, depois de uma marcha de 6,5km que saiu do Distrito 1, onde está localizada a sede oficial da FEJUVE. Os Congressos da FEJUVE são sempre compostos por quatro congressistas por zona, sendo dois dirigentes da junta vecinal local e dois vizinhos de base. Segundo Nina, havia um movimento anterior para garantir que o sucessor da Presidência da FEJUVE continuasse alinhado ao MAS e ao Governo, assegurando assim o apoio de El Alto ao *Proceso de Cambio* representado por Evo Morales e Álvaro García Linera. Conforme a rotação de cargos, desta vez, deveria ser eleito um representante do norte e havia um consenso construído em boa parte do Congresso em torno do nome de Mario Siñani do Distrito 7: consenso este construído por convencimento, por compra de votos, por negociações paralelas, entre outras estratégias.

Porém, uma vez instalado o Congresso que duraria três dias, havia um clima de muitas insatisfações. Na noite de abertura houve muita bebida e festa entre os principais dirigentes. No dia seguinte, no sábado, quando se reuniram as mesas de trabalho, responsáveis por definir as diretrizes de ação da FEJUVE e de suas secretarias para o próximo biênio, o vice-presidente do Presidium, comissão criada para gerir o Congresso e autoridade máxima naquele momento, denunciou que haviam oferecido 50 mil bolivianos para garantir a eleição de Siñani, aumentando ainda mais o clima de tensões. No último dia, quando ocorreria a votação para a nova dirigência da FEJUVE, com o auditório lotado, começaram alguns protestos exigindo que as autoridades fossem independentes dos partidos políticos, que El Alto estava abandonada, sem obras, sem projetos e que eram necessárias mudanças.

El Movimiento al Socialismo ha buscado pues apoderarse de la FEJUVE. Porque como ya estaba apoderado de todas las organizaciones sociales, y la FEJUVE también estaba en sus manos, pero con el nuevo Congreso, se iban elegir nuevas autoridades, y querían mantenerla en sus manos. Pero la población alteña estaba pidiendo a gritos que los dirigentes deben ser independientes de un partido político porque ya no levaban la bandera de lucha de sus vecinos, sino que del partido político y con eso El Alto se quedaba para atrás, sin proyectos, sin obras, y la gente enfadada, cansada, super enojada (NINA, Entrevista, 2017).

O jornal comunitário *A Voz del Vecino*<sup>50</sup>, em edição especial sobre o congresso, também relata que durante as plenárias havia essa demanda de que a FEJUVE recuperasse sua independência política em relação aos partidos políticos resgatando seu caráter cívico e que havia um profundo desgaste com o governo Evo Morales:

Durante las plenárias, los expositores coincidieron que la FEJUVE debe recuperar el sitio que le corresponde como primera organización social de la ciudad de El Alto, sin intromisión de la doctrina política y que cuyo trabajo conforme lo establece su estatuto orgánico, debe ser enteramente cívico en defensa de la población alteña y el país. Incluso hubo una recomendación de parte de la Comisión Política para que el Vicepresidente de la República, baje el tono de soberbia dado su fisonomía blancoide, alusión contrastada con el apoyo contundente de la FEJUVE al proceso del cambio actual (LA VOZ DEL VECINO, Junio de 2010, p. 6-7).

As resoluções da Comissão Política, consensuadas no sábado e aprovadas no domingo, também apontavam nesse sentido. Com a participação de delegados de cada um dos distritos de El Alto, são categóricas ao afirmar que apesar de contarem com um presidente indígena, “El Estado sigue siendo gobernado por la oligarquía criolla”, que apesar de ter sido eleito com o apoio dos povos originários, o governo não rompeu com o “sistema econômico capitalista y sistema político neoliberal” e que os indígenas seguem “excluidos de las decisiones políticas y son utilizados solamente para legitimarse y en encaramarse en el gobierno”. No âmbito de El Alto, afirmam que não foi cumprida a Agenda de Outubro e que as demandas continuam sem ser atendidas. Na resolução de “nível nacional”, de nº 4, está a reivindicação para que o Vicepresidente da República, Álvaro García Linera, “y su entorno blancoide”, mudasse sua conduta sob pena de exigirem a renúncia imediata caso não se retratasse por se posicionar como “enemigo de la clase campesina y indígena”. Outras resoluções da Comissão trataram ainda: **no âmbito internacional**, da solidariedade aos povos que lutam contra o capitalismo e o neoliberalismo; da afirmação da revolução socialista e comunitária e defesa da mãe natureza como um horizonte político para toda a humanidade; da retirada das tropas da OTAN e dos EUA do Iraque, Afeganistão e outros países; do rechaço à discriminação que sofrem os bolivianos no exterior; e do rechaço às políticas

---

<sup>50</sup> *La Voz del Vecino* é um periódico comunitário, de distribuição gratuita, especializado em tratar das problemáticas dos bairros de El Alto e dedicou uma edição especial (nº 81, ano 8) para falar sobre o XVI Congreso Ordinario de FEJUVE e publicar suas resoluções. Ficha técnica – Direção: Juan Peña; Edição: Jorge Montesinos; Desenho e Diagramação: David Paz Fernández e John Veizaga; Jornalistas: Ana Guzmán Arias e Aldo Michel; Imagens: Cesar Chávez e Dámaso Sirpa; Correção: Samuel Rio; e Direção Geral: Daniel Gutierrez e Ana Vargas.

globalizadoras do FMI, Banco Mundial e outros organismo internacionais; **no âmbito nacional**, da necessidade de seguir lutando contra o neoliberalismo, a destruição da natureza e o saqueio dos recursos naturais; da defesa da abrogação do Decreto Supremo 21060<sup>51</sup>, considerado responsável pelo desemprego, fome e miséria das classes populares; da necessidade do governo realizar um censo nacional, de acabar com a propriedade privada de grandes empresas estrangeiras e de latifundiários e de redistribuir de forma equitativa os recursos do IDH, sem dicriminação de nenhum departamento; e do apoio aos povos indígenas do oriente que estavam marchando por suas demandas genuínas de conquistar suas autonomias; **no âmbito local**, da realização de obras de infraestrutura necessárias à cidade; e do aumento da previsão orçamentária da Universidad Publica de El Alto/UPEA (RESOLUCIONES DEL XVI CONGRESO ORDINARIO DE LA FEJUVE – EL ALTO, 2010, p. 10-13).

Predominava, portanto, um clima de tensão com a postura de conciliação que a FEJUVE havia assumido perante o governo nas últimas gestões, bem como uma expectativa de mudança nessa relação tendo em vista todas as demandas apresentadas. Assim, quando inciou o ritual de indicação dos candidatos para concorrerem ao cargo de presidência da FEJUVE (indicava-se um candidato por distrito), vários delegados do Distrito 5 começaram a gritar o nome de Fanny Nina, sendo seguidos por outros de outros distritos. Nina converteu-se naquele momento em uma possibilidade real de levar à prática muitos dos consensos construídos pelas comissões, rompendo com os elos que ligavam a FEJUVE ao governo. Empurrada para o palco e aclamada pela assembleia, formalizou sua candidatura relâmpago naquele momento, surpreendendo a todos. Teve direito a três minutos de defesa de sua candidatura, assim como todos os demais. Foi a última. Disse o seguinte:

“Queridos congresista, companeras, compañeros, yo no tengo nada en mis manos para darlos, pero si ustedes me dan la oportunidad de ser la presidenta de la FEJUVE El Alto, yo les voy a dar todo mi tiempo. Voy a luchar por El Alto”. Y la gente se encantó, aplaudió, gritó. Yo me emociono cuando recuerdo de eso. Esa era mi verdad. No tenía nada para dar. Ellos habían dado muchas cosas materiales para asegurarles sus votos, yo no tenía nada (NINA, Entrevista, 2017).

---

<sup>51</sup> Assinado em 29 de agosto de 1985 por Paz Estenssoro, o decreto contem um conjunto de medidas econômicas que instaura o neoliberalismo no país: “1. Congelamiento de salarios, aumento del precio de la gasolina, reducción de gastos del Estado; 2. Cambio real y flexible de la moneda; 3. Libre contratación, racionalización de la democracia; 4. Liberalización total del mercado, libertad de precios, libre oferta y demanda, arancel único de importaciones; 5. Fomento de las exportaciones; 6. Reforma tributaria” (Cf. PALACIOS, Gabriela Weiss. *Neoliberalismo y el Decreto Supremo 21060*. In: <https://prezi.com/jemuktrwx4ep/neoliberalismo-y-decreto-supremo-21060/> - consulta em 10/01/2017).

O resultado das urnas havia dado a vitória para Mário Siñani. Contudo, a maioria dos delegados do Congresso persistiu em gritar o nome de Nina, a imprensa começou a divulgar que era ela quem havia vencido e, por fim, o presidium voltou atrás e a declarou presidenta da FEJUVE para a gestão 2010-2012 (NINA, Entrevista, 2017).

Nina em nenhum momento sustentou uma predisposição revolucionária explícita. Porém, sua atuação cívica mais pragmática, porém comprometida com uma Agenda construída em um contexto conflitual de disputas (como, por exemplo, a Agenda de Ouubro sempre reivindicada) reafirma os meandros do protagonismo das bases sociais no interior do Governo indígena. Processos revolucionários não se dão a priori e tampouco necessariamente este seria o caminho proposto por Nina, mas o que busco sempre chamar atenção é que a gradativa reivindicação por direitos sociais das classes mais vulneráveis e o comprometimento com os setores em luta pode se desdobrar em potencialidades imprevistas.

Apesar de ter derrotado o candidato do MAS ao cargo executivo, todos os demais membros do diretório que se constituiu nessa ocasião permaneciam sendo do campo do governo, o que deixou a nova presidenta isolada politicamente em um cenário difícil de atuar. No dia seguinte, por exemplo, quando foi ao escritório da FEJUVE, em La Ceja, Nina relata que haviam saqueado todo o edifício: “El día lunes, yo fui a la FEJUVE para que me entreguen las llaves de la oficina. Una semana antes había computadoras novas, escritorios, todo nuevo. Pero para el día lunes, se habían llevado todo: computadoras, sillas, todo habían saqueado” (NINA, Entrevista, 2017). Além disso, no mesmo dia, na rua, nos arredores da FEJUVE, foi enquadrada por dois homens que lhe ameaçaram dizendo que se não saísse do cargo, seria derrubada.

Esses e outros constrangimentos e assédios (físicos e psicológicos) tornaram-se constantes no dia a dia de gestão da nova Presidenta, mas Nina estava decidida a resgatar o caráter cívico da instituição e executar as resoluções tiradas no congresso. Em reportagem do dia 24 de agosto de 2010, o jornal *El Alteño* registra a agressão sofrida por Nina na ocasião de um ampliado distrital que lhe resultou um violento golpe no estômago, lesões no braço e nas extremidades inferiores (EL ALTEÑO, 24/08/2010, p. 1 e p. 3).

Além da Comissão Política que já detalhei, haviam encaminhamentos também tirados pelas comissões econômica, de gás, de desenvolvimento humano (saúde, educação, esportes), de gênero, de infraestrutura e serviços básicos, de defesa do

consumidor, de transporte e comunicações, de segurança cidadã, de meio ambiente e de controle social. Alguns dos seus principais compromissos seriam o de devolver o protagonismo da FEJUVE em honra a sua imagem contestatária (EL ALTEÑO, 29/06/2010, p. 1 e p. 4) e o de resgatar a Agenda de Outubro em favor dos alteños (EL ALTEÑO, 06/07/2010, p. 1 e p. 4).

Como Presidenta, Nina editou e organizou um caderno com todas essas resoluções do Congresso e convocou um ampliado distrital, com todos os presidentes e secretários, para definir prioridades e o rol de ações da FEJUVE para os meses seguintes. Deste encontro, foi aprovado um *Pliego de Peticiones* ou *Pliego Petitorio* com seis artigos considerados urgentes para ser entregue a todas as instituições competentes, inclusive a Presidência da República. O documento parte da afirmação de que é necessário retomar a Agenda de Outubro de 2003, pois esta teria se tornado apenas um “discurso” e, no entanto, havia “costado muchas vidas” que não poderiam ser esquecidas e que, deste modo, as demandas de El Alto não poderiam mais ser postergadas. Eis os artigos:

Primer – La construcción de la PLANTA PETROQUÍMICA para la industrialización de los hidrocarburos en la ciudad de El Alto, a objeto de generar empleos dignos y estables, como señala el art. 46 de la Constitución Política del Estado.

Segundo – La construcción del HOSPITAL DEL TERCER NÍVEL DEL SUR y la conclusión pronta del HOSPITAL DEL TERCER NÍVEL DEL NORTE. Obras comprometidas por su gobierno.

Tercero – La instalación de manera inmediata, de todos los SERVICIOS BASICOS para todas las zonas de El Alto, agua potable, energía eléctrica, gas domiciliario, teléfono, mejoramiento vial y la CONSTRUCCIÓN DE EJES TRONCALES que vinculen e integren todos los distritos de la ciudad de El Alto; en cumplimiento de los arts. 8, 16 y 20 de nuestra C.P.E.

Cuarto – Establecer una política pública, clara y concreta para la SEGURIDAD CIUDADANA de forma inmediata frente a los muchos casos de asaltos, muertes, violaciones que día a día siembran el miedo y el terror en la ciudad de El Alto. Queremos un servicio policial eficiente y comprometido con la comunidad.

Quinto – La construcción del TERMINAL BIMODAL METROPOLITANO en la ciudad de El Alto

Sexto – AB-ROGACIÓN DEL D.S. 21060 [Decreto Supremo] y aplicación de un plan estratégico de desarrollo real para poner fin a la pobreza y el desempleo. (PLIEGO PETITORIO, 2010, p. 1-2).

Para conseguir uma audiência com o Presidente houve vários percalços, desencontros e tensões. Foi necessária ampla divulgação na mídia para sensibilizar o governo da importância de reconhecer as demandas de El Alto. O periódico *El Alteño*

desde 14 de setembro já divulgava o *Pliego Petitorio* e as demandas por uma audiência com o governo (EL ALTEÑO, 14/09/2010, p. 1). No dia 25 de setembro de 2010 consta outra reportagem com novo pedido para audiência ressaltando que a instituição reivindicava o fato da cidade de El Alto ter sido o ator principal das lutas que mudou os rumos do neoliberalismo no país e um dos mais firmes defensores do *proceso de cambio*. Por essa razão, não era mais aceitável que o governo continuasse postergando suas demandas (EL ALTEÑO, 25/09/2010, p. 4). O periódico Jornada já fala em “ultimato al gobierno”, no dia 28 de setembro de 2010, feito pela Presidenta Fanny Nina ameaçando o Presidente Evo Morales ao afirmar que se não fossem definidos um dia e hora para receber a FEJUVE para a entrega do *Pliego Petitorio* haveriam medidas de pressão. Na carta aberta publicada nos meios de comunicação e veiculada na reportagem, a presidenta fala ainda sobre a necessidade do mandatário de atender às necessidades básicas da cidade que penava com mais de “460 obras paralizadas”. Na ocasião, Nina reivindicou mais uma vez a história de El Alto, os mortos da Guerra do Gás de 2003 e a dívida que o governo tem com a cidade, considerada “gestor del proceso de cambio que vive el país”. E afirmou: “que no se olvide el Presidente que la silla que ha ocupado se la debe a El Alto porque la ciudad no solamente le ha dado los más de 400 heridos, 70 muertos, sino tambien su voto” (JORNADA, 28/09/2010). Nos dias 04 e 05 de outubro de 2010, o jornal *El Alteño* continua reverberando as pressões: no primeiro indicando que a dirigência da FEJUVE seguia demandando por um diálogo exclusivo com o Presidente, no segunda, na capa e reportagem seguinte anuncia-se a aliança entre a FEJUVE e a COR na defesa do *pliego petitorio* perante as autoridades máximas do país (EL ALTEÑO, 04/10/2010, p. 4 e 05/10/2010, p. 1 e 3).

Figura 7



EL ALTEÑO, “En Pié de Guerra: Alteños Exigen Audiencia con Evo” [capa], 30/09/2010.  
[arquivo pessoal da pesquisadora]

Primeira audiência marcada. Nina se retirou com seus dirigentes aos gritos de “¡El Alto de Pié... Nunca de Rodillas!” porque não foram recebidos pelas máximas autoridades do país. Na segunda vez, ao impedirem que os dirigentes que a acompanhavam entrassem para audiência conforme combinado previamente, retirou-se mais uma vez, pois não entraria sem eles. A cada ação, aumentavam os desgastes com o governo e ampliava a repercussão midiática. No dia 16 de outubro de 2010, o periódico Jornada registra o incidente anterior afirmando que a audiência com o Presidente foi adiada devido a “intransigência de la FEJUVE-El Alto” ao exigir que todos os dirigentes participassem da audiência e não apenas três delegados por setor, mas que, por fim, haveria um novo encontro no sábado para que finalmente pudessem ser ouvidas as demandas (JORNADA, 16/10/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=54347->



1 – consulta em 12/11/2017). O encontro de sábado com o Presidente também foi repercutido pelo jornal *El Alteño* no mesmo dia com o título “al fin, el diálogo: fejuve y cor con evo” e afirma que participariam 17 representantes da FEJUVE (três dirigentes e um representante por distrito) nesse encontro (EL ALTEÑO, 16/10/2010, p. 1).

O encontro da FEJUVE com Evo Morales ocorreu junto a dezenas de outras organizações de El Alto. Nessa ocasião, porém, Nina relata que foi desrespeitada pelo Presidente que a acusou de corrupta sem provas e fez alusão ao fato de que não andava sem seus dirigentes porque não deveria ser considerada uma pessoa confiável (NINA, Entrevista, 2017). Apesar dessas tensões, a Presidenta da FEJUVE permaneceu na audiência, apropriou-se da retórica paternalista com a qual o Presidente muitas vezes se utilizava para se relacionar com o povo, com intuito de comprometer o governo em solucionar as demandas apresentadas. Por fim, conseguiu sair de lá com um acordo de que iria ser criado um grupo de trabalho para tratar de cada um dos pontos do *Pliego de Peticiones* nos meses seguintes.

Entonces, yo saque una vez más la palabra y dijo: “Señor Presidente, en El Alto la gente te quiere, te respecta, por eso votan en usted, usted es nuestro presidente, nuestro padre, nosotros como hijos de una familia y estamos pidiendo que nos respete, que respete nuestro ampliado [distrital, que aprovou o Pliego de Peticiones]. Usted tiene poder, sus ministros, puede atender nuestro pliego.

Por fin, él dijo que ya iban hacer 6 meses de trabajo, cada mes para un punto del pliego. En 15 días iban reunirse para ver en detalle los proyectos. Yo, mismo con todos los golpes, me quedé feliz. Estaba satisfecha con eso. Hay otros detalles, pero no voy decirte más. Solo uno te le voy a decir: han borrado todo lo que fue grabado allá dentro de los celulares (NINA, Entrevista, 2017).

Poucos dias depois da audiência, o Comitê Executivo da FEJUVE suspendeu Fanny Nina da presidência devido à denúncia feita pelos distritos 1, 5, 7 e 8 de que ela teria infringido os artigos 37, 98, 99 e 100 do Estatuto Orgânico da instituição que afirmam que não seria admitido atos de irresponsabilidade, negligência, deslealdade, traição, intriga, individualismo, malversação dos fundos, não assistência, abandono das assembleias e linguagem difamatória por parte de seus dirigentes (Cf. RESOLUCIÓN DEL COMITÉ EJECUTIVO DE LA FEJUVE N°007/2010 e ESTATUTO ORGÁNICO – FEJUVE EL ALTO). Desta maneira, foi encaminhado um processo ao Tribunal da Honra para investigar e avaliar a procedência das acusações. Nesse ínterim, assumiu interinamente o então vice-presidente, Claudio Martin Luna Marconi. O periódico

Jornada noticiou o afastamento em uma nota no dia 27 de outubro de 2010 afirmando que o novo presidente interino sustentava que Nina teria incorrido em faltas perante o Estatuto e, por isso, seria encaminhada ao Tribunal de Honra, já a ex-presidente afirmava que se tratava de uma manobra “completamente ilegal” e que estavam “pisoeteando lo que es el Estatuto Orgánico” (JORNADA, 27/10/2010: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=54805-1> – consulta em 12/11/2017). O jornal *El Alteño* também repercutiu o caso com uma reportagem de capa anunciando um “golpe” na FEJUVE, apontando que, de um lado, estava Fanny Nina, impedida inclusive de entrar no edifício da instituição e, de outro, Claudio Luna que não a reconhecia mais como presidente. A reportagem fala ainda que a crise política se deu em decorrência da apresentação do *pliego petitorio* ao governo, ocasião em que o Presidente havia indicado a presença de “infiltrados de derecha” na FEJUVE (EL ALTEÑO, 22/10/2010, p. 1 e p. 2).

Figura 8



**EL ALTEÑO, “Golpe” en FEJUVE [capa], 22/10/2017**  
[arquivo pessoal da pesquisadora]

Para Nina, sua suspensão era de fato um golpe que fora orquestrado pelos *masistas* em represália a sua insubordinação ao governo e ao desgaste que provocou em sua imagem com toda a repercussão midiática gerada pelas audiências, pelo *Pliego de Peticiones*, pela recusa em participar como FEJUVE do *Estado Mayor Del Pueblo*<sup>52</sup>, entre outros. A ex presidenta relata que foi surpreendida com uma tropa de choque que a impediu de entrar no edifício da FEJUVE, chegando a ser golpeada na ocasião. Houve conflitos entre apoiadores de ambos os lados (NINA, Entrevista, 2017).

Mesmo suspensa, Nina continuou atuando em El Alto pressionando para que se desse prosseguimento ao atendimento das demandas do *Pliego Petitorio*. Em 09 de

<sup>52</sup> O *Estado Mayor Del Pueblo* foi criado pelo MAS-IPSP no contexto da Guerra do Gás de 2003 com o propósito de aglutinar a maior quantidade de organizações populares, movimentos sociais, sindicatos e federações para articular a resistência popular à conjuntura que se apresentava. Com a eleição de Evo Morales, o governo deu continuidade aos esforços de manter esta instância em funcionamento como mecanismo de comunicação direta com as suas bases sociais.

novembro de 2010, o periódico Jornada reporta uma manifestação organizada por “organizaciones y dirigentes no afines al Movimiento al Socialismo/MAS” em “rechazo al alza del costo de vida y por una respuesta positiva al pliego de peticiones que fue presentado por la FEJUVE de El Alto, donde se resalta la construcción de una planta petroquímica que genere fuentes de trabajo para los alteños”. Na ocasião, o jornal faz menção à Fanny Nina com sua decisão de participar da marcha. Apesar de já a reconhecer como “ex presidenta de la FEJUVE”, o jornal registra a insatisfação de Nina com a suspensão do cargo, por atribuir a uma ação ilegal de uma cúpula de dirigentes que respondiam a instruções partidárias e que não expressava o desejo da população de El Alto que a havia eleito no Congresso de forma democrática. (JORNADA, 09/11/2010). O jornal El Alteño, em matéria do dia 10 de novembro, registra os intentos de Nina de ingressar no edifício da FEJUVE e como foi impedida por Luna. Houve gritos, reclamações, insultos e até agressões físicas e a polícia precisou intervir dissuadindo Nina de seu objetivo. No dia seguinte, o jornal registra o incidente (EL ALTEÑO, 10/11/2010, p. 2).

Vale notar que a suspensão do mandato de Nina também se deu oportunamente em uma conjuntura na qual se previa um aumento significativo das tensões diante da necessidade do governo de implementar o Decreto 748/2010 que autorizava a elevação do preço da gasolina e do diesel e que impactaria diretamente sobre o valor das passagens dos transportes, dos alimentos e de outros produtos. Tal medida desencadeou uma das maiores crises até então vividas pelo Governo Evo Morales: o Gasolinazo de 2010. E, mais uma vez, El Alto teve um papel central.

## **2.5. O Gasolinazo de 2010**

Final do ano. Dia 26 de Dezembro. O presidente Evo Morales estava fora do país em visita à Venezuela. Coube ao Presidente interino, Álvaro García Linera, a tarefa de assinar o Decreto 748/2010 que, na prática, aumentou de forma significativa, da noite para o dia, o preço dos combustíveis: o litro da gasolina teve um aumento de 73% (de 3,74Bs para 6,47Bs) e o do diesel, de 82% (de 3,72Bs para 6,80Bs). O argumento do governo era o de que era necessário nivelar o preço dos combustíveis aos praticados internacionalmente para impedir o contrabando, pois da maneira como estava, o governo praticamente subsidiava o roubo de combustíveis, o que tornava a situação

economicamente insustentável. Porém, tal aumento incidia diretamente sobre as magras economias dos bolivianos.

Em um efeito dominó, o aumento sobre o preço dos combustíveis repercutia em todas as dimensões da economia. A população correu para os mercados e feiras para garantir um abastecimento antes da vigência da lei, gerando uma enorme crise e desespero. O setor de transporte declarou greve geral e várias entidades rechaçaram a medida, considerada neoliberal.

Ao retornar para a Bolívia, Evo Morales endossou a medida e tentou compensá-la anunciando várias ações, tais como: o aumento dos salários de algumas categorias, como a Polícia, as Forças Armadas e os setores de Saúde e Educação; o compromisso de enviar 300 mil dólares para os municípios que apresentassem um plano estratégico de incremento da capacidade produtiva (de alimentos); a compra de alimentos, como arroz, milho e trigo, diretamente dos produtores bolivianos com um aumento de 10% em relação aos valores que oscilam no mercado; incentivos à conversão dos combustíveis dos carros que funcionam a diesel e gasolina para o gás natural; destinaria 20 milhões de dólares para créditos que pudessem favorecer motoristas, sindicalistas e artesãos; por fim, disse que a criação de novos empregos teria início a partir de 15 de janeiro atendendo prioritariamente a cidade de El Alto e o Plan Tres Mil de Santa Cruz (JORNADA, 30/11/2010). Porém, esse pacote de promessas não foi suficiente para conter os protestos e pedidos de renúncia que se acumulavam em várias regiões. Da promulgação do decreto ao desfecho da crise foram cinco dias de intensas mobilizações por todo o país.

Em El Alto, desde o congresso da FEJUVE, que havia ocorrido em junho daquele ano, a primeira resolução da Comissão de Transporte e Comunicações era justamente o rechaço absoluto a qualquer aumento nas tarifas das passagens devido aos seus efeitos sobre o custo de vida das pessoas e que, se houvesse algum movimento do governo nesse sentido, seria declarado estado de emergência com mobilização permanente.

**b) Resoluciones de la Comisión:**

1. Rechazo total y definitivo del incremento de las tarifas de pasajes, por se atentatorio a la magra economia alteña que provocará el efecto multiplicador de subida del costo de vida con desmesurada elevación de la canasta familiar, declarando estado de emergencia y movilización (RESOLUCIONES DEL XVI CONGRESO ORDINARIO DE LA FEJUVE – EL ALTO, 2010, p. 41).

Afastada do cargo e impedida de entrar no edifício da FEJUVE, Fanny Nina encabeçou uma espécie de governo paralelo. Para muitas entidades, categorias e até para os meios de comunicação, ela seguia sendo a pessoa de referência que falava pela maior entidade representativa de El Alto. Em uma assembleia na rua, em frente ao prédio oficial, foi decidida a defesa da abrogação do Decreto 748, tendo como base o artigo 6º do Estatuto Orgânico da FEJUVE, no qual se prevê que, entre as finalidades e objetivos da instituição, está a defesa da economia popular e a luta por justiça social.

Os ânimos se acirravam e a perspectiva de confronto com o governo era latente. Em seu relato, Nina afirma que chegou a ser encurralada na rua e golpeada com o propósito de dissuadi-la de seguir liderando a oposição ao decreto, que ficou conhecido como *gasolinazo*. Porém, a situação havia chegado ao limite: o pão que custava 40 centavos, subiu para 80 centavos, os armazéns e mercados tiveram que fechar suas portas, a passagem de ônibus subiu de 2 para 6 bolivianos. As pessoas não tinham condições mínimas de assumir essa crise inflacionária decorrente ao decreto. Houve, então, uma primeira marcha na principal autopista que liga La Paz a La Ceja (El Alto). Tal ação foi registrada pelo periódico *Jornada*, no dia 29 de dezembro de 2010, que relata que a maior parte dos manifestantes nessa ocasião eram mulheres que empunhavam panelas vazias e que contava com a participação de “dirigentes disidentes de la Federación de Juntas Vecinales de El Alto”, como a “suspendida presidente de la FEJUVE, Fanny Nina”, que aproveitou para manifestar sua indignação diante das medidas implementadas e afirmou que não havia mais diferenças entre o governo de Evo Morales e os governos neoliberais que o antecederam. Na ocasião também, os dirigentes ali presentes e, segundo o periódico, que não possuem afinidade política com o MAS, convocaram um *cabildo abierto* para o dia seguinte, em La Ceja, região central de El Alto para dar prosseguimento às ações contra o *gasolinazo* (JORNADA, 29/12/2010).

A Constituição de 2009 prevê, em seu artigo 11º, que entre as formas de participação política no âmbito do Estado Plurinacional e Comunitário, estão o “referendo, la iniciativa legislativa ciudadana, la revocatoria de mandato, la asamblea, **el cabildo** y la consulta previa [grifo meu]”. Em relação aos *cabildos*, a Constituição estabelece ainda que estes possuem caráter deliberativo (Cf. NCPE, 2009). A prática do *cabildo abierto* resulta de uma apropriação feita pelas classes populares e indígenas de uma institucionalidade criada pela Coroa espanhola à época da colonização com o propósito de adequar suas ferramentas de gestão a um território que contava uma

população com forte tradição de democracia comunitária. Segundo Everaldo de Oliveira Andrade, os *cabildos* eram formais, fechados, com seus “escrivães, alcaides e regedores”. Porém, em várias situações ocorreram os *cabildos abiertos*, que podem ser considerados como “verdadeiras assembleias populares que decidiam sobre todas as questões relativas à comunidade local”. Nestes *cabildos abiertos* “todos podiam participar, falar e votar em assembleia geral”. Por essa razão, muitas vezes, assumiram uma conotação perigosa para as elites. “Esta tradição permaneceu mesmo com o advento das repúblicas independentes a partir do século XIX, enraizando-se como parte da cultura política popular e referência histórica de prática democrática direta e deliberativa para as nações da atual América espanhola” (ANDRADE, 2011, p. 16-17).

Dando continuidade a essa tradição histórica, em 2010, em El Alto, no auge da crise do gasolinazo, foi convocado um *cabildo abierto* para decidir os rumos que tomariam a cidade diante daquela crise política. Para muitos, inclusive para boa parte dos meios de comunicação, não estava bem definido se a convocatória de Fanny Nina correspondia a um posicionamento oficial da FEJUVE, já que sua suspensão ainda era nebulosa para a maior parte da população. Nos jornais, ocorre uma ambiguidade, ora vê-se a referência à Nina como ex presidenta da FEJUVE, ora como porta-voz da FEJUVE, ora como dissidente da FEJUVE. No periódico Jornada veiculou-se uma notícia na qual, primeiro, anunciam que a FEJUVE, “una de las organizaciones sociales más combativas”, teria convocado o *cabildo abierto* com intuito de avaliar os efeitos negativos do gasolinazo. Segue-se, contudo, uma convocatória de Fanny Nina, registrada como “ex-dirigente de la FEJUVE alteña”, como porta-voz dessa mesma FEJUVE combativa que teria convocado o *cabildo*. Afinal, Nina fala ou não fala pela FEJUVE? A convocatória é da FEJUVE ou é de Nina?

La Federación de Juntas Vecinales (Fejuve) de El Alto, que se caracteriza ser una de las organizaciones sociales más combativas del país, convocó para este miércoles a un cabildo con el fin de evaluar los efectos negativos que ocasiona el gasolinazo del Gobierno.

"Se tomó la decisión de convocar a un cabildo por la medida antipopular que tomó el Gobierno contra el estómago y economía del pueblo boliviano, y en particular de las familias más pobres que están en El Alto. Por eso, mañana (hoy) a las nueve estamos convocando a un cabildo abierto y público, en las inmediaciones de la Ceja, en el Teatro Andino, en el puente de la Autopista para determinar acciones a tomar", puntualizó Fanny Nina, ex dirigente de la Fejuve alteña. (JORNADA, 29/12/2010)

Do outro lado, Claudio Luna, presidente interino que nesse momento respondia oficialmente pela instituição, convocou uma outra marcha para o mesmo dia e horário do *cabildo*. O resultado final, segundo noticiado pelo periódico Jornada, foi um fracasso, pois houve uma divisão de forças, uma parte das organizações atendeu à convocação da “Fejuve presidida por Fanny Nina” e outra parte à “paralela, dirigida por Claudio Luna”, além de ter ocorrido um confronto entre os próprios vizinhos, deixando um ferido. Nesta reportagem, publicada no dia 30 de dezembro, o jornal retrata ainda que “a la protesta convocada por Nina, en la Avenida Naciones Unidas, solo asistieron algo más de un centenar de personas; otro tanto se reunió en la Ceja de El Alto, a donda había llamado Luna” (JORNADA, 30/12/2010).

Para Nina, contudo, em entrevista realizada em 2017, a experiência do *cabildo* foi um sucesso, pois várias entidades representativas de El Alto e de fora aceitaram ao seu chamado (professores, organizações de mulheres, grupos deportivos, mineiros de Oruro) e participaram da assembleia, rejeitando a convocatória de Luna, considerado como representante do governo. Do *cabildo* foi decidida a manutenção da greve e uma grande marcha em direção a La Paz para ser realizada em dois dias.

En el miércoles, a las 7 de mañana, estaba sobre el puente a ver lo que iba pasar, aguardando para el cabildo. Cuando llega el magisterio de El Alto, con sus buzinatas, me apoyaran, han llegado grupos de mujeres, grupos deportivos y varios otros movimientos que decían que no iban a meterse con los masistas. Que estaban vendidos. [...] Los mineros de Oruro vinieron para el Cabildo, personas importantes, decidimos por el paro y la marcha del viernes. Claudio no pudo marchar con las 200 personas que ha convocado, no lo hizo de manera orgánica. En cambio, para la marcha convocada por el cabildo, si, era legitima. Habia mucha gente. Nos concentramos en La Ceja de El Alto y hemos bajado como de costumbre. Él no quería esa política contra el gobierno, pero la gente, los dirigentes alla estaban exigiendo que se muriese la ley, el gasolinazo. Él no quería decir eso. Él se autonombrado presidente de manera ilegal. (NINA, Entrevista, 2017).

Na sexta-feira, no dia da marcha, Nina concedeu várias entrevistas falando sobre a importância de o Presidente ouvir o povo e abrogar o decreto. Na marcha, foi perseguida em diversos momentos, muitas vezes precisando se esconder. Por fim, na noite de 31 de dezembro, o Presidente decidiu abrogar o decreto. Nina conta que recebeu muitas ligações e felicitações por ser reconhecida como uma liderança que assumiu a postura de enfrentar o governo diante daquelas medidas.



Antes de toda essa turbulência, no dia 10 de dezembro, o Tribunal de Honra já havia deferido o processo que tinha levado à suspensão do seu cargo de presidenta a seu favor. O presidente interino tinha então 24 horas, a partir da notificação dada pela resolução do Tribunal, para a devolução do cargo para que Nina continuasse e cumprisse com seu mandato. Tal notícia chegou a ser repercutida no jornal *El Alteño* de 16 de dezembro de 2010, dia do cumprimento do prazo, porém, o presidente interino rechaçou a resolução e afirmou que apelaria para a *Confederación de Juntas Vecinales/CONALJUVE* por acreditar que houve parcialização do Tribunal de Honra em favor de Nina (EL ALTEÑO, 16/12/2010, p. 1 e p. 3). Por fim, Luna de fato não entregou o cargo. Passada a crise do gasolinazo, renunciou em favor de Rúben Paez cuja eleição pelo Comitê Executivo foi igualmente contestada por Nina, conforme noticiado pelo periódico *El Alteño* em várias ocasiões. No dia 06 de janeiro de 2011, saiu uma reportagem informando que Fanny Nina ainda reivindicava o cargo e que criticava o fato do presidente interino não ter cumprido com a determinação do Tribunal de Honra e, pior, não somente não devolveu o cargo, como passou adiante mediante uma eleição duvidosa e ingressou com a FEJUVE no *Estado Mayor del Pueblo*, “lo que ha politizado a esta institucion y de manera inconsulta” (EL ALTEÑO, 06/01/2011, p. 4). Em outra reportagem do dia 07 de janeiro de 2011, o mesmo jornal informa que o Comitê Executivo da FEJUVE encaminhou para a CONALJUVE o pedido de revogação das credenciais de Fanny Nina e de validação do novo presidente eleito pelo diretório por não reconhecer as atribuições do Tribunal de Honra (EL ALTEÑO, 07/01/2011, p. 4). Desde novembro, Luna questionava a credibilidade do Tribunal. Em reportagem em 23 de novembro, afirmou que independete da resolução saída do Tribunal, o comitê executivo não reconheceria a decisão: “se han presentado las pruebas a esta instancia por respeto, pero no seran válidas para el comité ejecutivo, porque Francisca Coca [presidenta do Tribunal de Honra] ha perdido toda credibilidad y nos es confiable desde que emitió criterios al inicio del conflicto” (EL ALTEÑO, 23/11/2010, p. 4).

Em relação ao ingresso da FEJUVE ao *Estado Mayor del Pueblo*, o periódico *El Alteño* cobriu o evento que marcou a instalação desta assembleia, junto a outras organizações de El Alto, como a *Central Obrera Regional/COR*, para retomar as discussões sobre o *pliego petitorio*. Na ocasião, dia 05 de novembro de 2010, foi reconhecida a presidência de Claudio Luna em detrimento de Nina (EL ALTEÑO, 05/11/10, p. 1 e 3)

De fato, nos autos do processo julgado pelo Tribunal consta que não houve nenhuma formalização das denúncias feitas pelas 42 pessoas que assinaram a resolução que levou a suspensão do cargo da ex presidenta. No dia 25 de novembro de 2010, o periódico *El Alteño* noticiava que a presidenta do Tribunal de Honra, Francisca Cocca, reclamava que a letargia para emitir uma resolução definitiva sobre o caso derivava da falta de documentos que, no caso, os dirigentes denunciadores não haviam entregado (EL ALTEÑO, 25/11/2010, p. 4). Por fim, o Tribunal concluiu que não foi constatado qualquer prejuízo que a então Presidenta poderia ter causado aos distritos que a acusaram de improbidade administrativa. No documento, chega-se a afirmar que a Resolução 007/2010 que levou a suspensão do mandato era uma “aberración jurídica carente de fundamentación jurídica” e, que inclusive, os dirigentes das *juntas vecinales* que a assinaram não tinham sequer atribuição jurídica para tal ato, sendo este exclusivo do próprio Tribunal de Honra conforme previsto no Estatuto Orgánico da instituição. Para o Tribunal, tais atos contituem-se como um “delito grave” e recomendam que Fanny Nina, tão logo reassuma seu cargo, que encaminhe para o Tribunal a denúncia de tais ações para que se possa abrir o processo correspondente e que sejam tomadas medidas cabíveis em relação aos envolvidos. Deste modo, o Tribunal de Honra rechaçou a resolução 007/2010, recomendando a “restitucion inmediata em cargo de Presidenta de la Federación de Juntas Vecinales de la Ciudad de El Alto a la Sra Fanny Nina Colque, en estricto cumplimiento a la resolución emitida por el 16º Congreso Ordinario de la FEJUVE” (Cf. RESOLUCIÓN 001/2010 del TRIBUNAL DE HONOR/FEJUVE EL ALTO).

Como vimos, a FEJUVE não cumpriu com as determinações do Tribunal de Honra e, para completar, no dia 06 de janeiro de 2011, Fanny Nina sofreu um grave acidente. Foi atropelada por um microônibus e arremessada cerca de 15 metros a frente. Tal fato também foi repercutido no jornal *El Alteño*, no dia seguinte (EL ALTEÑO, 07/01/2011, p. 6). Na reportagem e em entrevista, a ex presidenta denuncia que, apesar de não ter provas, acreditava que este teria sido um atentado contra sua vida haja vista que vinha recebendo varias ameaças, sobretudo após que o Tribunal de Honra deferiu o processo a seu favor. Em função do acidente, Nina ficou duramente debilitada no hospital, sem poder andar ou mesmo se mexer, de sorte que não tinha condições físicas, emocionais e psicológicas para reivindicar a restituição de seu cargo e desistiu da presidência da FEJUVE.

Para Maria Galindo (in PAGINA SIETE, 06/01/2011, p. 18), porta-voz do *Mujeres Creando*, uma das principais organizações feministas da Bolívia e de reconhecimento internacional, Fanny Nina é o tipo de liderança que aterroriza o governo porque é aquela que não é controlada, que fala sobre suas falhas e faltas, que coloca o dedo na ferida. Quando o Comitê Executivo trancou o escritório da FEJUVE com cadeados impedindo que ela entrasse foi bem simbólico da prática comum de silenciar. Não apenas silenciar dirigentes não alinhados, mas silenciar mulheres. Mulheres combativas dentro dos movimentos sociais que precisam enfrentar todo um rol de opressões que tornam a luta ainda mais árdua.

Lazar em sua análise antropológica sobre as *juntas vecinales* de Rosas Pampa também fala como que, a despeito de se enunciar muitas vezes uma política de paridade de gênero, na prática, os homens seguem ocupando os cargos principais das *juntas* e da FEJUVE, decidindo sobre os rumos da cidade e fazendo o uso da palavra de forma hegemônica. Porém, ressalta também que para além dos espaços constituídos, há todo um processo de construção do consenso que precisa ser considerado e que passa por uma participação ativa das mulheres (ainda que seja difícil de mensurar): são elas que possuem grande parte das informações sobre o que ocorre no cotidiano da zona (enquanto os maridos/pais/irmãos estão trabalhando fora), são as que mais se envolvem nas *juntas escolares* e *de salud*; que exercem influência na formação de opinião de um dirigente já que são elas estão “a cargo” em casa, têm um papel importante na formulação de uma opinião pública a partir das conversas e comentários que tecem nas escolas, nos mercados, nas feiras, nas quadras etc. (LAZAR, 2013, p. 75).

Voltando a Galindo, ela ressalta que o dirigente da CONAMAQ que marchou junto com Nina no gasolinazo contra o governo ganhou benesses, já Nina foi destituída por decisão unânime do comitê executivo da FEJUVE. Isso não seria um fato isolado, mas repleto de significados:

a él la disidencia con el gobierno le significó palestra y figuración, a ella le costó el cargo [...] Fanny Nina encarna el hilo suelto, lo que el Gobierno no puede controlar [...] representa algo tan precioso como es el sentido común que hace rato han perdido los dirigentes de los movimientos; por eso, cuando habla, dice cosas que cualquiera de nosotras piensa, siente y ve [...] ha demostrado que está dispuesta a salir a la calle [...] carece de los códigos de complicidad entre machotes [...] representa la falta de representatividad que hay hoy en los movimientos sociales [...] y representa la posibilidad de que las bases siempre puedan optar por una cara nueva, desconocida, simple directa y cercana (GALINDO in PAGINA SIETE, 06/01/2011, p. 18).

Para piorar o quadro, Nina soube ainda pelos meios de comunicação que estava sendo processada por sedição devido as suas ações durante o gasolinazo, mais especificamente sendo acusada de ser responsável por atos de vandalismo que resultaram na destruição de alguns patrimônios, como a sede da FEJVUE e da COR (PAGINA SIETE, 04/01/2011, p. 1). Após tais episódios, não recuperou seu cargo de Presidenta, mas seguiu posicionando-se sobre temas polêmicos, como uma possível alta de preços das passagens anunciada pelo setor de transportes e questionando a eleição de Rubén Paz, também considerada ilegal (EL ALTEÑO, 08/01/2011, p. 3).

## 2.6. Governo Indígena?

Passados três anos do Gasolinazo, em 2013, ocorreram novas eleições para dirigentes das *juntas vecinales* da zona Mercurio, Distrito 5, região Norte de El Alto. E Fanny Nina volta à cena sendo eleita mais uma vez como presidenta de seu setor e, com isso, retorna à FEJUVE. Tal atitude era rara, pois nunca um ex presidente da FEJUVE tinha voltado ao trabalho de base vecinal. Depois de alguns meses de gestão, aceitou um novo desafio: foi convidada por Luis Revilla, então *alcalde* de La Paz pelo *Movimiento Sin Miedo/MSM* a participar do partido em construção Soberanía y Libertad/SOL.Bo e ser candidata a *alcaldesa* para as eleições municipais de El Alto que ocorreriam em 2015. Com a permissão de seus vizinhos, filiou-se ao partido para fazer oposição ao MAS e aos partidos tradicionais e trabalhou para construir uma candidatura que pudesse ampliar seu lastro de ação, sobretudo no campo dos direitos humanos, viabilizando o aumento das possibilidades de transformação da realidade de El Alto.

Figura 9



**Material de campanha de Fanny Nina (SOL.BO) para Alcaldía de El Alto (2015)**  
[arquivo pessoal da pesquisadora]

O SOL.Bo foi criado em 2014, sob a influência Luis Revilla, para dar continuidade ao legado político deixado por Juan del Granado, advogado, duas vezes *alcalde* de La Paz e fundador do *Movimiento Sin Miedo/MSM*, partido de centro esquerda que atuou em aliança com o MAS até 2009, quando rompeu com este campo político. O MSM perdeu sua personalidade jurídica nas eleições gerais de 2014 porque não alcançou o mínimo de 3% dos votos e, assim, Revilla iniciou uma campanha nacional para fundar um novo partido e poder se candidatar à reeleição da *alcaldia* de La Paz que ocorreria no ano seguinte junto a um corpo de candidatos que tivessem como características uma militância mais pragmática, de base e comprometida com o atendimento das demandas populares. Por toda sua trajetória a frente da FEJUVE, apesar de não ser consenso dentro do SOL.Bo, Fanny Nina acabou sendo cotada como

um nome convergente para disputar a *alcaldia* de El Alto ao lado também de Felix Patzi, como candidato a *prefecto* do Departamento de La Paz. Este último também vem de uma trajetória de dissidência em relação ao MAS, apresentando-se como uma alternativa à esquerda em relação ao governo.

Com poucos recursos, uma candidatura anunciada já às vésperas do processo eleitoral e uma resistência de alguns setores do partido SOL.Bo de emplacar realmente a campanha<sup>53</sup>, Nina acabou obtendo apenas 3% dos votos. Perdeu para Soledad Chapetón, do partido de oposição liberal ao MAS, *Unidad Nacional/UN*, que angariou 55% dos votos com um discurso voltado principalmente para o tema da segurança e da violência, um dos problemas estruturais de El Alto. Revilla e Patzi, por suas vezes, foram eleitos, mantendo sob suas respectivas influências importantes territórios que já tinham sido bastiões do MAS. O cargo de subgovernadora prometido para Nina antes da campanha, caso não vencesse as eleições, não veio, mas ela mantém sua militância de base e não abandonou a possibilidade de disputar novamente um cargo político nas próximas eleições que se realizarão em 2020.

Em 2016, o governo submeteu à população um referendo que propunha uma reforma constitucional que permitiria Evo Morales concorrer a uma nova eleição em 2019<sup>54</sup>. Fragilizado por alguns escândalos de corrupção<sup>55</sup> e imerso em um cenário de crescente polarização<sup>56</sup>, Morales teve sua primeira derrota nas urnas perdendo para o “NO” que obteve 51% dos votos. Nina participou ativamente da campanha do “NO” por considerar que, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, era necessária uma renovação no cenário nacional e o respeito à Constituição. Para o jornal *El Alteño*, a ativista afirmou: “no se puede violar constitucion, no se puede hacer la burla del pueblo y no puede querer eternizarse en el poder” (EL ALTEÑO, 20/12/2016, p. 4).

Mesmo sem ocupar um cargo de maior expressividade, Nina segue sendo perseguida e ameaçada em diversas situações

<sup>53</sup> Em entrevista, Nina relata que Patzi e Revilla não endossavam sua candidatura de maneira satisfatória. Tiveram situações, inclusive, nas quais ela foi empurrada e separada do candidato ao governo de La Paz por pessoas de sua equipe. Para a ex-presidenta da FEJUVE, passavam-se os anos e ela seguia sofrendo com a violência política (NINA, Entrevista, 2017).

<sup>54</sup> A Constituição só permite uma reeleição e a proposta do referendo era permitir a reeleição indefinida.

<sup>55</sup> Um dos que estourou às vésperas do referendo envolveu uma ex-namorada do presidente e ficou conhecido como *zapatazo*. Gabriela Zapata, representante da empresa chinesa CAMC, foi acusada de tráfico de influências por ter intercedido diante de entidades públicas em favor da empresa privadas como lobista. Supostamente ela teria enviado cartas com propostas de negócios em nome governo sem ter autorização para fazê-lo. Zapata negou as acusações e Morales afirmou que ela atuou sem o seu consentimento (OPERA MUNDI [REDAÇÃO], 26/02/2016).

<sup>56</sup> Em 2017, quando estive em meu trabalho de campo, os muros de El Alto ainda expressavam essa polarização com muitas inscrições tanto pelo “SI” quanto pelo “NO”.

Salgo de dirigente, sigo para otro trabajo e igual siguen me amenazando. Pero lo haría todo de nuevo. La gente no esta bien. Los cercanos del gobierno, sí, han salido de la pobreza. Pero una grande parte de la gente sigue pobre, sigue en la pobreza. Por eso sigo luchando. Mi fortaleza y inspiración es la gente que sufre, que necesita de ayuda. Por ellos tengo que seguir adelante. Hasta que todos tengan dignidad. Yo no tengo hijos, pero me siento casada con El Alto y ayudo muchas familias. (NINA, Entrevista, 2017).

Vale notar que a FEJUVE, desde 2015, dividiu-se em duas federações. Os tensionamentos nesse sentido já vinham desde antes, especialmente entre as correntes mais vinculadas ao MAS e ao governo de um lado, e aquelas ligadas ao Unidad Nacional e à oposição, de outro. Óscar Avilla, eleito pelo XVIII Congreso Ordinario da FEJUVE para a gestão de 2014 a 2016 foi afastado do cargo por um ampliado distrital do setor norte (região de competência da presidência da FEJUVE naquela gestão) que contou com a participação de 90% dos dirigentes. Dentre as razões para a suspensão estavam: as ações desproporcionais da FEJUVE contra a nomeação dos *subalcaldes* pela nova *alcaldesa* eleita da oposição, Soledad Chapetón da UN; a constatação de que o filho de Ávilla teria cargos na *alcaldia* de Edgar Patano do MAS que havia acabado de perder a reeleição para Chapetón; e, por fim, o apoio que o presidente da FEJUVE teria dado à reeleição de Patano nas eleições municipais, desrespeitando o artigo 5º do Estatuto Orgánico da instituição que proíbe qualquer tipo de vinculação partidária<sup>57</sup>, além de incorrer em improbidade administrativa.

Com o seu afastamento, assumiu interinamente Rolando Huanca que liderou as ações do ampliado distrital e assinou junto a outros 45 dirigentes a Resolución 001/2015 que levou a suspensão do cargo de Ávilla da presidência da FEJUVE. Tal manobra política foi reconhecida pela CONALJUVE, porém, gerou dissidências dentro da própria FEJUVE. Opositores a Huanca, sob a liderança de Franklin Machaca convocaram outro ampliado distrital, destituíram Huanca e empossaram Machaca no cargo da presidência por considerarem a manobra de Huanca ilegal, pois se tratou de um ampliado exclusivo dos distritos do norte e porque havia o entendimento de que ele atuava sob a influência da *alcaldesa* Chapetón. A partir de então, a FEJUVE seguiu com dois presidentes: Huanca que, de fato, foi reconhecido pela *alcaldesa* e estaria mais

---

<sup>57</sup> “**Artículo 5.** FEJUVE en su calidad de organización cívico vecinal, no admite bajo ninguna circunstancia patrocinio político partidista en su conducción, sus lineamientos y acciones, empero respeta el pluralismo ideológico y democrático de sus afiliados” (ESTATUTO ORGANICO DE LA FEJUVE, p. 16)

próximo do campo político da Unidad Nacional, e Machaca que foi reconhecido pelo governo central, estando mais próximo do campo político *masista*. O prédio oficial da FEJUVE, na Avenida 6 de Marzo em La Ceja, acabou sendo ocupado por esse último. Dessa divisão, seguiram-se dois congressos simultâneos (correspondente ao XIX Congreso Ordinario de la FEJUVE El Alto) que elegeram outros dois presidentes para assumirem a gestão de 2016 a 2018: Benigno Siñañi sucedeu Huanca e Sandro Ramirez sucedeu Machaca.

El Alto segue, portanto, dividida e submetida a pressões de vários lados: obras inacabadas, ameaça de alta de preços do pão e outros produtos da cesta básica, das passagens de ônibus, desemprego e, a cada crise, os conflitos político-partidários que opõem a UN, de um lado, e o MAS, de outro, tendem a levar tais demandas mais objetivas da cidade para outro plano de disputas que dizem mais respeito às questões de caráter nacional, como se haverá continuidade ou não do *Proceso de Cambio* liderado por Evo Morales.

Os movimentos sociais se mantêm atentos para futuros desdobramentos e essas complexas relações com o Estado e ao atendimento ou não de demandas, apontam para um porvir ainda incerto. Para Irene Ojeda, velha dirigente de Outubro de 2003, prevalece uma visão cética dos rumos assumidos pelo governo. Aquele ideal de um governo indígena que mobilizou tantos setores para as eleições de 2005, não parece mais encontrar a mesma sustentação nos dias atuais. Ojeda chama atenção para o fato de haver hoje uma população mais consumista, dependente das bolsas sociais, que aposta nas grandes obras realizadas pelo governo, mais resignada a uma globalização que não respeita os direitos da natureza e o Bem Viver e, portanto, cada vez mais distante do ideal anunciado em outubro.

El Vivir Bien no ha implementado el gobierno. [...] Son 10 años de gobierno en los cuales ellos no pueden implementar el Vivir Bien. [...] Y no vamos llegar al Vivir Bien mientras no haya empleo seguro, con seguro social. Eso es el problema de fondo. Por eso el gobierno mismo no puedo llegar a eso, no puede implementar el Vivir Bien, porque no hay empleo.[...] ¿A quién nos está gastando el dinero? A estirar la mano y dame bono, pensando que la solución en ese momento es darme bono. Cuando ya no cobran bono, educar y criar esos niños es más caro que ese bono. Entonces, lo van a trabajar y tienen que dejar los niños con sus abuelos y abuelas. Por eso no vamos llegar hasta el Vivir Bien si no implementamos la Agenda de Octubre (OJEDA, Entrevista, 2017).



Tal perspectiva foi ratificada por outros dirigentes que entrevistei. Nina, como já vimos, liderou a campanha do referendo pelo *NO* em 2016. Outros, como Luis Flores Mendonza, também ex dirigente da FEJUVE da Guerra do Gás de 2003, questionam até mesmo a identidade aymara do presidente.

Esperamos que eso termine porque ya el pueblo está cansado. No solo El Alto está cansado. Si tú vas a las provincias y pregúntales, “como vas hermano, ¿tú vas a votar por Evo? ¡No! ¡No vamos a votar por él! Aunque sea indígena, aunque sea disfrazado. ¡No! Porque ahorita es... Evo Morales crece porque es indígena... ¡No! Peor, él no habla aymara. No habla aymara. Entonces, ¿cómo puede ser indígena? Yo hablo aymara, mi compañero habla aymara, somos indígenas, tenemos raíces indígenas, entonces tenemos que hablar. Yo le digo [en aymara]: “¿cómo estás, hermanita? Nosotros así no más en El Alto vivimos. Nosotros aquí en la lucha. Aquí en El Alto hay mucha fuerza, fuerza que nos cuesta aquí en octubre de 2003, levantarse, juntarse, reunirse. La gente, así también hermanos, los han matado. Por eso nos duele el corazón. El [jacha mallcu] gobernante... El gobierno no es para nosotros. No nos representa. No a nosotros. A El Alto, a nosotros, nos ha puesto a un lado. Eso no está bien. Duele el corazón. A todos los hermanos así está dolido el corazón. Por eso así no más se está mirando, porque a nosotros de repente nos pueden matar” (FLORES, Entrevista, 2017).

Ainda assim, mesmo com todas as críticas apresentadas, potencialidades emancipatórias existem. Aliás, existem desde os tempos coloniais quando tiveram início as lutas nessa região. A disposição para seguir lutando continua. Ojeda segue atuando em organizações cívicas reivindicando suas bandeiras históricas e atuando de forma protagônica na gestão local de sua zona. Nina, Luis Flores e tantos outros ex dirigentes entrevistados por mim, também. Cabe a nós acompanhar, atentos, os desdobramentos deste processo e avaliarmos se o governo será capaz de se repactuar com esses setores, se seguirá sendo uma alternativa válida para avançar na construção de *un otro mundo posible* ou se sucumbirá, como tantos outros anteriores a ele, por não ser mais capaz de atender às demandas populares.

### 3. O Bem Viver como Alternativa Antissistêmica

*No cerne do Bem Viver – com projeção global, inclusive – está implícito um grande passo revolucionário que nos leva a caminhar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, assumindo as consequências políticas, econômicas, culturais e sociais dessa transição.*  
Alberto Acosta (2016)

Vivemos uma crise sistêmica que tem levado ao colapso ambiental e civilizatório. Cada vez mais se torna evidente que “el capitalismo es el suicidio lento de la humanidad” (LINERA, 2010b, p. 9). Ao contrário das crises anteriores, vivemos uma conjuntura na qual se apresenta uma profunda perda de sentido, algo que repercute em todas as dimensões da vida humana, com grandes dificuldades de se encontrar uma solução dentro do capitalismo. De acordo com Fernando Huanacuni Mamani, os “sábios dicen que estamos en el décimo Pachakuti y que todo va a cambiar” (MAMANI, 2010, p. 7).

Nessa conjuntura, o Presidente Evo Morales assumiu o papel de fazer a denúncia de que a origem dessa crise está no sistema capitalista e que é necessário postularmos, dentro de uma perspectiva global (e não isolacionista), alternativas antissistêmicas que apontem para uma repactuação da relação dos seres humanos entre si e com a natureza. Com isso, contribui para manter vivo um horizonte pós-capitalista para a humanidade. Na ONU, em 2009, Morales (2009B, p. 2) afirmou:

Yo quiero ser muy sincero con ustedes. El origen de estas crisis es la exagerada acumulación del capital en pocas manos, es el saqueo permanente de los recursos naturales, es la mercantilización de la Madre Tierra. Este origen viene de un sistema y un modelo económico que es el capitalismo. Si no hablamos la verdad ante nuestros pueblos, sobre el origen de esta crisis, seguramente vamos a engañarnos entre nosotros, a la comunidad internacional y a nuestros pueblos que esperan mucho de sus Presidentes, de sus Gobiernos y de esta clase de foros

Também na *Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climatico y los Derechos de la Madre Tierra* realizada em Cochabamba, em abril de 2010, Morales insistiu na crítica ao capitalismo:

El sistema capitalista nos ha impuesto una lógica de competencia, progreso y crecimiento ilimitado. Este régimen de producción y

consumo busca la ganancia sin límites, separando al ser humano de la naturaleza, estableciendo una lógica de dominación sobre ésta, convirtiendo todo en mercancía: el agua, la tierra, el genoma humano, las culturas ancestrales, la biodiversidad, la justicia, la ética, los derechos de los pueblos, la muerte y la vida misma.

Bajo el capitalismo, la Madre Tierra se convierte en fuente sólo de materias primas y los seres humanos en medios de producción y consumidores, en personas que valen por lo que tienen y no por lo que son (MORALES AYMA, 2010)

E assim tem sido nos anos seguintes em várias outras ocasiões (MORALES AYMA, 2011; 2014A; 2015; 2017A; 2017D; 2017G; 2018A; 2018B; 2018C; 2018D). Ainda neste capítulo, discutiremos todas as contradições subjacentes entre o discurso e a prática de governo do Presidente Morales em seu país. Porém, a despeito disso, tais intervenções demarcam esse importante lugar de crítica estrutural ao capitalismo diante de um cenário global cético a possibilidades transformadoras, no qual o discurso do “fim da história” de, certo modo, ainda se faz hegemônico<sup>58</sup>. Na América Latina, em especial, nos últimos anos, testemunhamos o fim de um ciclo nacionalista e popular que, em vários casos, havia contado com governos que reacenderam a esperança em transformações mais ou menos radicais ao promoverem avanços significativos em processos de democratização da democracia, de redução da miséria, de uma distribuição mais equitativa da renda, da ampliação de direitos e de uma maior cooperação Sul-Sul entre os países<sup>59</sup>. Com o retorno das direitas em vários desses países, ter um Presidente indígena pautando essas questões não é nem um pouco desprezível.

Por outro lado, vale notar que mesmo nos casos em que as mudanças se deram de maneira mais profunda, tais transformações se deram ainda dependentes de um modelo comprometido “com a promessa falida do desenvolvimento”, entendido aqui como "um processo linear, ininterrupto, associado à 'dominação da Natureza', reduzido ao acúmulo incessante de mercadorias" (DILGER & FILHO, 2016). Isto é, mesmo nos casos em

---

<sup>58</sup> O fim da história foi uma teoria elaborada por Francis Fukuyama, inspirada no evolucionismo hegeliano. Segundo Hegel, a história teria um ápice de desenvolvimento, uma culminância, quando a humanidade tivesse atingido o equilíbrio. Primeiramente com um artigo em 1989 e, na sequência, com seu livro “o Fim da História e o Último Homem”, de 1992, Fukuyama retoma essa ideia compreendendo que a vitória do capitalismo na Guerra Fria expressava essa condição de que havíamos alcançado o apogeu do desenvolvimento e que não haveria nada além do capitalismo (FUKUYAMA, 1992).

<sup>59</sup> Dos casos mais radicais, aos mais moderados, podemos citar: Venezuela, com Hugo Chávez (1999-2013); Bolívia, com Evo Morales (2006-hoje); Equador, com Rafael Correa (2007-2017); Brasil, com Lula e Dilma Rousseff (2003-2016); Chile, com Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018); Argentina, com Nestor e Cristina Kirchner (2003-2015); no Peru, com Ollanta Humala (2011-2016); no Uruguai, com Pepe Mujica (2011-2016) e Tabaré Vazquez (2005-2010 e 2015-hoje); no Paraguai, com Fernando Lugo (2008-2012); na Nicarágua, com Daniel Ortega (2007-hoje); em El Salvador, com Mauricio Funes (2009-2014) e Sanchez Cerén (2007-hoje), em Honduras, com Manuel Zelaya (2006-2009), entre outros.

que houve uma maior redistribuição das riquezas, ainda insistia-se num modelo predatório, escravo da primarização da economia, vulnerável às oscilações dos preços das *commodities* no mercado internacional e que contribuiu para a espoliação cultural e territorial dos povos e comunidades tradicionais, bem como de todos aqueles que postulam um horizonte pós-extrativista.

Ainda assim, mesmo sem ter afetado as estruturas econômicas, somente o deslocamento dos recursos para políticas sociais, já foi o suficiente para que as oligarquias regionais respondessem até mesmo através de golpes contra esses governos<sup>60</sup>. Desse modo, a (re)ascensão de governos de direita no continente ocorre com uma agenda que aprofunda ainda mais esse modelo predatório, excluindo-se as contrapartidas sociais. Do ponto de vista dos governos remanescentes do ciclo nacionalista e popular anterior, como Bolívia, Equador e Venezuela, para ficarmos nos exemplos mais emblemáticos da América do Sul, prevê-se maiores dificuldades de articulação regional, crise econômica, crises internas provocadas por escândalos de corrupção e do crescimento das direitas, além de um contexto ostensivo de estrangulamento dessas experiências por parte das nações imperialistas<sup>61</sup>. Estas últimas, em particular os EUA, agora têm o apoio decisivo de países como o Brasil que desde o Golpe Parlamentar de 2016 que derrubou a ex-Presidenta Dilma Roussef e, agora, principalmente, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), conta com um aliado que expressa o campo mais reacionário e de direita do país, subserviente aos interesses do Norte, tal como anunciado inúmeras vezes em seus discursos de campanha e de posse<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> O caso recente mais emblemático foi o golpe parlamentar sofrido por Dilma Roussef, no Brasil, em 2016, em um contexto de crise, pós-boom dos valores das *commodities* no mercado internacional. Porém, podemos citar também os golpes ocorridos em Honduras, contra o Presidente Manuel Zelaya em 2009, e no Paraguai, contra o Presidente Fernando Lugo em 2012. Em todos os casos, observa-se, em seguida, a ascensão de coalisões neoliberais. Pela via eleitoral, vale destacar também o retorno das direitas conservadoras na Argentina, com Maurício Macri (2015-hoje) e no Peru, com Pedro Pablo Kuczynski (2016-hoje).

<sup>61</sup> Na Bolívia, apesar de Evo Morales ter perdido o referendo que consultava a população sobre a possibilidade de se candidatar a um quarto mandato, algumas manobras burocrático-judiciais permitiram que o presidente se inscresseve como candidato para as próximas eleições que ocorrerão em 2020, sob um clima de muitas tensões com a oposição. No Equador, Lenín Moreno que sucedeu Rafael Correa vive também uma situação muito difícil no país, na qual procura se distanciar do legado de seu antecessor e enfrenta uma dura crise econômica, política e moral no país com vários escândalos de corrupção envolvendo altos quadros do antigo governo. Na Venezuela, Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez após este perecer antes de assumir o mandato em 2013, foi reeleito para mais 6 anos de mandato, enfrentando uma dura crise econômica motivada, entre outros fatores, por um bloqueio econômico promovido pelos EUA, que resulta em apagões, falta de alimentos, remédios, hiperinflação e várias ondas de protestos violentos.

<sup>62</sup> O desprezo de Bolsonaro pelos indígenas fez-se manifesto em muitas ocasiões quando afirma que “não vai demarcar nenhum centímetro de terra aos indígenas” em seu governo (In: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/posicao-de-bolsonaro-sobre-demarcacao-de-terra-gera-10->

É, assim, em uma conjuntura já não tão favorável, que o Presidente indígena boliviano segue afirmando sempre que possível que não podemos abandonar o horizonte de se postular um novo sistema que evite o colapso que se avizinha. Sobretudo na escala global, não tem medido esforços para colocar a Bolívia como país protagonista na luta pela afirmação dos Direitos da Mãe Terra, na articulação pela unidade entre os povos do mundo promovendo encontros internacionais que mantenham viva a chama das dissonâncias centenárias carregadas pelos povos originários. Em 2011, na ONU, após tecer a crítica estrutural ao capitalismo, saiu em defesa dos Direitos da Mãe Terra

estamos convencidos que el crecimiento infinito en un planeta finito es insostenible e imposible, el límite del crecimiento es la capacidad regenerativa de los ecosistemas de la tierra. Por eso hacemos un llamado de hacer un nuevo decálogo de reivindicaciones sociales en el sistema financiero sobre los recursos naturales, sobre los servicios básicos, sobre la producción, sobre la dignidad y la soberanía que con esta base se debe empezar a refundar a las Naciones Unidas para que sean la máxima instancia de solución en temas de paz, pobreza, dignidad y soberanía de los pueblos del mundo [...]

La mejor forma de defender los Derechos Humanos es ahora defendiendo los Derechos de la Madre Tierra y aquí tenemos una enorme responsabilidad, la de aprobar estos Derechos de la Madre Tierra, hace 60 años recién aprobaron la Declaración Universal de los Derechos Humanos, recién hace 60 años atrás se dieron cuenta desde las Naciones Unidas que también el ser humano tenía sus derechos, después los derechos políticos, los derechos económicos, los derechos de los pueblos indígenas, ahora tenemos la que defender los Derechos de la Madre Tierra (MORALES AYMA, 2011a)

Também na COP20, Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, no Peru, em 2014, o Presidente boliviano afirmou:

Tenemos que poner un freno a la acumulación capitalista; tenemos que poner un freno a la acumulación infinita de mercancías. Necesitamos otra civilización, otra sociedad, otra mentalidad, otros

---

[assassinatos-de-indios-por-mes/](#) - consulta em 19/01/2019); e, no que diz respeito à relação com os EUA, quando faz referência a uma época anterior de inimizade com o país do Norte e como, nesse momento, ambos os países, assim como Israel, estariam mais próximos do que nunca (In: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-e-eua-deixaram-de-ser-inimigos-diz-bolsonaro/> - consulta em 19/01/2019). Vale citar que, a despeito das diferenças ideológicas, Evo Morales compareceu na posse de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, o que levantou muitas polêmicas devido à postura ofensiva assumida pelo novo presidente brasileiro contra vários países aliados da Bolívia, como Venezuela e Cuba, além da própria questão com os indígenas acima referida. Nota-se um esforço da diplomacia boliviana de manter as relações comerciais abertas com o Brasil na medida em que este ocupa um papel estratégico em sua frágil economia. Dez dias depois da posse de Bolsonaro, Morales também esteve presente na posse de Nicolas Maduro da Venezuela, cuja eleição não é reconhecida por muitos países, inclusive o Brasil.

valores, otra cultura que no priorice la ganancia sino la satisfacción de necesidades humanas. Que no crea en el Dios dinero, sino que crea en el ser humano y la madre naturaleza. Necesitamos una economía que no escupa mercancías inútiles que solo generan ganancias para las empresas; necesitamos una economía que use la ciencia y la tecnología para producir cosas útiles que nos hagan vivir bien y que respeten la continuidad [y los derechos] de la madre tierra (MORALES AYMA, 2014A).

Anibal Quijano endossa essa perspectiva ao tratar do Bem viver como a semente de um novo horizonte histórico que sobreviveu às imposições da globalização do capitalismo colonial.

no obstante la derrota de los movimientos antiautoritarios y antiburocráticos, y de la seciente imposición de la “globalización” del nuevo Capitalismo Colonial Global, la simiente de un horizonte histórico nuevo pudo sobrevivir entre la nueva heterogeneidad histórico / estructural del imaginario mundial, y germina ahora como uno de los signos mayores de la propuesta de Bien Vivir. (QUIJANO, 2014, p. 48)

Proposta esta que, segundo o autor, não por acaso é oriunda dos movimentos indígenas haja vista que são os primeiros afetados pela crise climática e que, tendo resistido aos esforços espistemicidas e genocidas impetrados contra os mesmos no momento de estabelecimento desse sistema mundo moderno-colonial, hoje atuam de forma protagônica no sentido de demarcar esse horizonte como uma saída emancipatória que aponta para a igualdade, a solidariedade, a democracia plena e uma relação de co-responsabilidade com todas as formas de vida do planeta. Em outras palavras, o autor fala de uma “existência social alternativa” (*Idem*, p. 848).

Se o desafio de romper com as estruturas capitalistas permanece, essa construção de alternativas antissistêmicas que não sejam cooptáveis pelo modelo vigente e que apontem caminhos possíveis através dos quais a existência humana possa ser ressignificada não será monolítica. Por isso falamos em “caminhos”, no plural. Evo Morales não tem a pretensão de oferecer “a” saída para crise global. Afinal, as alternativas já existem, mesmo com todo o contexto apresentado: sobrevivem ou “re-existem”, para usar a expressão de Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>63</sup>, nas margens do

---

<sup>63</sup> Com este conceito, o autor busca enfatizar que a resistência promovida pelas classes populares e indígenas ao longo dos séculos – desde a Conquista até os dias atuais - representa também uma ressignificação ou reinvenção de sua própria existência – de suas condições de vida e de luta - em conjunturas que se alteram ao longo do tempo, porém, sem perder de vista um elemento original: o colonialismo interno (PORTO-GONÇALVES, 2002).

sistema, nas diversas lutas de resistência travadas nos quatro cantos do mundo, cada qual com suas particularidades e contradições<sup>64</sup>. A relevância de pautar isso a partir da América Latina é que nossa Abya Yala tem todo um potencial cultural e natural que, desde sua constituição no mundo moderno-colonial, tem se afirmado como estratégico na definição dos rumos na humanidade.

Foi a América Latina a responsável pelo deslocamento do centro de poder do sistema mundial da Ásia para a Europa a partir de um lugar de exportadora de matérias-primas que, inclusive, não terminou com o fim da colônia, mas se estende até os dias atuais. Porém, se, por um lado, houve essa dimensão exploratória que conferiu uma marca estrutural na formação do nosso continente tal como conhecemos hoje, por outro lado, como ressalta Porto-Gonçalves, até como uma resposta a esse fator, esse mesmo território tornou-se palco também de uma “densidade teórico-prática” sem paralelos que expressa muitas das possibilidades emancipatórias que advêm das lutas de re-existência. Ao lado da “teoria da dependência, pedagogia do oprimido, teologia da libertação, ecologia política desde os territórios (*desde abajo*), teoria do colonialismo interno, teoria da autopoiesis, teoria da investigação-ação participativa” (PORTO-GONÇALVES in DILGER, LANG E NETO, 2016), o conceito do Bem Viver surge como possibilidade cada vez mais consolidada, na medida em que se apresenta como um horizonte de referência que reúne um conjunto de expectativas para um outro mundo pós-capitalista e que é herdeiro de toda a discussão oriunda da defesa dos Direitos da Mãe Terra e das tradições milenares dos povos originários.

Apesar dos intentos colonialistas que perduram, o mundo ancestral continua vivo na cotidianidade de muitas comunidades tornando essas experiências privilegiadas para se pensar as mudanças em nosso paradigma civilizatório. Por outro lado, afirmar que esse mundo ancestral continua vivo não significa sugerir uma noção estática dessas tradições. Como já afirmei em outros momentos dessa tese, não estamos falando de um passado imemorial que sobreviveu ao colonialismo, mas, sim, de uma re-existência desses povos que pressupõe um entendimento de que tais tradições são ressignificadas ao longo do tempo a partir das demandas apresentadas no presente. É nesse processo de ressignificações que o Bem Viver vem sendo construído enquanto um horizonte de sentido para muitas lutas de viés emancipador e justamente por isso não pode assumir

---

<sup>64</sup> “São justamente muitos destes inúmeros movimentos, dos pingüinos chilenos ou dos secundaristas paulistanos, passando por comunidades indígenas, quilombolas ou camponesas, até as cooperativas da economia solidária, que vêm resistindo há tempos a esse projeto neocolonial e construindo alternativas ao capitalismo e ao colonialismo do século XXI” (DILGER & FILHO, 2016).

um tom monolítico, pois reflete um movimento de caráter global que transcende as fronteiras do próprio continente americano. Ainda que não tenha me dedicado a analisar com maior profundidade seus correlatos em outros países, é importante não perder de vista que este estudo de caso se insere em um contexto mais amplo.

Uma das virtudes do estudo mais aprofundado do mundo andino e amazônico e que, através deles, estão colocadas possibilidades de se pensar essas alternativas para além da lente eurocentrada ocidental. Dessas tradições, é possível inferir uma potência intrínseca que pode transcender a própria realidade indígena. Afinal, “os indígenas não são pré-modernos nem atrasados. Seus valores, experiência e práticas sintetizam uma civilização viva, que demonstrou capacidade para enfrentar a Modernidade colonial” (ACOSTA, 2016, p. 24). Como afirmava anteriormente, longe de ser um retrato do passado, seus modos de viver e as propostas daí oriundas alimentam os debates globais a partir de um lugar anticapitalista que visa o futuro. É isso que temos observado nas intervenções de Evo Morales nas relações internacionais e o conceito do Bem Viver vem amadurecendo nesse contexto, podendo ser considerado esse horizonte político que agrega, a partir de diferentes experiências, algumas diretrizes de práticas e costumes servem de referência para se pensar um outro tipo de civilização, um outro modelo, um outro mundo possível ou outros mundos possíveis.

Planteamos a los pueblos del mundo la recuperación, revalorización y fortalecimiento de los conocimientos, sabidurías y prácticas ancestrales de los Pueblos Indígenas, afirmados en la vivencia y propuesta de “Vivir Bien”, reconociendo a la Madre Tierra como un ser vivo, con el cual tenemos una relación indivisible, interdependiente, complementaria y espiritual (MORALES AYMA, 2010)

compañeras y compañeros, tenemos la obligación de gestar una nueva tesis política para el mundo, si somos dirigentes sindicales responsables de la vida, responsables de la humanidad y responsables también del planeta Tierra [...] podemos aportar y juntarnos para plantearnos un nuevo orden mundial para Vivir Bien, una nueva política social para atender a los más abandonados de la historia, esa es nuestra lucha como dirigentes sindicales, y ahora algunos batallando desde la Presidencia (MORALES AYMA, 2014a).

Portanto, o que se propõe são saídas emancipatórias tendo como base aquilo que já é vivenciado no âmbito das re-existências dos oprimidos. Segundo Acosta (2016, p. 33), “sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, [o Bem Viver serve como] plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos



devastadores efeitos das mudanças climáticas e crescentes marginalizações das violências sociais” contribuindo, assim, para uma “mudança de paradigmas em meio a crise que golpeia os países outrora centrais”. Como parte desse horizonte, está a defesa dos Direitos da Mãe Terra, da ética andina (*ama suwa, ama llulla e ama qhella*<sup>65</sup>) e da comunidade que trataremos mais adiante, além da nacionalização dos recursos naturais e da defesa dos serviços básicos (água, luz, saneamento, comunicação etc) como direitos humanos, compreendendo que o acesso universal à água é urgente e imperativo.

[...] nuestros recursos naturales jamás pueden ser privatizados, jamás pueden ser entregados a las transnacionales, sean mineros, petroleros u otros recursos naturales [...]

los servicios básicos jamás pueden ser de negocio privado: agua, energía o luz, teléfonos [...] cuando el Estado tiene control sobre los servicios básicos, en Bolivia ni las tarifas de energía eléctrica, ni teléfonos, ni agua potable suben de precio, por tanto los servicios básicos deben ser la responsabilidad del Estado y no del negocio privado [...]

¿Cómo es posible que podemos permitir que el agua (agua es vida) sea un negocio privado? [...] tenemos la obligación de implementar en todo el mundo que el agua sea un derecho humano, de esta manera apoyar a la gente más abandonada en temas de agua potable (MORALES AYMA, 2011)

O conceito do Bem Viver propriamente dito não é novo. Historicamente, já foi utilizado e apropriado de diferentes formas, em múltiplos contextos, possuindo um significado plural. Porém, sua maior relevância advém dos últimos anos quando reapareceu com força ainda na onda dos governos nacionalistas e populares, tendo como expoentes máximos além de Evo Morales (2006), na Bolívia, com o *Vivir Bien*, também Rafael Correa, no Equador (2007), com o *Buen Vivir*, com inscrições inclusive em suas respectivas Constituições. Outrossim, nos tempos de silêncio, o *suma qamaña*, *suma kawsay* ou *teko kavi*, como também pode ser definido em aymara, quéchua e guarani,

---

<sup>65</sup> Em aymara, respectivamente: *Lunthathajja: hywat-hywatápan* (“quien robe, muera”, isto é, “no seas um ladrón”, “não roube”); *Karijja: hywat-hywatápan* (“quien mienta, muera”, isto é, “no seas um mentiroso”, “não minta”); *Ahyrajja: hywat-hywatapan* (“quien vueltea, muera”, isto é, “no seas flojo”, a ambiguidade, a oscilação não é produtiva, seja firme, não seja preguiçoso). Estes e outros aforismos que conformam a “Mano de Leyes” do Suma Qamaña podem ser consultados em “Manos de Leyes” del Suma Qamaña”, de Javier Medina (2010). No original, podemos observar como tais princípios podem ser rigorosos e, por vezes, autoritários. Se é certo que o poder da comunidade e os valores andinos carregam uma potência que pode apontar para uma transformação social, por outro lado, não podemos ser condescendentes com vários limites estruturais que também são oriundos dessas mesmas tradições. Este tema, em particular, será objeto de uma reflexão mais profunda em trabalhos futuros. Mais adiante falarei brevemente sobre alguns desses limites a título apenas de referência haja vista que nesta tese predomina uma visão que enfatiza mais os aspectos positivos e potencialmente transformadores dessas tradições.

seguia latente e expressando a realidade de muitas comunidades indígenas do altiplano andino e da Amazônia<sup>66</sup>.

A relevância que ganha nos governos de Morales e Correa é que o conceito acaba se tornando um eixo articulador a partir do qual são pautadas as possibilidades para se escapar da crise neoliberal que assolava o continente, conferindo ênfase às experiências populares e, mais especificamente, às experiências populares originárias tão invisilizadas e silenciadas nas décadas anteriores. Para Morales (2006b),

las organizaciones sociales, los consejos de amautas que admiro muchísimo, en el Altiplano paceño, esos sindicatos del campo y de la ciudad, esas organizaciones llamadas capitanías en el Oriente boliviano, son el reservorio de conocimientos, el reservorio de conocimientos científicos de la vida para defender a la vida, para salvar a la humanidad. Se trata de coger de esas organizaciones para implementar políticas y no se trata de imponer políticas al servicio de grupos de poder en Bolivia o en el exterior.

Segundo Pablo Solón, “el fracaso del socialismo soviético, la ausencia de paradigmas alternativos, el avance de las privatizaciones y la mercantilización de múltiples esferas de la naturaleza, incitaron un proceso de reaprendizaje de las prácticas y visiones indígenas que estaban devaluadas por la modernidad” (SÓLON, 2016, p. 12-13).

Para o Presidente Evo Morales, a experiência neoliberal foi o limite da experiência capitalista que recrudescer as desigualdades sociais ao ponto em que impôs aos movimentos sociais, sobretudo os populares e indígenas, a necessidade de rever todo o sistema sob o qual estavam sendo subjulgados e seguirem para a disputa rumo ao Estado e ao mundo.

Antes de que llegara a la Presidencia, pasaron 20 años de gobiernos neoliberales que saquearon nuestros recursos naturales, de gobiernos neoliberales que entregaron el patrimonio a las transnacionales; ese hecho, hermanas y hermanos, nos hizo despertar ¿por qué tanto robo?, ¿por qué tanto saqueo...? Nos dominaron políticamente para robarnos económicamente. Ustedes saben de dónde vengo, ustedes saben cómo

---

<sup>66</sup> *Suma Qamaña*, vem da tradição aymara; *Suma Kawsay*, da tradição quéchua; *Teko Kavi* e *Ñandereko*, dos guaranis; *Shiir Waras*, dos shuar; *Kume Mangen*, dos mapuches, entre outros. No Brasil, a expressão Bem Viver é a que mais tem sido utilizada por movimentos sociais nos últimos anos, enquanto na Bolívia, nas versões oficiais de Estado, fala-se em *Buen Vivir* e, no Equador, em *Vivir Bien*. Poderíamos considerar também o *ubuntu*, da África do Sul, ou o *svadeshi*, *swaraj* e *apargrama*, da Índia, como correlatos. Afinal, mais do que sinônimos, são equivalências de visões de mundo sustentadas na relacionalidade como princípio, na complementaridade, na reciprocidade, na interculturalidade, na correspondência, no comunitarismo, entre outras características que irei abordar adiante.

especialmente el movimiento campesino indígena originario, ha pasado de la lucha sindical, de la lucha comunal a una lucha electoral. Nos hemos preguntado, como movimientos sociales, ¿por qué nosotros mismos no nos gobernarnos para recuperar nuestros recursos naturales? (MORALES AYMA, 2014b).

Assim, de um lado, havia setores das esquerdas buscando outras saídas para o caos da modernidade e voltando seus olhos e ouvidos para sujeitos até então não considerados no rol da luta de classes - mas que tem nas suas teorias e práxis uma tradição comunitária que pode lhes servir de inspiração. De outro, o gradativo protagonismo dos povos originários que se impunha e se apresentava para as lutas desde um lugar de resistência ao colonialismo interno e em favor de uma nova agenda política de caráter supra-comunitário que alcançasse o Estado Nacional com vistas a transformação de toda a realidade.

Somados ambos os movimentos, em um contexto conflitual de disputas pelo destino do continente, vimos a ascensão de governos comprometidos com a redefinição dos pactos sociais de seus respectivos Estados-Nação a partir da incorporação desse conceito e tudo o que este implica. Bolívia, com o Estado Plurinacional e Comunitário, e Equador, com a Revolução Cidadã, como afirmei, institucionalizaram o Bem Viver, inscreveram-no nas novas Constituições referendadas pelo povo, e o utilizaram como peça central do discurso oficial. Porém, como aponta Alberto Acosta (2016, p. 26), “colocar o Bem Viver na Constituição não será suficiente para superar um sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade e da devastação”. Ainda assim, a despeito dos limites intrínsecos às operações formais e aos intentos das forças conservadoras de impedirem os desdobramentos do reconhecimento do Bem Viver como um valor que orienta as ações do Estado, considero que pode ser um ponto de partida para repensar o nosso mundo e vislumbrar saídas emancipatórias.

Deste modo, as questões mais específicas que se seguem são: quais as origens do Bem Viver? Qual o significado traduzido nas Constituições? É possível ou como levá-lo à prática de fato? Reconhecê-lo e incorporá-lo leva necessariamente ao rompimento com o modelo desenvolvimentista e extrativista? Quais contradições emergem? Como são ou podem ser superadas?

Para Solón, há uma versão “oficial” e várias outras “rebeldes” para o conceito de Bem Viver. A oficial ou *desde arriba* diz respeito aos usos feitos por Evo Morales e Rafael Correa que sustentam seus programas de governo neste princípio. Porém, enfrentam duras contradições, levando inclusive a uma crise de credibilidade perante às

várias comunidades originárias. Já as rebeldes, subsistem no âmbito das resistências e re-existências provocadas por essas contradições e seguem apontando outros caminhos possíveis para a humanidade (SÓLON, 2016, p. 15).

Assim, para tratar desses temas, vou primeiramente considerar alguns aspectos fundamentais da filosofia andina e o significado do “poder da comunidade” para, em seguida, aprofundar efetivamente sobre o conceito do Bem Viver a partir do pensamento decolonial. Por fim, dadas as contradições identificadas entre a teoria e prática, apontarei as possibilidades vislumbradas tendo como objeto de análise a experiência boliviana.

### **3.1. Outras racionalidades: uma contribuição da filosofia andina de Josef Estermann**

Como mencionei, o continente americano é um território ocupado por povos milenares que durante séculos de opressão e colonialismo sobreviveram e resignificaram seus saberes e práticas ancestrais. Os Andes, em particular, sob o protagonismo do *runa/jaqi*<sup>67</sup> tem ocupado um papel protagônico no diálogo com a Modernidade Liberal com vistas à superação de suas contradições em busca de "un otro mundo posible"

A consolidação do capitalismo trouxe consigo a afirmação da Modernidade Ocidental, com seus baluartes no Indivíduo, na Ciência, na Indústria e no Progresso, como única via possível para interpretar o mundo e garantir o seu desenvolvimento. De pretensão universalista e etnocêntrica, essa nova epistemologia colonialista silenciou ou destruiu formas alternativas de produção do conhecimento, no que Boaventura de Souza Santos chamou de “epistemicídio” (SANTOS *et. al*, 2005: 22).

Quando nos referimos às “racionalidades alternativas”, trata-se de compreender os diferentes esforços interpretativos de compreensão do mundo, por parte de diferentes povos. Nas Cordilheiras da América Andina, a resistência de povos indígenas herdeiros de tradições milenares representa a sobrevivência de práticas e saberes que nos dias atuais ocupam novos lugares no debate político sobre os rumos do continente.

---

<sup>67</sup> Isto é, o indígena aymara e quéchua. *Runa* é a palavra quéchua para “ser humano” e é utilizada pelos mesmos para se referir aos povos originários pré-hispânicos. *Jaqi* é o equivalente aymará para o mesmo significado (ESTERMAN, 2006, p. 65).

Mais do que um espaço geográfico, o “andino” aqui é compreendido como um conjunto multifacetado de povos indígenas que tem subjacente alguns elementos em comum quanto a forma de se conceber o mundo, com especial destaque para aqueles herdeiros das tradições quéchua e aymara. Estes elementos foram pesquisados pelo filósofo suíço Josef Estermann (2006), a partir de uma longa trajetória de dez anos nesse mundo andino onde pôde vivenciar a práxis, isto é, a experiência cotidiana indígena e seus saberes – haja vista que se trata de uma forma de conhecimento notadamente agráfica que se expressa através de uma série de formas semiológicas, simbólicas e práticas.

De modo algum temos a pretensão de esgotar o tema nessas poucas linhas, apenas sinalizar alguns princípios norteadores dessa racionalidade andina com intuito de apontar as diretrizes sobre as quais se constituem muitos movimentos sociais contemporâneos e algumas das noções mais significativas do Bem Viver.

No Ocidente, a epistemologia se constitui a partir do antropocentrismo moderno. Trata-se de uma concepção que se pauta na centralidade do homem e sua edificação que resulta numa constante subordinação da natureza aos seus interesses e necessidades. Já na cosmovisão andina, observamos algo mais próximo de um agrocentrismo que compreende a terra como base de toda a vida - *pachamama* (“madre tierra”) – e o ser humano como não produtor seria aquele responsável pela manutenção dessa vida, que coopera, que ajuda a garantir o equilíbrio cósmico.

Pachamama es la fuente principal de vida [...] Según el runa/jaqi, la pachamama vive; es un ser vivo orgánico que “tiene sed”, que se “enoja”, que es “intocable”, que no “está muerto o estéril”, que “da reciprocamente”. La bifurcación occidental entre lo vivo y no-vivo, lo orgánico y inorgánico, lo animado y inanimado, lo humano y no-humano nos es una concepción transcultural al ámbito andino. La naturaleza (pachamama) es un organismo vivo, y el ser humano es, en cierta medida, su criatura que hay que amamantar [...] El ser humano es ante todo el “agricultor” y no el “productor”, es decir: es cuidante de la tierra, “socio” natural de la pachamama, co-creador integral en la “casa” común de todos los entes (ESTERMAN, 2006, p. 192-193).

Não há, portanto, separação entre o homem e a natureza. Ao contrário, esta última se converte em uma extensão do homem, indissociável e complementar. O ser humano é, assim, parte de uma complexa totalidade que está toda interrelacionada a partir de laços de reciprocidade, complementaridade e correspondência. Não há hierarquias, pois todos os polos e elementos que constituem o universo estão ligados por estes laços. O

ser humano, assim, não pode intervir sobre a natureza de forma colonialista, dominadora ou conquistadora, pois, deste modo, desequilibra a ordem cósmica.

Não há dicotomias ou fragmentações de tipo cartesiano. Homem e mulher, sol e lua, céu e terra, mente e corpo, espírito e matéria, essas polarizações só se constituem enquanto relação. A base da cosmovisão andina é a relacionalidade, isto é, os elementos, as coisas não existem por si só de forma absoluta. A pedra não existe enquanto pedra, enquanto substância, mas enquanto relação, enquanto parte de um todo integrado. Não existe enquanto ente separado. A realidade é holística.

Outro elemento que gostaríamos de destacar da racionalidade andina é a da própria concepção do *runa/jaqi* como um sujeito coletivo. Como a relacionalidade está na base deste pensamento, o ser humano, da mesma forma, não pode ser concebido de forma isolada, enquanto indivíduo. O ser é coletivo e se constitui a partir das relações que estabelece com o universo e entre seus pares. É, por isso, uma *chakana*, uma ponte através da qual se dão múltiplas relações.

O *ayllu* é a célula da vida, expressão básica desse “eu coletivo”. Trata-se da comunidade aldeã, reunindo várias famílias vinculadas por algum grau de parentesco. Da época incaica até os dias atuais, houve muitas transformações, mas o *ayllu*, sobretudo no campo, permanece como unidade básica de organização socioeconômica, estabelecimento de laços de reciprocidade e de construção de identidade.

Se nas cidades, esses elementos são mais dispersos e diluídos, isso não significa que não estejam presentes de alguma forma. Como observamos no caso de El Alto, uma das principais cidades do país, foram elementos como estes que analisamos até aqui, que estavam na base da estruturação dos movimentos sociais que ora desembocaram na redefinição dos rumos daquele Estado-Nação para um Estado Plurinacional e Comunitário.

### 3.2. O Poder da Comunidade

*Repito mais uma vez que não sou um crítico imparcial e objetivo.  
Meus juízos se nutrem dos meus ideais, dos meus sentimentos,  
de minhas paixões. Tenho ambição enérgica e declarada:  
a de contribuir para a criação do socialismo peruano.*  
José Carlos Mariátegui (1928)

A análise do “eu coletivo” e da comunidade ganhou novos contornos sob a lente de José Carlos Mariátegui. Nos anos 1920, o intelectual peruano colocou em diálogo o

marxismo e as tradições indígenas dos Andes, pois acreditava que havia uma potência revolucionária no “fator raça” atrelado ao “fator classe” e era de fundamental importância compreender o efeito dialético deste intercâmbio para as lutas anticapitalistas.

Sem rejeitar os aportes teórico-conceituais da Modernidade Ocidental e partindo de um olhar sobre a experiência histórica, materialista, real, específica, dos indígenas do Peru, o autor observou um elemento que seria estrutural para pensar o movimento indígena tanto no passado, quanto no presente: a “comunidade indígena”. Sem perder de vista a pluralidade inerente das diversas experiências históricas indígenas, a “comunidade indígena” é descartada como um objeto estéril do passado, para ser reconhecida enquanto uma tradição que sempre se refaz e, quando analisada no bojo das circunstâncias do presente, poderia ser considerada como base fundamental para as transformações que levariam ao socialismo no continente devido às características que agrega de poder comunal. Trata-se, portanto, de um assunto da maior relevância para este estudo, pois, apesar de Mariátegui ter se debruçado sobre a realidade peruana, a Bolívia compartilha da permanência da comunidade como uma força estruturante da cosmovisão e da vida dos povos originários.

Nos *Setes Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, publicado em Lima, em 1928, o autor procura analisar a questão indígena de seu país, a partir de uma abordagem marxista e, ao mesmo tempo, original. Ao tratar do “problema do índio”, parte da premissa de que este não deve ser compreendido unicamente num plano filosófico ou cultural, mas imerso nas contradições objetivas, materiais, que determinam a sua existência. Deste modo, deixa de “considerá-lo como um problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

Ao mergulhar na experiência histórica dos índios peruanos (ou do mundo andino), o autor chama atenção para o fato de que independente da legislação tutelar vigente, a questão indígena está intimamente associada à problemática da terra. O avanço jurídico em defesa dos direitos indígenas que ocorreu com a proclamação da República jamais teve força suficiente para ser colocado em prática. Ao contrário, nesse período, houve inclusive um recrudescimento da exploração uma vez que a terra lhes foi retirada.

A república devia elevar a condição do índio. E contrariando seu dever, a república pauperizou o índio, agravou sua opressão e

exasperou sua miséria. A república significou para os índios a ascensão da nova classe dominante que se apropriou sistematicamente de suas terras (*Idem*, p. 63).

A terra é sagrada para o índio. Não por seu valor enquanto propriedade individual, mas por ser o espaço de encontro com as forças da natureza que geram a vida e onde, por conseguinte, se realiza a comunidade indígena. “A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que a ‘vida vem da terra’ e volta à terra. Finalmente, o índio pode ser indiferente à tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente” (*Idem*, p. 63).

A solução liberal para o latifúndio, isto é, o fracionamento da terra em pequenas propriedades individuais não resolve a problemática indígena porque ignora toda a dimensão subjetiva e existencial que está subjacente ao sentido da terra que é, fundamentalmente, o poder da comunidade. “Deixando de lado razões doutrinárias considero fundamentalmente esse fator incontestável e concreto que dá um caráter peculiar ao nosso problema agrário: a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e vidas indígenas” (*Idem*, p. 69).

A base para essa comunidade indígena são os *ayllus*, uma “instituição social que defende a tradição indígena, que conserva a função da família camponesa e que traduz um sentimento jurídico popular” pautado no trato sagrado com a terra, na solidariedade e no cooperativismo (*Idem*, p. 98-99). Tal como Estermann, Mariátegui sustenta os *ayllus* como “célula da vida” para os povos indígenas, expressão básica desse “eu coletivo” constituinte. É regido por alguns princípios básicos: as assembleias são a base fundamental para a tomada de decisões coletivas; a representatividade é rotatória e obrigatória (como um serviço prestado à comunidade); é responsável por fiscalizar as atividades que são desenvolvidas no território; além de funcionar como unidade básica de organização socioeconômica, estabelecimento de laços de reciprocidade e de construção de identidade (ESTERMAN, 2008, p. 142-143). O Império Inca, apesar de ser uma autocracia, se ergueu sobre uma federação de *ayllus* através da qual foi possível articular 10 milhões de indígenas. Em suas bases, portanto, havia um fértil “comunismo agrário” em função das várias formas de cooperação ou associação e solidariedade que são intrínsecas a essas organizações:

[...] nas aldeias indígenas onde se agrupam famílias entre as quais se extinguiram os vínculos de patrimônio e do trabalho comunitário, subsistem ainda, robustos e tenazes, hábitos de cooperação e



solidariedade que são a expressão empírica de um espírito comunista. A ‘comunidade’ corresponde a esse espírito (MARIÁTEGUI, 2008, p. 96).

Em acordo com Mariátegui, Álvaro García Línara, também considera a comunidade como um “ponto de partida de uma renovação geral da sociedade” (LINERA, 2010, p. 62). O que define o indígena é a comunidade (seja em áreas rurais ou urbanas) e a possibilidade de insurgência contra-hegemônica deve passar necessariamente pela potência inscrita na mesma. Ainda segundo Linera, a comunidade

é uma forma de socialização entre as pessoas e a natureza; é tanto uma forma social de produzir riqueza como de conceitua-la, tanto uma maneira de representar os bens materiais como de consumi-los, tanto uma tecnologia produtiva, como uma religiosidade; é uma forma do individual confrontado ao comum, um modo de mercantilizar o produzido, mas também de subordiná-lo à satisfação de usos pessoais consumidores, uma ética e uma forma de politizar a vida, de explicar o mundo; definitivamente é uma maneira básica de humanização, de reprodução social distinta e, em aspectos relevantes, antiética, de modo de socialização emanado pelo regime do capital (*Idem*, p. 163-164).

Portanto, a comunidade representa uma outra lógica civilizatória. Por outro lado, também carrega limites estruturais que podem ser observados em diversas experiências seja reflexo do fato de estar inscrita em uma totalidade capitalista e colonial, seja pelos aspectos renovados de suas próprias tradições. Assim, por exemplo, um dos pilares da cosmovisão andina, especialmente das culturas aymara e quíchua, é o princípio da dualidade e da complementaridade que se expressa, entre outros casos, na fórmula do *chacha-warmi* (homem-mulher) e que, em tese, apontaria para uma equidade de gênero. O Governo de Evo Morales inclusive se utiliza desse princípio para sustentar suas políticas de descolonização e despatriarcalização do país que envolve um conjunto de leis e mecanismos que promovem a alternância e a paridade na representação política, monumentos em prol da visibilização das mulheres na história, leis em defesa das mulheres contra a violência e o feminicídio, normativas que lhes garantam o direito à propriedade da terra etc. Porém, na prática, o cenário que coloca a Bolívia como um dos países que possui altas taxas de violência contra a mulher e feminicídio no mundo<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> De acordo com estudo levantado pela ONG Small Arms Survey (utilizado como referência pela ONU Mujeres), dos 25 países do mundo com maiores taxas de feminicídio, 14 são da América Latina e Caribe. Para o período 2004-2009, El Salvador liderava a lista com uma taxa de 12 homicídios para cada 100 mil mulheres, seguido de Jamaica, Guatemala, Guiana, Honduras, Antilhas, Colômbia, Bolívia, Bahamas, Venezuela, Belize, Brasil, Equador e República Dominicana (In:

também é herdeiro dessa mesma comunidade no interior da qual inegavelmente também reside o machismo estrutural. Outros exemplos também como o corporativismo, a corrupção e o clientelismo que expressam muitas das relações construídas entre a comunidade e o Estado ou o autoritarismo e a intolerância subjacentes em muitos processos de “justiçamento” são outras expressões dessa comunidade e não excrescências. Compreender a comunidade como alvo de pressões coloniais e de vários esforços de adequação ao *status quo* não significa isentá-la da reprodução de diversos regimes de opressão que subsistem e que também lhe são constituintes.

Igualmente, no bojo de todas essas contradições inerentes, a comunidade carrega consigo o carimbo da subalternidade. E a superação dessa subalternidade é a rebelião, quando, na ação prática, reabilitam-se os valores comunais da vida cotidiana, tornados bandeiras de um projeto que busca uma nova ordem social autônoma (LINERA, 2010, p. 70). A comunidade em rebelião é a própria autodeterminação em marcha, pois coloca em prática mecanismos de democracia direta (e representativa), reapropriando-se dos poderes públicos ou estabelecendo poderes paralelos ao Estado formal. Em última análise, desafia o Estado enquanto tal e se apresenta como fonte criadora de um novo ou de novos poderes.

Voltando a Mariátegui, segundo o autor, durante o domínio espanhol, a Lei das Índias protegia a propriedade indígena, respeitando esse comunismo agrário do *ayllu*. Porém, havia uma enorme distância entre a lei e a prática real. A terra gradativamente foi sendo transferida para os *encomenderos*. A comunidade sobreviveu dentro de um regime de exploração baseado no latifúndio. “Antes havia sido a própria célula do Estado que lhe assegurava o dinamismo necessário para o bem-estar de seus membros. A colônia a petrificava dentro da grande propriedade, base de um novo Estado, estranho ao seu destino” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 81).

A independência não contou com a participação da classe indígena-popular de forma protagônica. O ideário liberal que serviu de fundamento para a República não rompeu com o latifúndio, mantendo o domínio da aristocracia colonial.

O liberalismo da legislação republicana [...] sentia-se ativo somente diante da propriedade comunitária. Se não apoiava nada contra o latifúndio, podia muito contra a “comunidade”. Em um povo de tradição comunista, dissolver a “comunidade” não contribuía para criar a pequena propriedade. Não se transforma artificialmente uma

sociedade. Menos ainda uma sociedade camponesa, profundamente ligada à sua tradição e as suas instituições jurídicas (*Idem*, p. 88-89).

Tampouco esse ideário foi capaz de tornar o índio individualista. O índio é sujeito coletivo. Como a relacionalidade está na base do seu pensamento, o ser humano não pode ser concebido de forma isolada, enquanto indivíduo. O ser é coletivo e se constitui a partir das relações que estabelece com o universo e entre seus pares.

Deste modo, a “comunidade” não é apenas uma instituição econômica que diz respeito ao regime de propriedade, mas envolve todo um sistema de produção que conserva as tradições indígenas com seus estímulos morais específicos e seu trato sagrado, solidário e cooperativo com a terra e entre os seres. Castro Pozo, autor que Mariátegui se apoia para refletir sobre a comunidade indígena destaca que os “elementos espirituais” da economia comunitária contribui em grande medida para o estabelecimento de um “contrato múltiplo de trabalho” cuja realização se dá com o “menor desgaste fisiológico” e em “um ambiente agradável, de emulação e companheirismo” (*Idem*, p. 99). Não se trata aqui de atribuir uma visão romântica em relação ao trabalho (no sentido de que não haja cansaço ou exploração, por exemplo), mas há uma diferença abissal quando o trabalhador se reconhece no produto do seu trabalho ou quando “a parte espiritual do meio econômico”, para utilizar os termos de Sorel, é de alguma forma saciada<sup>69</sup>.

Conforme mencionei, a história retratada por Mariátegui, apesar de se referir mais especificamente ao caso peruano, pode também ser aplicada à Bolívia andina, de onde parte muitas das reflexões de García Linera, a quem também me referi. As fronteiras nacionais forjadas pelo colonizador europeu não correspondem necessariamente às fronteiras étnicas que une muitos dos povos que habitam os Andes, entre os quais destacamos os quéchuas e os aymaras. Deste modo, como uma tradição que sempre se refaz, os *ayllus* estão vivos até hoje, não apenas no campo, mas inspiram muitos dos princípios que regem a ocupação das cidades. O caso da cidade de El Alto na Bolívia é bem emblemático nesse aspecto e revela toda a potência inscrita nessas organizações.

---

<sup>69</sup> Conforme o próprio Mariátegui destaca, segundo Sorel, “o trabalho depende, numa medida muito grande, dos sentimentos que os operários têm diante de sua tarefa” (*Idem*, p. 99).

### 3.3. O Bem Viver Decolonial

Voltando à reflexão sobre o Bem Viver propriamente dito, podemos afirmar que se trata de um conceito complexo, amplo, dinâmico e que envolve uma concepção filosófica de tempo e espaço, bem como toda uma cosmovisão sobre a relação entre os homens e mulheres entre si e com a natureza. É um conceito em disputa, apropriado por diferentes movimentos com os mais variados vieses. Assim, nesse momento, vou privilegiar a interpretação reivindicada por um grupo de intelectuais latinoamericanos articulados com as reflexões da “colonialidade do saber”<sup>70</sup>, que se associam ao pensamento decolonial - alguns dos quais têm inclusive uma postura crítica em relação ao Governo Evo Morales – e também considerarei alguns apontamentos do Presidente boliviano. Nas seções seguintes, tratarei da perspectiva do governo (*desde arriba*) mais especificamente, a partir das contribuições do próprio Morales e de seu Vicepresidente, Álvaro García Linera, considerado um dos principais ideólogos do regime. Por fim, farei um balanço das possibilidades vislumbradas.

Na tradição do pensamento crítico latinoamericano, o Bem Viver não é tratado como uma solução “multiculturalista” inserida nos marcos do pós-modernismo que não compromete as estruturas de reprodução do capitalismo, mas uma alternativa civilizacional diferente das tradições eurocentradas, que se firma no reconhecimento da diferença (e não na presunção da igualdade) e da interculturalidade que se realizam, por sua vez, na plurinacionalidade, no coletivismo, no comunitarismo e no entendimento da natureza como sujeito. Segundo Páblo Dávalos (2011, p. 12),

para desmarcarse de la etnofagia del multiculturalismo, los movimientos indígenas han propuesto una forma diferente de contractualidad y de socialidad. Esta demanda de abrir la contractualidad liberal para que pueda albergar en su interior las diferencias radicales que atraviesan y constituyen a las sociedades, se expresa en su proyecto de Estado Plurinacional y su demanda de construir una forma diferente de relacionarse con la naturaleza y con la sociedad, de manera convivial y respetuosa, se expresa en su noción del Sumak Kawsay (la Vida Plena).

Fernando Mamani considera que este “nuevo paradigma” traz uma discussão sobre a vida, no sentido de reconhecer que tudo é vida e tudo precisa ser respeitado. Para o teórico da Coordinadora Andina de Organizaciones Indigenas/CAOI, o Bem

---

<sup>70</sup> A “colonialidade do saber” é um campo epistemológico que apresenta perspectivas críticas latino-americanas sobre as Ciências Sociais e a história do nosso continente. (Cf. LANDER, 2005).

Viver se relaciona também com noções de democracia comunitária, Estado plurinacional, economia distributiva, direitos da natureza<sup>71</sup>, equilíbrio entre natureza e cultura e o comunitarismo oriundo das culturas ancestrais que envolve a totalidade de nossa existência, indo além da comunidade de seres humanos. Em relação a este último aspecto, o Bem Viver caminha no sentido oposto ao da Modernidade Ocidental, esta centrada no indivíduo, no homem, como o único referencial para a vida. Como afirmei anteriormente, a Modernidade possui um viés antropocêntrico. O homem se coloca em um lugar de superioridade em relação a tudo e a todos, tornando o universo refém de seus interesses. Vale notar que nessa tradição, mesmo no interior da comunidade humana, nem todos são usufruidores desses privilégios, pois o próprio homem também é colocado em condições profundamente desiguais.

O Bem Viver, em contrapartida, carrega consigo a ideia de “viver em plenitude” que, mais especificamente em sua versão aymara do *Suma Qamaña*, remete a um sentido de viver e conviver relacionado a todas as formas de existência, não apenas entre os seres humanos.

En aymara se dice “sumaqamañatakija, sumanqañaw”, que significa “para Vivir Bien o vivir en plenitude, primero hay que estar bien”. Saber vivir implica estar en armonía con uno mismo; “estar bien” o “sumanqaña” y luego saber relacionarse o convivir con todas las formas de existencia.

El termino aymara “suma qamaña” se traduce como “Vivir Bien” o “vivier en plenitud” que en términos generales significa “vivir en armonía y equilibrio”; en armonía y equilibrio con toda forma de existencia (MAMANI, 2010, p. 37).

“Vivir en plenitude” ou em harmonia e equilíbrio com toda forma de vida significa seguir um conjunto de leis comprometido com esse princípio. Em aymara, há uma “mano de leyes”, repleta de aforismos, que leva a compreensão de seu significado subjacente que se opõe inclusive ao que tem se denominado como “vivir mejor”, mais atrelado ao acúmulo de bens materiais. Em várias ocasiões, tais leis ou princípios são reivindicados para endossar ações e essas novas perspectivas de mundo. Na COP20, por exemplo, o Presidente Evo Morales lembrou particularmente da tríade *ama suwa* (“no seas ladrón”, “no robes”), *ama llulla* (“no seas mentiroso”, “no mintas”) e *ama qhella*

---

<sup>71</sup> “Direitos da natureza” é diferente de “direitos ambientais” uma vez que este último ainda é herdeiro de uma matriz antropocêntrica que prevê condições ambientais dignas às demandas dos seres humanos – sobretudo as classes mais pobres. Nesse caso, fala-se, portanto, em condições de vida humana e não da natureza em si, desprovida de uma funcionalidade que atenda às necessidades do homem (ACOSTA, 2016, p. 129).

(“no seas flojo”, “no oscila”), a mais conhecida das leis relacionados ao Bem Viver para exortar as Nações Unidas para que ouvissem as tradições dos seus ancestrais indígenas que relegaram esses aforismos como referência para construirmos uma sociedade mais justa capaz de superar os desafios lançados pelas mudanças climáticas.

Hay un grupo muy grande de países flojos en que no quieren cumplir con sus obligaciones y con sus responsabilidades históricas previstas en la Convención.

Es por ello que les pido que cumplamos la regla de los pueblos indígenas del “ama suwa” (no seas ladrón), “ama llulla” (no seas mentiroso), “ama quella” (no seas flojo).

- No nos robamos el espacio atmosférico y el derecho al desarrollo que corresponde a otros países, particularmente a los países pobres.

- No nos mintamos y no nos engañemos, y cumplamos con los acuerdos que ya hemos suscrito.

- No seamos flojos y hagamos acuerdos con compromisos ambiciosos que nos exijan garantizar la integridad de nuestra Madre Tierra y que incorporen todos los elementos de mitigación, adaptación, financiamiento, tecnología y desarrollo capitalista (MORALES AYMA, 2014A).

Voltando ao Mamani, para o autor, o Bem Viver nos leva também a considerar aspectos de um “multiverso”, isto é, um contexto onde existem muitas verdades, muitos sujeitos, “donde todo esta conectado, interrelacionado, nada está fuera, sino por el contrario, ‘todo es parte de’; la armonia y el equilibrio de *uno* y del *todo* es importante para la comunidad” (MAMANI, 2010, p. 27). Por considerar a vida em sua totalidade, escapa do viés antropocêntrico moderno, assumindo uma postura que Acosta define como “biocêntrica” ou “sociobiocêntrica” (Mariátegui fala de “agrocêntrica”) que “se baseia em uma perspectiva ética alternativa, ao aceitar que a natureza – todos os ecossistemas e seres vivos – possui um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não tem qualquer utilidade para os humanos (ACOSTA, 2016, p. 28).

A “igualdade biocêntrica” é um dos aspectos centrais do Bem Viver, pois representa a condição de superação da compreensão da natureza enquanto objeto em prol de seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos. Desse modo, Gudynas fala sobre “meta-cidadanias ecológicas”, isto é, ao reconhecer os Direitos da Natureza, a definição de cidadania também passa por algumas adaptações no sentido de reconhecer que esta se “constrói no âmbito social, mas também no ambiental” (apud ACOSTA, 2016, p. 132).

Todo o campo de lutas que levou ao reconhecimento dos direitos indígenas no âmbito global e que culminou em regulamentações como o Convênio nº 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT, de 1989, e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, que garantiu a esses povos seu direito à existência, à autodeterminação, ao respeito às suas formas de vida, à soberania sobre seu território, agora se volta para a defesa dos Direitos Universais da Mãe Terra ou da natureza. Há ainda um longo caminho para que os direitos conquistados do ponto de vista normativo sejam de fato levados à prática em diferentes regiões do mundo. Ainda assim, a esta luta, somam-se outras que, por fim, garantam uma redefinição do sentido de nossas relações uns com outros e, em especial, com a natureza.

A Carta da Terra de 2000 e a proposta de Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra são grandes saltos no âmbito global que apontam para o caminho desse reconhecimento. Em 2009, a ONU instituiu o dia 22 de abril como o Dia Internacional da Mãe Terra e, na ocasião, o presidente Evo Morales sugeriu que os 192 governos das Nações Unidas referendassem também a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra que, em síntese, deveria garantir seu direito à existência, à regeneração, a uma vida sem contaminação e ao equilíbrio tendo em vista toda a interdependência que nos atravessa.

Segundo Morales, o direito de existir significa que ninguém tem o direito de exterminar ou eliminar nenhum ecossistema ou espécie de animal ou vegetal ou absolutamente nada referente à vida natural. Além disso, a Mãe Terra deve ter assegurada também as condições de poder regenerar sua biocapacidade. Não podemos insistir em um paradigma de produção como se a natureza fosse uma fonte inesgotável de recursos. O desenvolvimento não pode ser infinito. “Si los seres humanos consumimos y peor aun derrochamos más de lo que la Madre Tierra es capaz de reponer o recrear entonces estamos matando lentamente nuestro hogar, estamos asfixiando poco a poco a nuestro Planeta, a todos los seres vivos y a nosotros mismos”. Já o direito a uma vida limpa, significa que devemos garantir um ambiente são, livre de qualquer envenenamento ou intoxicação, porque afeta não apenas a saúde dos seres humanos, mas a própria sobrevivência da natureza. Por fim, o direito à harmonia e ao equilíbrio entre todos os seres é o que nos coloca dentro da perspectiva comunitária em uma escala planetária colocando uma responsabilidade sobre os seres humanos de controlarem sua própria evolução de maneira que não coloque em risco a Mãe Terra e todos os seus recursos (MORALES AYMA, 2009C).

Na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, ocorrida na Bolívia, em 2010, ratificou-se a necessidade da Declaração, esboçando uma primeira versão do que esta deveria ser. No fim da Conferência, foi assinado um *Acuerdo de los Pueblos*, no qual foram reiterados alguns postulados essenciais para viabilizar essa mudança de paradigmas global, tais como

Para garantizar los derechos humanos y restablecer la armonía con la naturaleza es necesario reconocer y aplicar efectivamente los derechos de la Madre Tierra. Para ello proponemos el proyecto adjunto de Declaración Universal de Derechos de la Madre Tierra en el cual se consignan:

- Derecho a la vida y a existir;
- Derecho a ser respetada;
- Derecho a la regeneración de su biocapacidad y continuación de sus ciclos y procesos vitales libre de alteraciones humanas;
- Derecho a mantener su identidad e integridad como seres diferenciados, autoregulados e interrelacionados;
- Derecho al agua como fuente de vida;
- Derecho al aire limpio;
- Derecho a la salud integral;
- Derecho a estar libre de la contaminación y polución, de desechos tóxicos y radioactivos;
- Derecho a no ser alterada genéticamente y modificada en su estructura amenazando su integridad o funcionamiento vital y saludable.
- Derecho a una restauración plena y pronta por las violaciones a los derechos reconocidos en esta Declaración causados por las actividades humanas. (ACUERDO DE LOS PUEBLOS, 2010).

Para alcançar esses objetivos, exige-se dos países desenvolvidos, principais causadores das mudanças climáticas, que assumam sua responsabilidade diante da crise humanitária e ambiental instalada no mundo e, também no *Acuerdo de los Pueblos*, é enumerado um conjunto de exigências para os mesmos, dentre as quais destacam-se: o restabelecimento do espaço atmosférico com a redução das emissões de gases de efeito estufa; que assumam os custos necessários para promover a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento haja vista a perda de oportunidades gerada por viverem sob um espaço atmosférico restringido; que se responsabilizem pelas centenas de milhares de pessoas que são obrigadas a migrar devido às mudanças climáticas, eliminando suas políticas restritivas à migração e oferecendo a essas pessoas uma vida digna com todos os direitos garantidos em seus países; que assumam a dívida de adaptação relacionadas aos impactos das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento para prevenir, minimizar e atender aos danos surgidos pelas suas



excessivas emissões e, por fim, que compreendam que essas dívidas são parte de uma dívida maior com a Mãe Terra a qual depende o cumprimento de todos os princípios estabelecidos na Declaração (ACUERDO DE LOS PUEBLOS, 2010).

Além dos princípios anteriores, o *Acuerdo de los Pueblos* prevê também o estabelecimento de uma justiça restaurativa que se coloque para além de uma compensação econômica, tendo como enfoque a restituição da integridade das pessoas e membros que formam a comunidade da vida na Terra (*Idem*, 2010) e a construção de um Tribunal Internacional de Justiça Climática e Ambiental, com capacidade jurídica vinculante, que garanta o cumprimento de todos os compromissos e obrigações estabelecidos nesse pacto (seja em relação aos Estados, às empresas ou às pessoas que por ação ou omissão sejam responsáveis pela contaminação ou contribuam para as mudanças climáticas). O Tribunal também se consolidaria como uma instância que iria prevenir e sancionar delitos e crimes climáticos e ambientais que atentassem contra os Direitos da Mãe Terra e da humanidade (*Idem*, 2010).

Qualquer ideal de sustentabilidade só faz sentido se levar em consideração a capacidade de uso e de resiliência da natureza, sua agrobiodiversidade e o reconhecimento do imprescindível papel do homem na garantia dessas condições. Em relação a este último aspecto, significa afastar-se de um ideal falacioso de “santuário verde” de preservação ambiental que não considera os aspectos sociais, mas, sim, incorporar o homem e suas práticas no âmbito dessa preservação. Como já demonstrou Chico Mendes, a luta em defesa da floresta só faz sentido se garantir a permanência dos povos da floresta em suas relações harmônicas e respeitadas com a mesma. Enrique Leff, citado por Alberto Acosta, também estabelece como um princípio fundamental a noção de que “a construção de uma racionalidade ambiental capaz de desconstruir a racionalidade econômica implica processos de reapropriação da natureza e **reterritorialização das culturas**” [grifo nosso] (LEFF apud ACOSTA, 2016, p. 116). É preciso uma reeducação da comunidade humana no sentido de reconhecer a natureza como parte constituinte de suas vidas, como sujeito ativo e não como mero objeto para atender as suas necessidades. Afinal, são os seres humanos os mais capazes de reverter o quadro crítico no qual estamos inserindo ao reestruturar a forma como a vida em sociedade deveria entrar em equilíbrio e harmonia com a natureza.

O reconhecimento de Estados Plurinacionais nos últimos anos, como os do Equador e da Bolívia, apesar de todas as suas contradições internas, é símbolo de um importante passo no sentido de todos esses reconhecimentos, após décadas de luta por

um novo marco institucional fundamentado na diferença entre os povos, assumindo cada qual a responsabilidade de garantir o equilíbrio entre todos. Nessa outra concepção de nação está em pauta não apenas o reconhecimento passivo da diversidade étnica e cultural de um país, mas fundamentalmente o desafio de incorporar todas as diferenças em uma perspectiva integradora (ACOSTA, 2016, p. 148). Isso significa reconhecer as autodeterminações reivindicadas e espaços de autogoverno constituídos a partir de suas tradições e costumes respectivos.

A partir de los años 70, las principales organizaciones indígenas del continente se fueron agrupando alrededor de un objetivo común: la necesidad de establecer un Estado Plurinacional en sustitución del Estado uninacional mestizo excluyente. [...] Los pueblos ancestrales en su permanente reflexión y deliberación desde las comunidades, plantean un cambio estructural, comprendiendo que la plurinacionalidad expresa la existencia de las diversas culturas y promueve que todas deben ser igualmente respetadas. Después de prácticamente cuatro décadas de haberse planteado esta propuesta, se promulgan en Ecuador (2008) y en Bolivia (2009); Constituciones Nacionales en las que se declaran como “Estados Plurinacionales” (MAMANI, 2010, p. 19-20).

E reconhecer também tudo o que essas diferenças trazem consigo, como as várias concepções relacionadas aos modos de viver, aos valores, ao poder e à participação popular, aos credos, entre tantas outras coisas. O comunitarismo, como já mencionei, que é estruturante e define os seres sociais e suas relações, estabelece um outro tipo de relação com a vida. Mamani refere-se a um “paradigma da vida” baseado na complementaridade e no equilíbrio através dos quais se insere a individualidade em um contexto mais amplo onde tudo está integrado e existe uma interdependência entre todas as partes (MAMANI, 2010, p. 33-34). Com isso, somos levados a um outro sentido de democracia, de autonomia, de autodeterminação, de território, de justiça. Na Bolívia, não por acaso, como resultado da Constituinte de 2009, o Estado passou a ser definido não somente como Plurinacional, mas Comunitário também.

Como Mamani, Pablo Sólón sintetiza o Bem Viver em torno de cinco eixos bem semelhantes ao que o autor aymara já sinalizava: a) a visão da *pacha*, da mãe terra como a síntese e uma totalidade que abarca a tudo e a todos; b) o princípio de convívio na multipolaridade; c) a busca pelo equilíbrio; d) a noção de complementaridade da diferença; e e) o compromisso com a descolonização (SÓLÓN, 2016, p. 17-18).

A *pacha*, também chamada de *Pachamama*, é a compreensão do todo. Não se trata apenas da terra ou da “mãe terra”, mas envolve movimento, um devir constante,

uma unidade indissolúvel entre o tempo e o espaço (diferente da mecânica newtoniana que estabelece o tempo como uma coordenada independente do espaço e linear, essa visão compreende o tempo de forma cíclica e em espiral)<sup>72</sup>. Tudo está conectado: os homens, as mulheres, a natureza, o sol, os mortos, os vivos, o passado, o presente e o futuro, os corpos inertes, os seres vivos de forma geral.

Nesse sentido, o princípio básico que deve orientar qualquer “desenvolvimento” é o de levar em consideração esse todo e não apenas uma das partes. Mais do que isso: é necessário romper com a noção de desenvolvimento, pois nela já estão intrínsecas as contradições da modernidade que distinguem e hierarquizam essas partes, colocando o homem no centro, como dominador da natureza pulverizado de sua comunidade e atomizado no indivíduo<sup>73</sup>.

Desenvolvimento, progresso, crescimento. Sob esses conceitos subjaz uma prerrogativa da natureza como fonte inesgotável de recursos e são estabelecidos padrões de consumo que norteiam a produção tecnológica de maneira a seguir alimentando ao ciclo sem fim de produzir, consumir e descartar. Os homens são relegados à busca eterna por uma satisfação material associada a um ideal de “viver melhor” que, além de incitar a competição permanente, consiste em uma expectativa que nunca se alcança de maneira plena. O desenvolvimento nega o outro e a diversidade a partir de um parâmetro que visa ocidentalizar o mundo. Em contrapartida,

se o desenvolvimento trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”. O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana (ACOSTA, 2016, p. 81-82).

---

<sup>72</sup> Tempo linear é o tempo do Capital, é o que possibilita vislumbrar a acumulação e destruição predatória da natureza sem se preocupar com as consequências. Acompanham a racionalização e disciplinarização das sociedades humanas, a partir do tempo: o império do relógio, da hora, da agenda. O Suma Kawsay rompe com esse paradigma em prol de um tempo social, histórico, que abrange a totalidade. Vale conferir também Walter Benjamin, um autor ocidental que dialoga com o pensamento descolonial (BENJAMIN, 1987, p. 222-232).

<sup>73</sup> Alberto Acosta (2016, p. 48-49) demonstra como em todas as versões do desenvolvimento, seja “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento social”, “desenvolvimento local”, “desenvolvimento global”, “desenvolvimento rural”, “desenvolvimento sustentável”, “etnodesenvolvimento”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento endógeno”, seja outra qualquer, predomina essa abordagem antropocêntrica que coloca em risco nossa existência no planeta.

Por outro lado, o que sobra à humanidade ao romper com tais paradigmas? O Bem Viver aponta para um horizonte pós extrativista e de não crescimento ou há margens para se pensar um outro tipo de extrativismo? Romper com o padrão de crescimento hegemônico é o mesmo que romper com o paradigma do crescimento? Se for o caso de romper com o crescimento, como garantir direitos fundamentais, infraestrutura, condições de vida à população de um dado território em um cenário de não crescimento? É simbólico refletir o tema a luz, por exemplo, das reivindicações constantes da população de El Alto por obras, emprego, indústria, produção. Como prover isso sem extrativismo, sem crescimento? Se é certo que tais demandas são reflexos também dos dispositivos ideológicos presentes em nossa sociedade que promovem estas saídas como as únicas para o caminho da reformas sociais e econômicas, não podemos deixar de reconhecer que estas estão assentados em bases muito concretas e reais que afetam diretamente a vida das pessoas.

Eric Foner, em seu livro “Nada Além da Liberdade: A Emancipação e o seu Legado” (1988) explora os múltiplos significados atribuídos à liberdade no sentido de refleti-la a luz de políticas concretas de integração ou não dos negros à economia após a emancipação. De maneira análoga, podemos refletir de que maneira esse ideal de emancipação que acompanha a defesa do Bem Viver como novo horizonte de sentido para a humanidade, pode resolver a problemática concreta de prover as condições materiais essenciais para que seja garantida a dignidade humana (e de todos os seres vivos)? Tais dilemas serão analisados com um pouco mais de profundidade mais a frente, pois aparecem de maneira substancial quando analiso o Bem Viver contextualizado sob o Governo Evo Morales.

Por ora, é certo que o Bem Viver aponta para um caminho que compreende natureza como mãe produtora da vida e que precisa ser cuidada. Mas como cuidar da natureza e das necessidades materiais e concretas dos seres humanos ao mesmo tempo? Um princípio a ser considerado é o fato de que “la gente pertenece a la tierra y no la tierra a las personas” (MAMANI, 2010, p. 71). Nesse sentido, por exemplo, questiona-se o princípio da propriedade da terra haja vista que ninguém poderia ser dono dela, pois a terra é relação, é o espaço natural onde vida se realiza e sobre o qual se constrói toda a estrutura organizativa de uma civilização.

Se há um sujeito, este é coletivo, pois o individualismo moderno está atrelado ao estabelecimento da opressão de uns sobre outros (em especial, através da afirmação da

propriedade privada como direito inalienável)<sup>74</sup>. Segundo Mamani, na estrutura ancestral aymara, a primeira palavra que se ensina é "jiwasa" que significa "nós". Isso quer dizer que a primeira pessoa, ao contrário do que aprendemos no Ocidente, não é o "eu", mas, sim, o "nós". E esse "nós" não diz respeito apenas aos humanos, mas envolve as montanhas, as plantas, os insetos, as pedras, os rios... tudo está inserido nesse "nós". "Jiwasa", que literalmente quer dizer "nós", tem um significado ainda mais profundo (MAMANI, 2010, p. 76).

Como afirmei, o pensamento aymara se estrutura através de aforismos, ou seja, uma palavra nunca se resume ao sentido literal da mesma, mas geralmente está inserida numa sequência de sentenças e outras palavras que carregam um ensinamento moral, um ditado através do qual se estabelecem regras sociais, costumes e valores. Nesse caso, "jiwasa" também pode significar "morre o eu para unificar-me ao entorno" (MAMANI, 2010, p. 77). Ou seja, o despertar de uma consciência comunitária é uma ação deliberada, construída, feita com o objetivo de alcançar o equilíbrio cósmico entre todos os seres vivos e não vivos. Não é inato.

Ao invés do paradigma moderno antropocêntrico, emerge o pachacentrismo, em favor de uma compreensão do todo como o núcleo de existência humana no qual o "eu" funde-se com a "comunidade" e a "natureza" e qualquer ação deve levar em consideração o atendimento de todas essas partes. Mais uma vez, a natureza deixa de ser algo externo ao homem e tornada objeto de sua dominação e passa a ser considerada como algo intrínseco, imprescindível para nossa existência. Desta forma, torna-se necessária uma redefinição das condições sobre as quais pautamos a reprodução da nossa existência.

La noción de Sumak Kawsay quiere hacer responsable a la sociedad por la forma por la cual produce y reproduce sus condiciones de existencia, desde una lógica marcada por la ética en la cual las situaciones particulares forman el interés general, y el bienestar de una persona no se construye sobre los demás, sino basado en el respeto a los otros, es decir, mi bienestar personal depende del bienestar de los demás (DÁVALOS, 2011, p. 4).

O Bem Viver é, assim, radical porque, reitero, questiona os pressupostos civilizatórios que sustentam as noções de "desenvolvimento", "progresso" e da própria

---

<sup>74</sup> Por outro lado, esse mesmo individualismo foi responsável também por promover avanços importantes no campo dos direitos individuais e civis que são legados positivos oriundos dessa Modernidade, a qual, a despeito de todo o seu viés colonial, também deve ser decantada no sentido de que muitos de seus elementos podem colaborar para preencher lacunas não alcançadas pelas tradições comunitaristas.

“modernidade”. É antitético à “epifania da razão neoliberal que relega ao mercado a solução para todos os males”.

El buen vivir es una concepción de la vida alejada de los parámetros más caros de la modernidad y el crecimiento económico: el individualismo, la búsqueda del lucro, la relación costo-beneficio como axiomática social, la utilización de la naturaleza, la relación estratégica entre los seres humanos, la mercantilización total de todas las esferas de la vida humana, la violencia inherente al egoísmo del consumidor etc. El buen vivir expresa una relación diferente entre los seres humanos y con su entorno social y natural. El buen vivir incorpora la dimensión humana, ética y holística al relacionamiento de los seres humanos tanto con su propia historia cuanto con su naturaleza (DÁVALOS, 2008).

Em relação à multipolaridade, na visão do Bem Viver, a existência é relacionalidade e esta relação se dá na diferença. Aprender a conviver com esta é o maior desafio para se alcançar o ser pleno. Nesse sentido, é preciso buscar o equilíbrio entre os diferentes elementos que compõem o todo, o que significa um processo permanente que engendra contradições e a superação das mesmas. Eis a fonte principal de mudança cíclica. O objetivo não é alcançar um equilíbrio perfeito (porque jamais existirá), mas esse estado constante de buscar o bem estar do todo.

Una sociedad no es vigorosa por su crecimiento, sino porque contribuye al equilibrio tanto entre los seres humanos como con la naturaleza. En este proceso, es fundamental superar el concepto de los seres humanos como ‘productores’, ‘conquistadores’ y ‘transformadores’ de la naturaleza y sustituirlo por el de ‘cuidadores’, ‘cultivadores’ e ‘mediadores’ de la naturaleza (ESTERMAN apud SÓLON, 2016, p. 27).

O equilíbrio expressa a complementaridade que existe na diferença em prol de uma visão que incorpora a pluriculturalidade como princípio.

Por fim, é preciso descolonizar o território e o próprio ser de estruturas opressoras que fragmentam, excluem e silenciam a diversidade e as múltiplas possibilidades de existência no mundo. A imposição do paradigma moderno do desenvolvimento constitui-se como uma violência profunda sobre os povos não-modernos<sup>75</sup> que, em

---

<sup>75</sup> Não ser moderno, não significa ser atrasado ou não ter perspectivas para o futuro. Essa dicotomia construída pela própria modernidade de negação da tradição e afirmação do novo não considera a diferença como elemento estruturante da existência humana, pois estabelece um evolucionismo linear que hierarquiza culturas, presumindo o “moderno” como o apogeu das civilizações.

muitos casos, resulta em um verdadeiro etnocídio (DÁVALOS, 2008). “La descolonización del territorio implica la autogestión y la autodeterminación del ser es aún más compleja y comprende superar muchas creencias y valores que impiden el reencuentro con la Pacha” (SÓLON, 2016, p. 30).

### **3.4: O Bem Viver *Desde Arriba***

Conforme analisamos no Capítulo 1, no início dos anos 1970 teve início na Bolívia um longo processo de etnização da política que culminou na eleição do primeiro presidente indígena do continente. Por etnização da política, compreende-se todo o processo que levou aos movimentos populares a começarem a reivindicar os valores ancestrais dos povos originários com o objetivo de empreender a partir daí um processo de descolonização política, econômica e cultural do país. Foram criados partidos políticos, movimentos, entidades representativas e foram realizados expressivos protestos com o propósito de pautar esses valores visando a conquista do Estado e sua consequente transformação. Dentre os mais significativos estavam a *I Marcha Por La Vida Dignidad y Territorio*, ocorrida em 1990, protagonizada por guaranis de diferentes grupos em repúdio às ações de madeireiras e de pecuaristas em suas terras de origem, exigindo a demarcação das mesmas, a soberania sobre o território e o autogoverno segundo princípios e normas tradicionais; e a criação do MAS, *Movimiento al Socialismo*, em 1995, como Instrumento Político para Soberania dos Povos, sob o protagonismo dos cocaleiros de El Chapare, com intuito de constituir um bloco histórico capaz de agregar diversos setores populares e indígenas descontentes em prol de uma candidatura comum que representasse o protagonismo indígena na tomada de decisões, explicitando a necessidade de modificar as estruturas que regiam o país, a começar pela própria Constituição.

A eleição de Evo Morales Aymá em 2005 é um marco que rompe com um universo simbólico no qual o indígena jamais poderia se imaginar ocupando esse cargo. Dessa forma, “Evo simboliza el quiebre de un imaginario y un horizonte de posibilidades restringido a la subalternidad de los indígenas” (LINERA in SVAMPA; STEFANONI, 2007, p. 147).

A mirada colonial entrou em colapso. A partir de então a disputa nas ruas, nas estradas, nos bloqueios se institucionalizou, haja vista que a eleição de Morales não destituiu toda a oposição. Como vimos, a Constituinte tornou-se palco de vários

conflitos e se prolongou por vários anos. Após vencer um referendo revogatório e uma tentativa de Golpe de Estado articulado pela chamada Meia-Lua<sup>76</sup>, finalmente, o bloco nacional-popular liderado por Morales aprovou a nova Constituição por referendo e foi reeleito no pleito de 2009.

A Nova Constituição Política do Estado inseriu o conceito de Bem Viver em vários momentos do texto, com destaque em seu preambulo, no artigo 8 e no artigo 306:

Un Estado basado en el respecto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine **la búsqueda del vivir bien**; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todo [Preámbulo]

El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), **suma qamaña (vivir bien)**, ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble). [Art. 8, §1]

El modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el **vivir bien** de todas las bolivianas y los bolivianos. [Art. 306, §1] [grifos meus] (NCPE, 2009).

Desde seu discurso de posse, Morales anunciou o desejo de governar de acordo com os princípios relegados pelos seus antepassados originários, a tríade *ama suwa, ama llulla, ama quella*, consolidada na proposta do Bem Viver ou *Vivir Bien*, é parte de um referencial fundamental necessário para reestruturação de toda uma visão de mundo. “Queremos gobernar con esa ley que nos han dejado nuestros antepasados, el ama sua, ama llulla, ama quella, no robar, no mentir, ni ser flojo, esa es nuestra ley [para el Vivir Bien].” (MORALES AYMA, 2006B).

Para o Vice-Presidente da Bolívia e um dos ideólogos do governo, Álvaro García Linera, o Bem Viver é um horizonte de época e seria alcançado através da implementação do “socialismo comunitário”. O primeiro passo nesse sentido foi dado com a redação de uma nova Constituição e a defesa de um conjunto de medidas subsequentes conforme atesta os discursos presidenciais de posse e de inauguração da Nova Constituição Política de Estado, por exemplo, nos quais Evo Morales ressaltou

<sup>76</sup> A Meia Lua corresponde aos departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija onde concentra a maioria opositora ao Governo de Evo Morales.



como imprescindíveis a defesa dos Direitos da Mãe Terra, a nacionalização dos recursos naturais, a transformação dos serviços básicos em direitos humanos, tendo como prioridade a temática da água, e a defesa do Estado como instituição de referência para prover tais direitos a toda a população (Cf. MORALES AYMA, 2006B [discurso de posse]; 2009A [discurso da NCPE]).

No discurso de posse do terceiro mandato em 22 de janeiro de 2015, Linera ainda insistia nesse mesmo conjunto de medidas (além de outros aspectos) ressaltando os avanços realizados desde a posse em 2006. Para o Vicepresidente, a nacionalização dos recursos naturais devolveu ao Estado o controle sobre sua base material; a partir daí pôde-se avançar na distribuição da riqueza através do estabelecimento de um Estado Social Protetor e Equitativo; avançou-se na dinamização e diversificação da economia, potencializando produtores locais; e ampliou-se de maneira significativa o acesso à educação e ao emprego (LINERA, 2015, p. 67). Em outra ocasião, Linera falou também do resgate da soberania do país diante da Embaixada dos EUA e dos organismos financeiros internacionais, da ampliação da representatividade de indígenas nos espaços de decisão e da manutenção da unidade do país a despeito dos esforços separatistas de alguns setores (LINERA, 2010A). Tais medidas tinham por objetivo, primeiramente, romper com uma estrutura neoliberal e racializada que havia se consolidado no país, para, em seguida, abrir caminhos para a consolidação desse horizonte comunitário.

Para o governo, o socialismo é utilizado como uma ideia mobilizadora que impulsiona as transformações sociais. A novidade, contudo, é que, diferente do século XX, desta vez, tem como principal característica a noção de comunidade. Se, por um lado, não se trata de algo novo, haja vista que Karl Marx já falava em “comunidade universal” e o próprio conceito de comunismo deriva dessa noção; por outro, este ganha um novo significado com outras implicações uma vez que se trata de um sentido de comunidade que advém das tradições ancestrais dos povos originários deste continente.

“Comunidade universal”, “ayllu planetário”, “Vivir Bien”, todas essas são formas de se referir a um horizonte no qual esteja prevista a “comunitarización universal y total de todas las relaciones humanas y de los humanos con la naturaleza” (LINERA, 2015a, p. 69), compreendendo o intercambio metabólico e vivificante que existe entre esses últimos. Ou seja, a natureza é parte dessa comunidade reivindicada.

Segundo Morales (2018B), a comunidade é parte constituinte da história da Bolívia e o Ocidente cumpriu o trágico papel de impor sobre este território a noção de privatização, tornando a propriedade comunal em propriedade privada, individualizando

a terra e transformando-a em uma mercadoria para atender aos interesses daqueles que lucram sobre a mesma e não necessariamente sobre quem a trabalha. Tudo isso precisaria ser revertido e o governo atual cumpriria o papel de gradativamente reestruturar a propriedade comunal ou comunitária no país.

En Bolivia siempre se ha vivido en comunidad, en colectividad, en armonía con la Madre Tierra; antes no había propiedad privada, era propiedad comunal y estamos recuperando en algunas regiones la propiedad comunal. Lamentablemente desde el occidente empezaron a privatizar, individualizar la tierra, transformar la tierra en una mercancía.

Para Linera, outro aspecto central nesse processo é a radicalização democrática e comunitária que viabilize uma articulação entre representação, participação e autonomias, bem como a formação de um Estado de Movimentos Sociais. Se o Estado tem a função estratégica e fundamental de garantir o acesso aos direitos fundamentais para toda a população, devolver a propriedade comunal às populações de direito e gerenciar o cuidado com os recursos naturais existentes, por outro lado, no que diz respeito ao fortalecimento e expansão do poder da comunidade em si, ao Estado cabe apenas apoiar, fortalecer e reverberar as ações constituintes existentes em suas bases sociais, pois o comunitário só existe se nascer da própria sociedade. O Estado não pode acelerar ou desrespeitar as experiências comunitárias agindo como uma vanguarda esclarecida até mesmo porque este é a antítese da comunidade. Enquanto esta última representa a descentralização das tomadas de decisões, o primeiro concentra. Por essa razão, o Estado corre sempre o risco do poder concentrado em si e deve ter papéis e atribuições muito bem definidos para que não extravase sua alçada, nem sufoque os intentos da comunidade de superá-lo. Gradativamente, a comunidade deveria substituir o Estado, criando as condições para a sua própria universalização, não apenas no âmbito de um país, mas no continente e no mundo inteiro, com vistas a formar uma “Gran Comunidad Universal de los Pueblos” (LINERA, 2015, p. 72), já que uma alternativa civilizacional não se faz de maneira isolada<sup>77</sup>.

Ainda segundo o ideólogo, a Nova Constituição Política do Estado criada com significativa participação popular, de baixo para cima, e aprovada pelo voto popular,

---

<sup>77</sup> Segundo Linera, o capitalismo é um regime totalizante que absorve tudo e todos em um mesmo sistema-mundo baseado em um tipo de produção exploratória que só visa o lucro. Por essa razão, se pretendemos imaginar uma sociedade do futuro constituída a partir do socialismo comunitário, essa deve também ser planetária, pois não é possível superar o capitalismo em uma ilha (LINERA, 2010, p. 10-11).

resulta na conformação do que define como um “Estado Integral” (LINERA, 2010a, p. 8-10), isto é, um Estado Plurinacional, autonômico<sup>78</sup> e comunitário de direito que representa e integra toda a sociedade (compreendendo seus entes humanos e não humanos) e todas as dimensões da vida. Este Estado é a ponte que levaria do capitalismo para o socialismo comunitário e, deste último, para o Bem Viver. Essa etapa de transição corresponderia assim a um “capitalismo andino-amazônico” (LINERA, 2016). Isto é, uma resposta pragmática e objetiva diante de um quadro no qual a potência da comunidade não se realiza devido à desarticulação do movimento operário urbano e do mundo camponês-originário, o que impõe a necessidade de que se criem as condições materiais e subjetivas que rompam com a desigualdade estrutural que afeta a maior parte da população ainda em um contexto capitalista. Desse modo, ao invés de estar pautado em um regime de propriedade, como o faz o Estado Moderno liberal, para Linera, o Estado Integral está comprometido com o livre acesso ao que é comum, a redistribuição dos excedentes do Estado para o âmbito comunitário e a uma economia plural.

El socialismo no se construye por decreto ni por deseo, se construye por el movimiento real de la sociedad. Y lo que ahora está pasando en Bolivia es un desarrollo particular en el ambito del desarrollo general del capitalismo [...] A esa particularidad de capitalismo local que combina procesos de subsuncion formal y subsuncion real lo hemos llamado capitalismo andino-amazónico. [...] No es que sea lo que uno quiere, nuestro objetivo; lo que decimos es que las posibilidades de transformación y emancipación de la sociedad boliviana apuntan a esto (LINERA, 2007, p. 153-154)

O pós-neoliberalismo ainda é capitalista, mas é nele que, a partir do fortalecimento da potência comunitarista, vai se construir as possibilidades para um futuro pós-capitalista. É no âmbito dessa contradição que se localiza atualmente o Estado boliviano.

Após a vitória sobre a oposição em 2005, começaram a surgir com maior intensidade as contradições dentro do próprio bloco histórico formado no âmbito do *Proceso de Cambio*. As divergências sobre quais caminhos o governo deveria seguir e quais estratégias assumir foram se constituindo como tensões criativas que abriram um novo campo de possibilidades. Segundo Linera, essas contradições só poderão ser

---

<sup>78</sup> A noção de autonômico refere-se a um Estado que reconhece e respeita as autonomias (desconcentração territorial)

superadas mediante um processo de radicalização democrática que aponte para uma ruptura revolucionária. É o período da “Revolução Democrática y Cultural” (LINERA, 2010a, p. 27), anunciada em 2006, no qual se dá um rico debate sobre a velocidade e a profundidade do *Proceso de Cambio* ao passo em que é atravessada por profundas contradições, como o patrimonialismo, o particularismo e a falta de quadros indígenas que possam substituir suas principais lideranças.

A tensão entre concentração e descentralização das decisões, entre o tempo curto para o atendimento das necessidades e o tempo longo das deliberações sociais é uma das mais fundamentais. Para Linera, a noção de Estado Integral, que já me referi, seria o caminho para superação dessa tensão criativa que se realizará com a dissolução do próprio Estado em favor da sociedade organizada e dos movimentos sociais, aqueles que devem assumir de fato os processos de decisão. Um dos maiores desafios dessa tensão reside justamente em encontrar o equilíbrio entre ambas as partes até que essa transformação se realize, pois o que acontece muitas vezes é que, ao assumir a tarefa de promover o Bem-Estar Social da população, o Estado inibe as ações dos movimentos sociais que, por sua vez, vão se retirando dessas funções, abrindo mão de seus poderes como micro-Estados locais e delegando ao Estado tal responsabilidade.

De esta manera, la construcción del Estado Integral, entendido como expansión democratizada de las funciones sociales del Estado [...] lleva al riesgo de un debilitamiento de las propias estructuras de los trabajadores creadas autonomamente para gestionar las necesidades y la protección social (LINERA, 2010a, p. 34).

O Estado, portanto, deve encontrar uma solução que impeça essa desarticulação e, ao contrário, potencialize a crescente comunitarização da gestão da vida, dos recursos e dos produtos no que pode ser definido como um “modo de produção comunitário” (LINERA, 2010a, p. 37).

Segundo Morales, o aprendizado da comunidade vem da própria natureza haja vista que esta existe em si e, ao mesmo tempo, beneficia a todos e a todas. Não por acaso, foi com ela que os povos originários aprenderam a conviver entre si e com tudo a sua volta. A comunidade é a força da vida pulsante, é a síntese da harmonia e o maior desafio é nos colocarmos novamente nesse lugar de aprendizado, de escuta, de humildade, com o intuito de redefinir nosso modo de vida na Terra. Assim, o viver em comunidade depende fundamentalmente de como se reestruturam os laços com a natureza que, por sua vez, transbordam para as relações sociais e que não passam

necessariamente pelo Estado. Trata-se de algo mais complexo e que extravasa o escopo desse último.

La naturaleza misma es comunitaria, pues beneficia a todos y afecta a todos. Esto lo sabían nuestros pueblos indígenas ancestrales y por eso ellos vivían en comunidad porque entendían la ley comunitaria de la naturaleza. La vida en comunidad; el trabajo en comunidad: el disfrute en comunidad; la propiedad comunitaria es la única forma de que todos nos beneficiemos con lo que es de todos. La comunidad universal es la única forma de restablecer la armonía con la naturaleza. La naturaleza es comunitaria: convivir con ella, respetarla y cuidarla requiere la vida en comunidad a escala mundial, planetaria, universal.

Hermanas y hermanos, la comunidad es la única manera de vivir en equilibrio con la Madre Tierra. La comunidad es la salvación del medio ambiente, de la vida y por tanto del ser humano. Comunidad es vida; capitalismo es muerte. Comunidad es armonía con la Madre Tierra; capitalismo es destrucción de la Madre Tierra (MORALES AYMA, 2014A).

Outra grande tensão que surge no processo é como ampliar a base social do processo revolucionário sem perder a hegemonia ou o protagonismo indígena-camponês-operário-popular. O “liderazgo plebeyo” é o que garante que os caminhos do *Proceso de Cambio* não se desvirtuem, mas, a despeito disso, são bem-vindos a somar todos aqueles que se comprometam com a descolonização, com o Estado Plurinacional e Comunitário, com a igualdade entre os povos, com a autonomia democrática, com a economia plural, em suma, com o Bem Viver (LINERA, 2010A, p. 39).

Essa ampliação se dá também na afirmação dos interesses gerais sobre os interesses particulares ou individuais. Em momentos de crise como a Guerra da Água de 2000 e 2005 ou a Guerra do Gás de 2003 predomina uma visão coletiva através da qual as pessoas se articulam e vão à luta. Porém, a partir daí, com o declive das manifestações, voltam a ressaltar demandas particulares e setoriais que pode culminar, muitas vezes, na fragmentação do bloco histórico como expressa, atualmente, o conflito entre as terras altas e as terras baixas<sup>79</sup>. Ou então, a própria democratização do acesso ao Estado também cria o fenômeno do patrimonialismo popular que é a reprodução por parte dos setores populares das tentativas de apropriação dos excedentes do Estado segundo interesses particulares. É um grande desafio construir uma consciência coletiva apoiada em interesses gerais. Exige uma mudança cultural de longo prazo.

<sup>79</sup> Ver capítulo 1, seção “E as terras baixas?”, na qual trato das manifestações contra a construção de uma estrada que atravessaria o Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure/TIPNIS, localizado entre os departamentos de Cochabamba (ao sul) e Beni (ao norte).

Uma última tensão criativa considerada por Linera em reflexões recentes se dá entre a necessidade de industrializar as matérias-primas e o Bem Viver que, por sua vez, pressupõe uma relação harmoniosa e equilibrada com a natureza. Ora, toda industrialização tem um custo natural. É preciso estabelecer uma nova ética na relação com a natureza para que esta seja entendida como uma totalidade viva e não apenas como objeto de destruição para servir aos interesses do homem. O governo decidiu industrializar o gás, o lítio, o ferro e a água. Com essa medida, seria possível contar com um maior excedente para ser revertido para atender às necessidades do povo. Ao mesmo tempo, caberá ao Estado incentivar e priorizar o valor de uso em detrimento do valor de troca e garantir a universalização do acesso aos serviços essenciais. O valor de uso expressa um outro regime social.

las fuerzas de la naturaleza [son] como componentes de un organismo vivo, total, del que el ser humano y la sociedad son tan sólo una parte dependiente y que por tanto el usufructo de sus potencias productivas naturales, entendidas como tecnologías y saberes sobre la naturaleza deben darse en el marco de una actitud dialogante y reproductora de esa totalidad natural (LINERA, 2010, p. 69).

Para Morales, a nacionalização dos recursos naturais era uma precondição para a libertação econômica da Bolívia e para garantir as condições para que o Estado possa atender às necessidades urgentes da população, mas esta deve vir acompanhada de um projeto de industrialização mirando um horizonte pós-extrativista.

estamos en la obligación de nacionalizar nuestros recursos naturales. El nuevo régimen económico de nuestra Bolivia deben ser fundamentalmente los recursos naturales. Eso pasará por la Asamblea Constituyente.

Y no solamente nacionalizar por nacionalizar. Sea el gas natural, petróleo, o mineral o forestal, sino que tenemos la obligación de industrializarlos.

¿Cómo es posible? Desde el 6 de agosto del año 1825 ningún recurso natural ha sido industrializado en nuestro país. ¿Cómo es posible que eso sólo haya permitido exportar materia prima?, ¿hasta cuándo Bolivia va seguir siendo exportador de materia prima?, ¿cómo es posible? Esos gobernantes, durante la república nunca han pensado en el país. No se puede creer, no se puede aceptar (MORALES AYMA, 2006B).

A industrialização, contudo, não resolve a problemática de uma produção que tem como base estrutural a expropriação de recursos da natureza. Para Linera, a natureza é a prolongação orgânica da subjetividade humana. Industrializar sem destruir, satisfazer as

necessidades humanas sem perder de vista o diálogo vivificante com a natureza, é o maior desafio. O tratamento democrático a todas essas tensões é o que levará o processo revolucionário a avançar, uma vez que não há uma fórmula, nem um caminho pronto.

### **3.5. Desafios e Possibilidades para o Bem Viver na Bolívia**

Em um balanço dos primeiros onze anos do Governo Evo Morales, podemos afirmar que muitas coisas mudaram ao passo em que muitos desafios permanecem, sobretudo quando considerarmos as perspectivas que se abrem a partir da enunciação do Bem Viver como um horizonte político.

Em seu discurso presidencial de informe de gestão realizado em 22 de janeiro de 2017 diante da Assembleia Legislativa e com duração de quatro horas e meia, Evo Morales relata alguns dos principais logros do *Proceso de Cambio* ou *Revolución Democrática y Cultural* no país. Vou considerar alguns dos aspectos ressaltados pelo presidente nessa ocasião para, em seguida, refletir sobre essas mudanças a luz do Bem Viver.

Um primeiro aspecto diz respeito à estabilidade política. A Bolívia é um país cuja história é marcada por vários golpes de Estado e insurreições populares: dos 83 presidentes já titulados, 37 tornaram-se a partir de golpes de Estado. Os demais foram eleitos com porcentagens de votos significativamente baixas. Ao contrário, o governo atual conta com 11 anos ininterruptos, rompendo com a média de 20 a 30% dos votos dos presidentes anteriores. São três mandatos consecutivos, com uma porcentagem bem mais ampla de participação. Morales foi eleito pela primeira vez com 53,74% em 2005, com 64,22% em 2009 e com 61,36% em 2014 (MORALES AYMA, 2017, p. 13-16). O governo também venceu um referendo revogatório em 2008 e convocou outros 47 referendos para tratar de diversos temas, em um país no qual em toda a sua história foram convocados apenas dois.

Figura 10

REFERENDUM			ESTADO PLURINACIONAL			
REFERENDUM	NÚMERO	COBERTURA	DETALLE	NÚMERO	AMBITO TERRITORIAL	
1931,	Referéndum Plebiscito (reformas a la constitución)	1	NACIONAL	2006 REFERENDUM DE AUTONOMIAS DEPARTAMENTALES	1	NACIONAL
2004,	Referéndum hidrocarburos	1	NACIONAL	2008 REVOCATORIA DE MANDATO	1	NACIONAL
<b>TOTAL</b>				<b>2</b>		
				2009 REFERENDUM CONSTITUYENTE	1	NACIONAL
				2009 REFERENDUM DE AUTONOMIAS DEPARTAMENTALES	5	DEPARTAMENTAL
				2009 REFERENDUM SOBRE AUTONOMIAS INDIGENA ORIGINARIO CAMPESINAS	12	MUNICIPIO
				2009 REFERENDUM SOBRE AUTONOMIAS REGIONAL EN LA PROVINCIA GRAN CHACO	1	REGIÓN
				2015 REFERENDUM AUTONÓMICO	10	5 DEPTOS., 3 MUNIC. 2 AIOC Totorá y Charagua
				2016 REFERENDUM DE ESTATUTOS AUTONÓMICOS Y CARTAS ORGÁNICAS	15	MUNICIPIO
				2016 REFERENDUM CONSTITUCIONAL DE RE-ELECCIÓN	1	NACIONAL
				<b>TOTAL REFERENDUMS</b>	<b>47</b>	

### Referendos democráticos realizados

Fonte: MORALES, Evo. Informe Anual de Gestión del Presidente a la Asamblea 2016 [22 de enero de 2017], p. 11

A questão da representatividade também é significativa. Atualmente, o governo é composto por um partido que tem forte inserção nos movimentos sociais e sindicais. Ao contrário da elite branca empresarial que sempre foi a mais emblemática representante do Estado Colonial, hoje, ao lado da whipala que flamula no Palácio Presidencial (e em todas as instâncias do Estado, isto é, parlamentos, assembleias, câmaras municipais), é possível escutar em seus salões e corredores as línguas originárias e observar a presença atuante de lideranças indígenas com seus *ponchos*<sup>80</sup>, *sombrieros*<sup>81</sup>, *mantas*<sup>82</sup>, *polleras*<sup>83</sup>, *tranças*<sup>84</sup> e costumes próprios que ressignificam aqueles espaços. Em 2014, do total de 166 parlamentares, o Estado Plurinacional e Comunitário contava com 41 lideranças indígenas, sendo destas 32 homens e 9 mulheres.

<sup>80</sup> Feito de lã de lhama, alpaca ou vicunha, consiste basicamente em um tecido de aproximadamente 3,5 x 2,5 metros com uma abertura no centro, para ser passada pela cabeça e apoiado nos ombros.

<sup>81</sup> Pequenos chapéus de formato arredondado que ficam equilibrados nas cabeças das *cholas* (mulheres que usam as vestimentas tradicionais)

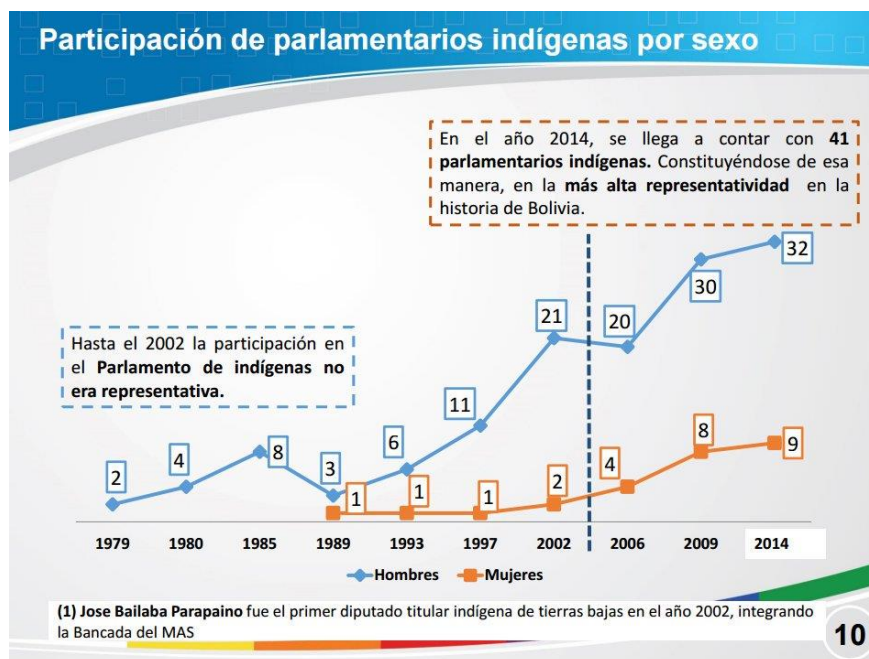
<sup>82</sup> Também utilizadas pelas *cholas*, são bordadas e servem para carregar mercadorias, crianças e objetos dos mais variados nas costas.

<sup>83</sup> Saias com pregas coloridas característica também das *cholas*.

<sup>84</sup> Toda *chola* usa tranças de uma forma bem peculiar: são duas tranças paralelas amarradas por uma ramada (prolongamento)



Gráfico 1



#### Participação de parlamentares indígenas por sexo (1979-2014)

Fonte: MORALES, Evo. Informe Anual de Gestion del Presidente a la Asamblea 2016 [22/01/2017], p.10

Já no âmbito das questões de gênero, com a *Lei de Paridad y Alternancia* foi possível eleger um Senado que, atualmente conta com 20 homens e 16 mulheres, e uma Câmara de Deputados com 66 homens e 64 mulheres, o que também é significativo em um cenário em que sempre predominou uma representação quase que exclusivamente masculina. Segundo Morales (2017A), “Bolivia es el segundo país del mundo con mayor número de mujeres en el Parlamento, Asamblea o en el Congreso, más de la mitad son mujeres en nuestra Asamblea Legislativa Plurinacional”.

Tratam-se de importantes vitórias simbólicas que ampliam o escopo da representatividade no interior do Estado Plurinacional, porém há ainda muitas críticas no sentido de se considerar que esses índices, apesar de indicarem avanços, são aquém de uma transformação mais profunda do corpo burocrático institucional do Estado, ainda majoritariamente formado por homens brancos, sobretudo nos mais altos escalões.

Na economia, as nacionalizações de setores estratégicos, como o de hidrocarbonetos, contribuíram para um aumento significativo das receitas do Estado. Há a previsão de um crescimento do PIB de cerca de 5% ao ano<sup>85</sup>. Dentre as empresas

<sup>85</sup> Além do setor de hidrocarbonetos, está em curso a nacionalização dos setores de exploração da água, telecomunicações, mineração, eletricidade, aeronáutica e produção de cimento. A soma de todos esses setores levou ao Estado boliviano a controlar 35% da atividade econômica do país (EL TIEMPO, 22/01/2016).

nacionalizadas, destacam-se a YPBF de hidrocarbonetos, logística e transporte, a EPSAS de abastecimento de água, a HUANUNI de exploração de estanho, a VINTO de fundição de estanho, a ENTEL de telecomunicações e as CORANI, GUARACACHI E VALLE HERMOSO de energia. Uma das principais propostas assumidas pelo MAS e repetida inúmeras vezes pelo porta-voz ideológico do *Proceso de Cambio*, Álvaro García Linera, era o de redistribuir esses excedentes com intuito de se garantir a dignidade humana através de reformas e projetos sociais, bem como de promover grandes obras de infraestrutura. Em relação a esse último aspecto, uma das mais simbólicas foi o sistema de teleféricos da cidade de La Paz que interliga a cidade inteira, além dos 15 mil quilômetros de estradas construídas (MORALES AYMA, 2017, p.243)

Em relação às reformas sociais, no Programa Bolivia Cambia “Evo Cumple” foram financiados centenas de projetos nas áreas de risco (260), saneamento básico (364), infraestrutura viária (176), saúde (399), na área produtiva (411), infraestrutura social (685), esporte (1656), educação (3294) (MORALES AYMA, 2017, p. 54). Bolsas como a Juancito Pinto, Juana Azurduy e a Renta Dignidad voltada para pessoas em situação de pobreza extrema, grávidas, crianças menores de dois anos, estudantes, idosos e pessoas com deficiência são algumas das grandes vitórias anunciadas pelo governo e assistem a 30,3% da população. Esses investimentos contribuíram para a redução da pobreza de 38 para 16,1% no 11º ano de governo e há uma projeção de reduzir para 9,5% em 2020 e chegar até zero em 2025. A diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres foi reduzida em 37 vezes (MORALES AYMA, 2017, p. 99-100). Houve também uma redução de 2,5% na taxa de desemprego, terminando o ano de 2016 em 3% e o salário mínimo aumentou 261% (*Idem*, p. 104)

Houve um aumento de 236% nos investimentos em educação, tornando a Bolívia o segundo país da América Latina com maior porcentagem do PIB voltado para esse campo, 9%, perdendo apenas para Cuba, com 12,8% (*Idem*, p. 125). A taxa de analfabetismo para a população maior que 15 anos caiu 13,3% para 2,8% graças à implementação do método cubano *Yo Si Puedo*<sup>86</sup> desenvolvido pela pedagoga cubana Leonela Relys do Instituto Pedagógico Latinoamericano y del Caribe/IPLAC (MORALES AYMA, 2017, p. 124). Houve também o investimento na continuação dos

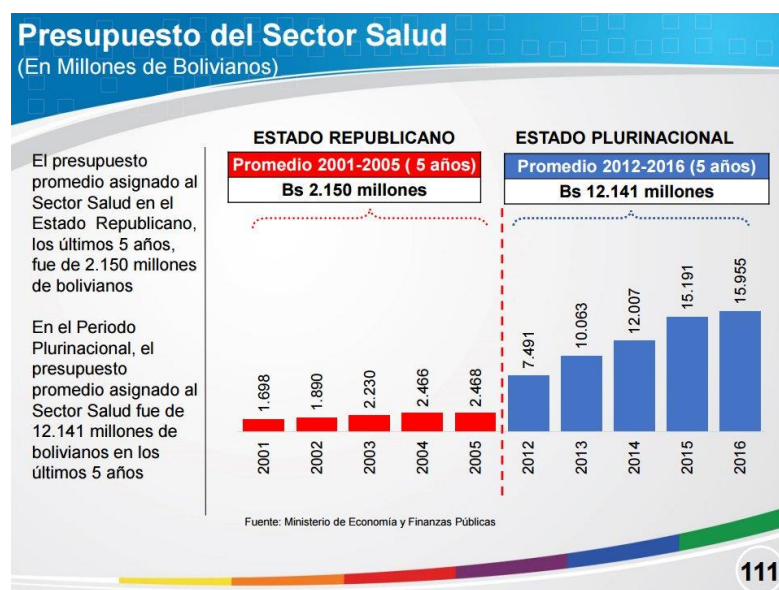
---

<sup>86</sup> Trata-se de um método que atende aos fundamentos e às necessidades práticas de se efetivar o projeto porque é simples, flexível e de resultados em curto prazo. Mediados por um “facilitador” que é um voluntário geralmente da própria comunidade, o aluno tem acesso a um material didático que, além das cartilhas do educador e educando, é baseado em vídeo-aulas. A televisão é o instrumento essencial no processo. O facilitador tem o papel de contextualizar e atender às necessidades especiais de cada aluno.

estudos com o *Yo Si Puedo Seguir*<sup>87</sup>, além da construção de outros 64 institutos tecnológicos inclusive nas regiões mais desassistidas com moderna tecnologia (*Idem*, p. 130-131).

Na saúde, houve uma redução de 30% na morte materna de 2003 para 2011 e de 17% na mortalidade infantil no mesmo período (*Idem*, p. 112). Os investimentos estatais aumentaram de forma significativa, conforme o gráfico abaixo, saindo de Bs 2.150 milhões no período de 2001 a 2005 para 12.141 milhões de 2012 até 2016.

**Gráfico 2**



### Orçamento do Setor de Saúde

Fonte: MORALES, Evo. Informe Anual de Gestion del Presidente a la Asamblea 2016 [22 de enero de 2017], p. 111.

Apesar de todos esses números, no que diz respeito ao Bem Viver propriamente dito, há um risco de todo o ideal subjacente, com seu conteúdo antissistêmico, ser esvaziado de sua radicalidade em favor de uma abordagem mais pragmática na qual se estabelecem como prioridades a redução da desigualdade estrutural e o atendimento de demandas urgentes de educação, saúde e infraestrutura. Assim, a proposta em si de uma ruptura mais profunda, de constituição de outros valores, de uma outra relação com a natureza, de uma outra civilização pode ser lançada para um futuro incerto e indefinido.

No âmbito das relações internacionais, a Bolívia segue cumprindo um papel relevante no sentido de avançar no debate internacional sobre os direitos da Mãe Terra.

<sup>87</sup> O método, como o próprio nome já sugere, acompanha a lógica do *Yo Si Puedo*, ou seja, conta com ampla utilização de mecanismos audiovisuais através dos quais as turmas têm aulas de matemática, geografia, história, gramática, ciências naturais, inglês e informática.

Como afirmei anteriormente, conquistou na ONU o dia 22 de abril como o Dia Internacional da Mãe Terra, além de ter feito aprovar outras 8 resoluções e 7 informes sobre a necessidade de se construir relações mais harmônicas com a natureza. Colaborou na criação do *Fondo Fiduciario de Armonia con La Naturaleza* a partir do qual se procura avançar na discussão de uma Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra. Conseguiu aprovar a água e o saneamento básico como direitos humanos. Tornou a coca, patrimônio cultural da humanidade e pressionou a ONU para que reconheça seu consumo tradicional, cultural e medicinal em qualquer lugar do mundo (MORALES AYMA, 2017, p. 31-36).

Na ocasião dos 10 anos da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, Morales (2017A) também pautou em escala global dez demandas dos povos originários para o mundo haja vista que a luta indígena não é setorial, mas vale para toda a humanidade. Ei-las: a necessidade de lutarmos permanentemente contra o capitalismo e o saqueio dos recursos naturais buscando um outro paradigma de produção e de consumo baseado no Bem Viver (1), a defesa dos direitos dos povos à paz, à soberania e à autodeterminação, erradicando o imperialismo e privilegiando a construção de um mundo multipolar (2); o rechaço a qualquer tipo de invasão ou uso da força, cessando todo tipo de guerra no mundo, erradicando as armas e defendendo a resolução dos conflitos por meios pacíficos (3); a luta pelo reconhecimento da cidadania universal, acabando com os muros, as fronteiras, a marginalização e a discriminação das pessoas e compreendendo que a migração é inerente da humanidade (4); a erradicação do colonialismo e do neocolonialismo cultural e tecnológico oriundo da usurpação de saberes em favor do compartilhamento de tecnologia em favor da comunidade humana e da Mãe Terra (5); a luta para que os serviços básicos sejam reconhecidos como direitos humanos, quais sejam, água prioritariamente, além da comunicação e energia que são imprescindíveis para a vida (6); a defesa do multilateralismo e o princípio de igualdade soberana dos Estados, respeitando as diferenças e erradicando qualquer ato unilateral (7); a construção de uma nova ordem econômica mundial em que as relações comerciais se baseiem na complementaridade e na solidariedade e não no lucro e na exploração (8); a construção de um mundo que prime pela unidade dos povos do mundo, a unidade dos movimentos sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e, em especial, pela devolução das Malvinas para a Argentina, pela libertação da Palestina, a paz na Síria e na Colômbia, o fim do bloqueio econômico contra Cuba, as tentativas de Golpe de Estado na Venezuela, a devolução de Guantanamo para Cuba e o mar para a

Bolívia (9); e, por último, a construção de um mundo com uma democracia real e participativa na qual aqueles que governem, saibam mandar obedecendo ao seu povo, um mundo sem oligarquias, sem hierarquias, sem monarquias e anarquias financeiras, um mundo em que toda a ação política esteja à serviço da vida, comprometida com o humano, o ético e a moral de nossos povos, sem jamais perder de vista as necessidades daqueles que estão mais vulneráveis (10).

Contudo, ainda assim, apesar de todos esses avanços, sobretudo no âmbito das disputas de narrativas globais ou dos avanços mais objetivos na diminuição da miséria e da pobreza com a ampliação dos investimentos sociais, o governo não rompeu ao cabo com o desenvolvimento extrativista, com o produtivismo e o consumismo que, por fim, continuam sendo a base para a produção de excedentes do Estado, fonte de onde se originam os investimentos do governo.

Não à toa, no mesmo informe anual de gestão e em várias ocasiões (Cf. MORALES, 2017A; 2017C; 2017D; 2018D), o Presidente reafirma como uma conquista do governo o fato da Bolívia seguir com um padrão expressivo de crescimento econômico, um dos maiores do continente<sup>88</sup>. Mas o que significa exatamente esse “crescimento”? Entra de fato em contradição com o Bem Viver? Para alguns autores como Acosta (2016, p. 93), sim: “é inegável que há uma apropriação, sequestro e domesticação do termo pelos governos de Equador e Bolívia”. Para o autor, busca pelo Bem Viver, na Bolívia, pode ser reduzida a políticas assistencialistas de transferência de recursos e programas sociais para os mais pobres e que tem como base uma economia ainda pautada na exportação de matérias-primas. No caso, o aumento do preço desses produtos no mercado internacional, somado a algumas renegociações contratuais com empresas transnacionais foi o que permitiu ao governo implementar uma série de medidas distributivas que lhe conferiu apoio popular, sem, contudo, romper com a histórica dependência que o país possui com esse modelo predatório.

É notório assinalar que a diversificação da economia acontece a um ritmo bem lento. A essência da acumulação capitalista ainda não foi alterada, as oligarquias que controlam os setores extrativista e agroexportador não foram desarticuladas completamente e o governo assinou as diretrizes estabelecidas pela Integração da

---

<sup>88</sup> A Bolívia tem crescido a uma média anual de 5%, índice que supera os EUA e a maioria dos países da América Latina. Segundo reportagem da BBC, “o país tem crescido muito graças às exportações de gás natural que vende ao Brasil e à Argentina, o que gera o risco de ancorar seu crescimento a esse recurso. E, embora tenha feito esforços para diversificar a economia (com a venda de diesel, estanho e soja), permanece a pergunta de quanto tempo vai conseguir sustentar seu modelo de desenvolvimento” (BBC, 29/10/2017).

Infraestrutura Regional Sul Americana/IIRSA que, como vimos no capítulo 1, carrega um forte componente moderno-colonial que reforça o viés extrativista das economias de maneira a suprir as demandas do mercado asiático.

Qual o impacto disso na efetiva viabilização do Bem Viver?

O primeiro deles é o não reconhecimento da plurinacionalidade e da soberania dos povos originários em áreas de potencial caráter extrativista, como ocorreu com o caso do TIPNIS, em 2011, e que se estende até hoje<sup>89</sup>. Ou a dificuldade de romper definitivamente com a cultura dos transgênicos, agrotóxicos e monoculturas, com o desmatamento, com os projetos mineiros, hidrelétricos, petroleiros que provocam um duro impacto ambiental e humano. Os “direitos da natureza” previstos na mesma Constituição foram relegados a uma etapa seguinte do processo quando se já tiver extinguido com a miséria.

Além disso, o empoderamento da comunidade em favor do equilíbrio e da complementaridade também foram comprometidos. Houve uma mobilização expressiva por parte dos movimentos sociais que conseguiram barrar o neoliberalismo e eleger Evo Morales, porém, uma vez eleito, essa mobilização foi desarticulada com a ausência de um inimigo comum e um Estado bem feito que se apropria do imaginário indígena popular sem, contudo, haver um consenso real em torno dessa representação.

Para a viabilização do Bem Viver, mais do que medidas objetivas advindas do Estado haveria de ter maior abertura, empoderamento e multiplicação daquilo que já é realidade em várias comunidades. Afinal, segundo Sólon, “el secreto de esta visión está en el fortalecimiento de la comunidad, en el potenciamiento de su capacidad de complementariedad con otras comunidades y en la autogestión de su territorio” (SÓLON, 2016, p. 53). Trata-se da capacidade da sociedade de se autodeterminar para equilibrar até mesmo o poder do Estado. Não cabe ao Estado abastecer as comunidades com recursos ou bens materiais, mas fortalece-las para que sejam capazes de construir e executar suas próprias políticas, promovendo as reformas necessárias de maneira autônoma. A tomada do Estado só faz sentido se for para impulsionar ainda mais o processo de emancipação do mesmo e a autodeterminação dos povos. Em outras palavras, o Estado seria apenas uma ferramenta que potencializa a autogestão e o poder comunitário.

---

<sup>89</sup> Ver Capítulo 1, seção “E as Terras Baixas?”.

Além disso, o Estado pode ser importante também para retirar a economia do centro das atenções e ações. Ao invés de se buscar crescimento do PIB, deve-se perseguir o equilíbrio entre todas as partes, incluindo a natureza. A desigualdade não se combate tão somente com transferência de renda e programas assistencialistas. É preciso enfrentar os eixos através dos quais são reproduzidos os privilégios de classe: a concentração da terra, o capital financeiro, a propriedade privada. Um modelo que preconize a economia indígena, camponesa e de pequenas iniciativas locais seria uma saída possível.

O potencial da Bolívia está na agroecologia, na agrofloresta e na possibilidade de se alcançar a soberania alimentar a partir de redes de produção protagonizadas pelas comunidades indígenas, camponesas e populares. Está na busca por uma produção de energia limpa e renovável. Na perspectiva comunitária, social e não privatizante da vida. No reconhecimento dos saberes e práticas ancestrais que, quando colocados em diálogo com as inovações tecnológicas da modernidade, podem contribuir sobremaneira nessa busca do equilíbrio com a natureza e na defesa de uma economia plural. É preciso despatriarcalizar as estruturas sociais e avançar em uma democracia real. E todas essas medidas só serão possíveis se houver um movimento amplo, supra-nacional que se articule de maneira complementar com outros países também – não necessariamente no âmbito dos Estados Nacionais, mas em especial no diálogo fértil com os movimentos sociais e populares.

Todos esses são desafios que ainda precisam ser superados, mas se apresentam como possibilidades emancipatórias em um contexto político no qual a introdução do Bem Viver no discurso, mesmo com todos os seus limites, permite que se vislumbre alternativas antissistêmicas que transcendem o escopo do Estado propriamente dito.

## **Estado, Democracia e Comunitarismo em Multisociedades: Uma Combinação Possível?**

Já falei um pouco sobre a minha trajetória, mas gostaria de retomar alguns aspectos. Como brasileira, carioca da Zona Oeste do Rio de Janeiro, parte de uma geração que se formou em um contexto de afirmação democrática após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e que testemunhou, na vida adulta, a ascensão e queda de um governo popular<sup>90</sup>, escrevo essas linhas em um cenário de crescimento de uma nova onda conservadora que avança apoiada em uma crise estrutural de representatividade e legitimidade do sistema político, bem como de retrocesso de direitos sociais históricos<sup>91</sup>. Cresci em uma cultura política assentada no valor da democracia, porém, sob uma indigesta contradição, na medida em que a despeito de viver em um país democrático que mantém eleições regulares e que, inclusive, viabilizou a chegada de um governo popular ao Executivo, na prática, para uma residente da Zona Oeste do Rio de Janeiro (e o que dirá para aqueles que vivem em áreas ainda mais distantes do “centro político” ou nas favelas onde a política de segurança pública, por exemplo, resulta no genocídio da população negra e pobre<sup>92</sup>), esse Estado democrático ainda soava como algo distante e carente de uma real representatividade e legitimidade em suas instituições de forma geral<sup>93</sup>.

Ao longo da minha trajetória acadêmica e de militância política tenho perseguido o tema da democracia e da transformação do Estado por entender que se trata de uma dimensão estratégica através da qual poderíamos alterar as estruturas políticas, econômicas, sociais de nossa realidade. Obviamente não considero esta a única

---

<sup>90</sup> Como destacado no capítulo anterior, considero o governo do Partido dos Trabalhadores/PT, no Brasil, representado na figura do ex-Presidente Lula e da ex-Presidenta Dilma Rousseff (2003-2016) parte de um contexto continental de ascensão de governos nacionalistas e populares, mais ou menos radicais, mas com propostas de extensão dos direitos sociais e de distribuição de renda.

<sup>91</sup> Também do capítulo anterior, cito alguns exemplos desse retorno da direita neoliberal ao poder conferindo ênfase aos casos do Paraguai e Honduras onde, tal como no Brasil, ocorreram golpes parlamentares. Cito também as vitórias pela via eleitoral, como foram na Argentina e no Peru.

<sup>92</sup> No exato momento em que escrevo essas linhas, estamos todos fortemente abalados com a morte do jovem Marcus Vinicius, de apenas 14 anos, vítima de uma operação militar no Complexo da Maré, quando estava a caminho da escola. O uniforme da prefeitura manchado de sangue é simbólico sobre o que representa o Estado para determinados setores de nossa sociedade. (Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/familia-acusa-policia-pela-morte-de-marcos-vinicius-na-mare> - consulta em 22/06/2018.)

<sup>93</sup> Para muitos, a Zona Oeste do Rio de Janeiro representa o “outro lado da cidade”, a zona rural, o “sertão carioca”, distante do centro, dos poderes constituídos formais, dos equipamentos culturais, localiza-se na margem, na periferia, onde o Estado é muitas vezes substituído por poderes paramilitares (milícias), sobretudo nas áreas mais pobres. Trata-se da região que conta com o maior colégio eleitoral da cidade e, no entanto, onde se carece de maior infraestrutura urbana.



dimensão e nem tampouco nutro ilusões de que somente uma mudança no campo democrático seria suficiente para avançar no processo de transformação social. Porém, considerava que a “democratização da democracia” poderia, sim, contribuir para esse objetivo na medida em que poderiam ser criadas condições para que as maiorias e, em particular, para que as classes populares pudessem de fato exercer sua soberania na determinação do que se faz com a “coisa pública” e, com isso, viabilizar as condições materiais e subjetivas necessárias para promover a sua emancipação social.

Foi movida por essas angústias que enveredei no estudo da Venezuela, onde se dava a construção de um Estado Comunal no âmbito de uma *Democracia Participativa y Protagónica*, baseada nos *Consejos Comunales* e na Comuna e que, para mim, parecia ser uma das experiências mais radicais do continente no sentido de “democratizar a democracia”. Apesar de reconhecer o avanço que representou o governo popular do PT no Brasil, sobretudo do ponto de vista da valorização das Conferências Nacionais como espaços mais democráticos de definição de políticas públicas<sup>94</sup>, não houve mudanças significativas no nosso sistema político de maneira que se pudesse vislumbrar alguma ruptura com a falácia liberal representativa de eleições financiadas por interesses privados, coligações fisiológicas (como a que o próprio PT fez com o PMDB e, que por conseguinte, resultou no Golpe Parlamentar sofrido pela ex-Presidenta Dilma Rousseff em 2016) e com vários desdobramentos na corrupção estrutural que nos assola. Não que a Venezuela tivesse resolvido todos os problemas. Ao contrário, talvez ainda pior do que aqui, a corrupção estrutural alimentada por uma economia rentista segue sendo um dos maiores desafios a serem superados.

Ainda assim, o que me chamou atenção no processo do país vizinho, e que não ocorreu por aqui, foi o protagonismo popular na redação de uma nova Constituição que, entre vários aspectos, referendou um novo pacto social, no qual a premissa da participação popular e protagônica, mediante transferência de poderes executivos e deliberativos para as organizações populares, era central. O artigo 70 da Constituição venezuelana de 1999, por exemplo, regulamenta diversos mecanismos de participação política, para além do voto em eleições regulares, destacando-se a “assembleia de

---

<sup>94</sup> Para ficarmos somente no Governo Lula (2003-2011), das 115 Conferências Nacionais realizadas na história do país desde Vargas nos idos dos anos 1940, 74 ocorreram durante o seu governo, envolvendo cerca de 10 milhões de pessoas (6,5% da população brasileira). Segundo Leonardo Avritzer (2012, p. 21), “as conferências nacionais representam um fortalecimento do marco participativo presente na Constituição de 1988”. Organizadas a partir de eixos temáticos – como saúde, educação, assistência social, comunicação, segurança, entre outros –, as Conferências Nacionais são responsáveis por estabelecer as diretrizes que deveriam orientar as políticas públicas. Não possuem, contudo, poderes executivos, constituindo-se como órgãos assessores ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto.

cidadãos e cidadãs”, base a partir da qual se criou os *Consejos Comunales/CCs*. Os CCs “são microgovernos locais construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores e que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais” e, como afirmei, “fazem parte de um projeto nacional de construção de um Estado comunal venezuelano, articulado por federações e confederações de *consejos comunales* e/ou por comunas” (BRUCE, 2016, p. 155). Na ocasião do Mestrado, que realizei entre os anos de 2009 e 2010, fiz um trabalho de campo em uma favela de Caracas, na *Parroquia 23 de Enero*, para observar a potência e os limites da prática social desse projeto. Os resultados foram publicados no meu livro já citado, “Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2013)”.

Desde essa pesquisa, tenho seguido os passos de alguns autores (HOBSBAWM, 2004; 1996 e 2002; BERSTEIN, 1999; WOOD, 2003) que consideram a democracia como algo que não é intrínseco ao Estado Moderno liberal. Ao contrário, partimos do pressuposto de que se trata de algo que surgiu **em alternativa** ao Estado Moderno liberal, como bandeira reivindicada por movimentos sociais igualitaristas, socialistas, comunistas e que, somente depois, foi apropriada, esvaziada de sua radicalidade e resignificada pela estrutura burguesa que então se afirmava no Ocidente no pós Revolução Francesa.

Na Europa Ocidental, os séculos XVII e XVIII foram marcados por um processo de substituição do Estado absolutista por um Estado secularizado, onde a racionalidade e a soberania popular começavam a se fazer presentes como base para sua constituição. No entanto, o liberalismo nasceu antidemocrático, justamente com a prerrogativa de evitar que o poder fosse exercido pelo povo – considerado terreno do caos. Ou então, poderíamos dizer que os liberais possuíam outra concepção de “povo” e “sociedade”: estes eram os “homens de bens”, proprietários, do gênero masculino, pagadores de impostos. Nesse sentido, os regimes políticos deveriam assegurar os interesses destes últimos – e não do “povo” em um sentido mais ampliado, envolvendo as classes populares. As grandes bandeiras liberais eram, a princípio, o Constitucionalismo e a Monarquia Parlamentar - e a República, no caso particular dos EUA<sup>95</sup>. A incorporação da democracia enquanto modelo de governo só se deu no final do século XIX, às custas de muitas lutas e pressões vindas *desde abajo* (BRUCE, 2016, p. 31-32)

Luis Tapias diferencia o que seria o Estado, constituído enquanto um poder concentrado, com severos limites estruturais, e a democracia mais associada aos vários

---

<sup>95</sup> A República é destacada para o caso dos EUA porque aqui não se contava com a presença de um Rei e tampouco havia legitimidade para se “fazer um Rei”, o que tornou imperativa uma adaptação.

processos de democratização que gradativamente redefinem os termos dessa relação conflituosa com o povo, ampliando as esferas de participação política e os direitos, mas de maneira parcial..

Yo en general tiendo a pensar, como varios otros, que lo que hay del lado dominante es el Estado, una forma de concentración de poder político, y lo que ha habido históricamente son democratizaciones, es decir, procesos de lucha que le han recortado un poco a lo Estado y han introducido algún espacio, alguna forma de participación política y han conquistado algunos derechos. Se han introducido algunas rasgas de igualdad, pero parcial. En términos modernos, democratización como un proceso de reformas estatal que le va reduciendo el poder y ampliando las esferas de participación política, ciudadanía y derecho. (TAPIAS, entrevista, 2017)

Vale notar que, no caso da realidade indígena na Bolívia, não existe a palavra “democracia” em aymara, quéchua ou guarani, mas quando refletimos sobre a estrutura do ayllu andino para citar um exemplo é perfeitamente possível fazer uma analogia e estabelecer correlações. “Es decir la estructura política de un ayllu por ejemplo se le está llamando de democracia y se está haciendo equivaler a lo que en los tiempos modernos en particular se llaman democracia, incluso se lo presentan como algo mejor, más democrático por ser más igualitario. Entonces, es bien común se hablar de una democracia comunitaria.” (TAPIAS, entrevista, 2017).

Portanto, mais do que um modo de governar estatal, a democracia é compreendida aqui como um processo que se dá a partir de múltiplas tradições e que, no âmbito da modernidade ocidental, relaciona-se com um processo que envolve o movimento permanente de luta por parte daqueles que estão “fora” do escopo de representatividade do Estado Liberal, de ampliar suas margens de participação. Nesse sentido, vão acumulando conquistas, concessões e avanços e, a depender das correlações de forças que se estabelecem em uma dada realidade, também podem haver retrocessos, esvaziamentos e burocratizações que anulam seu sentido original. Deste modo, após muitas lutas no âmbito da ampliação da representação política no interior do Estado, nas últimas décadas, o que tem predominado entre os movimentos de vieses democratizantes é a premissa de que é necessário ampliar os espaços de participação popular. É nesse contexto que a experiência venezuelana se insere.

Havia, contudo, uma crítica ao processo venezuelano que à época do Mestrado não havia dado a devida atenção e que partia de grupos de minorias, dos povos originários daquele país, que reclamavam principalmente da excessiva burocratização

do processo de regulamentação dessas ferramentas de participação popular, denunciando como que a então chamada Revolução Bolivariana não era capaz de reconhecer e assimilar outras práticas de autogoverno e participação popular oriundas das tradições desses povos. Lembro de escrever um artigo para a Revista Eletrônica Boletim do TEMPO da UFRJ, no qual apontava como que apesar dos significativos avanços realizados na Constituição de 1999 do ponto de vista do reconhecimento e valorização da cultura dos povos originários, na prática, o governo ainda estava muito aquém da implementação de fato de ações que garantissem a manutenção dos direitos desses povos – como a demarcação das terras – e que a institucionalização de uma única forma de participação política agredia os “modos de viver” das comunidades indígenas que possuíam seus modelos próprios e que também queriam fazer parte desse processo (Cf. BRUCE, 2010). Roland Denis que havia sido ministro do Governo Chávez e depois rompeu com o processo chegou a afirmar que a normatização da participação popular promovida pelo Estado tratava-se, na realidade, de uma nova forma de “controlar e bloquear desde a maquinaria do Estado, o processo revolucionário mesmo, tentando mimetizar os princípios e regras de uma ordem já constituída” (apud BRUCE, 2016, p. 224). O outro poder constituinte que existia paralelamente à ordem constituída seria gradativamente engolido pelo Estado, burocratizado, esvaziado, desmantelado.

Outro aspecto que me parecia ser também um grande desafio a ser superado era o individualismo, herdeiro típico da sociedade moderno-ocidental e que colabora na dificuldade de se mobilizar a população a participar da vida política local, municipal, nacional, global de maneira permanente, haja vista que, mesmo em áreas populares nas quais é imprescindível uma articulação maior de moradores e moradoras para se criar uma infraestrutura necessária e condições básicas de co-existência, a necessidade de lutar pela própria sobrevivência, as redes clientelistas, a falta de tempo para a política diante de uma rotina extenuante de trabalho, entre outras coisas, superam os esforços em construir ambientes mais coletivistas, mais participativos, nos quais se possa enraizar uma dimensão comunitária que estaria na base do Estado Comunal.

Foi assim que, das angustias não sanadas pelo Mestrado, ao pensar um projeto de Doutorado, passei a considerar a experiência boliviana como um objeto interessante de pesquisa, pois trazia outros elementos que a Venezuela não tinha alcançado, inclusive a possibilidade de pensar alternativas antissistêmicas a partir de tradições não ocidentais.

No caso da Bolívia, o protagonismo indígena, tal como demonstrado ao longo desta tese, foi responsável por inscrever princípios da plurinacionalidade e da

comunidade no âmbito de um Estado de matriz ocidental, abrindo um campo fértil de diálogo intercultural que me oferecia outras possibilidades para se refletir sobre a problemática do Estado propriamente dito e os processos de democratização da democracia no continente.

Mergulhei fundo na realidade desse país, trouxe à tona a experiência da cidade de El Alto que, no meu ponto de vista, era paradigmática das possibilidades de se dialogar com tradições epistêmicas e civilizacionais tão diferentes, quais sejam, tanto a moderno-ocidental, quanto a indígena-comunitária. Ao longo da tese, vimos como que, por um lado, os traços comunitaristas, herdeiros de tradições milenares dos Andes, foram determinantes na conformação de uma cidade com forte caráter associativista<sup>96</sup>, alta capacidade de mobilização (vide o histórico de insurreições populares) e forte protagonismo popular na própria edificação e manutenção daquele território, com vários efeitos, inclusive, sobre a política nacional - considerando, nesse caso, o fato estratégico de El Alto ser uma cidade vizinha à capital, por onde passam as principais vias de acesso para o restante do país e do mundo.

El Alto é, assim, uma cidade toda enredada e tem várias instituições associativas e representativas. Ninguém nunca está sozinho. Das *juntas vecinales* e FEJUVE (federação das *juntas vecinales*) de âmbito territorial, passando pela COR (*central obrera regional*) e *Federación de Gremiales* (comerciantes) de âmbito laboral, ao Comitê Cívico que trata de todos os temas transversais da cidade, até as instâncias oficiais como a *Alcaldia* (prefeitura), as *Subalcaldias* por Distrito (são 14) e o próprio *Concejo Municipal* (Câmara de Vereadores). Por mais que a maior parte das pessoas não atue organicamente em todas essas instâncias, elas estão aí, com seus dirigentes eleitos fazendo políticas para suas zonas, seus territórios, seus ambientes de trabalho e muitas vezes essas identidades e acúmulos atravessam de uma organização para outra já que o comerciante x também mora na zona y que vota no político z. Isso tudo confere um ar politizado e associativista nessa cidade que é uma das bases que explicam a insurreição de 2003 e a capacidade de convocatória dessas organizações para um objetivo comum. São dezenas de dirigentes atuando todos os dias nessas frentes. Demonstrei tais elementos em detalhes, conferindo destaque à dinâmica organizacional das *juntas vecinales*, organização popular de recorte territorial, e que, apesar de atuar

---

<sup>96</sup> O que, aliás, poderíamos considerar com um traço cultural constitutivo do bolivianidade, haja vista que o poder da comunidade se faz presente em diferentes dimensões da vida, em vários territórios desse país e não apenas em El Alto.

conjuntamente a outras organizações (laborais, políticas, culturais etc), possui grande relevância nas relações de poder da cidade, sobretudo a partir de sua Federação, a *FEJUVE*.

Contudo, por outro lado, observamos também como que, a luz das discussões a respeito do Bem Viver, mesmo sob um governo indígena, a tentativa de articular Estado, Democracia, Comunidade no âmbito de uma realidade multisocietal<sup>97</sup> ainda se faz muito difícil, no que resulta em uma enorme distância entre a teoria e a prática e no desafio constante de desatar o nó entre garantir condições mínimas de existência do povo e romper com um certo modelo de desenvolvimento que, a priori, é contraditório com os valores que se quer implantar<sup>98</sup>. Desde o conflito de TIPNIS e das terras baixas, passando pelas tentativas de cooptação e domesticação das organizações populares de El Alto, às demandas materiais e concretas apresentadas pelas bases sociais por emprego, trabalho, obras e indústria, aos desafios de se implementar o Bem Viver como um horizonte de sentido que deveria alterar a natureza desse Estado, observa-se que, ao fim e cabo, o conteúdo radical existente na incorporação do princípio Plurinacional e Comunitário torna-se cada vez mais difícil de ser realizado.

Mesmo no âmbito das autonomias indígenas, pauta levantada a partir do princípio da plurinacionalidade, incorre-se muitas vezes no mesmo limite observado na experiência venezuelana: estabelece-se um modelo único, burocratizante, ao qual as comunidades indígenas devem se submeter para serem reconhecidas. E tal reconhecimento não significa que essas tenham qualquer incidência sobre o Estado. Para Tapias (entrevista, 2017), “lo que ha hecho el gobierno es elaborar un formato monocultural para hacer el reconocimiento multicultural, es decir, hay que adecuarse a una serie de requisitos que el gobierno reclama de tal manera que se reconoce no a los que existen, pero a los que se convienen a lo gobierno, adecuado a la funcionalidad estatal”.

Assim, quando pautamos processos democratizantes a partir de realidades multisociais como a boliviana, o quadro se complexifica ainda mais haja vista que não basta o reconhecimento da diversidade, mas é necessário que também sejam garantidas

---

<sup>97</sup> A noção de multisociedade utilizada por Luis Tapias inspira-se no conceito de *sociedade abigarrada* de Zavaleta que já tratei nessa tese, mas que, em síntese, significa reconhecer que sob o colonialismo, subexistem diferentes povos e sociedades, com seus respectivos valores, formas de governo, crenças etc, que não necessariamente se fundem com as tradições moderno-ocidentais. Muitas vezes, essas realidades díspares co-existem de maneira justaposta dentro de um mesmo indivíduo.

<sup>98</sup> A partir da valorização do princípio da comunidade estendida (que inclui a natureza como sujeito e a busca por uma relação harmônica e equilibrada com a mesma e com os diferentes povos - ou seriam nações? - que co-existem nesse mesmo território)

as condições para que sejam respeitadas a pluralidade e as autonomias das diferentes nações e povos, sem perder de vista que devem ser assegurados também mecanismos que garantam instâncias de co-governo onde todos de alguma forma possam intervir no processo deliberativo e executivo das questões políticas, econômicas, sociais e culturais que afetam a todos que residem num dado território. Caso contrário, não se rompe com o colonialismo interno e tampouco com uma dimensão do multiculturalismo que reproduz as hierarquias coloniais.

Ainda segundo Tapias, tais contradições permitem vislumbrar saídas ainda mais radicais para alcançar esse ideal democrático, comunitário, plural e igualitarista que pode inclusive extravazar o próprio Estado, colocando em cheque o princípio da plurinacionalidade em favor de concepções que giram em torno de uma noção de governos multiculturais ou multisociais. Isso porque a solução plurinacional proposta pelo Pacto de Unidade que alçou Evo Morales e o MAS ao Estado não é isenta de tensões. Ainda que bastante representativo, o Pacto de Unidade e a participação da Constituinte não deram conta de representar todas as tendências existentes na sociedade e, hoje, com mais de 10 anos de *Proceso de Cambio* já são apontados vários limites estruturais desse projeto e a necessidade de considerar outras possibilidades que são propostas a partir de outros lugares sociais.

Há quem parta do pressuposto de que Estado e comunidade são noções antitéticas, porque enquanto o primeiro pressupõe divisão e monopólio, o segundo quer dizer complementaridade e reciprocidade. Nesse sentido, a busca por superar as contradições atuais do processo dirigido pelo MAS pode levar a defesa de uma alternativa que visa superar o próprio Estado, a partir de uma concepção de democratização radical da realidade que permita alcançar uma outra forma de governo não-estatal. Segundo Tapias, é importante considerar que a ideia de governo é anterior à ideia de Estado. O Estado fundamentalmente se apresenta aqui a partir de uma forma de governo moderna, monopólica, burocrática, patriarcal e que contrasta com as formas de governo comunitárias (TAPIAS, entrevista, 2017). Contudo, para que essa condição se realize, seria necessário ainda constituir um novo bloco histórico que fosse capaz de superar aquilo que vem sendo proposto por Evo Morales e pelo MAS.

la propuesta del pacto de unidad también tiene sus límites. Ellos introducen la autonomía indígena con autogobierno y codecisión sobre sus territorios, pero cuando se entra al diseño del poder ejecutivo, repiten lo mismo que el MAS que es el presidencialismo exacerbado.

Cuando hablan de lo legislativo, es básicamente lo mismo que ahora pero con una cota mayor de indígenas. El aparato central del Estado sigue siendo el moderno, lo que es muy inadecuado en un país como nuestro. La idea del Estado plurinacional tiene que ver con la idea de democratización de los países, pero podríamos revolucionar hacia las formas más adecuadas. [...] Yo prefiero abandonar la noción de Estado y utilizar las concepciones de gobiernos multiculturales, multisociales (TAPIAS, entrevista, 2017)

Para Silvia Rivera Cusicanqui, a preocupação com o destino do Estado já é resultado de um colonialismo internalizado e que perde de vista toda uma potência transformadora e radical que re-existe “bajo el radar político”. Para a socióloga, há toda uma dimensão da vida cotidiana que resignifica o *ethos* comunitario e o coloca em prática sem que haja um processo de racionalização ou verbalização do mesmo. Este *ethos* coexiste com o individualismo moderno ocidental e, a depender da conjuntura, pode ser ativado de modo a resolver uma problemática. Em contextos de crise, por exemplo, nos quais se impõe uma disputa pelo poder, o *ethos* comunitário torna-se estratégico e influencia sobremaneira a forma através da qual as organizações e movimentos atuam.

Hay relaciones que trabajan el consenso y el conflicto de un modo muy aymara de resolución de las cosas, de llegar a consensos. Eso es la vida práctica bajo el radar de la cual se mantienen vidas ciertas resortes comunitarios que van activarse de nuevo cuando se necesiten resistir al poder, o enfrentar una crisis. E yo creo que esos resortes siguen allí porque son parte de la sobrevivencia. Pero son sobrevivencias que no liquidan al otro. El individualismo, la separación de lo común ocurren en varios casos de la vida cotidiana siguen junto con actos de solidaridad práctica, de reciprocidad, de colaboración que son parte también de la lógica de sobrevivencia y que no se ve en otras culturas. Hay claramente otro modo de poder hacer en el cotidiano. Esos conceptos existen en la práctica. Son hábitos. No son verbalizados. Es un proceso de subterráneo de resistencia (RIVERA CUSICANQUI, entrevista, 2017)

Quando estive em campo, participei de algumas rodas de mulheres e, com elas, pude entrar em contato com maior profundidade nessa vida prática “bajo el radar” e testemunhar algumas de suas potências. Nesses lugares em particular, ao refletir sobre trabalho de base, organização popular, a participação nas insurreições populares, as estratégias para geração de recursos, o fazer política em meio as crianças, a acolhida sororária, a ausência dos formalismos e burocratismos das reuniões dos sindicatos e partidos, nesse mundo, está presente uma dimensão da vida que não é nada



insignificante e que me faz lembrar muito o trabalho que desenvolvo em Vargem Grande e na Zona Oeste junto as mulheres, a partir da cozinha e da agroecologia urbana. Tratam-se de lugares aparentemente despretensiosos no qual não estão presentes as instituições mais formais de organização política, nem os Dirigentes com letra maiúscula e tampouco costumam receber holofotes dos meios de comunicação, mas é justamente aí onde são tecidas várias redes de comunitarismo, de ajuda mútua, de ativismo e, sobretudo, onde muitas vezes há segurança e acolhimento para denunciar o patriarcado e o machismo que segue matando, violando e relegando as mulheres para segundo plano – seja em Vargens, seja em El Alto<sup>99</sup>. São nesses espaços “**bajo el radar político**” que se gesta e que se vive na prática **otros mundos posibles**. Em entrevista, Silvia Rivera Cusicanqui lembra que na ocasião dos protestos contra a construção da estrada em TIPNIS, depois de dias de resistência envolvendo principalmente as mulheres, quem assumiu o discurso “oficial” do episódio e falou “em nome” de todas aquelas pessoas, foram outros sujeitos.

Cuando yo estaba en la vigilia de TIPNIS. Éramos 31 mujeres y 1 hombre. Hemos pasado los peores días sólas, a las intemperies, grupos de choque amenazándonos, habían los budistas que hicieron una meditación cerca y crearon como una especie de cordón de protección y pudimos dormir. Bueno, cuando ya estaba a punto como de ponerse bien las cosas, ya los marchistas estaban llegando y llegan los del Altiplano de la CONAMAQ. Habían 16 oradores hombres y 1 mujer. Osea, bajo el radar estábamos nosostras, las mujeres, los jovenes, y en cima del radar están los que creen que entienden nuestra lógica y hablan a nombre de nosotros, interpretan y nos llaman movimientos sociales. Ellos escallan por cima de nuestras espaldas (RIVERA CUSICANQUI, entrevista, 2017).

É desta forma que toda a potência que existe nessa condição “bajo el radar” se perde ou, no mínimo, não se alcança. Mas ainda que não a alcancemos, ela está lá, presente, alimentando os movimentos de resistência e servindo de base para apontar caminhos para a emancipação social.

Outro exemplo dessa dimensão da vida que re-existe "bajo el radar político" e que é potente é o próprio uso da língua aymara. A língua reúne toda uma forma de entendimento do mundo que também escapa a qualquer tradução. Além disso, expressa algo que une as pessoas nas trincheiras da luta cotidiana. Nas entrevistas que realizei,

---

<sup>99</sup> Nesse ultimo caso, a despeito da noção de “complementaridade” do chacha-warmi herdeira das tradições andinas, o machismo e o patriarcado seguem fortes matando, violentando e silenciando mulheres.

era interessante o fato das pessoas não se autoidentificarem imediatamente como indígenas, aymaras, quechuas etc. Isso ficava subentendido e acabava aparecendo no decorrer da conversa. Mas não era algo que saltava inicialmente. No último Censo realizado pelo governo em 2012, a aposta era justamente que mais pessoas se autoidentificassem como indígenas de alguma forma e o que aconteceu, na realidade, é que muitos não reivindicaram essa identidade. Obviamente, não se trata das pessoas não se verem como tais, mas é que sendo uma identidade de resistência, trata-se de algo que flui entre eles mesmos e não perante gringos, oficialismos ou questionários do Estado. A exceção de muitos jovens que, por várias razões, acabam não falando a língua (apesar de muitas vezes compreender porque escutam seus pais, avós, parentes, amigos falarem), a realidade é que o aymara re-existe no cotidiano como uma língua potente que carrega muitos significados e é ponte para um mundo paralelo que co-existe ao moderno ocidental, nos termos da já referida *sociedade abigarrada*, de René Zavaleta<sup>100</sup>.

Quando estive em trabalho de campo, lembro-me também de uma tarde em que caminhei por todo o Distrito 4 de El Alto com Gonzalo Choquehuanca Quispe. As horas iam passando e nós seguíamos pelos mais incríveis rincões da cidade: passamos pela feira de rua de Villa Dollores, fomos até o terminal rodoviário, Rio Seco, passamos pelas principais autopistas bloqueadas em 2003, ex tranca, avenida Juan Pablo II, zona do aeroporto, Villa Adella com suas casinhas de um andar parecidas com as das vilas operárias de Ciudad Satellite, vimos as transformações centro-periferia de cada região, regado por histórias, filosofia e política, seguimos pelas ruas sem fim, passando por pequenas zonas, grandes avenidas, zonas mais caóticas de centro urbano, altos cenários, pontes históricas, fomos na UPEA e na Radio San Gabriel, caminhamos e conversamos até a noite cair. Em todos esses lugares, o pano de fundo, em grande medida, são as *cholas* em seus comércios de rua, a circulação intensa das vans e microonibus e o aymara muito presente nas conversas despreziosas de esquina. Subjacente às questões triviais do cotidiano, Gonzalo ia apresentando um outro mundo que co-existia e que escapa a um olhar menos atento.

Sem dúvida, El Alto é uma cidade multifacetada e com muitas características que não poderiam ser resumidas ao que vi nessas andanças, mas essa experiência no Distrito

---

<sup>100</sup> Repito: é uma noção de que esses mundos, o indígena e o moderno-ocidental, co-existem dentro das pessoas sem que haja uma síntese deles, sem formar uma terceira coisa ‘misturada’; é bem mais complexo.

4 foi muito emblemática para se perceber o contraste desta cidade com uma cidade como La Paz, por exemplo. Ainda que tão próximas, são muito diferentes. Em La Paz há um maior controle social, uma maior castelhanização. Longe das ladeiras de São Pedro, Tembladerani e Sopocachi, mal se vê essa cultura de rua indígena – quando existe, está presente em espaços contidos, controlados, burocratizados, supervisionados. Em El Alto, há um clima de maior liberdade, de maior domínio sobre a cidade, no qual essa cultura de rua marcadamente indígena simplesmente se dá. O comércio espalhado pelas calçadas, o aymara como língua de fundo, as *cholas* marcando sua presença, assim como os motoristas das vans e microônibus. Tudo se apresenta de forma mais categórica e influente.

A Feira 16 de Julio a que já me referi é outro exemplo. Junto às demais feiras que existem pela cidade, expressa uma escolha deliberada de vender alimentos dentro de uma lógica de “interacción con la naturaleza” e de “contato personal”. Os preços são sempre fruto de uma negociação e “as relações sociais dos participantes continuam sendo as principais dinamizadoras” daquele espaço (MACHIAVELLO, 2008, p. 105). O mercado torna-se, assim, um espaço vivo de re-existências.

Desse modo, a despeito das tentativas de controle, normatização e da pressão da “comunidade do capital” que a tudo destrói, até hoje, em pleno século XXI, persistem práticas e valores não capitalistas e coetâneos. Por isso, é outro universo profícuo para observar de que maneira essas raízes indígenas se mantêm vivas nos espaços urbanos moderno-ocidentais, carregando consigo uma potência revolucionária.

Esses são apenas alguns exemplos da potência latente desse campo ainda pouco explorado das experiências que re-existem “bajo el radar político”. Um dos maiores desafios é o de conceber como essas múltiplas experiências podem saltar para uma alternativa antissistêmica que de fato altere as estruturas de forma mais geral. Não tenho pretensão alguma de responder a esta questão, porém, se voltarmos nossa análise para o Governo de Evo Morales, apesar das críticas que podem ser feitas aos limites do processo atual, o fundamental aqui é admitir que ao longo desses 518 anos de re-existência, o protagonismo indígena segue como uma ferramenta atual para refletir sobre os grandes desafios do mundo em que vivemos, apontando para esses possíveis caminhos que venham a impedir o colapso ambiental e civilizacional que se vislumbra em um futuro não muito distante. Mesmo com todos os esforços de domesticação e de controle, seja no passado, seja sob o governo de Morales, o protagonismo indígena escapa como uma água que escorre por entre os dedos ao tentar segurá-la.

Nesse sentido, o mais fundamental é avançarmos no diálogo intercultural que tem se constituído como espaço rico e necessário, para identificar os limites e as potências vibrantes de cada experiência. Como Silvia Rivera Cusicanqui fala na entrevista, “hay que radicalizar y depurar el legado europeo igualmente que el legado indio.”. A mestiçagem *ch’uje* com a qual a autora trabalha se expressa justamente na potência da radicalização dessa contradição: conciliar o que há de melhor no legado europeu, com o que há de melhor no legado índio.

La mestizaje ch’uje viene a ser un camino de reflexión de modo tal de que tu conviertas la contradicción entre el mundo eurocentrado, invasor, y el mundo de lo propio, la conviertas en un mecanismo de autoemancipación. Y en eso proceso de autoemancipación es necesario radicalizar la contradicción indio x europeo. Eso es lo que quiero decir, es ser más europeo que los europeos, más indígena que los indígenas. Que es ser europeo? Hay que depurarlo del capitalismo ambicioso/conquista/exploración. [...] Del legado indio hay que depurar los aspectos verticales y sumisos de la estructura propia que se han adaptado muy bien al colonialismo (RIVERA CUSICANQUI, entrevista, 2017)

No âmbito de tais depurações, deixei muitas lacunas nessa tese. Sem dúvida, neste trabalho o poder da comunidade foi ressaltado em toda a sua potência, considerado como eixo estruturante para se refletir sobre uma nova condição humana que provoca importantes mudanças nas tradições de matrizes européias e ocidentais. Porém, ainda que não tenha aprofundado, é preciso reconhecer também os limites estruturais subjacentes a essa estrutura e que merecem uma problematização mais ampla (machismo estrutural, o corporativismo e o clientelismo que muitas vezes estruturaram a relação com o Estado, o rigor e o autoritarismo presentes em seus valores, a invisibilização do indivíduo, entre outros). Além disso, o legado da modernidade europeia, ainda que nesse estudo tenha predominado uma abordagem crítica de sua matriz colonial e antropocêntrica, também trouxe importantes avanços para a história da humanidade, sobretudo no âmbito da compreensão dos direitos individuais. Esse tema também mereceria uma maior atenção e, junto com as demais dimensões citadas, mereceriam um aprofundamento para alcançar de fato esse lugar de depuração, de síntese dialética entre essas e outras tradições.

O que poderia concluir de maneira parcial é que mais do que **uma** solução, devemos caminhar no sentido de reconhecer **várias** soluções concomitantes, em que não há lugar aqui para ditar um caminho possível, mas sim o de buscar ouvir experiências

múltiplas que já estão dadas na prática, respeitando a pluralidade dos povos, grupos e sujeitos, sem perder de vista que a busca por um horizonte comum de redefinição da nossa relação com a natureza, com os nossos padrões de consumo, com a política, etc não deve anular as diferenças. Falar de alternativas **antissistêmicas** é reconhecer que uma nova ordem mundial não seria necessariamente um outro sistema que suplantaria o antigo, mas vários sistemas, várias possibilidades de se exercitar o poder da comunidade, de democratizar radicalmente as estruturas políticas, que pode e deve ser explorado em todas as realidades sociais, sejam elas indígenas ou não. Estar em comunidade, olhar para o outro e para a natureza com parte de uma mesma totalidade, respeitar as diferenças, buscar soluções políticas que permitam que essa riqueza se transforme em respostas reais e concretas para desatar o nó em que estamos estagnados, é um dos grandes aprendizados desse processo histórico.

Assim, quando velhos protagonistas de luta que se mantinham nas margens das relações políticas formais se tornam os principais sujeitos a tensionarem com o modelo hegemônico em que vivemos são produzidas grandes possibilidades de transformação. Sem dúvida, aos olhos de um gigante global tal horizonte torna-se incerto e duvidoso, já que precisariam ser consideradas outras estruturas sociais e econômicas para enfrenta-lo em sua magnitude e que não foram tratadas neste trabalho. Porém, acredito que as experiências discutidas ao longo desta tese nos apontam para uma realidade na qual a re-existência desses sujeitos e suas práticas – mesmo com todas as contradições dadas - ainda que não sejam capazes de acertar a cara do gigante, contribuem para o esforço contínuo de cortar-lhe os dedos dos pés.

## FONTES

### DESDE ABAJO

**ENTREVISTAS** realizadas em trabalho de campo (janeiro de 2017)

ABORNO, Juan Manuel, aproximadamente 50 anos, sociólogo.

CONDOR, Sonia Adela, aproximadamente 40 anos, comerciante, vizinha de base, Distrito 14 (Urbanización Franz Tamayo).

CUSICANQUI, Silvia Rivera, aproximadamente 60 anos, socióloga.

MAMANI, Felix Chinahuanca, aproximadamente 40 anos, dirigente vecinal pelo Distrito 8 [Senkata], secretário de transportes da FEJUVE em 2017.

MENDONZA, Luis Flores, aproximadamente 50 anos, funcionário público, ex dirigente da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 4 e atualmente trabalha para o vereador de El Alto, (SOL.BO)

NINA, Fanny, estudante de direito, aproximadamente 40 anos, ex presidenta da FEJUVE no ano de 2010 [GASOLINAZO], ex dirigente vecinal pelo Distrito 5 [Mercurio].

PATY, Juan Adolfo, aproximadamente 40 anos, dirigente vecinal pelo Distrito 8, secretário de assuntos internacionais da FEJUVE em 2017.

OJEDA, Irene Mamani, aproximadamente 50 anos, comerciante, moradora da Santa Clara/El Alto, ex dirigente da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 1 [Villa Adella], ex dirigente e fundadora da Federación de Mujeres de El Alto e dirigente do Comité Cívico de El Alto em 2017.

QUISPE, Angel, aproximadamente 50 anos, funcionário público, ex dirigente da FEJUVE na Guerra do Gás de 2003 pelo Distrito 4 e atualmente trabalha para o vereador de El Alto, (SOL.BO)

QUISPE, Gonzalo Choquehuanca, aproximadamente 30 anos, técnico em telecomunicações, vizinho de base, trabalha para a ONB Wayna Tambo.

REVILLA, Carlos, aproximadamente 40 anos, morador do distrito 4, antropólogo, atuou na Red UNITAS.

SANDOVAL, Marina Vargas, aproximadamente 50 anos, economista, ex dirigente vecinal pelo Distrito [Ciudad Satelite] na Guerra do Gás de 2003, ativista de direitos humanos e, atualmente, trabalha na assessoria do vereador de El Alto, Francisco Tarque (SOL.BO)

SEGALES, Marlene Zapata, aproximadamente 40 años, pedagoga, vizinha de base e dirigente da junta escolar em Ciudad Satelite [Nuevos Horizontes]

TARQUE, Francisco Javier, aproximadamente 40 años, abogado, vereador do Concejo Municipal de El Alto pelo partido SOL.BO.

TAPIAS, Luis, aproximadamente 60 años, filósofo.

VARGAS, Maria Luisa, aproximadamente 50 años, asistente social, vizinha de base, no Distrito 1 [Ciudad Satelite].

VILLARROEL, Kelly Marquez, estudiante, aproximadamente 20 años, vizinha de base do Distrito 4 [Villa Dolores].

**ENTREVISTAS** transcritas (In: DELEDICQUE, Melina; CONTARTESE, Daniel. “Final Report: Juntas Vecinales de El Alto, Bolivia”. In: *Social Movements and the Project of Autonomy in Latin America (Argentina, Bolivia, Brazil and Mexico)*. 2008).

EL ALTO – ENTREVISTA 1: Felix Juan López, Jefatura Regional de El Alto del Ministerio de Trabajo. (5 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 2: José Ramos, Secretario General del Gobierno Municipal de El Alto. (6 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 3: Gastón Churqui, Presidente de la Junta Vecinal urbanización 25 de Julio Senkata Distrito 8. (10 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 4: Ismael Herrera Lovera, Presidente de la Federación de Juntas Vecinales (FEJUVE) de El Alto. (11 de Junio de 2008).

EL ALTO – ENTREVISTA 5: María Mamani, Secretaría de Organización de la Federación de Gremiales de El Alto. (11 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 6: Richard Quispe Flores, Presidente del Comité de Vigilancia de El Alto. (12 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 7: Carlos Rojas, ex Presidente de Junta Vecinal del Distrito . (16 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 8: Fernando Aduviri. Secretario de Prensa e Información Confederación Obrera Regional (COR) de El Alto. (17 de Junio de 2008)

EL ALTO – ENTREVISTA 9: Luis Flores Mendoza, ex Presidente Junta Vecinal del Distrito 4. (17 de Junio de 2008)

## FONTES ESCRITAS

AUZA, Verónica. *Memoria testimonial de la “Guerra del Gás”*. Diócesis de El Alto. Comisión de Hermandad, Cepascaritas. La Paz, 2004.

CEPROD. *Memorias taller (juventud y adolescencia de las ciudades de La Paz y El Alto)*. Huatajata, 2004.

FEJUVE EL ALTO. Estatuto Orgánico. Texto Mimeo.

\_\_\_\_\_. Resoluciones del XVI Congreso Ordinario de la FEJUVE EL ALTO, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolución del Comité Ejecutivo de la FEJUVE n° 007/2010

\_\_\_\_\_. Resolución del Comité Ejecutivo de la FEJUVE n° 001/2015

\_\_\_\_\_. “14 Razones para Romper el Contrato con Aguas del Illimani”. 2014.

\_\_\_\_\_. *Pliego Petitorio*. 2010.

\_\_\_\_\_. *Voto Resolutivo N°.../2003 [Ampliado de Emergencia de la Federación de Juntas Vecinales de la Ciudad de El Alto – 15 de agosto 2003]*. In: CAMARA, Marcelo Argenta. “Movimentos Sociais e Formação de Identidades Territoriais na Bolívia” [Anexo I]. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFRS: Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. *Demandas de la Ciudad de El Alto* [Resoluções do XII Congreso Ordinario – 29 de octubre 2003]. In: CAMARA, Marcelo Argenta. “Movimentos Sociais e Formação de Identidades Territoriais na Bolívia” [Anexo II]. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFRS: Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_/TRIBUNAL DE HONOR. Resolución 001/2010 [Fanny Nina].

RADIO FEJUVE 87,5 FM. *Radio Comunitaria de El Alto*. In: <http://radiofejuve.com/> - consulta fevereiro de 2014.

WAYNA TAMBO [ONG]. In: <http://reddeladiversidad.org/>

## DESDE ARRIBA

ACUERDO DE LOS PUEBLOS. *Acuerdo de los Pueblos de la CONFERENCIA MUNDIAL DE LOS PUEBLOS SOBRE EL CAMBIO CLIMATIVO Y LOS DERECHOS DE LA MADRE TIERRA* [Cochabamba, 22/04/2010]. 2010. In: <https://climatejusticenow.org/es/acuerdo-de-los-pueblos/> - consulta em 11/01/2019.



ACPD [Asamblea Constituyente para Profundizar la Democracia]. *Construyendo nuestro nuevo Estado Plurinacional: Bases Fundamentales del Estado*. Cartilla n°1, Bolivia, 2009

\_\_\_\_\_. *Nuestros Derechos en la Constitución Política del Estado*, Cartilla n°2, Bolivia, 2009.

\_\_\_\_\_. *Las Autonomías en la Constitución Política del Estado*, Cartilla n°3, Bolivia, 2009

\_\_\_\_\_. *La Jurisdicción Indígena Originaria Campesina en la Constitución Política del Estado*, Cartilla n°4, Bolivia, 2009.

\_\_\_\_\_. *Tierra, Territorio y Medio Ambiente en la Constitución Política del Estado*, Cartilla, n°5, Bolivia, 2009.

ANTEPROYECTO de *Ley Marco de Autonomías y Descentralización*, Bolivia, julio del 2009

CEPAL. *Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na Última Década e Desafios Pendentes para a Garantia dos seus Direitos*. 2015. In: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf) - consulta em 25/04/2019.

COMISSÃO CARTA DA TERRA. *Carta da Terra*. 2010. In: [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta\\_terra.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.doc) - consulta em 21/11/2017.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS DIREITOS DA MÃE TERRA. *Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra*. 2010. In: <http://www.rightsofmotherearth.com/declaração-universal/> - consulta em 21/11/2017.

DEFENSORIA del Pueblo. *Interculturalidad en la Nueva Constitución Política del Estado*, La Paz, mayo del 2009.

\_\_\_\_\_. *Interculturalidad y Derecho*, La Paz, octubre del 2008.

ELECTORAL GEOGRAPHY. *Bolivia: Presidential Elections*. 2002. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2002-president-elections-bolivia.html> - consulta em 19/05/2015.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Presidential Elections*. 2005. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2005-president-elections-bolivia.html> - consulta em 19/05/2015

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Legislative Elections*. 2006. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2006-parliament-elections-bolivia.html> - consulta em 19/05/2015.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Vote of Confidence Referendum*. 2008. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-vote-of-confidence-referendum-2008.html> - consulta em 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Constitutional Referendum*. 2009a. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-constitutional-referendum-2009.html> - consulta em 20/05/2015.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Presidential Elections*. 2009b. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-presidential-election-2009.html> - consulta em 19/05/2015.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Presidential Elections*. 2014. In: <http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-presidential-election-2014.html> - consulta em 19/05/2015.

GOBIERNO MUNICIPAL DE EL ALTO. *Documentos*. In: [www.elalto.gov.bo](http://www.elalto.gov.bo) - consulta em fevereiro de 2014.

INE [Instituto Nacional de Estadística]. *Bolivia: Censo de Población y Vivienda, Autoidentificación con Pueblos Originarios o Indígenas de la Población de 15 años o más de edad*. La Paz, INE, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Mapa de Pobreza de Bolivia*. La Paz: INE, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Características de la Población*. La Paz: INE, 2002.

\_\_\_\_\_. *Bolivia: Características Sociodemográficas de la Población Indígena*. La Paz: INE, 2003.

\_\_\_\_\_. *Censo Nacional de Población y Vivienda*. La Paz: INE, 2012.

IPU [Inter-parliamentary Union]. *Women in National Parliaments: World Classification*. 2019. In: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm> - consulta em 24/04/2019.

LPP. *Ley de Participación Popular*. 2004. In: [http://www.oas.org/juridico/spanish/blv\\_res16.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/blv_res16.pdf) - consulta em 21/11/2017.

MAS [Movimiento al Socialismo]. *Estatuto Orgánico o Carta Fundacional*. 2003.

\_\_\_\_\_. “Declaración de Principios Ideológicos”. In: ESCÓBAR, Filemón. *De la Revolución Pachakuti: El Aprendizaje del Respeto Recíproco entre Blancos e Indianos*. La Paz: Garza Azul, 2008.

MINISTERIO de la Presidencia. *Tendencias y Viabilidad de las Autonomías Indígenas Originarias Campesinas en Bolivia*. La paz, junio 2009, Estado Plurinacional de Bolivia.

\_\_\_\_\_. *Del Estado Colonial Mendigo al Estado Plurinacional Digno*. 2012. In: <http://www.mingobierno.gob.bo/pdf/estadodigno2011.pdf> - consulta em fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. *Juntos Avanzamos con el Pueblo (2006/2011)*. In: <http://www.mingobierno.gob.bo/pdf/procesodecambio2010.pdf> - consulta em fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. *Evaluación Plan Operativo Anual POA 2011*. In: <http://www.mingobierno.gob.bo/planestrategicopoa.html> - consulta em fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. *Evaluación Plan Operativo Anual POA 2012*. In: <http://www.mingobierno.gob.bo/planestrategicopoa.html> - consulta em fevereiro de 2014.

MORALES AYMA, Evo. “Palabras del Presidente Electo” [Tiahuanacu, 21/01/2006]. *Los Discursos de Evo*. 2006A. In: <https://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-62330-2006-01-30.html> - consulta em 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso de Posesion del Presidente Constitucional de Bolivia” [La Paz, 22/01/2006]. *Discursos de Evo*. 2006B. In: <https://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-62330-2006-01-30.html> - consulta em 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso del Presidente Constitucional de la República, Evo Morales, en ocasión de la promulgación de la nueva CPE” [La Paz, 07/02/2009]. 2009A. In: <https://www.nodo50.org/mariategui/boliviadiscursodelpresidenteconstitucionaldelarepublica.htm> - consulta em 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso de S. E. Don Evo Morales Ayma, Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia en Ocasión del Debate General del 64° Periodo de

Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas” [23/09/2009]. 2009B. In: [http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/BO\\_es.pdf](http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/BO_es.pdf) - consulta em 11/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales Ayma, en la Asamblea de las Naciones Unidas sobre la Necesidad de una Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra” [22/04/2009]. 2009C In: <https://www.alainet.org/es/active/30092> - consulta em 11/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Intervención del Señor Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, D. Evo Morales Ayma en ocasión de la Inauguración del 66° Período de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas” [NY, 21/09/2011]. 2011. In: [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/BO\\_es.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/BO_es.pdf) - consulta em 12/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales Ayma en ocasión de la COP20 de la Convención Marco de Naciones Unidas sobre Cambio Climático” [Peru, 09/11/2014]. 2014A. In: <https://www.un.org/development/desa/indigenous-peoples-es/wp-content/uploads/sites/34/2017/06/Discurso-del-Presidente-Evo-Morales-Foro-Permanente-ONU.pdf> – consulta em 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso en el Encuentro de Unidad por los Pueblos” [Santiago de Chile, 11/03/2014]. 2014B. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/566> - consulta em 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales Ayma, en el 70° Período de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas” [28/09/2015]. 2015. In: [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70\\_BO\\_es.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_BO_es.pdf) – consulta em 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. *Informe Anual de Gestión del Presidente a la Asamblea 2016 [22 de enero de 2017]*. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia, 2017.

\_\_\_\_\_. “10 Años de la Declaración de los Derechos de los Pueblos Indígenas” [26/04/2017]. 2017A. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2010> - 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. “Intervención del Presidente Evo Morales en la Sesión del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas” [06/06/2017]. 2017B. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2902> - consulta em 25/01/2019.

..... “Discurso en el 192 Aniversario de independencia de la Patria” [06/08/2017]. 2017C In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2161> - consulta em 25/01/2019.

..... “Discurso en el 72° Periodo de Sesiones de la Asamblea General de Naciones Unidas” [19/09/2017]. 2017D. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2252> - consulta em 25/01/2019

..... “Discurso en el Cumbre del Pacto Global para el Medio Ambiente [19/09/2017]. 2017E. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2251> - consulta em 25/01/2019.

..... “Discurso en Conmemoración por los 50 años de la presencia del Che en Bolivia” [09/10/2017]. 2017F. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2268> - consulta em 25/01/2019.

..... “Cumbre Internacional del Clima - Conferencia de Prensa” [12/12/2017]. 2017G. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2361> - consulta em 25/01/2019.

..... “Discurso en la XVII Sesión Preparatoria del Foro Permanente de Cuestiones Indígenas de Naciones Unidas” [27/02/2018]. 2018A. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2432> - consulta em 25/01/2019.

..... “Conferencia de prensa ofrecida por el Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales” [NY, 16/04/2018]. 2018B. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2434> - consulta em 25/01/2019.

..... “Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia Evo Morales Ayma en el Foro Permanente de las Naciones Unidas para los Derechos Indígenas, 17° período de sesiones” [NY, 16/04/2018]. 2018C. In: <https://www.un.org/development/desa/indigenous-peoples-es/wp-content/uploads/sites/34/2017/06/Discurso-del-Presidente-Evo-Morales-Foro-Permanente-ONU.pdf> - consulta em 25/01/2019.

..... “Discurso en el XXVI Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno” [16/11/2018]. 2018D. In: <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/discurso/2930> - consulta em 25/01/2019.

NCPE. *Constitucion Política del Estado*. Edicion Oficial. La Paz, 2009.

OIT [Organização Internacional do Trabalho]. *Convenção n° 169*. In: [portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf) – consulta em 21/11/2017.

PLAN REGULADOR DE LA CIUDAD DE EL ALTO. *Una visión desde el desarrollo humano sostenible*. El Alto: junio de 1999.

SMALL ARMS SURVEY. *Small Arms Survey 2012: Moving Targets*. 2012. In: <http://www.smallarmssurvey.org/publications/by-type/yearbook/small-arms-survey-2012.html> - consulta em 23/04/2019

RUIZ, Rodrigo. *Socialismo, Comunidad e Integración: Entrevista a Álvaro García Linera*. La Paz: Vicepresidencia, 19/01/2015-21/01/2015.

## PERIÓDICOS

BBC. “Como a Bolívia se tornou o país que mais cresce na América do Sul”. 29/10/2017. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/como-a-bolivia-se-tornou-o-pais-que-mais-cresce-na-america-do-sul.ghtml> - consult aem 11/12/2018.

EL ALTEÑO. “Edición V aniversario: en Memoria del Octubre Negro”. El Alto, s/d.

EL ALTEÑO, 29/06/2010

EL ALTEÑO, 06/07/2010

EL ALTEÑO, 24/08/2010.

EL ALTEÑO, 14/09/2010

EL ALTEÑO, 04/10/2010

EL ALTEÑO, 05/10/2010

EL ALTEÑO, 16/10/2010

EL ALTEÑO, 22/10/2010 [capa]

EL ALTEÑO, “FEJUVE sin Nina: Organizaciones reconocen a Luna” [capa], 05/11/2010.

EL ALTEÑO, 10/11/2010

EL ALTEÑO, 23/11/2010

EL ALTEÑO, “Fallo del Tribunal: Será Evauado a CONALJUVE se necesario”, 25/11/2010.

EL ALTEÑO, 16/12/2010

EL ALTEÑO, Opinión: “Fanny Nina y el uso peligroso del ‘sentido común’ (Maria Galindo), 06/01/2011.

EL ALTEÑO, “Nina no reunificará: Sufrió Accidente de Trânsito en la Ceja”, 06/01/2011.

EL ALTEÑO, “Por credencial piden a la CONALJUVE revocar la de Fanny Nina”, 07/01/2011.

EL ALTEÑO, 07/01/2011

EL ALTEÑO, 08/01/2011

EL ALTEÑO, 20/12/2016

EL TIEMPO, “Tras 10 años en el poder, Evo Morales quiere quedarse por otra década”. 22/01/2016. In: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16488771> - consulta em 26/11/2017.

JORNADA, “El Alto pide auxilio a Morales ante quebra municipal”, 28/09/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=53523-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “Morales y El Alto en busca de limar asperezas”, 16/10/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=54347-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “FEJUVE de El Alto suspendió a su Presidenta Fanny Nina”, 27/10/2010: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=54805-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “Alteños marcharán contra alza del costo de vida”, 09/11/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=55348-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “Ofrecimientos de Evo no convencen y se intensifican medidas contra gasolinazo”, 30/11/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=57613-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “Alteños bloquearon y acusaron traición a Presidente Evo Morales”, 29/12/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=57566-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “Crece descontento contra ‘gasolinazo’: piden derrogar Decreto”, 29/12/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=57563-1> – consulta em 12/11/2017

JORNADA, “Un herido en protesta de vecinos de El Alto contra el alza de los carburantes”, 30/12/2010. In: <http://www.jornadanet.com/n.php?a=57616-1> – consulta em 12/11/2017

LA PRENSA. In: <http://www.laprensa.com.bo/> - consulta em fevereiro de 2014.

LA VOZ DEL VECINO, “Mas de 2.500 delegos elegieron a Fanny Nina 2010-2012 Presidente de FEJUVE El Alto [especial]”, 2010.

OPERA MUNDI [REDAÇÃO]. “Pivo de um escândalo de corrupção: Ex Namorada de Evo Morales é Presa na Bolívia”. 26/02/2016. In: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43343/pivo+de+um+escandalo+de+corrupcao+ex-namorada+de+evo+morales+e+presa+na+bolivia.shtml> – consulta em 20/11/2017.

PAGINA SIETE. JUÁREZ, Ivone. “El cuadro que revela cómo fue el cerco a La Paz en 1781. In: 28/07/2016 [ <http://paginasiete.bo/gente/2016/7/28/cuadro-revela-como-cerco-1781-104242.html>] - consulta em 20/11/2017]

PAGINA SIETE, 04/01/2011

PAGINA SIETE, 06/01/2011

## BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AARÃO REIS, Daniel; BRUCE, Mariana; FERRERAS, Noberto; *et al* (orgs.). *Outras Modernidades: EUA e Nuestra América (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*. São Paulo: Elefante/Autonomia Literária, 2016.

AGUILAR, Raquel Gutierrez. “A Manera de Prólogo”. In GÓMEZ, Luis A. *El Alto de Pie: Una Inusurción Aymara en Bolivia*. La Paz: HdP/Comuna/Indymedia, 2004

ALI, Tariq. *Piratas Del Caribe – El Eje de la Esperanza*. Buenos Aires: Luxemburg, 2007.

AMAS, Maria Cristina. *Reseña Historica de la FEJUVE*. [arquivo IDIS/UMSA]

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Bolívia: Democracia e Revolução – A Comuna de La Paz de 1971*. São Paulo: Alameda, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Boliviana*. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: UNESP, 2007.

ANTEZANA E., Luis. *Historia Secreta del Movimiento Nacionalista Revolucionario: 9 de Abril*. Vol. 7. La Paz: Editorial Juventud, 1988.

\_\_\_\_\_. *Historia Secreta del Movimiento Nacionalista Revolucionario: 1952-1956*. Vol. 8. La Paz: Editorial Juventud, 1992.

ANZE, O. Rosario. *Construyendo una identidad en las zonas de El Alto sur*. CIPCA, CEBIAE, La Paz, 1995.



- ARAÚJO, Rafael Pinheiro. “Discursos Políticos Comparados: Indigenismo e Bolivarianismo (1992-2012). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo/Brasília: Ática/UnB, 1990.
- BÁEZ, Luis; HOZ, Pedro de la. *Todos Somos Evo*. La Habana: Ediciones Plaza, 2009.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luis Bernardo. *América Latina – História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BEBIANO, Rui. *Temas e Problemas da História do Tempo Presente*. In: <http://ruibebiano.net/docs/estudos/hrecente.pdf> - consulta em março de 2013.
- BENARIO, 2016. In: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/12/bolivia-crise-da-agua-em-la-paz-uma-catastrofe-anunciada/> - consulta em 19/11/2017.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987
- BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Por uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BORÓN, Atílio. *La Encrucijada Boliviana*. In: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) – consulta em 18/07/2006
- BREDA, Tadeu. “Evo no Espelho”. 2011. In: <http://outraspalavras.net/posts/evo-no-espelho/> - consulta em 20/05/2015.
- BROWN, Dale M. (ed.). *O Império Inca*. Coleção Civilizações Perdidas. Rio de Janeiro: Abril, 1998.
- BRUCE, Mariana. *Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- \_\_\_\_\_. Feitosa, Emilly. “O nacionalismo popular em Nuestra América: revolução cubana e bolivariana em debate”. In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis (Org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 323-345.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMARA, Marcelo Argenta. *Movimentos Sócio-Territoriais e a Construção de Territorialidades Contra-Hegemônicas na Bolívia: Uma Contribuição desde a Geografia para o Estudo dos Movimentos Sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Os Movimentos Sociais e a Formação das Identidades Sócio-Territoriais na Bolívia”. Dissertação de Mestrado em Geografia. Porto Alegre: UFRS, 2007.

\_\_\_\_\_. “As Juntas Vecinales de El Alto: Memórias Campesino-Sindicais na Constituição do Protagonismo Social”. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, Vol. 13, nº 1, Maio de 2011.

CAMARGO, Alfredo José C. J. de. *Bolívia: A Construção de um Novo País – Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações Pré-Colombianas a Evo Morales*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDONA, Jorge Antonio E. Sainz. *La Cuestión del Nivel Intermedio en la Política Socio Espacial Boliviana: El Caso de la Cuenca del Río Desaguadero y el Lago Poopó*. La Paz: UMSA, 2009.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. “Colonialismo Interno: Una Redefinición”. In: *La Teoría Marxista Hoy*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 409-434

CHAVES, Daniel Santiago. *Autonomias: Bolívia no Tempo Presente*. Coleção Tempo Presente Teses & Dissertações. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

\_\_\_\_\_; ARAUJO, Rafael Pinheiro; SÁ, Miguel de. *Bolívia: Passos das Revoluções*. Niterói: Muiraquitã, 2009.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Oprimidos pero no Vencidos: Luchas del Campesinato Aymara y Qhechwa (1900-1980)*. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

\_\_\_\_\_. *Etnicidad Estratégica, Nación y Colonialismo en América Latina*. Conferência Inaugural do IV Congresso Internacional sobre Dinâmicas de Inclusión y Exclusión en América Latina. Universidad de Colonia: México, 2013. Arquivo em Vídeo (<http://teresanalvarez.com.ar/etnicidad-estrategica-nacion-y-colonialismo/#axzz2rt6zrKL4>) – consulta em 30/01/2013.

DAVALOS, Pablo. “Sumak Kawsay (La Vida en Plenitud)”. In: CANTALAPIEDRA, S. A. (coord.). *Convivir para Perdurar: Conflictos Ecosociales y sabidurias ecologicas*. Dialnet, 2011.

\_\_\_\_\_. “Reflexiones sobre el Sumak Kawasy (El Buen Vivir) y las Teorías del Desarrollo”. 2008. In: <http://www.alainet.org/es/active/25617> - consulta em 13/10/2016.

DELEDICQUE, Melina; CONTARTESE, Daniel. “Final Report: Juntas Vecinales de El Alto, Bolívia”. In: *Social Movements and the Project of Autonomy in Latin América (Argentina, Bolívia, Brazil and Mexico)*. 2008.

DILGER, G. LANG, M. e NETO, J.P. (orgs). *Descolonizar o Imaginário*. SP: Editora Elefante, 2016

\_\_\_\_\_. “Ousar pensar ‘fora da caixa’”. In: [rosaluxpba.org](http://rosaluxpba.org), 2016, s/p. – consulta em 06/10/16.

DOMINGUES, José Mauricio; GUIMARÃES, Alice Soares et. allí (orgs.). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

DUTRA, Eliane de Freitas. *História e Culturas Políticas: Definições, Usos, Genealogias*. Varia História. Belo Horizonte: UFMG, nº 28, 2002.

ENCINAS, Hilder Sejas. *Posicionamiento del Estado Plurinacional: La Historia Veraz de Cómo Nace y, Por Qué se Extingue la Bolivia Colonial*. La Paz: Editorial Hisen, 2010.

ESTERMANN, Josef. *Filosofia Andina: Sabiduría Indígena para un Mundo Nuevo*. La Paz: ISEAT, 2006.

FABIAN, Johannes. “Memórias da Memória: Uma História Antropológica”. In: AARÃO REIS, Daniel; MATTOS, Hebe et. Allí. (orgs.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FAIRCLOUG, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FERNANDES, Florestan. *O Que É Revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNÁNDEZ, R. Johnny. *En las manos de la ciudad de El Alto*. Centro e Reporteros Populares. 1993.

FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História – Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores do Brasil: O Imaginário Popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, Tempo Presente e História Oral*. In: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf> - consulta em março de 2013.

FLORES, Carlos Crespo. “Los Factores para la Expulsión de Aguas del Illimani de las Ciudades de La Paz y El Alto”. 2005. In: <https://www.citizen.org/article/los-factores-para-la-expulsin-de-aguas-del-illimani-de-las-ciudades-de-la-paz-y-el-alto> - consulta em 19/11/2017.

\_\_\_\_\_. “Privatización del Agua y Racismo Ambiental en Ciudades Segregadas: La empresa Aguas del Illimani en las ciudades de La Paz y El Alto (1997-2005). In: CASTRO, José Esteban; SIMÓN RUIZ, Inmaculada (coords.) *Dossier Agua*

y desigualdad en América Latina. Anuario de Estudios Americanos, 2009 vol. 66 no. 2 p. 105-122.

FORNILLO, Bruno. “Bolívia: O Tempo das Coisas Pequenas”. In: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Bolivia-o-tempo-das-coisas-pequenas/6/35561> - consulta em 08/06/2016.

FRANCE Presse. “Derrota de Evo Morales em referendo o obriga a mudar projeto político”. In: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/derrota-de-evo-morales-em-referendo-o-obriga-mudar-projeto-politico.html> - consulta em 08/06/2016.

FREITAS, Caroline Cotta de Mello. “Entre *whipallas*, *polleras* e *ponchos*: Embates entre os discursos de CONAMAQ, do Estado Plurinacional da Bolívia e do Direito Internacional”. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 2012.

FSTMB [Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia]. *Tesis de Pulacayo*. 1946. In: <https://www.marxists.org/espanol/lora/1946/nov08.htm> - consulta em 19/05/2015.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCÍA, Fernando (cop.). *Identidades, Etnicidad y Racismo en América Latina*. Quito: FLACSO, 2008.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa : Gradiva, 1993.

GISBERT, José de Mesa Teresa; GISBERT, Carlos D. Mesa. *Historia de Bolivia*. La Paz: Editorial Gisbert y Cia S.A., 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. “História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões”. In: SOHIET, Raquel; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. de Fátima (orgs). *Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GÓMEZ, Luis A. *El Alto de pie. Una insurrección aymará en Bolívia*. HDP, COMUNA, INDYMEDIA, La Paz, 2004.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. “Colonialismo Interno: Una Redefinición”. In: *La Teoría Marxista Hoy*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 409-434

GONZALEZ, Miguel; CAL, Araceli Burguete; ORTIZ, Pablo T. (coord.). *La Autonomía en Debate: Autogobierno Indígena y Estado Plurinacional en América Latina*. Quito: FLACSO, 2010.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRASSO, Dick E. Ibarra. *Pueblos Indígenas de Bolívia*: La Paz: Editorial Juventud, 1997.
- GUAYGUA, Germán et. al. *Ser Joven en El Alto. Rupturas y Continuidades en la Tradicción Cultural*. PIEB, La Paz, 2000.
- JIMÉNEZ S., Greta. *Rituales de vida en la cosmovisión andina*. Editora Plural: La Paz, 2005.
- JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- HALL, Michael; SPARDIN JR, Hobart. “A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina (1880-1930)”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, Vol. 4.
- HOBBSAWM, Eric. “Engajamento”. In: *Sobre História – Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 138-154.
- \_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Notas sobre a Consciência de Classe”. In: *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a História Operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Paz e Terra: São Paulo, 1984.
- IBAÑEZ, Mario. “Ressignificando a Cidade Colonial e Extrativista: Bem Viver a partir de Contextos Urbanos”. In: DILGER, G. LANG, M. e NETO, J.P. (orgs.). *Descolonizar o Imaginário*. SP: Editora Elefante, 2016
- LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LIMA, Valéria Paim de. “Revolução Democrática na América Latina: A (Re)emergência da Identidade Indígena na Bolívia”. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- LINERA, Álvaro García. *A Potência Plebeia: Ação Coletiva e Identidades Indígenas, Operárias e Populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Las Vías de la Emancipación: conversaciones con Álvaro García Linera* (Cidade do México: OCEAN SUR, 2009).

\_\_\_\_\_. *De Demonios Escondidos y Momentos de Revolución: Marx y la Revolución Social en las Extremidades del Cuerpo Capitalista* (La Paz: OFENSIVA ROJA, 1992).

\_\_\_\_\_. *Forma Valor y Forma Comunidad: Aproximación Teórica-Abstracta a los Fundamentos Civilizatorios que Preceden al Ayllu Universal*. La Paz: CHONCHOCORO, 1995.

\_\_\_\_\_. *Reproletarización: Nueva Clase Obrera y Desarrollo del Capital Industrial en Bolivia (1952-1998)*. La Paz: MUELA DEL DIABLO, 1999.

\_\_\_\_\_. *La Condición Obrera: Estructuras Materiales y Simbólicas del Proletariado de la Minería Mediana (1950-1999)*. 2001. Disponible em: [openlibrary.org](http://openlibrary.org) – consulta em 10/09/2014.

\_\_\_\_\_. *Socialismo Comunitario: Un Horizonte de Época*. La Paz: Vicepresidencia, 2015.

\_\_\_\_\_. *Las Tensiones Creativas de la Revolución: La Quinta Fase del Proceso de Cambio*. La Paz: Vicepresidencia, 2010a.

\_\_\_\_\_. “El Socialismo Comunitario: Un Aporte de Bolivia al Mundo”. In: Revista Analisis: Entrevista con Álvaro García Linera. La Paz: Vicepresidencia, 2010b.

\_\_\_\_\_. “El Capitalismo Andino-Amazonico”. Enero de 2006. In: <https://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html> - consulta em 20/10/16.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LOS TIEMPOS [redaccion central]. “Gobierno otra vez promueve vía por el Tipnis”. 28/05/2016. In: <http://www.lostiempos.com/actualidad/economia/20160528/gobierno-otra-vez-promueve-tipnis> - consulta em 20/10/2016.

LOWY, Michael. “De Marx ao Ecosocialismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo II : Que Estado para que Democracia?*. Petrópolis: VOZES, 1999.

MACCHIAVELLO, Fiorella. “O Espaço Transitório na Cidade de El Alto, na Bolívia”. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianopolis: UFSC, 2008.

MACKINNON, Maria M., PETRONE, Mario A. *Populismo y Neopopulismo en América Latina – El Problema de la Cenicienta*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.

- MAMANI, Fernando Huanacuni. *Buen Vivir/Vivir Bien: Filosofía, Políticas, Estrategias y Experiencias Regionales Andinas*. Lima: CAOI, 2010.
- MARIATEGUI, José Carlos. *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Por um Socialismo IndoAmericano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MARTÍNEZ C., Emilio. *Ciudadano X: La Historia Secreta del Evismo*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2008.
- MEDINA, Javier. “Mano de Leyes’ del Suma Qamaña”. 2010. In: <http://lareciprocidad.blogspot.com/2010/02/manos-de-leyes-del-suma-qamana.html> - consulta em 24/04/2019.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Poderes Globais – Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. “A Colonialidade de Cabo a Rabo: O Hemisfério Ocidental no Horizonte Conceitual da Modernidade”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-americanas*. CLACSO, 2005.
- MIRANDA, Bruno. “Comunitarismo, autonomia indígena e movimento autônomo: as lutas sociais de El Alto e Chiapas”. Monografia. Faculdade de Ciências Sociais. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFCS, 2007.
- MOLDIZ, Hugo. *Bolívia en los Tiempos de Evo: Claves para Entender el Proceso Boliviano*. La Paz: Ocean Sur, 2009.
- MONTENEGRO, Carlos. *Nacionalismo y Coloniaje*. La Paz: Editorial Juventud, 1984.
- NEGRI, Antônio. *O Poder Constituinte: Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- NOVAES, Adauto (org.). *Oito Visões da América Latina*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.
- OJEDA, Igor. “Povos Indígenas se Unem por Estados Plurinacionais”. In: Revista Eletrônica ALAI, América Latina en Movimiento. 2008. <http://alainet.org/active/21711&lang=es> – consulta em março de 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Quando é Preciso ser Índio: Identidade Étnica como Força Política nas Aldeias do Rio de Janeiro”. In: AARÃO REIS, Daniel; MATTOS, Hebe et. Allí. (orgs.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

PRIMER MANIFESTO DE TIAHUANACO. 1973. In: [http://movimientoindianistakatarista.blogspot.com.br/2014/06/manifiesto-de-tiahuanaco-1973\\_29.html](http://movimientoindianistakatarista.blogspot.com.br/2014/06/manifiesto-de-tiahuanaco-1973_29.html) - consulta em 19/05/2015.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PINEDA, Francisco. *Evo Morales: El Cambio Comenzó en Bolivia – Vida, Pensamiento y Acción de Gobierno del Primer Presidente Indígena*. Madrid: Almuzara, 2007.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n° 10, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Latifundios genéticos y r-existencia indígena”. In *Revista Chiapas*, n° 14, UNAM, D.F., México, p. 7-30, 2002.

\_\_\_\_\_. “Ou Inventamos ou Erramos: Encruzilhadas da Integração Regional Sul-Americana”. 2011. In: <http://www.reggen.org.br/> - consulta em 19/05/2015.

\_\_\_\_\_. [ORELHA]. In: DILGER, G. LANG, M. e NETO, J.P. (orgs). *Descolonizar o Imaginário*. SP: Editora Elefante, 2016, s/p. [<http://editoraelefante.com.br/produto/descolonizar-o-imaginario/> - consulta em 07/10/2016]

\_\_\_\_\_ e BETANCOURT, Milson. *Encrucijada Latinoamericana en Bolivia: El Conflicto del TIPNIS y sus Implicaciones Civilizatorias*. La Paz: CIDES, 2013.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cuestiones y Horizontes: Antología Esencial – De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder* (seleção Danilo Assis Clímaco). Buenos Aires: CLACSO, 2014.

\_\_\_\_\_. “‘Bien Vivir’: Entre el ‘Desarrollo y la Des/Colonialidad del Poder’”. *Ecuador debate* (Quito). N° 84: 77-87, diciembre, 2011.

QUISBERT QUISPE, Máximo. FEJUVE El Alto 1990-1998. *Dilemas del Clientelismo Colectivo en un Mercado Político en Expansión*. Ed. Aruwiyiri, La Paz, 2003.

QUISPE, Ayar. *Indianismo*. Qullasuyu: Ediciones Pachakuti, 2011.



RAMÍREZ, Shirley Orozco; LINERA, Álvaro García Linera; STEFANONI, Pablo. *“No Somos Juguetes de Nadie...”: Análisis de la Relación de Movimientos Sociales, Recursos Naturales, Estado y Descentralización*. La Paz: Plural Editores, 2006.

RAMIREZ, Pablo Mammani. *Microgobiernos Barriales: Levantamiento de la Ciudad de El Alto (Octubre 2003)*. La Paz: CADES, 2005.

\_\_\_\_\_. “Cuatro Años del Estado Plurinacional”. Diario Pagina Siete, 2014.  
In: <http://www.paginasiete.bo/ideas/2014/1/26/cuatro-anos-estado-plurinacional-12253.html> - consulta em março de 2014

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” In: ROUANET, Maria Helena (org.) *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ (Cadernos da Pós/Letras, nº 19), 1997

REVILLA, Carlos. “Representaciones Colectivas sobre la Autoridad y Construcción de Legitimidad en la Organización Vecinal del Distrito IV de El Alto (2002-2005)”. Tesis de Antropología. La Paz: UMSA, 2006.

\_\_\_\_\_. *Visibilidad y Obrismo: La Estrategia del Plan Progreso en la Ciudad de El Alto*. La Paz: Unitas, 2007.

REVISTA Opiniones y Análises. “Debate sobre las Autonomías Regionales”. La Paz, Fhundreds, marzo de 2005.

RESTALL, Mathew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REYNAGA, Fausto. *Belzu: Precursor de la Revolución Nacional*. La Paz: Ediciones “Rumbo Sindical”, 1953.

\_\_\_\_\_. *El Pensamiento Amautico*. La Paz: Ediciones PIB, 1978.

\_\_\_\_\_. *La Revolución Amautica*. La Paz: Ediciones PIB, 2007.

\_\_\_\_\_. *La Revolución India*. La Paz: Ediciones Fundación Aumática “Fausto Reinaga”, 2001.

\_\_\_\_\_. *Manifiesto del Partido Indio de Bolivia*. La Paz: Ediciones PIB, 1970.

\_\_\_\_\_. *Tesis India: Política*. La Paz: Ediciones PIB, 1971.

\_\_\_\_\_. *Tierra y Libertad: La Revolución Nacional y el Indio*. La Paz: Ediciones “Rumbo Sindical”, 1952.

REYNAGA, Ramiro [Wankar]. *Tawa Inti Suyu: 5 Siglos de Guerra India*. 8ª edición internacional actualizada. S/L: S/E, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org.). *Semear Outras Soluções: Os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivaís*. Coleção Reinventar a Emancipação Social / Para Novos Manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Coleção Reinventar a Emancipação Social / Para Novos Manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *La Reinención del Estado y el Estado Plurinacional*. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, septiembre, 2010.

\_\_\_\_\_ e CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Conversatios of the World IV/Conversas del Mundo IV: Valle de las Animas (La Paz/Bolivia)*. 2013. In: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/santos-work/conversation-of-the-world-iv-boaventura-de-sousa-santos-and-silvia-rivera-cusicanqui-2/?lang=pt> – consulta em 19/05/2015.

SHAVELZON, Salvador. “A Assembleia Constituinte na Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional”. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SOLÓN, Pablo. *Es Posible el Vivir Bien? Reflexiones a Quema Ropa sobre Alternativas Sistemicas*. La Paz: Fundacion Solon, 2016.

STEFANONI, Pablo. “Prefácio”. In: LINERA, Álvaro García. *A Potência Plebeia: Ação Coletiva e Identidades Indígenas, Operárias e Populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SMITH, Anthony. “Criação do Estado e Construção da Nação”. In: HALL, J. (org.). *Os Estados na História*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 334-385.

SVAMPA, Maristela; STEFANONI, Pablo. “Entrevista a Álvaro García Linera: Evo Simboliza el Quiebre de un Imaginario Restringido a la Subalternidad de los Indígenas”. In: OSAL, ano VIII, nº 22, septiembre, Buenos Aires, 2007.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

TODOROV, Tzevan. *A Conquista da América: A Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- USAID. *Evaluación de la Ciudad de El Alto*. Bolivia, El Alto, 2004.
- VALVERDE, Carlos. *¿Qué Pasó? Violencia, Linchamientos y Muerte en Tiempos de Evo*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2010;
- VARGAS, Idón Moisés Chivi (coord.). *Bolivia: Nueva Constitución Política del Estado – Conceptos Elementales para su Desarrollo Normativo*. La Paz: VicePresidencia del Estado Plurinacional, 2010.
- VIEZZER, Moema. “*Se Me Deixam Falar...*”: *Testemunho de Domitila Barrios de Chungara, uma mulher da Bolívia – 25 anos depois*. São Paulo: Global Editora, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o Capitalismo: A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- YAMPARA, H. Simón. “¿Adoptar la vía capitalista o la vía comunitaria andina?”. In: *Temas en la Crisis*, n° 24, enero de 1985, pp. 13-16.
- \_\_\_\_\_. “Comprensión Aymará de la Tierra-Territorio en la Cosmovisión Andina y su Ordenamiento para la Qamaña”. In: *Inti-Pacha*, 1(7), 2005.
- ZIBECHI, Raul. “Bolivia: A Obstinação da Descolonização”. 2013. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501557-bolivia-a-obstinada-potencia-da-descolonizacao> - consulta em 20/05/2015.

## ANEXO 1

### **Proyecto de Declaración Universal de Derechos de la Madre Tierra**

Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra (22 de Abril, Cochabamba, Bolivia)

#### Preámbulo

Nosotros, los pueblos de la Tierra:

Considerando que todos somos parte de la Madre Tierra, una comunidad indivisible vital de seres interdependientes e interrelacionados con un destino común;

Reconociendo con gratitud que la Madre Tierra es fuente de vida, alimento, enseñanza, y provee todo lo que necesitamos para vivir bien;

Reconociendo que el sistema capitalista y todas las formas de depredación, explotación, abuso y contaminación han causado gran destrucción, degradación y alteración a la Madre Tierra, colocando en riesgo la vida como hoy la conocemos, producto de fenómenos como el cambio climático;

Convencidos de que en una comunidad de vida interdependiente no es posible reconocer derechos solamente a los seres humanos, sin provocar un desequilibrio en la Madre Tierra;

Afirmando que para garantizar los derechos humanos es necesario reconocer y defender los derechos de la Madre Tierra y de todos los seres que la componen, y que existen culturas, prácticas y leyes que lo hacen;

Conscientes de la urgencia de tomar acciones colectivas decisivas para transformar las estructuras y sistemas que causan el cambio climático y otras amenazas a la Madre Tierra;

Proclamamos esta Declaración Universal de Derechos de la Madre Tierra, y hacemos un llamado a la Asamblea General de las Naciones Unidas para adoptarla, como propósito común para todos los pueblos y naciones del mundo, a fin de que tanto los individuos como las instituciones, se responsabilicen por promover mediante la enseñanza, la educación, y la concientización, el respeto a estos derechos reconocidos en esta Declaración, y asegurar a través de medidas y mecanismos prontos y progresivos de carácter nacional e internacional, su reconocimiento y aplicación universal y efectivos, entre todos los pueblos y los Estados del Mundo.

## Artículo 1: La Madre Tierra

1. La Madre Tierra es un ser vivo.
2. La Madre Tierra es una comunidad única, indivisible y auto-regulada, de seres interrelacionados que sostiene, contiene y reproduce a todos los seres que la componen.
3. Cada ser se define por sus relaciones como parte integrante de la Madre Tierra.
4. Los derechos inherentes de la Madre Tierra son inalienables en tanto derivan de la misma fuente de existencia.
5. La Madre Tierra y todos los seres que la componen son titulares de todos los derechos inherentes reconocidos en esta Declaración sin distinción de ningún tipo, como puede ser entre seres orgánicos e inorgánicos, especies, origen, uso para los seres humanos, o cualquier otro estatus.
6. Así como los seres humanos tienen derechos humanos, todos los demás seres de la Madre Tierra también tienen derechos que son específicos a su condición y apropiados para su rol y función dentro de las comunidades en los cuales existen.
7. Los derechos de cada ser están limitados por los derechos de otros seres, y cualquier conflicto entre sus derechos debe resolverse de manera que mantenga la integridad, equilibrio y salud de la Madre Tierra.

## Artículo 2: Derechos Inherentes de la Madre Tierra

1. La Madre Tierra y todos los seres que la componen tienen los siguientes derechos inherentes:
  - 1.1. Derecho a la vida y a existir;
  - 1.2. Derecho a ser respetada;
  - 1.3. Derecho a la regeneración de su biocapacidad y continuación de sus ciclos y procesos vitales libres de alteraciones humanas;
  - 1.4. Derecho a mantener su identidad e integridad como seres diferenciados, auto-regulados e interrelacionados;
  - 1.5. Derecho al agua como fuente de vida;
  - 1.6. Derecho al aire limpio;
  - 1.7. Derecho a la salud integral;
  - 1.8. Derecho a estar libre de contaminación, polución y desechos tóxicos o radioactivos;
  - 1.9. Derecho a no ser alterada genéticamente y modificada en su estructura amenazando su integridad o funcionamiento vital y saludable;

1.10. Derecho a una restauración plena y pronta por las violaciones a los derechos reconocidos en esta Declaración causados por las actividades humanas.

2. Cada ser tiene el derecho a un lugar y a desempeñar su papel en la Madre Tierra para su funcionamiento armónico.

3. Todos los seres tienen el derecho al bienestar y a vivir libres de tortura o trato cruel por los seres humanos.

### Artículo 3: Obligaciones de los seres humanos con la Madre Tierra

Todos los seres humanos son responsables de respetar y vivir en armonía con la Madre Tierra;

Los seres humanos, todos los Estados, y todas las instituciones públicas y privadas deben:

1. actuar acorde a los derechos y obligaciones reconocidos en esta Declaración;
2. reconocer y promover la aplicación e implementación plena de los derechos y obligaciones establecidos en esta Declaración;
3. promover y participar en el aprendizaje, análisis, interpretación y comunicación sobre cómo vivir en armonía con la Madre Tierra de acuerdo con esta Declaración;
4. asegurar de que la búsqueda del bienestar humano contribuya al bienestar de la Madre Tierra, ahora y en el futuro;
5. establecer y aplicar efectivamente normas y leyes para la defensa, protección y conservación de los Derechos de la Madre Tierra;
6. respetar, proteger, conservar, y donde sea necesario restaurar la integridad de los ciclos, procesos y equilibrios vitales de la Madre Tierra;
7. garantizar que los daños causados por violaciones humanas de los derechos inherentes reconocidos en la presente Declaración se rectifiquen y que los responsables rindan cuentas para restaurar la integridad y salud de la Madre Tierra;
8. empoderar a los seres humanos y a las instituciones para defender los derechos de la Madre Tierra y todos los seres que la componen;
9. establecer medidas de precaución y restricción para prevenir que las actividades humanas conduzcan a la extinción de especies, la destrucción de ecosistemas o alteración de los ciclos ecológicos;
10. garantizar la paz y eliminar las armas nucleares, químicas y biológicas;
11. promover y apoyar prácticas de respeto a la Madre Tierra y todos los seres que la componen, acorde a sus propias culturas, tradiciones y costumbres;

12. promover sistemas económicos en armonía con la Madre Tierra y acordes a los derechos reconocidos en esta Declaración.

#### Artículo 4: Definiciones

1. El término “ser” incluye los ecosistemas, comunidades naturales, especies y todas las otras entidades naturales que existen como parte de la Madre Tierra.

Nada en esta Declaración podrá restringir el reconocimiento de otros derechos inherentes de todos los seres o de cualquier ser en particular.